



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JERSEY OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE

**A IDEOLOGIA URBANA: APONTAMENTOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DO
CAMPO INTELECTUAL DA REFORMA URBANA NO BRASIL**

FORTALEZA

2024

JERSEY OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE

A IDEOLOGIA URBANA: APONTAMENTOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DO CAMPO
INTELECTUAL DA REFORMA URBANA NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.
Área de concentração: Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A31i Albuquerque, Jersey Oliveira de.
A Ideologia urbana : apontamentos para a reconstituição do campo intelectual da reforma urbana no Brasil / Jersey Oliveira de Albuquerque. – 2024.
302 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.
1. Campo Intelectual. 2. Reform Urbana. 3. Classe Trabalhadora. 4. Ideologia. I. Título.
CDD 301
-

JERSEY OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE

A IDEOLOGIA URBANA: APONTAMENTOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DO CAMPO
INTELECTUAL DA REFORMA URBANA NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.
Área de concentração: Sociologia

Aprovada em: 28/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. César Barreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Mauro Luís Iasi - UFRJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Celio Ribeiro Coutinho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Igor Monteiro Silva
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

A minha vó.

Que chegou, viveu e partiu dentro dos
conflitos urbanos. Viver é melhor que sonhar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao meu orientador Leonardo Sá pela paciência e acolhida na orientação sempre envolta em grandes debates teóricos. Cresci muito depois que lhe conheci, tudo de bom na sua caminhada Sensei.

Aos professores participantes da banca examinadora que aceitaram o desafio impossível de aceitar tudo que imaginei e que acolheram o resultado final, muito aquém do que desejei, apontando suas limitações e lacunas. Agradeço a Mauro Iasi pela sua na vida em geral dedicada a luta dos trabalhadores, onde se encontramos muitas vezes. Ao Célio Coutinho, que foi meu companheiro de trabalho na UECE num período muito heroico e traumático para mim. Agradeço pela acolhida no LUTEMOS, um farol de luta naquela universidade. A César Barreira por ter aceito o convite e pelo troca camarada nas disciplinas do Doutorado. Por fim, agradeço ao Igor Monteiro, que como eu veio da UECE e a quem admiro a distância a muito tempo, por ter aceitado contribuir com minha tese.

A minha família, minha mãe Ana Célia (que amo muito), meu pai Pedro Gildivan (que amo muito também), meus irmãos(amo a todos viu?!) e a todos que de alguma forma me deram apoio nos momentos mais difíceis, nem que fosse a distância.

A minha companheira Melina, pois sem ela esse trabalho não teria acontecido no tempo hábil. Grande camarada, muitos verões e viagens para nós.

Aos meus amigos do RPG que permitiram o descanso e a amizade entre a escrita.

Meus colegas de trabalho do IFCE Caucaia que junto com o conjunto da categoria que realizaram uma grande greve do ensino federal nos meses anteriores a defesa que, além de força para escrita, me ofereceram mais uma vez a certeza do por que lutar.

Aos colegas do doutorado, pois passamos muitas coisas juntos. Passamos por uma pandemia e isso já diz o bastante. A todos e todas, meus mais carinhosos agradecimentos.

Ao velho Scapi pelas conversas na Rua das Palmeiras.

A todos que me ajudaram que estão ou não citados aqui: estaremos sempre juntos em algum lugar do tecido do espaço e do tempo.

“O progresso do espírito que se abisma consiste em que, imediatamente o universal se transforma no particular (...)O ser, em primeiro lugar, o inteiramente universal, recebe uma determinação particular.” (Hegel, 1988, p. 12).

RESUMO

O problema que conduziu a construção do objeto foi a postura dúbia de autores consagrados do campo em relação as suas conquistas, em especial durante os primeiros governos petistas no executivo federal. O objetivo desta tese é apontar elementos constituintes do campo intelectual da Reforma Urbana no Brasil, a partir de seu inconsciente cultural que denominamos Ideologia Urbana. A estratégia metodológica privilegiou a abordagem qualitativa de material bibliográfico focada no inventário do senso comum do campo intelectual da Reforma Urbana no Brasil, a partir de um debate entre seus autores consagrados, a formação social brasileira, a sociologia econômica e a teoria dos movimentos sociais. O recorte temporal do nosso objeto segue o processo de urbanização brasileiro que inicia entre os séculos XIX e XX, passando pelo Congresso de Arquitetos e a luta pelas reformas de base na década de 1960, a modernização conservadora das décadas de 1970-1980 e finda com a desestruturação do Ministério das Cidades em 2005. Este trabalho dialoga com os estudos sobre Ideologia em Marx, Engels e Iasi, sobre Senso Comum em Gramsci, Habitus e Campo Intelectual em Bourdieu. Dos consagrados do campo da Reforma Urbana no Brasil, utilizamos as abordagens de Bonduki, Maricato e Villaça. Por fim, os trabalhos de Lefebvre e de Marx são utilizados com guia de entendimento do conceito de Urbano. Como resultado da pesquisa descobrimos que a Ideologia Urbana está intrinsecamente ligada com a formação social brasileira e com a luta da classe trabalhadora no país. Porém, tal Ideologia tornou-se mais um fator de paralisia do campo em conseguir sair do paradoxo de sua avançada legislação sobre os problemas urbanos brasileiros e sua pouquíssima efetivação.

Palavras-chave: Campo Intelectual; Reforma Urbana; Classe Trabalhadora.

ABSTRACT

The problem that led to the construction of the object was the dubious stance of established authors in the field in relation to its achievements, especially during the first PT governments in the federal executive. The aim of this thesis is to point out the constituent elements of the intellectual field of Urban Reform in Brazil, based on its cultural unconscious, which we call Urban Ideology. The methodological strategy favoured a qualitative approach to bibliographic material focused on the inventory of the common sense of the intellectual field of Urban Reform in Brazil, based on a debate between its established authors, Brazilian social formation, economic sociology and the theory of social movements. The time frame of our subject follows the Brazilian urbanisation process, which began between the 19th and 20th centuries, passing through the Congress of Architects and the struggle for basic reforms in the 1960s, the conservative modernisation of the 1970s-1980s and ending with the dismantling of the Ministry of Cities in 2005. This work dialogues with studies on Ideology in Marx, Engels and Iasi, on Common Sense in Gramsci, Habitus and the Intellectual Field in Bourdieu. We have used the approaches of Bonduki, Maricato and Villaça from those who have established themselves in the field of urban reform in Brazil. Finally, the works of Lefebvre and Marx are used as a guide to understanding the concept of the Urban. As a result of the research, we discovered that Urban Ideology is intrinsically linked to Brazilian social formation and the struggle of the country's working class. However, this ideology has become yet another factor paralysing the countryside in its efforts to overcome the paradox of its advanced legislation on Brazil's urban problems and its very limited implementation.

Keywords: Intellectual Field; Urban Reform; Working class.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação intra campos	34
Figura 2 – Hierarquização do Campo da Cultura.....	40
Figura 3 – Metodologia de Estudo das Elites.....	123
Figura 4 – Mapa do quadrante sudoeste e quadro comparativo entre as regiões.....	172
Figura 5 – Concentração de renda nos bairros do Quadrante Sudoeste.....	175
Figura 6 – Zona de Temperatura amena na cidade de São Paulo.....	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estrutura espacial urbano-rural ideal.....	224
Gráfico 2 – Relação entre Zona Urbana e Preço.....	226
Gráfico 3 – Valorização por tipo de uso (comercial/residencial).....	227
Gráfico 4 – “O preço do solo é 100% mais valia”.....	229
Gráfico 5 – “A renda é dividida entre imposto e aluguel.....	230
Gráfico 6 – Repartição do Valor Geral de Vendas.....	236
Gráfico 7 – Movimento dos Incorporadores.....	236
Gráfico 8 – Três componentes de venda.....	241
Gráfico 9 – Rentabilidade do Incorporador.....	243
Gráfico 10 – Formação do Valor Residual do Termo em loteamento formal/informal....	245

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANSUR	Articulação Nacional do Solo Urbano
Ansur	Articulação Nacional do Solo Urbano
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CMP	Central de Movimentos Populares
Conam	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FNH	Fundo Nacional de Habitação
FNRU	Fórum Nacional pela Reforma Urbana
GTR SFH	Grupo de Trabalho de Reestruturação do SFH
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IPASE	Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
JUC	Juventude Universitária Católica
MCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
MNRU	Movimento Nacional da Reforma Urbana
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MUF	Movimento Unificado de Favelas
NBR	Norma Brasileira Regulamentar
NEP	Núcleo de Educação Popular 13 de Maio
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PT	Partido dos Trabalhadores
PP	Partido Progressista
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SFH	Sistema de Financiamento Habitacional
SHRU	Seminário de Habitação e Reforma Urbana
SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UMM	União dos Movimentos da Moradia
VG	Valor Geral de Vendas
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CONDIÇÕES E LIMITES DA PESQUISA	19
2.1	Campo Intelectual e Reforma Urbana no Brasil: aproximações metodológicas.....	24
2.2	Campo Intelectual e Ideologia.....	44
3	FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E INCONSCIENTE CULTURAL DA REFORMA URBANA NO BRASIL.....	55
3.1	O SHRU, Reformas de Base e Modernização Conservadora.....	68
3.1.1	<i>O ciclo Democrático e Nacional e a Ideologia Urbana.....</i>	<i>75</i>
3.2	O ciclo Democrático e Popular e a Ideologia Urbana.....	79
3.2.1	<i>Igreja, Movimentos Sociais e Arquitetos.....</i>	<i>82</i>
3.2.2	<i>Participação Popular e a Emenda Constitucional da Reforma Urbana.....</i>	<i>85</i>
3.2.3	<i>A negociação da Emenda.....</i>	<i>89</i>
3.2.4	<i>Experiências do campo antes do Estatuto das Cidades.....</i>	<i>92</i>
3.2.5	<i>A ante-sala da “tragédia”: Estatuto das Cidades.....</i>	<i>98</i>
3.2.6	<i>A tragédia do Ministério das Cidades (ou seria a farsa?).....</i>	<i>104</i>
3.3	Movimentos sociais, classe trabalhadora e o Democrático e Popular.....	110
4	EMBATES CONSTITUTIVOS DO CAMPO INTELECTUAL DA REFORMA URBANA.....	120
4.1	Bonduki vs Maricato: a questão da legislação e da participação na luta pela Reforma Urbana.....	130
4.2	Bonduki vs Villaça : A questão do planejamento urbano, um embate entre mestre e discípulo.....	138
4.2.1	<i>O método Villaciano.....</i>	<i>143</i>
4.2.2	<i>Plano diretor e Reforma Urbana no Brasil na visão de mestre e discípulo.....</i>	<i>149</i>
4.2.3	<i>O “sujeito oculto” da ideologia do plano diretor.....</i>	<i>171</i>
4.2.4	<i>A ode final de Mestre e Discípulo.....</i>	<i>185</i>
5	OS FUNDAMENTOS DA CRÍTICA A IDEOLOGIA URBANA.....	191
5.1	Instrumentos de recuperação de mais valia urbana no Brasil.....	192
5.2	O preço e a renda da terra.....	199
5.3	Marx, Rosdolsky e a teoria da renda da terra.....	205

5.4	Do abstrato ao processo concreto de formação do preço da terra.....	216
5.5	Modelos de desenho urbano, valorização e desvalorização do preço da terra.....	223
5.6	Acumulação capitalista e teoria da população.....	247
5.7	O urbano de Lefebvre: um exercício anti-ideológico.....	255
5.7.1	<i>As metamorfoses da cidade.....</i>	255
5.7.2	<i>O momento Político.....</i>	256
5.7.3	<i>O momento Comercial.....</i>	258
5.7.4	<i>O momento de transição: a acumulação primitiva.....</i>	260
5.7.5	<i>O momento Industrial.....</i>	262
5.7.6	<i>O momento Urbano.....</i>	268
6	CONCLUSÃO.....	274
	REFERÊNCIAS	279

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto a Ideologia Urbana. Esta parece caracterizar certo traço da consciência dos participantes do Campo Intelectual da Reforma Urbana do Brasil, o campo de investigação escolhido para o resgate das características de tal Ideologia. Escolhi esse grupo social por fazer parte dele e partilhar de suas angústias. Esta relação entre Ideologia, campo e pesquisador perpassará toda a tese. Por isso, ela é estruturada da maneira que se segue.

No capítulo 2, “Limitações e Limites da Pesquisa”, apresento o campo intelectual da Reforma Urbana a partir de minha própria trajetória pessoal como ex morador de Favela, que viveu na prática as contradições da luta da Reforma Urbana no Brasil ao ser removido juntamente com a minha família devido às intervenções em torno das obras para a realização da Copa do Mundo de 2014¹. Este evento levou-me a estudar teoricamente o problema urbano no Brasil em busca de explicações para meu drama pessoal e, como descobri, de muitas famílias trabalhadoras no Brasil e no mundo. Para tanto adentrei no Campo Intelectual da Reforma Urbana também como estudioso da questão, tendo realizado monografia e dissertação sobre este tema a partir da análise crítica de minhas experiências. Nesta seção continuo esse esforço de reflexão.

Nesse capítulo ainda se volta a atenção ao conjunto de homens e mulheres responsáveis pela produção teórica do campo da Reforma Urbana. Esse “teórico” também é visto como uma ação prática reforçada pela postura desses agentes, muitos deles participantes ativos da luta pela Reforma Urbana no País. Também justifico o problema da pesquisa que surge quando se identifica na fala dos consagrados desse campo intelectual, uma dubiedade em relação às conquistas dos movimentos sociais ligados aos direitos urbanos.

Um certo “dessabor” no discurso que despertou uma curiosidade epistêmica das suas raízes sociais. Curiosidade agravada pelo fato de que as reclamações perante o próprio legado desses agentes se deram em momentos em que se avaliava a política urbana nos primeiros governos pestistas à frente do Executivo Federal.

Estes governos são conhecidos no senso comum como gestões populares que avançaram em políticas urbanas e de habitação como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o MCMV (Minha Casa Minha Vida), os processos participativos de orçamento e na feitura de Planos Diretores em diversas cidades do país. Por que então intelectuais da

¹ Oliveira, 2018.

Reforma Urbana, boa parte deles que inclusive trabalharam nesses governos, expressariam essa descrença com o trabalho que foi feito?

E ainda: 1- Quais as raízes sociais, econômicas e políticas que justificam essa postura? 2- Como as lutas populares no Brasil no século XX, em especial no período da democratização, dialogam com essa percepção; 3- É que nível as afirmações contraditórias desses discursos revelam elementos ideológicos do campo?

Para responder essas questões mobilizamos quatro categorias-chaves de quatro autores. O conceito de senso comum de Gramsci, Campo Intelectual e Inconsciente Cultural em Bourdieu e Ideologia de Marx e Engels.

O senso comum para Gramsci é a “verdade do grupo”. Se expressa através de uma filosofia espontânea, uma certa linguagem que sintetiza de forma contraditória verdades consagradas de várias grupalizações pelas quais o indivíduo passa em sua vida, que se ocultam muitas vezes a sua percepção. Para entendê-la o autor italiano convida a realizar seu inventário, o que me proponho a realizar no trabalho.

Campo Intelectual para Bourdieu é um campo de força social baseado em distribuições assimétricas dos capitais dos produtores de verdades acadêmicas. Seu habitus se apresenta na forma de Inconsciente Cultural, cuja característica diferenciada em relação a outros campos é a ilusão de autonomia dos produtores da doxa acadêmica. As relações sociais internalizadas ocultam-se aos membros do campo na forma de disposições duráveis. Apenas a reflexibilidade pode ajudar a desnudar tal ocultamento.

Ideologia para Marx e Engels são relações sociais na forma de ideias. Essa concepção foge da definição comum, inclusive de vertentes marxistas, que a assimilam apenas a uma ideia falsa sobre o mundo, enganação e etc. Retomar o conceito marxiano mostra a necessidade de entender as relações sociais de determinada formação social para entender como grupos ou classes entendem o mundo.

Qual foi a ponte encontrada entre estes conceitos? Na sociedade de classes, como as relações sociais são reificadas, a forma de consciência social é ideológica, no sentido marxista do termo. Uma das características dessa forma de consciência é justamente ocultar-se a seus próprios agentes. Esta definição de Ideologia se mostrou, através da pesquisa, aparentada com o conceito de habitus e inconsciente cultural de matriz bourdieusina e também com o conceito de senso comum de Gramsci a partir do objeto estudado. Tal relação é aprofundada ainda no capítulo 2.

Já no capítulo 3 “Formação Social Brasileira e inconsciente Cultural da Reforma Urbana no Brasil”, iniciamos o inventário de seu campo intelectual. O campo da Reforma

Urbana está dentro do campo do poder acompanhando o próprio processo de desenvolvimento territorial nacional. Assim, expomos nessa seção os nexos desse grupo com a formação social brasileira, o que trouxe a necessidade de uma periodização histórica que acompanhasse a constituição de seu campo intelectual e seus embates sociais.

Iniciamos com o surgimento dos primeiros trabalhadores assalariados no Brasil e do início de suas organizações ao fim do século XIX e início do século XX, que marca também os primórdios da urbanização brasileira com o problema dos aluguéis e cortiços, que se estenderá durante toda a primeira metade do século XX. O ciclo anarquista de organização dos trabalhadores dará o tom das formas de enfrentamento do incipiente problema urbano e da forma de reflexão teórica da problemática.

No período seguinte, a completude da urbanização brasileira (representada pela consolidação da maioria da população nas cidades) encontra-se com as lutas pelas Reformas de Base e ciclo hegemônico pelo Partido Comunista do Brasil. No Congresso de Arquitetos de 1962 é fundado formalmente o campo da Reforma Urbana e seu campo intelectual. A ditadura militar encerra este ciclo abruptamente, mas sem eliminar as contradições que o movem.

Por fim, analisa-se o período da redemocratização até a crise que abala o Ministério das Cidades do Governo Lula I em 2005. Este período, que é o foco das reflexões do trabalho, é importante por ser marcado pela esperança do cumprimento dos ideais da Reforma Urbana através do processo de democratização, cujo ápice são os governos de estratégia democrática e popular do Partido dos Trabalhadores.

Ao fim desse capítulo fazemos um paralelo entre o Campo Intelectual da Reforma Urbana e os “novos movimentos sociais” com seu impacto sobre os ditos sujeitos tradicionais de luta, até então a “classe trabalhadora”, e as consequências para o inconsciente cultural de seus participantes.

No capítulo 4, “Embates constitutivos do campo intelectual da reforma urbana”, apresentamos a metodologia de pesquisa baseada nos trabalhos de Codato sobre estudo das elites. Seguindo sua orientação baseada em critérios de poder, decisão e posição dentro do campo, escolhemos alguns consagrados para, a partir de seus embates teóricos, poder mapear o inconsciente cultural do campo e sua Ideologia. Dos diversos intelectuais da Reforma Urbana no Brasil possíveis, o foco recai em três arquitetos e urbanistas, todos professores da FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP): Ermínia Maricato, uma das responsáveis pela apresentação da emenda constitucional sobre a Reforma Urbana em 1988 e secretária executiva do Ministério das Cidades até 2005; Flávio Villaça, um dos principais

nomes no estudo de planejamento urbano no Brasil; e Nabil Bonduki, que foi orientando de Flávio Villaça, vereador de São Paulo entre 2001 e 2004, e que teve papel fundamental na elaboração do Plano diretor de São Paulo de 2002 e de 2014, cujo primeiro tornou-se um marco na legislação urbana brasileira.

Diferente de um aprofundamento exaustivo da vida desses autores e de todas as suas obras, optou-se por um estudo bibliográfico de seus trabalhos seminais relacionados à constituição do campo da Reforma Urbana no Brasil, buscando realizar o inventário dos elementos da consciência do campo intelectual. Imagina-se sociologicamente um debate entre os autores e suas obras a fim de capturar, através das contradições de seus embates, as contradições das próprias relações sociais que formam esse campo.

Por fim, no capítulo 5 “Os Fundamentos da Crítica a Ideologia Urbana”, exponho os limites da Ideologia Urbana a partir dos vários fragmentos recolhidos nos capítulos anteriores sobre sua constituição. Em especial de seus pressupostos econômicos contidos na fundamentação dos instrumentos legais formulados nos três marcos históricos principais do desenvolvimento do campo intelectual estudado: a constituição de 1988, o Estatuto das Cidades de 2001 e a criação do Ministério das Cidades em 2003.

A existência de debates econômicos em torno de em que condições se efetivaria a Reforma Urbana levou a um estudo da sociologia econômica da propriedade privada da terra e dos ditos instrumentos de recuperação de mais-valias urbanas. Exponho então primeiramente a natureza desses instrumentos a partir dos trabalhos de Leite e Deák, dois arquitetos estudiosos da questão. Passo em seguida para Marx e Rosdolsky no clássico debate acerca das consequências sociais da renda da terra e da classe social dos donos de terra.

Em seguida analisamos materiais de formação teórica feitos e distribuídos aos movimentos sociais urbanos pelo Ministério das Cidades, na figura dos trabalhos de Jorgensen, um dos responsáveis pelo “centro de capacitação do ministério” que influenciou bastante na legitimação ideológica de seus instrumentos institucionais e na interpretação oficial de como se formam os preços da terra. Este debate é seminal, pois está relacionado com a taxa da renda da terra pelos governos e com as políticas públicas de combate à especulação imobiliária e construção das habitações sociais.

Encerramos o capítulo com duas reflexões fundamentais sobre o processo urbano que explicam os limites da Ideologia Urbana: 1- a lei da acumulação capitalista de Marx, fundamento do “excesso populacional” que é a origem do déficit habitacional e 2- A definição do conceito de Urbano de Lefebvre, um dos poucos que considera a industrialização e a

necessidade de superação do capital como elementos fundamentais da análise sobre a expansão do Tecido Urbano.

Na conclusão desenvolvemos os elementos identificados da Ideologia Urbana e sua validade enquanto categoria analítica do campo, além de apontarmos caminhos para uma pesquisa futura. A Ideologia Urbana apresentou-se na pesquisa em três elementos principais: 1- a crença de que a Reforma Urbana ainda não se realizou no Brasil tal como outras “reformas em atraso”, como a Reforma Agrária e etc. O aprofundamento da democracia e da participação, mesmo apesar de significativas derrotas, apareceria como saída para o impasse; 2 - a crença que seria possível solucionar a questão do “uso social da terra”, cerne da definição de Reforma Urbana, pelo planejamento urbano; e 3- a crença de que os dispositivos contidos no Estatuto das Cidades conseguiriam frear a especulação imobiliária e transferir de volta aos despossuídos da terra urbana os ganhos da expansão capitalista no território através de políticas públicas e 4- A Ideologia Urbana é a contribuição do campo da Reforma Urbana, e nesse sentido da classe trabalhadora brasileira em sua luta pelo espaço urbano, ao pacto social que animou os governos petistas no governo federal no início do séc. XXI no chamado ciclo democrático e popular. Este pacto é o cume do desarme da classe trabalhadora brasileira ,fortificada nas lutas dos anos 1980, de seu projeto revolucionário, amoldando-a a ordem e prendendo-a ao horizonte da governabilidade do Estado burguês.

2 CONDIÇÕES E LIMITES DA PESQUISA

Pelos idos de 2018, após passar na seleção para doutorado da Universidade Federal do Ceará, começou a desenhar-se na minha mente como continuar a pesquisa iniciada em minha graduação, passando pelo mestrado, sobre a questão urbana no Brasil. Vou começar falando do que o trabalho não foi e por quê. Vou colocar isso porque durante toda a pesquisa e escrita essa imagem do que a tese devia ter sido assombrou-me, seja nas limitações que a pesquisa encontrou, seja no cuidado de, ao seguir o caminho definido com meu orientador, não retornar ao projeto temporariamente abandonado.

A ideia inicial era fazer uma comparação entre a Reforma Urbana no Brasil com a Reforma Urbana nos países centrais, em especial os EUA. Haveria também uma comparação subjacente a isso entre os processos da cidade de São Paulo, capital com maior população das Américas, com Nova York que tem a maior população entre as cidades dos EUA.

O mote era indagar sobre a afirmação da incompletude do capitalismo brasileiro no que tange à Reforma Urbana. A partir das análises de Florestan Fernandes (2006) e Caio Prado Júnior (1994; 2000) sobre as “reformas em atraso” que a burguesia brasileira não quis e/ou não precisou fazer, dentre elas a Reforma Urbana. O trabalho se dirigiria então aos clássicos brasileiros sobre a questão urbana no Brasil, em especial Ermínia Maricato², e todo um trabalho de pesquisa sobre o desenvolvimento urbano brasileiro.

Em paralelo, no trabalho, haveria uma reconstrução do dito “caso clássico” de Reforma Urbana burguesa. Na Europa com o caso francês (reforma Haussmanniana³) e o caso inglês (Londres, Manchester, Glasgow durante a revolução industrial) em sua origem e nas américas com o processo estadunidense. Havia também o plano de visitar Nova York como parte da pesquisa.

Era fundamental para mim responder duas questões: primeiro, se ao falarmos da

² “Arquiteta e Urbanista. Eleita para defender a proposta Constitucional de Iniciativa Popular de Reforma Urbana junto à Assembleia Nacional Constituinte (1987). Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (1989-1992). Presidente do Conselho Administrativo da COHAB SP- Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (1992) Formulou a proposta de criação do Ministério das Cidades onde foi Ministra Adjunta e coordenou a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. (2003-2005). Presidente do Conselho da Companhia Brasileira de Trens Urbanos e Membro do Conselho de administração do FGTS- Fundo de Garantia por tempo de serviço (2003-2005). Consultora de diversas entidades e governos nacionais e internacionais. Membro da Coordenação do BrCidades (2018)”. Retirado de seu blog pessoal. Disponível em: <https://erminiamaricato.wordpress.com/curriculo-2/>. Acesso dia 05/06/2024

³ O Barão de Haussman foi um reformador francês do sec. XIX responsável pela criação dos Boulevards (avenidas largas com arquitetura característica) parisienses de forma a facilitar manobras militares e de controle insurrecionais. Se padrão urbanístico posteriormente foi importado tendo influenciado inclusive a cidade de Fortaleza em seu período Belle Époque que marcam o formato “xadrez” de disposição das ruas e avenidas na região central e adjacências.

incompletude da Reforma Urbana no Brasil estamos comparando com esses casos clássicos, quais são as características desses casos clássicos ao qual nosso processo estaria aquém? E segundo, quais os motivos do suposto entrave brasileiro que levaram uma miríade de autores e movimentos sociais e a classe trabalhadora brasileira a realizar toda uma luta em base desses princípios de incompletude?

Mais do que ver essas ideias em estudos acadêmicos eu as vi se desenrolarem à frente dos meus olhos na sua origem enquanto acontecimento social da luta de classes brasileira pelo espaço urbano. Nasci numa comunidade chamada Aldacir Barbosa, em Fortaleza, Ceará, na parte não-nomeada do rico Bairro de Fátima.

A vida nesse lugar nos anos 1980-1990 era a vida de necessidades, mas não havia ainda facções, nem o craque. Minha geração viu poucas mortes, tínhamos um centro comunitário que era lugar de lazer e de estudo, ainda herança da política social da ditadura(!). O Bairro de Fátima fica muito próximo ao centro da cidade, tem a principal rodoviária da cidade e também é perto do maior hospital de traumas do Estado. Como os mais velhos diziam: “aqui já foi bom, mas ainda é bom demais, perto de tudo” (Oliveira, 2014, p.63). Crescemos meio esquecidos do que aquilo significava no jogo urbano, naquela comunidade criada a beira do trilho de cargas da companhia nacional de trens.

Entreí no curso de ciências sociais em 2008 da Universidade Estadual do Ceará. Em 2010 soube na universidade que minha casa e dos meus vizinhos (nossa vida na verdade) estava na rota de uma das intervenções da copa do mundo, um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para levar os turistas do porto até o estádio local, onde haveriam jogos da seleção. Os sofrimentos e lições para a luta urbana deste episódio foram matéria de minha monografia (Oliveira, 2014), onde resgatei a gênese da comunidade⁴ e minha dissertação, onde analisei o conflito propriamente dito (Oliveira, 2018).

Uma das principais conclusões da dissertação foi que, ao contrário dos partidos democráticos que acompanharam a luta na época, e também do senso comum que imperava no campo, não havia sido a falta de uma política urbana que causara as intervenções brutais contra as comunidades, não havia sido um desvio moral de um gestor a ou b, ou mesmo a falta de uma legislação que nos resguardasse da remoção. Mas sim a realização dessa, o resultado de um desenvolvimento urbano de Fortaleza em consonância com os investimentos das empreiteiras financiadas pelo Estado para as intervenções. Com os grandes eventos como a argamassa da conciliação de classes realizada pelo partido dos trabalhadores naquele

⁴ Cujos processos de gênese foram fruto de expropriações no interior do estado que deslocaram famílias despossuídas para Fortaleza.

período.

O outro lado dessa análise foi de que apenas a organização dos moradores, a manutenção de sua autonomia perante a linha legalista proposta pelas direções das organizações democráticas e populares e também a leitura certa do “*timing*” para a negociação foi o que permitiu que as comunidades em sua maioria permanecessem, mesmo que com perdas de parte do território.

O que não consegui fazer nos trabalhos anteriores foi saber se essa realização, e não o “atraso da questão urbana” como diziam sobre os motivos da tentativa de nossa remoção, se estendia a problemática urbana brasileira de forma geral. Daí a motivação de realizar um possível estudo comparativo entre os processos urbanos no centro do capital e aqui para tentar sair da repetição da afirmativa sobre o atraso urbano brasileiro e ver em que e onde consistiria tal “incompletude urbana”. No percurso discutiria sobre formação social brasileira e a teoria da revolução do Brasil.

Mas a vida foi mais dinâmica e várias contradições amadureceram para que eu não pudesse obter êxito na empreitada. A primeira delas foi da minha própria entrada no doutorado. Desde a graduação tive problemas em fazer pesquisa no âmbito do marxismo. De forma geral, quando os professores sabiam que eu vinha de comunidade e estudava questão urbana, quando eu dizia que era de uma perspectiva marxista, o semblante mudava.

Ainda não havia lido Codato que lembrava em seus debates sobre teoria marxistas, teoria das elites e ciência social, o tipo de hostilidade que encontramos:

Não há dúvida de que os teóricos do elitismo, tanto os clássicos como os contemporâneos, fazem a crítica ao marxismo a partir de uma caricatura bastante grosseira do que seria essa teoria e do que ela teria a dizer sobre os processos de dominação política. Na maioria das vezes, o marxismo é percebido como um economicismo, isto é, uma teoria para a qual os agentes políticos estariam a serviço dos interesses “da economia” ou, mais exatamente, dos agentes econômicos. E só isso. Essa deformação do marxismo, manobra intelectual que permite rejeitá-lo sem maiores problemas, pode ser lida tanto em Gaetano Mosca (1939), como em Raymond Aron (1991) ou em Pierre Birnbaum (1994). Seria necessário, portanto, restabelecer os princípios teóricos do primeiro antes de opô-lo (ou, da nossa perspectiva, conectá-lo) ao elitismo (Codato, 2013, p. 235)

Os argumentos comuns eram: “isso é ultrapassado”, “não dá conta das temáticas urbanas”, “cadê a subjetividade” e etc. Entre meus próprios colegas a preocupação era outra: de que os departamentos, de forma inconsciente e outras não, tendiam a eliminar os trabalhos marxistas. Depois da minha monografia eu não queria continuar na academia. Toda a história da remoção e ter que pesquisar sobre isso foi muito doloroso, inclusive por que no meio disso

perdi minha avó e outros idosos da comunidade devido a truculência do governo. Além disso, as contas apertaram em casa e eu precisava de alguma saída rápida em meio a possibilidade de ser removido.

Nesse processo descobri a diferença entre licenciatura e bacharelado na minha profissão. Se já era difícil arrumar emprego com licenciatura, com bacharelado, para continuar na área praticamente tem que ser professor de universidade. E para isso precisa de mestrado e doutorado. E mestrado tem bolsa. Foi um raio em céu azul essa descoberta na época, eu precisava passar.

Mas para passar era preciso adequar-se a bibliografia dos programas e as bancas que geralmente tinha ojeriza ao marxismo. Assim, tive que me dedicar mais tempo para me apropriar, além das leituras do meu campo e da sociologia, dos temas dessas bancas. Demorei 2 anos para conseguir entrar no mestrado com um projeto aceitável e sem marxismo.

Quando entrei no mestrado já estava bem endividado, e não tinha como juntar dinheiro para qualquer tipo de viagem ao exterior. Alguns meses mais tarde, dois anos depois do fim das negociações com o Governo sobre o VLT, recebemos indenização⁵ e fomos removidos da comunidade. Minha mãe e irmãos se mudaram para um bairro distante do centro da cidade e eu fui morar sozinho numa quitinete, a meio caminho da universidade e da minha família. Vivia no limite. É difícil estudar conflito urbano em meio às consequências de um.

Até hoje minha mãe espera o apartamento do Minha Casa Minha Vida conquistado como contrapartida da remoção. A primeira opção que colocaram para nós era um conjunto do MCMV chamado “Cidade Jardim” que ficava no limítrofe da cidade, No Bairro José Walter. Nós e outras comunidades fomos contra. Eu e minha mãe éramos da associação de moradores e estivemos à frente da organização da luta com outros vizinhos. Se mantivemos firmes e conseguimos projetos de realocação próximos das comunidades, conseguimos desapropriação desses terrenos, mas a construção da obra nunca saiu do papel. Chegou o ocaso de 2016, impeachment e etc. A política do MCMV, que já era problemática, foi sendo extinta com várias obras em aberto.

Estava terminando a escrita da minha dissertação e não pude respirar porque já tinha que passar no doutorado para garantir nova bolsa, senão teria que abandonar, além da pesquisa, minha vida de adulto independente. Mais uma vez, no projeto, não pude por nada diretamente ligado ao marxismo tendo que recorrer a uma miríade de referências sobre

⁵ Uma quantidade diminuta, diga-se de passagem, muito abaixo do valor de mercado.

movimentos sociais. Como ainda estava escrevendo a dissertação, não tinha condições de pensar muitos passos à frente da pesquisa e o resultado foi um meta projeto, no entremeio do que já estava fazendo e do que poderia vir se eu passasse.

Uma vez no doutorado, e tendo apresentado às pressas minha dissertação, descobri que não teria bolsa, uma situação que se estenderia por cinco longos meses, dependendo da ajuda de valorosos amigos e orientadores. Foi quando comecei a ter dúvidas sobre a viabilidade do estudo comparativo que pensei ainda quando estava fazendo a minha monografia.

Meu orientador do doutorado, sempre muito aberto e gentil em relação a minha trajetória e a minha formação marxista, refletiu comigo que apesar do tema ser ótimo, eu provavelmente não teria fôlego para fazer isso em apenas 4 anos de doutorado. Tendo que abarcar histórias tão díspares de formação urbana como São Paulo e Nova York. Tão pouco conseguiria fazer uma viagem internacional para tanto, mesmo intercâmbio. O problema então já não era ir, mas voltar. Onde ficariam minhas coisas até eu voltar, como retornar sem bolsa e etc., coisas que para quem tem origem popular não podem ficar em aberto no senso comum do “se jogue”. Agradeço ao meu orientador por ter me alertado sobre essas contradições.

Daí então teríamos que mudar de tática. Reformular um projeto já dentro do doutorado é difícil, recomeçar praticamente do zero é mais, fazer tudo isso sem bolsa então! Foram meses difíceis. Precisávamos de um enfoque do objeto possível. Nesses 3 anos que então restavam, o campo precisaria ser investigado com essas limitações e também não podíamos sair do encaixo da Reforma Urbana no Brasil e nem perder a experiência acumulada na luta pessoal pela questão urbana e na vida acadêmica.

O campo passou a ser então principalmente bibliográfico, sendo os textos dos membros do campo e suas entrevistas na imprensa como principal meio de pesquisa, o que exigiu grande disciplina para a seleção de autores e textos e sua contextualização. Do campo dos acontecimentos históricos passamos para o campo da produção intelectual sobre a Reforma Urbana.

Assim o que chamava de “meu trabalho”, teve profundas transformações e penso que eles de alguma forma espelham os problemas passado por parte do campo da Reforma Urbana no Brasil, principalmente seus sujeitos mais elementares, a classe trabalhadora urbana. Esta se debate em meio a problemática da expansão capitalista no espaço, daí a importância que vi em compartilhar “o que não foi” do caminhar da pesquisa.

Mesmo assim, durante sua feitura a tentação de traçar o caminho parcialmente abandonado foi muito grande, devido a que as problemáticas originais sempre voltarem à tona,

seja nos grandes debates do campo, seja no contexto histórico que embasou tais conflitos e sempre que a questão da incompletude voltava à tona. Só o tempo dirá em que medida o que “foi” do trabalho deve ao que “não fora”. Mas afinal, nessa tese, o que é o meu trabalho?

2.1 Campo Intelectual e Reforma Urbana no Brasil: aproximações metodológicas

O trabalho inscreve-se no âmbito das pesquisas sobre campo intelectual. Em outras palavras, nos processos sociais que articulados com as demais dimensões da totalidade da vida são responsáveis pela formação daquilo que denominamos como “um intelectual” ou “grupo de intelectuais” ou uma “escola”.

No caso da pesquisa, consiste em analisar a constituição do campo intelectual sobre Reforma Urbana no Brasil e suas correspondências com o contexto do desenvolvimento urbano nas últimas três décadas a partir do “desencanto” com a temática por parte de alguns dos seus participantes consagrados.

O “desencanto” dos autores em relação a esse campo seria fruto de sua frustração na condução dos governos do PT no executivo. Estes ao priorizar a “governabilidade” e a parceria com o grande capital acabou “jogando para escanteio” esses intelectuais depois de uma apropriação mercadológica e politicamente domesticada de suas ideias.

O paradoxo é que enquanto o público da Reforma Urbana lembraria com saudade da época dos grandes projetos de habitação, os intelectuais do campo afirmam que não fora isso que haviam formulado e que a questão da terra continuou intocada, aumentando a crise urbana. A incapacidade de direcionar a ação dos “homens do poder” para a realização da promessa do campo acabou levando uma parte desses intelectuais a se afastarem da vida pública e se entregarem ao ostracismo⁶.

O tema da Reforma Urbana começou a ser pautado com mais veemência a partir dos anos 1960 na junção dos movimentos pela terra no campo e na cidade com grupos de arquitetos urbanísticos. O conceito/reivindicação de Reforma Urbana se juntou a outras reformas em atraso constituindo uma das bandeiras das Reformas de Base no Brasil. Eram

⁶ Este trecho foi escrito em 2018 e se referia, entre outros consagrados, a Ermínia Maricato. Nos idos de 2022, no entanto, ela aparece com animação renovada participando da equipe de transição para o terceiro governo de Lula. Como se verá a frente essa dubiedade é intrínseca da Ideologia Urbana. Fonte: “Carta Aberta da Mobilidade Sustentável” é entregue a Ermínia Maricato, integrante da equipe de transição do Governo Lula”. Disponível em: <https://mandatogoura.com.br/carta-aberta-da-mobilidade-sustentavel-e-entregue-a-erminia-maricato-integrante-da-equipe-de-transicao-do-governo-lula/>. Acesso em 05/06/2024 às 12:00hrs.

reformas burguesas “em atraso” ao qual a burguesia nacional pelo seu carácter conservador não quis/precisou fazer para garantir sua dominação de classe (Fernandes, 2006).

Nos anos 1980 esse conceito seria trazido de volta para o debate intelectual e organizativo a partir da emergência do novo sindicalismo e de seu projeto, a princípio socialista, de revolução social.

A partir do fim da década de 1980 um grupo de intelectuais, vão adentrar gradativamente na condução política do governo brasileiro em todas as esferas até a conquista do executivo em 2002. Paralelamente ao desenvolvimento dos estudos sobre a questão, serão feitas diversas tentativas de superar o impasse brasileiro do atraso, da incompletude do processo urbano. O balanço que Maricato (2014) faz do processo, porém, é negativo. O atraso persiste e agora está agravado.

Nesse sentido, Maricato (2014) define a Reforma Urbana como a democratização do direito à cidade e a defesa da função social da propriedade. Esta seria incompleta no Brasil porque a base fundiária permaneceu intocada no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Decorrente do seu carácter periférico e de origem escravista. Aqui não se realizou a Reforma Agrária clássica nos países centrais do capitalismo onde houve mudanças na posse da terra, quebrando o monopólio oligárquico. Outro entrave seria o carácter conservador do regime político brasileiro que impediria a realização da democracia no país. Palmeira corrobora com essa perspectiva:

A Reforma Agrária é posta na ordem do dia pelo primeiro movimento. Não se trata mais de uma política entre outras, que pode ou não ser acionada pelos governantes. É uma demanda social que eles não podem ignorar. É uma questão socialmente imposta. Daí a dificuldade que têm de se livrar do tema, mesmo quando ele se torna politicamente inconveniente. Mas o peso dos interesses agrários no interior do Estado é suficientemente grande para imobilizar qualquer tentativa nesse sentido. O governo da "Nova República" elaborou planos de Reforma Agrária, arquivou-os e continuou falando de Reforma Agrária. A Constituinte inscreveu-a no texto da nova Carta, mas a inviabilizou ao introduzir a noção de "propriedade produtiva", isenta de desapropriação. Não se trata, simplesmente, de um problema de governo, nem de um problema que envolva apenas determinados grupos. O que está em jogo na questão da Reforma Agrária hoje — por força dos processos sociais que vimos — é a oposição entre dois movimentos que envolvem confrontos de interesses diversificados e que, por assim dizer, atravessam toda a sociedade. Nesses confrontos, o que, por sua vez, está em jogo é a própria maneira de operar do Estado. O impasse do Estado em administrar essa questão socialmente construída reflete também aquele da sociedade em escolher o Estado que deseja para gerir os seus próprios impasses (Palmeira, 2021, p. 22)

Nesse sentido é compreensível o desgosto dos membros do Campo Intelectual da Reforma Urbana. Porém a participação por dentro da gestão estatal traz ambiguidades a esse sentimento. Adentrar mais profundamente nas características desse “desencanto” e a ligação com certo inconsciente cultural do campo será um dos motes deste trabalho.

Estudar o próprio campo que se faz parte tem implicações diversas. Além de ser uma das características centrais da diferenciação das ciências humanas com as demais áreas do conhecimento, na pesquisa essa característica se reveste de caráter mais íntimo porque envolve trajetórias constitutivas do campo do pesquisador. Uma miríade de trabalhadores, professores, militantes, moradores de periferias, advogados populares, arquitetos, urbanistas, organizações políticas e etc., próximos ou distantes que partilharam a busca pelo entendimento, constituição e alguns casos proposição e luta sobre a questão urbana no Brasil e no Ceará, local de produção da escrita.

Como iniciar esse resgate sem refletir sobre a própria trajetória do pesquisador nesse campo? Sem ensaiar um “conhece-te a ti mesmo” como nos sugerido por Gramsci (2002) para resgatar aquilo que o produto final, pesquisador e sua tese, esconde do seu processo? E que melhor forma de fazer isso a não ser utilizando as categorias de análise que utilizarei com o campo na minha própria trajetória? Justificativa e referencial teórico se entrelaçam tal como o autor e seu campo.

Começemos. Vim de uma família de trabalhadores, com uma casa hegemonicamente feminina. Minha avó foi tirada da casa de sua mãe muito cedo para trabalhar de doméstica na casa de pessoas abastadas, revelando nessa trajetória singular o tema da migração do interior para as grandes cidades. Minha mãe me teve muito cedo, o que frustrou sua trajetória nos estudos por bastante tempo, passando então por vários empregos. Foi trabalhadora doméstica e hoje trabalha na bilheteria do metrô.

Ela sempre foi nosso “farol intelectual”, de mente aguçada e inteligência refinada sempre nos motivando a ler, eu e meus três irmãos. Se tirávamos boas notas na escola sempre nos indagava: “por que não foi um 10”? Quando conseguíamos o almejado “10” arremetia: “não fez mais que a obrigação”. Não podia haver recompensas para o estudo, ele era a própria recompensa no meio de mulheres maravilhosas que tinham que dedicar sua vida ao trabalho.

Estudar, porém, não era suficiente, era preciso chegar à universidade. Se completava assim dois objetivos contidos no senso comum da classe trabalhadora sobre o ambiente acadêmico: 1- a pessoa que entra na universidade se torna alguém respeitado, um “professor”, alguém que “venceu na vida”, alguém que não apenas “sabe”, mas é legitimado para saber e 2- essa legitimação seria usada para ter um emprego fixo e ajudar nas contas de casa, de forma superior ao trabalho de quem não conseguiu entrar na faculdade.

Após entrar na faculdade, no curso de Ciências Sociais da UECE, que foi o que consegui passar (meu desejo era medicina, a figura de um médico preto vindo “de baixo” me fascinava na época), comecei a me indagar o que seria ser um “intelectual”, um “cientista”,

um “pensador” e etc. De forma meio arbitrária, meio direcionada pelas teorias acadêmicas que tive contato, comecei a reparar que poderia identificar esse ser social tanto dentro como fora da academia.

Encontrei muitas pessoas com essa capacidade de formular sobre si próprias e pertencer a uma grupalização de criação de sentido e teorias. Seja no período em que fiz vários cursos voltados para jovens nos governos petistas, que juntavam a capacitação profissional com formação em cidadania, seja mais à frente quando me vi dentro da luta contra a remoção de minha casa e de minha família pelas obras da copa do mundo de 2014, na favela em que morávamos.

Se é evidente que a academia tem participação importante nessa reflexibilidade, essa capacidade não é algo inerente somente a esta, o que percebi mais profundamente no contato com a luta urbana. Isso pode até parecer óbvio ao leitor, mas existe uma percepção do senso comum de que apenas se é um intelectual, um filósofo no sentido de poder pensar em si mesmo e no mundo, caso se viesse da academia. O que é mais falso quanto mais se acredita no caráter “universal”, da universidade. Nos dizeres de Gramsci:

Entretanto, deve -se notar que em todos os países, ainda que em graus diversos, existe uma grade cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, inclusive os mais numerosos e mais próximos a periferia nacional, como os professores e os padres. E isso ocorre por que o Estado, ainda que os governantes digam o contrário, não tem uma concepção unitária, coerente e homogênea, razão pelo qual os grupos intelectuais estão desagregados em vários extratos no interior de um mesmo estrato. A Universidade, com exceção de alguns países, não exerce nenhuma função unificadora; um livre pensador, frequentemente, tem mais influência do que toda a instituição universitária etc. (Gramsci, 2021, p. 144)

As pessoas que conheci na luta urbana eram: moradores de periferia, amigos de infância, membros de partidos políticos e de organizações de defesa da moradia, gente simples cuja imensa maioria nunca havia entrado na universidade e alguns quiçá haviam terminado os estudos básicos. A desconfiança que eu tinha que talvez essas pessoas também fossem intelectuais, mesmo sem ir à academia, apenas aumentou quando da minha entrada na instituição.

Entre com a expectativa que um Curso de Ciências Sociais tivesse um compromisso com as lutas sociais (ingenuidade?), que levasse em conta a realidade da maior parte da população e etc. Naquela época, idos de 2008, a “moda” era o pensamento “complexo de complexos” de Morin, as várias facetas do “fim do trabalho” de Fukuyama, e uma leitura rebaixada de Foucault mais preocupada em demonstrar seu caráter “antimarxista” (a biopolítica e a necropolítica ainda não estavam no cerne dos debate como hoje) e uma visão metodologista de Bourdieu.

Em comum das três interpretações era que os trabalhadores, suas lutas e suas formulações não eram dignas de estudo relevante. Acho que foi uma das épocas mais conservadoras da academia antes do “novo conservadorismo” dos governos Temer e Bolsonaro. Ironicamente⁷, no auge dos governos petistas.

Onde ficariam todos os colegas e familiares citados, que vinham da luta urbana como produtores de visão de mundo fora da academia, nessas interpretações? Eram relegados apenas como interlocutores, “objetos de estudo” e nada mais. E não foi pouco o esforço que fiz para viabilizar essa empreitada como forma de adquirir respeito e influência na academia com minha condição de “nativo” dos campos estudados, e maior ainda quando percebi o engodo da questão e busquei impedir que ela continuasse através de mim⁸.

No início, porém, como toda entrada num campo novo, demorei a perceber essas nuances e polarizações, e li tudo que me foi pedido e ainda mais para compensar a falta de “cultura geral” de minha origem de classe, absorvendo o inconsciente cultural do campo acadêmico das Ciências Sociais. Ao mesmo tempo, minhas inquietações permaneceram acesas através da minha contínua participação nas lutas por moradia, no movimento estudantil e nos estudos marxianos. Apenas após muitos anos e já graduado foi que tive uma resposta parcial à minha questão, através do Núcleo de Educação Popular 13 de maio (NEP 13 de Maio) e sua particular interpretação dos trabalhos de Gramsci.

O NEP 13 de Maio foi uma importante organização de formação em massa de trabalhadores nos primeiros anos de constituição da CUT e do PT. Eram a direção formativa dessas organizações. Quando tive contato com eles, 30 anos depois, pareciam se manter firmes em seus princípios mesmo expulsos das instâncias burocráticas dessas organizações. Também ao seu modo compartilhavam do “desencanto” com esses órgãos construídos pela classe trabalhadora nos anos 1980.

Vejamos mais de perto sua concepção do trabalho intelectual a partir de Gramsci que além de ter servido para minhas dúvidas existenciais, será um dos três pilares de nossa pesquisa no que tange a definir o “intelectual”.

Para Gramsci (2002) devemos destruir o preconceito muito comum de que a atividade intelectual, a capacidade de filosofar seja apenas atributo de uma profissão como a de professor ou de um campo intelectual específico como a universidade. Todos são filósofos. Um intelectual de um campo assim é definido menos por sua capacidade de filosofar, comum

⁷ A pesquisa mostrou que não tão irônico.

⁸ Na época houve muitos estudos sobre os favelados atingidos pelas obras da Copa, e como eu estava na academia fui “ponte” de muitos pesquisadores com os moradores.

a todo mundo e, mais pela sua rede de relações com um campo específico, além do grau de unidade e coerência de sua filosofia.

Quando se distingue entre intelectuais e não intelectuais, faz referência, na realidade, somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se é possível falar de intelectuais, é impossível falar de não intelectuais, por que não existem não intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso existem graus diversos de atividade especificamente intelectual. Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar (Gramsci, 2021, p. 229)

Essa filosofia espontânea está contida na linguagem, entendida como além de palavras gramaticalmente determinadas, mas todo um conjunto de noções e de conceitos determinados; no senso comum e no bom senso e em todo um sistema de crenças comuns, visão de mundo, superstições, opiniões, modos de ver e agir que também podem ser identificados naquilo que podemos chamar de “folclore” (Gramsci, 2002).

Me deterei rapidamente em como essa perspectiva auxilia o presente trabalho. Negando uma perspectiva estruturalista da linguagem, onde o significado é apenas a diferença de signos e significantes, essa interpretação de Gramsci advoga que tais expressões imagéticas, sintáticas ou semânticas são derivadas de posições sociais determinadas, em última instância da relação de grupos e/ou classes que transformam tais distinções em marcações estilísticas de dialetos e/ou palavras próprias de grupos sociais específicos.

Isso não me parece afirmar que essas formas expressivas e comunicativas derivam de forma absoluta dessas relações originais ou que as apresentem tais como são. Muitas vezes a forma de expressar certa posição social aparece na forma de linguagem de maneira cifrada, às vezes até em oposição ao seu conteúdo social, o ocultando. Mas isso não nega essa determinação.

Assim, as palavras ditas por esses sujeitos, “filósofos” do campo da Reforma Urbana que conheci, como “Reforma Urbana”, “direito à cidade”, “uso social da terra”, “luta por moradia”, “ocupar”, “resistir” e etc. apenas podem ser compreendidas em relação a constituição do campo em que foram criados e são reproduzidos:

É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, das atividades de outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no

conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e , portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais.(Gramsci, 2021, p. 205)

Por isso, a pesquisa busca essas “palavras chaves” e sua conexão com a formação do campo em questão. Com toda a constelação de expressões sociais contidas num mesmo senso comum de um campo. Passemos a essa questão.

O senso comum é aquilo que se acredita porque todos daquele grupo, classe ou sociedade acredita. Por que? “Porque sim”. “Porque sempre foi assim e sempre será”. A adesão a essa constelação de significados e significantes é feita por uma necessidade social de pertencimento a um grupo.

No início por uma necessidade de sobrevivência física, o bebê ou a criança que para se desenvolver precisa de um grupo familiar ou equivalente, ao qual lhe concede não apenas o alimento, mas toda a concepção de mundo com o qual ele interpretará suas experiências dentro e fora desse agrupamento. Depois pelo reproduzir dessa necessidade primeira agora com cada vez mais determinações sociais de pertencimento a outros grupos, classes e etc. como forma de construção da própria personalidade.

Importante notar que é o pertencimento social que é fundamental nesse processo e não se o conteúdo tem lógica ou sentido de um ponto de vista científico⁹. Já o bom senso seria uma espécie de “núcleo positivo” desse senso comum, um conhecimento adquirido na experiência e repetição que se aproxima mais do mundo tal como ele é em sua lógica objetiva. Mas ainda mantendo o caráter de pertencimento grupal, como animador desse “senso bom”, o que também lhe impõe limites.

A desconfiança que às vezes existe dos “poderosos” e da “politicagem do planalto”, anedotas contidas em nosso folclore cotidiano como “água mole em pedra dura tanto bate até que fura” (que fala sobre a mudança e o tempo na vida de forma simples, sem floreios acadêmicos, e que não precisa se valer de afirmações científicas para se afirmar como tal) são exemplos dessa manifestação do senso comum.

Algumas dessas verdades consagradas, de tão repetidas e incorporadas no cotidiano, acabam por serem envoltas em formas místicas e até religiosas, fetichizadas. Mesmo a questão central do pertencimento a um grupo gerador de significados fica pálido perante essa determinação mística. Coisa como “menino desvira essa chinela se não atrai mau agouro”, ou “não beba leite com manga que dá trombose” são casos cômicos que já se

⁹ Tente explicar para um terraplanista convicto por que a terra é redonda segundo Ptolomeu ou Galileu e, possivelmente, o debate não terá nada a ver com provas científicas.

incorporaram a todo um “folclore” cotidiano (no caso do nordeste, mas cada particularidade tem os seus conjuntos folclóricos).

Me parece que esse fenômeno também pode ser encontrado mesmo em ambientes acadêmicos ou qualquer outra formação grupal, na forma de verdades consagradas que se incorporam ao modo de ver do campo e dos indivíduos socializados por/dentro dele. Assim essa visão ampliada de Gramsci sobre a capacidade de filosofar se mostra muito útil para ver a relação cultural intra e entre vários campos aproximando espaços profissionalizados da capacidade de pensar com espaços não formais, de massa, ao qual o campo que pesquisei está em constante transição em ambas as direções.

Segundo Gramsci (2002) após demonstrar que “todos são filósofos” , ainda que inconscientemente, é preciso passar para o segundo momento que pode ser resumida numa questão: é preferível pensar sem disto ter consciência crítica, de forma a participar de uma concepção de mundo imposta pelo exterior, dos vários grupos que viemos a fazer parte durante a vida? Ou é melhor elaborar a própria concepção de mundo de forma crítica e consciente em ligação com o trabalho do próprio cérebro? Poder escolher a própria atividade na produção da história mundial, não aceitando servil e passivamente a marca da própria personalidade?

Nesse sentido, esse trabalho, ao se propor reconstituir o campo da Reforma Urbana, é também minha tentativa de elaborar essa perspectiva consciente de minha trajetória. Que é situada num determinado momento histórico, atravessada pela própria história do campo e que depende do inventário do campo para a descoberta social de uma determinada personalidade, a de participante da construção do Campo da Reforma Urbana no Brasil:

Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torna-la unitária e coerente e eleva-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer inicialmente este inventário (Gramsci, 2021, p. 129).

Sei que não é um caminho fácil. Isolar a constituição de um campo é um exercício de abstração apenas possível no pensamento. Somos conformistas de muitos conformismos ao mesmo tempo, tanto quanto os grupos, classes e campos ao qual pertencemos. Quando ainda não conseguimos de forma crítica e coerente realizar esse processo de flexibilidade com nossa visão de mundo é por que ela ainda se encontra num estágio de ocasionalidade e desagregação (Gramsci, 2002).

Isso significa que nossa própria personalidade é composta de forma bizarra. Nela podemos encontrar elementos da mais avançada ciência já produzida convivendo lado a lado com elementos da humanidade paleolítica! A filosofia de uma futura humanidade emancipada junto aos preconceitos de todas as épocas históricas passadas (Gramsci, 2002).

Por isso a questão de responder que tipo histórico de conformismo ou a que tipo de homem massa fazemos parte é fundamental para superar essa “bizarrice”, seja no estudo social da personalidade ou na reconstituição da história dos campos.

Que tipo histórico de conformismo marca a história do campo da Reforma Urbana no Brasil?

Que tipo de homens/mulheres massa esse campo ajudou a produzir? Isso é um processo de inventário, do “conhece-te a ti mesmo”, alcançar a consciência de si mesmo a partir do produto de um processo histórico que deixa em nós uma infinidade de traços sociais que oculta sua gênese e desenvolvimento até o momento presente.

Por fim, como não podemos separar a filosofia da História da Filosofia e nem a cultura da História da Cultura, é preciso ter consciência que essa interpretação está em conflitos com outras e que ela responde a problemas práticos da atualidade. Afinal, se enfrentamos problemas da atualidade com ferramentas de um passado remoto e ultrapassado, corremos o risco de ser nós mesmos “fósseis vivos” incapazes de responder aos problemas do nosso tempo.

Daí a necessidade de se contrapor de forma crítica (mas não absoluta) contra as concepções vigentes sobre o campo da Reforma Urbana feitas até agora e suas bases histórico-filosóficas:

Predominam no senso comum os elementos “realistas”, materialistas, isto é, o produto imediato da sensação bruta, o que, de resto, não está em contradição com o elemento religioso, ao contrário; mas estes elementos são “supersticiosos”, acrílicos(...)Quando, individualmente, um elemento da massa supera criticamente o senso comum, ele aceita, por este mesmo fato, uma filosofia nova: daí, portanto, a necessidade, numa exposição da filosofia da práxis, da polêmica com as filosofias tradicionais. Aliás, por este seu caráter tendencial de filosofia das massas, a filosofia da práxis só pode ser concebida em forma polêmica, de luta perpétua. Todavia, o ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é espontaneamente a filosofia das multidões, que se trata de tornar ideologicamente homogêneas (Gramsci, 2021, p. 150).

Continuando o exercício reflexivo, a entrada na universidade, mesmo não sendo suficiente para me ajudar a entender a capacidade filosófica fora desta (para isso foi fundamental o NEP 13 de maio), me ajudou a entender o que é um campo intelectual no

sentido restrito, de profissionais do pensar¹⁰. Também foi nesse espaço que pela primeira vez tive acesso ao campo acadêmico da Reforma Urbana.

Logo de início esse lugar me pareceu um reino do livre pensar. Mesmo quando com o tempo os jogos de poder grupais e os confrontos de classe começaram a despontar diante dos meus olhos, a academia mantinha essa “aura” de que algumas regras gerais sociais estavam “suspensas” naquele espaço e que certos debates e práticas que não podiam ser feitas do “lado de fora”, podiam ser feitas ali.

Não apenas existia essa “aura” como existia uma vontade deliberada por parte do corpo docente de reafirmação disso, mesmo que de forma difusa. Claro que muitas vezes essa afirmação contrastava com atitudes reacionárias de alguns professores ou com o exagero de achar que a atividade criativa na universidade era monopólio docente. Mas a “aura” continuava lá e aos poucos ia sendo internalizada como parte do ofício de ser sociólogo, uma intenção de distinção e liberdade perante outras esferas do pensar e agir:

Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles consideram a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante. Esta autoimagem não deixa de ter consequências de grande importância no campo ideológico e político (toda a filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com esta posição assumida pelo conjunto social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser “independentes”, autônomos, dotados de características próprias e etc) (Gramsci, 2021, p.205).

Obviamente era um espaço determinado. Era um curso de Ciências Sociais, numa universidade estadual no Nordeste com majoritariamente alunos de origem trabalhadora e dependentes de assistência estudantil (salvo claro nos “cursos de excelência”), marcada por intenso histórico de greves e organização docente e discente. Por isso, sempre me perguntava se esse era um traço local ou regional ou se estava intrínseco no funcionamento dessa instituição.

A universidade me parece é a forma mais avançada de institucionalização de um campo intelectual, mas um campo intelectual não se restringe a universidade podendo transbordar para além dessa institucionalidade e às vezes não ter qualquer ligação com esta. Até porque, como afirmei nos parágrafos anteriores, não é atividade de pensar que define um “intelectual”.

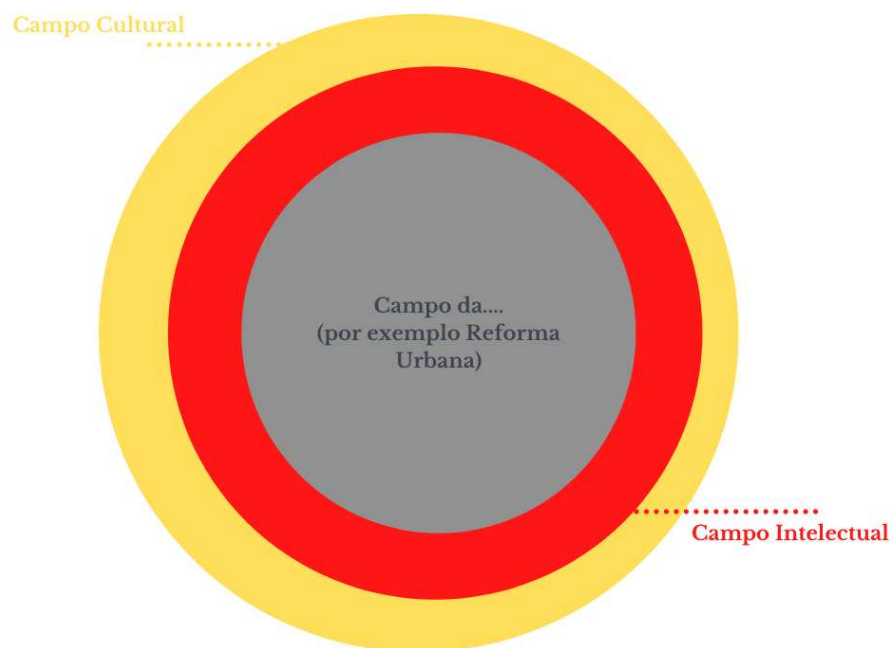
¹⁰ “Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”(Gramsci, 2021, p. 203)

Por fim, mesmo que um campo intelectual possa não se definir exclusivamente pela universidade, tem ela como ponto de partida, pano de fundo e/ou adversário filosófico. Além da experiência com a academia, foi muito importante nesse trabalho os estudos de Bourdieu (2002) sobre a questão. Permitam-me realizar um pequeno resgate do funcionamento do campo intelectual e da academia na produção simbólica da vida social para seguir nessa contextualização e apresentação das principais categorias desta tese.

Antes de mais nada, segundo Bourdieu (2002), existe uma relação criador-obra que é afetada pelo sistema de relações sociais nos quais se realiza a criação. Essas relações é que podem ser entendidas como um campo intelectual, um certo “campo magnético”, um limite de forças entre os polos de força que variam com o tempo. Seja como ato de comunicação ou mais precisamente pela posição do criador na estrutura do campo que se relaciona também com suas obras anteriores e da aceitação obtida por ela.

Assim um determinado campo, por exemplo o da Reforma Urbana, apresenta a seguinte relação intra campos que pode ser vista de forma introdutória na figura abaixo:

Figura 1- Relação intra campos



Fonte: elaborada pelo autor.

Lembrando que essa relação imagética é um recurso de abstração. Quando se fala de um campo específico ele é ao mesmo tempo lugar de distinção em relação a outros campos e também expressão do campo imediatamente superior ao dele. Assim, quando falamos

campo da Reforma Urbana no Brasil, falamos de uma determinada relação entre criador e obra (ou criadores e obras), que por sua vez é expressão de certas relações que diferenciam o campo intelectual de outros campos (político, econômico, religioso e etc), que comporta camadas múltiplas de habitus, conforme distribuição diferenciada de capitais.

O campo intelectual por sua vez é expressão de um campo cultural, instância de produção, legitimação e divulgação da Cultura como atributo que pode ser acumulado e internalizado na forma de habitus, se expressando como um certo “inconsciente cultural” atributo dos participantes de determinado campo intelectual (Bourdieu, 2002).

A primeira marca desse inconsciente cultural é sua pretensão a autonomia em relação a outros campos da vida. Esse desejo surge de uma conquista no processo histórico e não só na vontade dos participantes. O que aparece como vocação do intelectual profissional de estar “livre de qualquer influência” a não ser de seu próprio pensar, na verdade é habitus internalizado do campo cultural, é produto que esconde o processo que foi criado¹¹.

É difícil, no entanto, para seus participantes entenderem que essa autonomia é relativa e não absoluta. Por isso que para Bourdieu(2002), a flexibilidade, a reconstrução histórica do campo é condição não apenas para entendê-lo, mas a si próprio como membro desse magnetismo de relações, bem próximo a “recuperação da autonomia histórica” de Gramsci(2021). Importante demarcar que o autor se baseia no processo europeu para corroborar com suas afirmações.

Que outros campos são esses que o campo intelectual surge em oposição? Principalmente da aristocracia e igreja e são os artistas que são nossos “antepassados” nesse processo, pois são eles que participam do processo de saída da condição de tutela dessas duas esferas para a de concorrência pela legitimidade cultural (Bourdieu, 2002).

Funcionou assim: determinado artista (pintores, escultores, músicos e escritores e atores principalmente) era sustentado por um nobre ou pela igreja e lhe era incumbida a produção de obras para seus patronos. O patrono deixa sua marca na obra tanto enquanto encomenda (era comum os artistas mudarem partes da obra somente para agradar ao patrono) quanto na avaliação da mesma.

Daí que a necessidade de diferenciação também se expressa na criação de instâncias avaliadores próprias para o trabalho desses artistas. Porém, para isso era necessária autonomia econômica. Devia-se sair de um grupo seletos para um público maior e mais difuso, uma plateia. Esse processo ocorre mais rápido no teatro e mais lento na literatura, em linhas

¹¹ E nesse sentido se aproxima da crítica ao idealismo de autonomia dos intelectuais de Gramsci, exposto mais acima.

gerais. À medida que esse novo público se expande e se diversifica, o campo intelectual se torna mais completo e mais independente (Bourdieu, 2002).

Esse fenômeno tem relação direta com a Revolução Burguesa e a entrada do sujeito individual burguês e da lógica mercantil em todas as esferas da vida. A invenção da bilheteria do teatro, como espaço físico fixo, e o aumento da população nas cidades são também marcas importantes desse desenvolvimento.

Desponta a figura do Editor e do Diretor de Teatro, junto com as associações artísticas e científicas, como substituto do patrono e como uma transição para o aparecimento do “intelectual autônomo”, que não teria outra inclinação a não ser seu projeto criador. Por projeto criador (Bourdieu, 2002) se entende a inclinação de fazer a “arte pela arte” ou mais tarde a “ciência pela ciência” como única exigência para os ofícios ligados ao campo intelectual. Diferente do que pensamos hoje no senso comum, segundo Bourdieu, esse impulso é recente e foi construído na modernidade.

Essa mudança tem cinco características principais: 1-mudança da relação escritor e leitores, 2- uma atitude diferente em relação ao “público”, 3- a produção artística se especializa como várias outras nesse período, 4- a arte se reveste de forma crescente de uma aura de “superioridade” em relação a outras esferas e 5- a representação do escritor como “artista autônomo” torna-se senso comum. Nesse ponto Bourdieu (2002) se pergunta se essa autonomização e projeto criador não seriam apenas uma compensação ideológica para mascarar a troca do patrono tradicional por dois novos patronos indissociados: o público difuso e o mercado.

Me parece que a resposta de Bourdieu é ambígua a essa questão. Por um lado, agora o público se torna cada vez mais uma massa indiferenciada, impessoal e anônima, “sem rosto”. Por outro lado, cria-se assim um “mercado de compradores”, o que permite dar a obra uma sanção econômica capaz não apenas de assegurar independência econômica e intelectual do artista, mas também provida de alguma legitimação cultural paralela à dada pelos antigos patronos.

Vejam que interessante: é esse mercado que torna possível a criação do “intelectual profissional”, mais uma criação moderna do advento do capitalismo. Com isso aparecem novos “personagens” históricos (veja por exemplo a diferença entre esse intelectual profissional e um filósofo grego) e a constituição de um verdadeiro campo intelectual, expressão de um sistema de relações que se estabelecem entre os agentes do sistema de produção intelectual.

Esse sistema, segundo Bourdieu (2002; 2014), apesar de ser chancelado pelo mercado, não pode ser reduzido a ele de forma absoluta. Pois sua utilidade é baseada na produção de significação estética, cujo projeto criador para se realizar não pode ser refém. Resta perguntar a Bourdieu até onde resiste essa não reducionalidade ao econômico, no mundo em que impera o valor de troca em detrimento do valor de uso (Marx, 1980), mas, sigamos até o fim do quadro pintado pelo autor.

Fato é que é essa a especificidade do campo intelectual, a não reducionalidade a esfera econômica, apesar de esta ter lhe permitido nascer como campo intelectual e que lhe permitiu sua ambição de autonomia. As relações entre seus agentes passaram a ser mediadas pela concorrência dentro da legitimidade cultural, do qual o público aparece como penhor e até de árbitro, mas nunca se identificando completamente com a concorrência mercantil (Bourdieu, 2002; 2014).

Isso porém não impediu a entrada massiva no campo intelectual de métodos e técnicas de mercado ligados a comercialização da obra de arte que coincidiria também com: 1- a glorificação do indivíduo artista e de sua missão “salvadora”; 2- o esforço metódico que tenta separar o intelectual do mundo comum; 3- na intenção não declarada de reconhecer apenas um leitor ideal de sua obra; 4- na figura de um outro intelectual avaliador, um alter ego que afirma em seu desejo que a legitimação da obra seja apenas a intelectual. É isso que levaria a criação de uma moral avaliadora da obra segundo a “pureza” do artista/intelectual, expressa na “ambição de autonomia”, tendência de qualquer campo intelectual.

Por sua vez, essa tendência levou a um paradoxo: conforme o campo intelectual se desenvolvia, seus intelectuais se afastavam do “público de amadores” que o legitimava, fechando cada vez mais em grupos de admiração mútua, ficando condenados à eterna incompreensão do público¹² (Bourdieu, 2002; 2014). Esse é o dilema apontado por Bourdieu em algumas de suas obras, como por exemplo a metáfora da “torre de marfim” que caracterizaria a universidade e os grupos de intelectuais, em geral, incapazes de se comunicar com a grande massa.

De certa forma o autor fala de seu próprio drama e dos limites de sua teoria do habitus (Burawoy, 2010). Não à toa nos últimos anos de sua vida vai advogar uma “internacional dos intelectuais” como forma de superar essa separação e ao mesmo tempo não depender de uma massa guiada pelo senso comum. Sabe-se que a tentativa fracassou

¹² Intelectuais não orgânicos para Gramsci (2002, 2021)

(Burawoy, 2010). No fim da vida, Bourdieu começou a participar de piquetes de greve na França, tentando estar mais presente no cotidiano da classe trabalhadora francesa.

Essa síndrome “torre de marfim” perpassou minha experiência no campo intelectual por diversas vezes. Em minha dissertação (Oliveira, 2018), em que trato das remoções causadas pelo empresariado da construção civil pelas obras da copa do mundo e da resistência criada pelos moradores contra tal ofensiva, relatei essa postura. Tanto da burocracia do governo como de alguns intelectuais da esquerda democrática, ligados a partidos social democratas.

Uma parte expressiva deles, uma miríade de advogados populares, urbanistas, geógrafos, cientistas sociais e etc., a princípio chegaram para auxiliar o movimento de resistência. Mas, logo em seguida, tentaram organizar o movimento dos moradores com a métrica do espaço acadêmico, pequeno burguês (Marx, 2011). Sem uma ligação orgânica (Gramsci, 2021) com os anseios dos removidos.

Outro exemplo foi o próprio desenvolvimento do Bolsonarismo, que atingiu boa parte da academia de surpresa. Absorta por muitos anos em temas distantes da realidade da maioria da população, cuja boa parte é foi base eleitoral do ex-presidente (Genari, 2018). Nesse sentido o crescente irracionalismo geral da sociedade, a ojeriza à ciência cada vez mais comum entre o “povão”, parece ter relação não apenas com as forças conservadoras que hoje dirigem nossa sociedade, mas também com essa síndrome da “torre de marfim” que afasta público e campo intelectual.

Nesse sentido que Bourdieu (2002; 2018) afirma a necessidade de recompor a historicidade de um campo intelectual para demonstrar que essa autonomia relativa ou desejo de autonomia é fruto de um processo histórico que está ligado com o desenvolvimento do todo social. Que por sua vez, cria condições para a existência de um campo específico detentor de uma lógica interna que pode ser agora estudada em seu funcionamento endógeno, sem que se perca seu processo entre campos.

Tendo demonstrado as condições exógenas de criação e diferenciação do campo intelectual, Bourdieu nos sugere então uma certa relação existente entre os agentes de um campo intelectual: o autor, sua intenção (ou seu projeto criador), sua obra, o público e o editor. A intenção de um autor não é preponderantemente fruto de seu gênio pessoal, mas seria definida por: o que o público daquele campo espera da obra, o que o editor espera, o que o autor espera desse dois.

É como se o inconsciente cultural do campo do autor, ao se internalizar na forma de habitus, já trouxesse como marca não reconhecível o papel dos avaliadores da obra na

criação da mesma. A obra cuja vida depois de parida vai muito além da intenção criadora é expressão das relações de poder naquele campo e a própria crítica endereçada a ela é também parte do seu fazer constitutivo, é a própria objetificação da obra no plano simbólico.

O que quero dizer com tudo isso? Que, bem vistas as coisas, os agentes de um determinado campo intelectual apenas podem criar, avaliar, criticar, externalizar sua intenção criadora da forma possível que o campo coloca. Pois este não lhe dá apenas o conteúdo das proposições, mas também seus critérios de classificação (Burawoy, 2010).

Só se faz no campo as perguntas que se pode responder pois elas só podem surgir se o campo já for produtor dessas respostas, pois no projeto criador do autor já está contida o que o senso público da obra pensa sobre ele, o pensamento sobre esse senso pelo autor e pelo editor, e o pensamento do editor sobre ambos (Bourdieu, 2002).

De forma que, às vezes, o que define uma certa escola intelectual pode vir de fora, na forma de um escárnio que o grupo internaliza, não apenas por vontade ou por imposição, mas por que representa a representação do público, ou do grupo sobre a obra que faz parte do campo como tensionamentos de forças. Daí que há uma tendência aos críticos e ao público cada vez mais buscar o que define os autores como escola, pois isso é ao mesmo tempo o processo que os torna avaliadores e participantes de um estilo literário, uma escola ou campo intelectual.

Assim, o sentido público de uma obra, entendido como julgamento objetivamente construído sobre a importância e a verdade da obra, e que todo julgamento individual é forçado socialmente a se referir, é determinadamente coletivo. E assim a relação de um autor com sua obra e deles com uma escola é sempre mediada com a relação que mantém com o sentido público dela, que sempre retorna a sua mente a cada contato com cada agente de seu campo (público, editora, outros intelectuais e etc). Na relação mais singular desse universo, por exemplo alguém em contato com uma obra, está posto o universal das relações de força intra campo e deste com outros campos (Bourdieu, 2002; 2014).

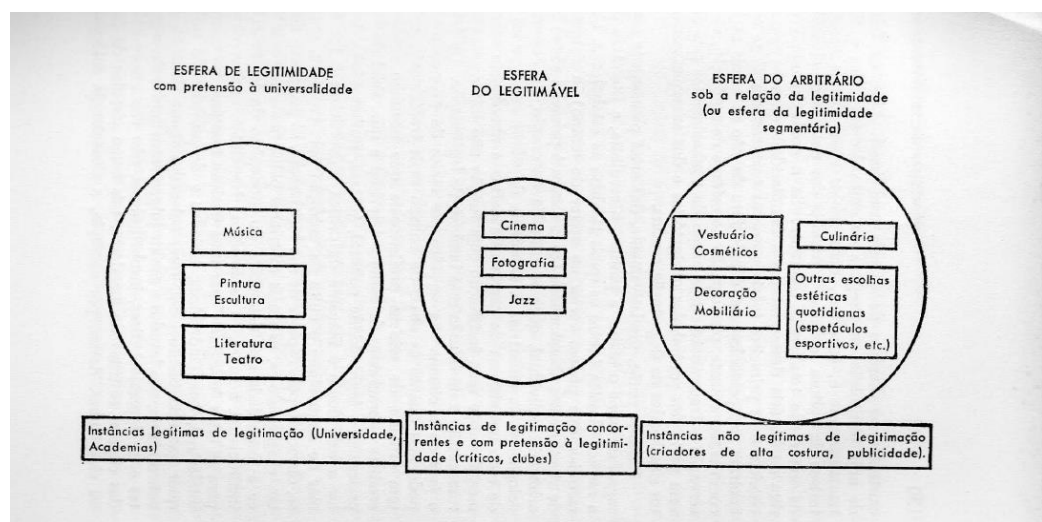
É sempre o julgamento de uma obra já julgada pelos conjuntos de julgamentos realizados e possíveis sobre esta, pois constitui uma integração dos juízos singulares ao seu respeito. É sempre um julgamento ligado a determinado senso comum, e que por isso mesmo participa das possíveis novas aquisições desse mesmo senso. O julgamento histórico, último baluarte do julgamento da obra, já está contido no primeiro leitor desta e as gerações posteriores terão que contar com o senso público herdado do período atual.

No entanto, o peso funcional dessas posições de legitimação não é o mesmo. Isso porque a estrutura de um campo intelectual está em interdependência com as estruturas do

campo cultural que é hierarquizado conforme graus de legitimidade. Assim, os diferentes campos de expressão intelectuais e/ou artísticos são organizados numa hierarquia que independe das posições individuais onde se define a legitimidade cultural e suas nuances.

Fora do que se considera “cultura legítima”, os “consumidores” podem ter uma relação mais livre e despreocupada com as obras enquanto que em contato com o domínio consagrado da cultura sentir-se-iam medidos por normas objetivas e com a tendência a agir com uma postura devota, cerimonial e ritualizada. Abaixo infografia que Bourdieu usa em seu texto como exemplo de hierarquização no campo da cultura:

Figura 2 – Hierarquização do Campo da Cultura



Fonte: Bourdieu (2002, p.129)

Por isso que a forma de competição pelo sucesso nessas esferas é a competição pela consagração. Esta aparece como briga entre as instâncias legitimadoras dentro do campo. Esses espaços legitimadores se comportam também como espaços legitimados cuja autoridade dos detentores do poder de legitimação é formada, a saber, pelos “professores” (Bourdieu, 2002; 2014).

Bourdieu (2002) critica, por exemplo, a intenção de espaços criativos da cultura de assumir formas acadêmicas que fortificam a “erudição pela erudição” numa tentativa de acelerar sua consagração. Os que não conseguem a consagração são deslocados para uma posição marginal no campo, muitas vezes desprovidos de qualquer apoio institucional constituindo opiniões divergentes e com muitas dificuldades para deixar de ser um gueto particular.

A forma de relação do participante com o campo das obras culturais, o conteúdo de sua intenção artística ou intelectual e a morfos do seu projeto criador são mediatizados pela

sua posição no campo intelectual, o que o orienta sua atividade para esta ou aquela região do campo cultural. As escolas ou “famílias intelectuais” seriam assim na verdade “famílias de cultura”, pois mais do que ideias abstratas sobre certo tema, o que liga seus membros são certas posições comuns no campo. A possibilidade de existência de certos campos intelectuais e sua complexidade dependem de um certo grau de desenvolvimento e diferenciamento social.

Por fim, a relação do autor com seu público, outros membros da sociedade intelectual, com a realidade social exterior ao seu campo, com sua classe social e os poderes econômicos que tentam reduzir a produção teórica a produção mercantil, se dá mediatizada pela estrutura do campo intelectual e mais especificamente pela sua posição em relação às autoridades culturais cujo o poder hierarquizam o campo intelectual. A ortodoxia assim sempre aparece como uma referência aos atos e julgamentos culturais (Bourdieu, 2002; 2014).

Essa contradição entre ortodoxia e projeto criador, se expressa na contradição entre “criador da cultura¹³” e “professor¹⁴”. Estes tendem a ser os “conservadores da cultura”, incumbidos da “pregação” e organização da aprendizagem cultural, se opondo aos “criadores culturais” que Bourdieu afirma ser aqueles capazes de impor sua autoridade sem a legitimidade do consagrado, do que já está posto, mesmo que muitas vezes se baseie nela e faça sua oposição por causa da consagração de outros.

Enquanto o “professor” tal como o “sacerdote” denuncia as “heresias”, o espírito profético do portador da crítica ao existente, o criador da cultura denuncia o arcaísmo e o conservadorismo do professor, sua aparente arbitrariedade de consagrar apenas seus pares e, parafraseando Weber (2000 apud Bourdieu 2002), a defesa de sua “igreja”. Nesse sentido, a Universidade, como instituição, tem a pretensão do monopólio de transmissão das obras consagradas do passado e da consagração dos consumidores culturais do presente.

Para Bourdieu (2002; 2018) isso é um paradoxo pois a atividade universitária está baseada no projeto criador, porém uma vez consagrada e tornada “clássico”, essas mesmas obras, sob julgo simbólico da universidade, são usadas para “podar” o projeto criador. Por isso, é compreensível a fúria dos criadores da cultura contra os agentes da ordem consagrada, porém a própria crítica à universidade acaba demonstrando sua legitimidade como objeto ao qual se deve se diferenciar ou se fundir, mas nunca ignorar.

¹³ É possível estabelecer uma relação entre essa categoria e a de Intelectual Orgânico de Gramsci (Gramsci, 2021)

¹⁴ É possível fazer um paralelo entre essa categoria e da de Intelectual Tradicional de Gramsci (Buroway, 2010; Gramsci, 2021)

Entender os conflitos atuais no campo cultural passa tanto por suas bases objetivas quanto pelos motivos que seus agentes acham que tem para os conflitos que são fruto de contradições passadas entre o estabelecido e o criativo.

Todas essas determinações apontadas formam o inconsciente cultural¹⁵ de um campo intelectual, um habitus, códigos e disposições contemporâneas e comuns a sua época, temas e problemas do dia a dia, maneiras de pensar, formas de percepção que nos situam enquanto intelectuais social e historicamente. O que faz nossas escolhas serem interiorizações objetivas de uma cultura, de uma sociedade ou de uma classe. Ela se mostra não tanto nas citações explícitas de um autor sobre seus antepassados de escola, por exemplo Marx citando Feuerbach, mas naquilo que se fundiu no pensamento do intelectual, por exemplo aquilo que se fundiu no pensamento de Marx do seu mestre.

Tal como o senso comum gramsciano, esse produto relacional esconde seu processo para aquele que o internaliza. É como se Bourdieu levasse esse raciocínio também para o âmbito dos conceitos científicos definindo essas como internalizações das relações, práticas e posições do campo no sujeito singular intelectual profissional. É o preço da transformação da herança coletiva em herança individual. Daí que ele propõe a reflexibilidade como método de resgate desse habitus, que significa reconstruir a história do campo (Bourdieu, 2002; 2014). É a sua versão do “conhece-te a ti mesmo” (Gramsci, 2021) aplicada à teoria dos campos e em especial a teoria do campo intelectual.

Dessa forma Bourdieu afirma ser possível fugir tanto de uma visão internalista sobre as obras intelectuais que procura explicá-las por si mesmas, seus princípios e normas de deciframento e razão e uma visão externalista onde elas seriam fruto direto das condições sociais, econômicas, sociais e culturais da criação artística (Bourdieu, 2002).

Na verdade, toda influência externa ao campo intelectual é sempre refratada, para utilizar a boa metáfora do autor, pela estrutura do campo intelectual. Sua relação com sua classe de origem ou a que assume no presente atual é mediada por sua posição no campo intelectual, o que pode lhe autorizar a reivindicá-la ou negá-la vergonhosamente¹⁶. As

¹⁵ Sendo esta uma ponte importante com o conceito de senso comum gramsciano em seu caráter grupal, multifacetado (“bizarro” nos dizerem de Gramsci) e não reflexivo, porém dotado de senso prático.

¹⁶ O próprio Bourdieu foi vítima desse processo de “vergonha por refração” conforme citação de Burawoy: “refletindo suas próprias posições e disposições intelectuais diferentes, os autores (Bourdieu e Gramsci) divergiam fundamentalmente na relação que tinham com sua origem de classe. No filme *A Sociologia* é um esporte de combate – o retrato da vida acadêmica e política de Bourdieu – há uma cena na qual Bourdieu descreve sua repugnância pelo dialeto da região natal dos Pirineus, revelando o *habitus* de classe que ele adquirira no ambiente acadêmico. Gramsci, por sua vez, redigia cartas comoventes da prisão para sua irmã, implorando-lhe para que ela se certificasse que seus filhos nunca perdesse a familiaridade com o dialeto próprio e as expressões vernaculares” (Burawoy, 2010, p.78)

determinações materiais são refratadas pela realidade do campo e apenas desse modo podem se transformar em objetos de reflexão de seus participantes.

Essa tese seria esse esforço de flexibilidade, de conhecer a mim mesmo e meu campo da Reforma Urbana e, a partir desse particular, acessar um certo período de constituição de um campo de luta no Brasil. De resgatar o que era o consagrado anterior que foi negado pelo projeto criador da Reforma Urbana e que uma vez consagrada nega o projeto criador que pode existir atualmente. É resgatar o código comum, o inconsciente cultural, as formas de pensar e agir dos membros desse campo que se internalizou em nós sem que nós dêssemos conta¹⁷.

É resgatar as dificuldades de constituição desse campo, sua relação junto com o Estado, que a “consagrou” a “profanou” através das práticas de governabilidade. Como forjou o que pensávamos, o que falávamos e o que nos opúnhamos e como nos armou também contra ela própria.

Será também definir as diferentes metamorfoses do público da Reforma Urbana, a criação de um sentido público sobre a obra da Reforma Urbana no Brasil, o grau de autonomia das determinações econômicas, sociais, políticas e culturais nesse campo e por isso mesmo identificar a qualidade de seu efeito de refração. A influência dos ataques ao campo em sua própria definição de si e o grau de sua posição hierárquica em relação a outros campos de lutas no período estudado.

¹⁷ Mesmo com as semelhanças apontadas, pode parecer “heresia” relacionar as categorias de senso comum de Gramsci e inconsciente cultural de Bourdieu. Primeiramente, aproximações categoriais dos dois autores não são inéditas. Temos o trabalho clássico de Burawoy (2010), “O marxismo encontra Bourdieu”, no qual essa aproximação é exaustivamente estudada. De início, ambos os autores vêm de realidades muito parecidas, de origem pobre e agrária e sofreram dificuldades em contato com o ambiente urbano ilustrado, seja na figura do partido (Gramsci) ou na Universidade (Bourdieu), o que vai marcar toda a obra de ambos (Burawoy, 2010). Se podem divergir nos meios de superar o problema da hegemonia da classe dominante (Gramsci) e ou da violência simbólica das disposições internalizadas pelo campo (Bourdieu), parecem convergir no essencial para o uso neste trabalho que é sobre o processo de internalizações das relações sociais na forma de visão de mundo, formas de ser e sentir, costumes, disposições corporais e etc. Em ambos a questão do ocultamento dessas raízes – sendo necessário o inventário do senso comum (Gramsci) – e a necessidade da flexibilidade do sociólogo para compreender o inconsciente cultural de determinado campo (Bourdieu) são análogos, em cujo o papel do intelectual é fundamental. Seja na relação orgânica com os trabalhadores, partindo do senso comum em direção à filosofia da práxis, seja no desvelamento da doxa pelo sociólogo na denúncia da aparência de desinteresse da violência simbólica, mesmo que apenas entendida por... intelectuais. Por isso, no trabalho, senso comum e inconsciente cultural se revezarão como ferramentas de análise, pois na prática da pesquisa ajudaram a entender o processo de construção de verdades pelo campo da Reforma Urbana no Brasil, seja nas contradições de posições díspares sobre o campo presentes no discurso de um mesmo autor (senso comum), seja na ilusão de autonomia do projeto criador dentro do campo intelectual frente às classificações tradicionais produzidas e impostas pelo campo do poder (inconsciente cultural). Por fim, em ambas as abordagens, a consciência e/ou as disposições internalizadas não são meros reflexos das estruturas sociais, sendo na verdade formas disponíveis de “jogar o jogo”, mesmo que na versão Bourdieusiana apareçam de forma levemente mais fatalistas. Como o trabalho foca sua atenção na forma de produção das verdades grupais e não em sua superação no terreno histórico – pois isso demandaria por exemplo averiguar a verdade histórica da própria Reforma Urbana no Brasil –, não houve qualquer prejuízo. Afinal os consagrados da Reforma Urbana no Brasil estão situados eles mesmos na fronteira entre a luta popular e o ambiente acadêmico.

Por fim, seus sacerdotes e seus profetas, professores e criadores da cultura e a disputa pela verdade sobre a definição do tema, e não menos importante, até onde foi/vai a influência do mercado na constituição dessa particularidade.

2.2 Campo Intelectual e Ideologia

Poder-se-ia seguir a partir daqui direto para nosso objeto caso a pesquisa não nos tivesse trazido novas questões durante a feitura desta tese. Entendi com Bourdieu (2002) que existe um inconsciente cultural no campo, internalizações de relações concretas entre seus participantes, obra, sentido público e etc, que anima seu projeto criador em contraste e/ou em concorrência pela busca da consagração. Teríamos assim um bom quadro para estudar as particularidades do campo da Reforma Urbana no Brasil.

Porém, tal como toda particularidade constitui-se como a determinação de uma certa generalidade (Hegel, 1999), a constituição do campo da Reforma Urbana no país e sua crise não se processou sozinha, não sem ser expressão de relações mais gerais de uma sociedade capitalista e de uma formação social brasileira entrelaçada de forma desigual e combinada¹⁸ com essa totalidade (Oliveira, 2003).

Esse campo também encerra uma promessa para seu público, a Reforma Urbana, que esteve interligada com outras reformas na construção de uma estratégia para a Revolução Brasileira. E hoje, no que acredito ser seu crepúsculo, junto com a estratégia que o conteve no período recente, expressa também um certo “desencanto”, “desgosto” de parte considerável de seus participantes.

Se isso não aparece como evidente, e para mim também não o era até pouco tempo, acredito ser por motivações ideológicas, por um produto que esconde seu processo, expressão de relações sociais na forma de ideias (Marx, 2012), que não pairam no ar da indeterminação. Mas sim que tem um pé bem fincado numa determinada sociedade de classes, com determinadas classes em luta em todas as esferas, numa determinada vida mercantil. Que por sua vez pari uma lógica mercantil a ser expressa pela produção da vida e que lhe determina. São determinações que vão muito além da produção intelectual do campo e que entrelaçam tanto a totalidade sistêmica como a particularidade da formação social.

Apesar de ir além do campo intelectual, essas questões sobre alienação e ideologia tem especial interesse nos estudos desses objetos. Neles a realidade e a ideia da realidade

¹⁸ Cujas grandes obras de Francisco de Oliveira (1971) continuam atualíssimas.

transformam-se em objeto de estudo. E também em pauta mobilizadora, em visão de mundo, em jeitos de ver e sentir. Todas essas questões é que expressariam de forma ideologizante e alienada um campo intelectual?

Começarei pelo fim. A grande motivação para esse trabalho foi um relato de Ermínia Maricato, professora consagrada do campo da Reforma Urbana no Brasil, onde afirma que mesmo depois de vários anos participando de gestões petistas, tanto em São Paulo como no governo federal, não se alterou em nada a questão de terra no Brasil (Maricato, 2007; 2014), principal entrave para a reforma¹⁹. Os motivos particulares de sua afirmativa serão discutidos na tese, o importante agora é situar seu relato.

É um relato de alguém que se sente estranhado pelo que produziu, pois aquilo criado volta-se agora contra si. É um “desencanto”, misturado com “revolta” e denúncia sobre o que poderia ter sido e não foi. Não foram poucos os intelectuais militantes que romperam e expressaram esse desgosto com essas ferramentas partidárias que serviram de berçário para esses mesmos intelectuais (eu mesmo um deles).

A maioria dos que ousaram realizar tal crítica foram escorraçados e perseguidos por suas posições dentro dessas organizações. Porém, para além dessa reflexão vou me deter mais nesse estranhamento, que para mim parece central para entender não apenas o campo da Reforma Urbana no Brasil, mas de toda uma intelectualidade de “esquerda” que ainda está de “ressaca” do que foi a experiência petista/cutista para suas lutas e formulações. E que hoje, ao mesmo tempo, tem que conviver com o negacionismo intelectual do período bolsonarista.

Para isso peço licença ao leitor para acessar níveis mais abstratos da exposição, resgatando os conceitos de ideologia e alienação na produção da vida como forma de demonstrar a “lógica da coisa” do fenômeno que estudei, assim nos afastemos por um momento de minha trajetória, de Maricato, da crise atual, do desencanto e etc, com a promessa de retornar a eles como concreto pensado. Para isso vamos utilizar além de Hegel, Engels e Marx, os trabalhos de Mauro Iasi como fio condutor da parte que se segue.

Para Marx e Engels (2012) a questão das representações e da vida material não é apenas uma questão de saber se ambas correspondem-se, mas como nessa relação essas representações podem aparecer como uma espécie de poder que controla quem as produziu. Eles vão chegar nessa questão a partir do debate sobre alienação. Mauro Iasi (2017) nos

¹⁹ “Na terra, o governo Lula não tocou. Fora Raposa Serra do Sol, não tocou na questão da terra. E não adianta querer fugir dela. Não existe desenvolvimento social, ambiental, regional e territorial, inclusive no campo, sem tocar na questão da terra. Não existe! Não existe resolver o problema urbano sem tocar na questão da terra(...), mas a questão urbana, de fato, foi rifada pelo governo Lula, rifada pelo PT e aparentemente rifada pelo governo Dilma” (Maricato, 2011, p. 12)

convida a voltar até Hegel para mapear a origem da problemática na questão da natureza da alienação. Sigamos nesse inventariamento.

Para Hegel (2001), a História, e também o devir das formas no tempo, é fruto da objetivação do Espírito, o passar do subjetivo para o objetivo. Teríamos então uma tríade categorial que daria conta desse movimento: externalização, objetivação e estranhamento. A capacidade teleológica humana, de prévia ideação, de pensar em algo antes de sua execução é o modelo desse processo. Quando o que pensamos é transformado em um objeto (por exemplo essa tese), estamos externalizando a ideia e seu produto é uma objetivação.

No entanto, para Hegel todo processo de externalização e objetivação é um processo estranhado (Iasi, 2017)), porque nosso pensamento se externaliza num objeto fora de si, ganhando uma independência em relação a consciência que o produziu. Já que as formas particulares dessa exteriorização são alienações, momentos parciais, apenas é possível acessar o todo no próprio movimento do Espírito, no seu desenvolvimento nas diversas fases, em sua síntese de múltiplas determinações.

O pensador que se apega apenas ao imediatamente dado, a uma externalização alienada de si numa objetificação, vê “a árvore e não o bosque”. Vê o momento particular e não “o todo”, que apenas pode ser acessado pelo pensamento. Este se dobrando sobre si próprio, descobre em si e para si o todo, que encontrando uma determinação particular havia se alienado de si (Hegel, 2001; Iasi, 2017).

Em síntese: o pensador preso num contexto particular não consegue ver o todo a não ser pelo trabalho da consciência sobre si mesmo. A alienação seria então um problema cognitivo que apenas poderia ser sanado com a filosofia. Para Marx (2011), Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza, se aprofunda e se move por si mesmo. Isto vai levá-lo de encontro ao mestre, apontando no método do autor uma inversão e uma confusão entre o processo de apreensão do real e o processo de constituição do mesmo real. Vejamos mais de perto.

Para Marx e Engels apenas em sociedades históricas bem determinadas, a sociedade das mercadorias especificamente, que as externalizações e objetivações necessariamente terão como produto algo estranho. Que se volta como força hostil aos seus criadores. Trazem a questão para o terreno da prática, pensar na objetividade do pensamento humano sem esse fator é pura escolástica. É na prática que essa objetividade precisa ser demonstrada, é a crítica por exemplo que eles fazem aos irmãos Bauer e sua “crítica, crítica” que deveria ser superada pela “crítica às armas” (Marx; Engels, 2012).

Para mudar a realidade alemã não era necessário mudar apenas as ideias dos alemães sobre si e sobre seu atraso em relação ao resto da Europa e sim revolucionar sua vida através da crítica objetiva da revolução.

Isso acontece pois não é a consciência que criou os problemas da consciência, ela mesmo é expressão das relações sociais contraídas por determinadas relações de produção da vida material (Iasi, 2017)). Forjada por um processo social e prático, a consciência desses homens e mulheres concretos apenas pode ter consciência de si e do “todo” por um processo igualmente prático e social e não por uma série de acrobacias da consciência sobre si mesma!

Se não se procede assim, acaba-se por usar o real para demonstrar uma lógica e não usar uma lógica para demonstrar o real, tal como na crítica de Marx a concepção de Estado de Hegel. Nele, o aparato estatal aparece como expressão do espírito absoluto, como a síntese das consciências particulares, quando na verdade é expressão das relações particulares de dominação de uma classe sobre a outra.

Tal como no fenômeno religioso, aquilo que é produzido pela humanidade volta-se contra ela como produto em que não se reconhece (Marx, 2010), estranhado, mas não por um determinismo gnosiológico, mas por uma determinada relação social que produz esse estranhamento, impondo o particular da dominação de classe como o geral na história humana.

Por isso, afirmam Marx e Engels (2012; 2011), não se pode partir do que os homens pensam, imaginam, dizem ou representam de si mesmo, mas deles enquanto “carne e osso”, em sua vida real, sendo a consciência sua expressão ideal. Se essa expressão aparece de forma invertida é porque a própria vida está invertida através de uma determinada relação social produtora de inversões. Daí a importância de partir dessas relações para entender os principais fenômenos no mundo da mercadoria e do capital em que vivemos para poder entender a consciência de um período e suas múltiplas formas de expressão, inclusive as ideológicas.

Iasi (2017) afirma que nos cinco momentos fundamentais da produção da existência não está posto ontologicamente a produção de estranhamento, mesmo que haja elementos em germe disso. Os cinco momentos são: 1) produção dos meios necessários à vida social, através do trabalho e da relação com a natureza; 2) a produção social de novas necessidades e conseqüente distanciamento da esfera mais imediata da manutenção da vida para o complexo da cultura; 3) a reprodução da vida e de determinada forma de vida, seja a gen, clã ou posteriormente a civilização e as várias formas de família; 4) a relação entre determinada forma de cooperação e divisão social do trabalho com o modo de produção e

5)consciência e linguagem que produz a consequente complexificação entre trabalho manual e trabalho intelectual como expressão na forma de ideias das relações materiais contraídos numa determinada cooperação social.

É justamente esse último elemento que permite à consciência expressar realmente algo que não é real, possibilitando a construção da teoria, da moral, da filosofia pura e da teologia, dentre outros pensamentos abstratos (Iasi, 2017)). Porém, para Marx e Engels mesmo os pensamentos mais nebulosos, não seriam “aleatórios” expressando necessidades, mesmo que sob forma velada, oculta ou estranhada.

Mesmo elas partem da vida real, exteriorizam-se e objetivam-se, mas sofrendo um processo de distanciamento que faz com que apareçam muitas vezes como formas “esfumadas” na nossa cabeça. Mesmo com dificuldade, é necessário buscar as determinações e relações que juntam uma ponta a outra do par dialético materialidade e consciência,

Esse processo por si só não gera o estranhamento pois é possível ter contato com artefatos do passado, distanciados centenas de anos de seu criador como por exemplo, uma régua, e isso não aparece como oposto à nossa natureza, como algo que nos oprime. A questão muda quando se vive numa sociedade que produz uma determinada forma de consciência social, ideológica. É na sua função derivada da natureza social da vida mercantil e da divisão de classes moderna que reside o aspecto central da questão. Por isso, o estudo da crítica da economia política é fundamental.

O estranhamento das produções no mundo capitalista advém do próprio processo de trabalho nessa sociedade. O fruto do trabalho não se apresenta para o trabalhador apenas como algo externo e distanciado, mas como força hostil. O controle dos meios de produção não lhe pertence, nem seu próprio produto, e onde se faz mais humano, no processo de trabalho, têm sua humanidade negada. Nos prazeres animais mais básicos como comer e copular é que ver-se afirmado em sua humanidade. Inversão do mundo real, do chão da fábrica que se espalha pela lei do valor a todos os âmbitos da sociedade (Gramsci, 2002; Iasi, 2017; Marx, 2010).

Por outro lado, como é uma forma histórica particular do trabalho, a forma assalariada, nem sempre a atividade adquiriu esse determinado estranhamento e por isso mesmo poderá modificar-se. Nesse sentido concordamos com Iasi (2017) em confronto com Lukács que o processo que leva da alienação a ideologia não é direto, mesmo com todas as mediações que o autor húngaro apresenta. Apenas em sociedades de classe que o fenômeno ideológico pode ser produzido fruto de uma relação social estranhada. Adentremos mais profundamente no conceito de ideologia para Marx e Engels (2012).

As ideias dominantes de cada período da civilização são as da classe dominante, porém seu poder não vem de si mesma e sim por ser expressão de sua dominação material. Suas ideias tornam-se universais porque ela é dominante e não o contrário. Como expressão de relações sociais de produção e de determinadas formas de propriedade estão ligadas a imanência desse poder.

São também tais relações apreendidas como ideias. Apenas a dominação material de nada importa se ela não conseguir se traduzir em modos de ser e agir, disposições duráveis, visão de mundo, senso comum e bom senso e etc., em mediações que nem sempre expressam diretamente na forma de ideias o caráter das relações que representam²⁰. Daí seu caráter muitas vezes, aparentemente, nebuloso.

Como são expressão de relações que fazem de uma classe, dominante, não podem ser combatidas sem o recurso da prática. Pancadas de “ideias”, a mera crítica, não transformam por si mesmas essas relações que, inclusive, podem se manter as mesmas, mudando sua “capa” ideal. Por isso, apenas podem ser combatidas com a ação coletiva que altere essas relações de dominação de uma classe.

Por fim, são também as ideias de sua dominação podendo agir para garantir e reforçar essas mesmas relações de dominação, assim para além de expressão, essas ideias também agem determinando essa materialidade e tem função prática na manutenção da dominação (Marx; Engels, 2012).

A essas funções todas colocadas até aqui que derivam do caráter de expressão ideal de certas relações concretas adicionam-se outras como: 1)ocultamento /velamento, quando se esconde algo mostrando-o, por exemplo a grande exposição de violência nas favelas na tv o que acaba ocultando as verdadeira raízes da problemática; 2)inversão, por exemplo no irracionalismo no período pandêmico que transforma remédios não testados em prova irrefutável de cura; 3)naturalização, onde relações ou instituições históricas aparecem como produtos eternos da humanidade, como a escola ou o Estado (“sempre foi assim sempre será”); 4) justificativa, por exemplo quando essas relações são apresentadas como um “mal necessário” e 5) apresentação do particular como o universal, por exemplo quando se fala em “fim da história” com o advento do mundo burguês, ou que “sempre existiu capitalismo” e afirmações aparentadas e etc. (Iasi, 2017).

A consciência social constituída por essa riqueza de determinações voltada para manutenção e reprodução de uma dominação de classe seria uma ideologia. Nem toda forma

²⁰ Nesse sentido que a precaução de Gramsci com a guerra de posição, a conquistas dos corações e das vontades na disputa pela hegemonia, faz todo o sentido.

de consciência é ideológica, mas toda ideologia é uma forma de consciência social. Iasi (2017) nos traz apontamentos valiosos da relação entre a vida material e os produtores de ideia, pois na sociedade das mercadorias, onde o valor de troca domina o valor de uso, onde a relação entre os produtores assume a forma de relação entre os produtos de sua produção privada, onde as mercadorias se humanizam e os seres humanos se mercantilizam, existe uma relação determinada entre a produção de ideias sobre a vida e essa mesma vida produtora das ideias.

Para esses indivíduos, expõe Marx (2011) nos Grundrisse, a subjugação aparece como se dominados por uma abstração. Onde antes dependiam um dos outros, o capital se torna sujeito geral, enquanto os sujeitos tornam-se objetos particulares do universal capital. Essa abstração nada mais é que as relações sociais burguesas na forma de ideias. A forma concreta desse processo é a própria maquinização do trabalho (Marx, 1980)

Como as relações só podem ser capturadas na forma de ideias, os intelectuais afirmaram que a época moderna era a época de dominação das ideias, pois identificavam a ruptura com as ideias do ancien régime com a criação livre das individualidades (será a verdadeira gênese do projeto criador?). Quando na verdade, foram homens e mulheres concretos que na prática revolucionária superaram as relações sociais feudais expressando isso na ideologia das luzes.

Esses intelectuais, ou filósofos, tomaram a expressão da coisa pela coisa e enquanto arma da classe dominante burguesa passaram a tomar a coisa por sua expressão. Ao decretar a eternidade dessas ideias esperam com isso decretar a eternidade da coisa. Podemos agora retornar a nosso objeto, do qual nunca saímos, nesse pequeno exercício de abstração sobre a ideologia.

Pode-se concordar com Bourdieu (2002;2014;1989) que existe um inconsciente no campo intelectual, internalização de relações posicionais de seus participantes no campo particular e do campo da cultura. Que é uma luta pela consagração, que comporta um público e um sentido público, uma certa relação editorial, uma luta entre “sacerdotes” e “profetas”, expressão metafórica da contradição entre produtores da cultura e reprodutores da mesma (na figura da universidade e do professor). É também verdade que a forma de consciência social da sociedade concreta em que estudamos um determinado campo intelectual, não pode ser considerada apenas como mais uma relação internalizada, mas uma relação particular em contato com universalidade da dominação burguesa.

Mesmo por que o próprio campo intelectual é uma criação moderna onde o dito “projeto criador” só tem razão de existir na sociedade dos produtores livres. Onde a

dominação de uma abstração real fá-los pensarem que podem pensar de forma desinteressada tendo como motivação apenas sua própria capacidade criativa individual.

Assim, a marca da externalização, objetivação, distanciamento e estranhamento devem fazer parte de nossas ferramentas para reconstruir o processo que gerou o campo da Reforma Urbana no Brasil, além de identificar quais são os traços ideológicos de sua constituição e produção.

Agora parece mais evidente que devemos ver em que grau o efeito de refração desse campo media as influências das relações dominantes de produção e de sua expressão ideológica. Porém, pode ser menos evidente por outro lado saber não só em que grau as relações dominantes do modo de produção capitalista foram internalizadas nesse campo na forma de um inconsciente cultural (ideológico?), mas também as relações sociais da formação social brasileira, mesmo que mediadas por expressões estratégicas da luta de classes no país.

Falo da estratégia democrático e popular para a revolução brasileira que é a expressão ideal das lutas concretamente travadas pela classe trabalhadora dos anos de 1970 até os dias de hoje. Seus expoentes institucionais mais conhecidos são o PT, a CUT e o MST (Iasi, 2006). Ela, em minha opinião, representa o caldo de cultura em que é consolidado o campo da Reforma Urbana no Brasil. Na tese apresentarei o desenvolvimento dessa estratégia em conexão com a constituição do campo da Reforma Urbana no Brasil, agora apenas descreverei seus traços gerais, rapidamente.

Estratégia é uma mediação escolhida pelas forças políticas que almejam transformações sociais, segundo Clausewitz (1996) remete a uma certa ordem de execução entre táticas para se alcançar um objetivo final. Uma certa forma de prover determinados combates para se alcançar o que se quer. Diferente do senso comum, perceba que o objetivo final não é a estratégia, sendo esta a combinação de certas ações que na prática podem levar ou não a concretização de um objetivo. Por isso ela não pode ser resumida à simples intenção dos agentes e/ou classes e/ou grupos políticos em cada momento do movimento de sua realização prática.

Nesse sentido ela é também expressão de uma época histórica, de uma determinada formação social num certo grau de desenvolvimento e também de suas interpretações. A estratégia democrática e popular fundamenta-se em três pilares indissociáveis: 1) que o capitalismo Brasileiro teria uma característica de “atraso” pois deixou de realizar certas reformas burguesas clássicas dos países centrais como: agrária, urbana, democrática e etc.; 2) que estas reformas não poderiam ser feitas em aliança com uma mítica burguesia nacional e que o protagonismo seria feita pelas ditas classe populares(trabalhadores

da cidade e do campo e outros setores explorados pelo capital) em aliança com os ditos “setores médios” ou pequena burguesia e 3) a via de realização da estratégia estaria fincado num acúmulo de forças impulsionado por um movimento de massas forte e com acúmulos eleitorais/institucionais direcionados a conquista da presidência da república para realizar um conjunto de reformas do programa Democrático e Popular(Iasi, 2016).

A “correlação de forças” foi conseguida para se alcançar o governo em 2002. Porém, o preço para que isso ocorresse foi o sacrifício do Programa Democrático Popular em nome da governabilidade, o que permitiu ampliar o acúmulo de forças agora também com os grandes setores monopolista da burguesia, no espectro da pequena política eleitoral com alianças com o “centro” e depois com a “direita”. Tendo o programa assumido feições rebaixadas a políticas assistenciais com o objetivo de atenuar a miséria absoluta e garantir os lucros da classe dominante em crescente. Aquilo que apenas se realizaria se evitasse a aliança com o capital agora só pode sê-lo através de um pacto social com o antigo adversário, baseado na conciliação de classe e desarme político dos trabalhadores (Iasi, 2006;2017).

O resultado dessa via que priorizou a governabilidade foi ceder cada vez mais aos setores monopolistas enquanto limitava (e atacava) cada vez mais as demandas da classe, a ofensiva contra os serviços públicos devido aos interesses privativos e o descarado financiamento cada vez maior do Estado aos setores do capital financeiro e produtivo. O ponto de chegada desse processo é o rompimento pela própria classe dominante do pacto com o impeachment de 2016.

Iasi e Scapi (2006; 2017) afirmam que isso não significa que a estratégia foi abandonada nesse desenvolvimento, pelo contrário. Ela esbarrou em algo não previsto fruto de uma equivocada leitura sobre nossa formação social cujo núcleo é uma incompreensão do caráter do Estado Burguês no Brasil. Citando por hora apenas os traços gerais desse raciocínio acreditava-se num certo desenvolvimentismo. Bastava que o capitalismo avançasse em nosso país que seria suficiente para gerar uma espiral virtuosa, onde todas as classes ganhariam e a burguesia aceitaria seguir as regras democráticas mantendo no poder o partido dos trabalhadores.

Acontece que mais desenvolvimento capitalista gera mais...capitalismo e com isso aumento da exploração da classe, aumento das desigualdades sociais e choque de classe. A burguesia por sua vez não conhece limites em sua luta pelo mais valor e precisa que suas taxas de lucro cresçam mais e no ritmo cada vez mais alucinante. Por isso não titubearam com a quebra do pacto em 2016 mesmo com o governo Dilma disposto a continuar realizando as

tarefas necessárias para manter essas os seus ganhos, apesar de não conseguir fazê-lo na velocidade requerida, o que foi o principal motivo da ruptura.

Por outro lado, os setores que encapavam a estratégia democrática e popular mantiveram a ilusão de que ao abdicar das possibilidades de uma ruptura revolucionária, as classes dominantes abdicariam de seu caráter autocrático e burguês e deixariam de usar a força jurídica e política de seu estado para descartá-los depois que estes mesmos setores realizaram docilmente as tarefas dessa elite. Negócios são negócios (Iasi, 2006;2017).

O amadurecimento do campo da Reforma Urbana no Brasil acompanhou, como não podia deixar de ser, todo esse processo de ascensão e queda. Seus intelectuais participaram ativamente do trabalho de base nas periferias, na construção desses instrumentos. Posteriormente, já dentro dos aparelhos institucionais formularam e executaram políticas públicas urbanas. No início, preocupados em resolver o "atraso" da Reforma Urbana no Brasil e em seguida em conluio com os grandes monopólios da construção civil no país como no programa "Minha Casa Minha Vida".

Ao acompanhar as desventuras da execução da estratégia, alguns desses intelectuais afirmaram que o partido havia abandonado o projeto inicial não enfrentando o problema da terra no Brasil, principal entrave à Reforma Urbana. Romperam formalmente ou não com as políticas do partido ao acompanhar sua degeneração, como é o caso de Ermínia Maricato, uma de nossas interlocutoras históricas do círculo intelectual da Reforma Urbana no Brasil.

Reconstituir no plano do pensamento as relações desse campo com esse ciclo de luta é fundamental para entender seu inconsciente cultural e em que medida a ruptura com essa visão de mundo sobre a formação social brasileira foi feita de fato ou apenas transmutou-se num desgosto com a derrota do ciclo, mas mantendo suas bases de formulação.

Como morador de periferia desde criança, fui participante direito dessas políticas urbanas animadas pela estratégia democrática e popular e pelo campo da Reforma Urbana. Desde os primeiros cursos profissionalizantes no centro comunitário ao lado de minha comunidade, onde se juntava formação profissional defasada com capacitações sobre o direito à cidade e etc., até mesmo quando a casa de minha família foi removida pelo governo petista para as intervenções da copa do mundo (ao qual a compensação conquistada foi um apartamento do "Minha Casa Minha Vida"), o campo da Reforma Urbana estava lá. Seja como mentor das intervenções, seja como o lugar onde também encontrávamos ferramentas teóricas e organizativas para se contrapor a elas.

Daí que o conhece-te a ti mesmo gramsciano como o regatar social de trajetórias individuais constituir-se como fio condutor desta tese.

3 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E INCONSCIENTE CULTURAL DA REFORMA URBANA NO BRASIL

Quatro características principais aparecem como fazendo parte do inconsciente cultural do campo da Reforma Urbana no Brasil: primeiro, o fetiche sobre a legislação urbana e o planejamento, em especial na figura dos planos diretores. Segundo, a visão do “atraso brasileiro” onde a Reforma Urbana, tal como a democracia, ainda estaria “por ser inventada”. Terceiro, a crença nessa legislação como transferidores de “mais valia urbana” de volta para o Estado ou para as populações espoliadas urbanamente. Por fim, em quarto, a miopia perante um sujeito oculto do campo da Reforma Urbana: a classe dominante.

Neste capítulo trataremos da questão da formação social brasileira e de como ela esteve ligada com as formulações sobre a Reforma Urbana no Brasil, o que ressaltará também sua ligação com o conjunto da luta da classe trabalhadora e com suas estratégias para a revolução no país.

Isso é muito importante pois se a concepção, por exemplo do atraso do capitalismo brasileiro, não corresponder à realidade estaremos sem saber defendendo uma bandeira anacrônica, seremos um “fóssil vivo” nos dizeres de Gramsci (2002). Pensando o presente com ferramentas do passado (do ponto de vista histórico) e estaremos fadados a não conseguir superar a problemática urbana na vida de milhões de trabalhadores no país.

Como todos os debates envolvendo as grandes reformas ditas como “em atraso” no Brasil, discuti-las é conversar sobre o caráter do capitalismo brasileiro (afinal são reformas burguesas no sentido histórico). Nesse estudo, em especial, tem a ver com o desenvolvimento dessa formação, mas pela ótica do desenvolvimento do campo intelectual da Reforma Urbana. Esta criou um certo senso comum sobre a questão urbana no país, um certo habitus ou consciência social, derivada da produção de um certo perfil de intelectual do campo.

Começemos. Na bibliografia consultada geralmente o marco da luta Urbana mais antigo é dado entre o início do período Vargas e o golpe militar de 1964, onde pela primeira vez a questão urbana passa a ser encarada como um problema do Estado. Com a introdução no país de novos conceitos urbanísticos, avanço na técnica produtiva de habitação, políticas públicas e realização de projetos importantes de habitação social (Bonduki, 2018).

Porém, temos que fugir do fetiche da legislação urbana também em nosso recorte histórico. A questão urbana no Brasil tem origem bem anterior a esse marco e acompanha a dissolução do comércio de escravos no país e sua ligação com a acumulação primitiva do capital (Marx, 2010; Williams, 2012). Acompanha o desenvolvimento do comércio de café e

o impulso primevo a urbanização das cidades como entreposto da exportação. Também segue a instalação das primeiras fábricas no país, a chegada de imigrantes, tanto devido ao ciclo do café como mais tarde pela I Guerra Mundial.

Em 1900 já havia calçamento na cidade de São Paulo, os primeiros prédios, praças vastas e arborizadas, já contava com diversas linhas de bonde e as locomotivas a vapor que com seus assobios cantavam a vida urbana florescendo. Marcando a expansão do tecido urbano e seus sistemas de objetos e valores (Lefebvre, 1999).

E com ela uma grande massa de trabalhadores pretos e brancos, imigrantes e recém alforriados, uma imensa massa de exército industrial de reserva fruto da abolição de escravos, constituída por uma política de não absorver os recém libertos na economia competitiva que nascia, e com eles toda uma necessidade de habitação. Talvez não haja melhor imagem sobre essa época nas grandes cidades e suas já contradições urbanas do que na obra literária “O Cortiço”, de Aluísio Azevedo:

O zunzum chegava ao seu apogeu. A fábrica de massas italianas ali da vizinhança começou a trabalhar, engrossando o barulho com seu arfar monótono de máquina a vapor. Rompiam das gargantas os fados portugueses e as modinhas brasileiras (Azevedo, 2005, p.13)

E também:

[...] como se todo o seu ideal fosse conservar inalterável para sempre o verdadeiro tipo de estalagem fluminense, a legítima, a legendária; aquela em que há um samba e um rolo por noite; aquela em que se matam homens sem a polícia descobrir os assassinos; viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com irmãs na mesma lama; paraíso de vermes; brejo de lodo quente e fumegante, donde brota a vida brutalmente, como de uma podridão (Azevedo, 2005, p.114)

Esse trecho literário nos mostra o sentimento do autor em relação, ao menos nas grandes cidades, da concentração populacional e o crescimento urbano. Saindo do campo literário, na década de 1910 os processos se agudizaram e temos a consolidação de uma classe trabalhadora brasileira nas grandes cidades que já transformou suas necessidades em reivindicações de luta, inclusive a questão urbana. Mesmo que de forma difusa e diluída dentro de outras pautas.

É o período que se fomenta o primeiro ciclo da tentativa de revolução brasileira, de caráter anarquista e a organização da primeira greve geral, sendo fundamental para entender por que no período seguinte a questão urbana passa a ser assunto do Estado.

Em 1917, a I Guerra Mundial chegou ao seu clímax. Intensificaram-se em várias nações a ocorrência de greves, exércitos amotinados, passeatas pela paz e etc. A economia brasileira sentia os efeitos do conflito em sua produção industrial (Bandeira; Melo; Andrade,

1980). Até a guerra, a maioria dos bens manufaturados consumidos no Brasil eram importados, tendo a indústria nacional participação de apenas 5% na produção. Com o bloqueio de parte dos produtos dos países belicosos, estes artigos tinham que ser produzidos aqui. Assim, entre 1914 e 1919, a produção industrial nacional duplicou, com o proletariado nacional atingindo 200 mil pessoas.

A burguesia vivia uma época de bonança, principalmente com os “negócios de guerra”: café, açúcar, algodão e borracha. A classe dominante internacional começou a investir na produção desses produtos aqui. Inglaterra, EUA e Itália, por exemplo, ganhavam duas vezes, utilizando a barata força de trabalho brasileira e comercializando os produtos extraídos aqui. Era o imperialismo (Lenin, 2012).

A classe trabalhadora brasileira, por sua vez, passava por precárias condições de vida (Bandeira; Melo; Andrade, 1980). Os artigos de sobrevivência eram encarecidos perante os baixíssimos salários e intensificava-se o uso da força de trabalho feminina e infantil. A patronagem, às vezes, segurava o pagamento dos trabalhadores. A gripe espanhola espalhou-se, trazida pelos soldados brasileiros que lutaram na Primeira Guerra, e os empregadores reclamavam prejuízo com a dispensa de empregados doentes.

Além disso, obrigavam os trabalhadores(as) a comprarem em seus armazéns, diminuindo o poder de aquisição do salário. A jornada diária real, em algumas fábricas, chegava a 14 horas, inclusive no sábado. Com esses fatores, somados ao aumento constante do custo da reprodução da vida, o tempo de vida médio do(a) operário(a) girava em torno de 25 anos (Bandeira; Melo; Andrade, 1980).

A questão habitacional se agravou ainda mais. Os trabalhadores viviam espremidos nas grandes cidades em cortiços minúsculos ou em ocupações irregulares e condições sanitárias deploráveis. Os aluguéis subiam conforme o desejo do proprietário e não era incomum que este fosse também o empregador do morador e dono da venda que este era compulsoriamente “convidado” a comprar.

O ano de 1917 ficou marcado pela quantidade de revoltas operárias no Brasil, a partir do impacto da Revolução Russa e da piora das condições de trabalho e de moradia. Isso também foi fruto do desenvolvimento histórico da classe trabalhadora brasileira cuja origem data desde o início do século XVIII, formada pelos primeiros assalariados do regime escravocrata: alfaiates, mestres, aprendizes, pescadores, tecelões, tipógrafos, dentre outros (Bandeira; Melo; Andrade, 1980).

Foi alimentada também pela influência dos grandes acontecimentos da Europa, como o socialismo utópico, a criação da I Internacional e da Comuna de Paris, tendo,

inclusive, acolhido exilados desta última. Os trabalhadores brasileiros já haviam participado de diversas revoltas contra a ordem como: a Inconfidência Baiana (1790), a Revolução Praieira (1850), um motim contra o transporte de escravos no Ceará por pescadores (com Chico da Matilde, o “Dragão do Mar”), lutas pela República, apenas para citar algumas lutas.

Alguns se organizaram em uniões e ligas, o que viria a ser o germe dos sindicatos. Uma de suas principais armas de mobilização eram os periódicos e centenas de pequenos jornais como O Socialista (Salvador), O Operário (Fortaleza), O Avanti (São Paulo) e O Niilista (Rio de Janeiro), apenas dentre tantos. Esses periódicos informavam os trabalhadores e conclamavam para as primeiras grandes lutas políticas que giravam em torno do direito de protestar no 1º de Maio (Oliveira, 2017).

Em 1905, realizaram uma campanha nacional de solidariedade aos trabalhadores russos massacrados pelo czarismo. Em 1906, no II Congresso Operário Brasileiro, criaram a primeira Confederação Sindical Operária (COB). No mesmo ano, saiu a primeira lei que legalizava os sindicatos, mas as organizações sindicais decidiram continuar na ilegalidade para fugir ao controle do governo. Este é um acontecimento interessante pois demonstra que a questão do legalismo não é inerente a classe trabalhadora brasileira, sendo uma expressão da totalidade da luta de classes de uma época.

Os anarquistas foram a primeira liderança unificadora da classe trabalhadora brasileira (Bandeira; Melo; Andrade, 1980). Foram perseguidos e torturados, enviados para a “Sibéria brasileira” (o Acre) e enfrentaram as prisões. Junto com a classe trabalhadora fundaram a tradição anarco sindical e anarco comunista, importantíssima para as primeiras conquistas de direitos no país.

Porém, a estratégia utilizada restringia-se à luta pela greve geral como forma de ganho de direitos econômicos. O passo seguinte, a tomada de poder, não era considerada, pois qualquer forma de controle da produção que passasse pelo Estado, como fizeram os bolcheviques, estava fadada ao fracasso. Para os anarquistas, qualquer forma de opressão que se apoiasse no Estado significava o retorno a um grilhão que a humanidade deveria superar.

Assim:

[...] As massas estavam sob a liderança dos anarquistas que, embora heroicos e denodadamente combativos, não possuíam a organização necessária para destruir o regime latifundiário-burguês [...]. As grandes greves e agitações de massa do período de 1917/1920 puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver todos os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica quando a situação objetiva do País (em conexão com a situação mundial criada pela guerra imperialista de 1914/1918 e pela vitória da Revolução operário e camponesa na Rússia) abria perspectivas favoráveis

a radicais transformações na ordem política e social dominante (PEREIRA apud BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1980, p. 51).

Revoltas, greves, insurreições, lutas de rua, ingovernabilidade. Vê-se que, independentemente das limitações do movimento à época, diferentemente do que pensa o senso comum, a classe trabalhadora brasileira não tem uma marca natural de passividade ou amedrontamento. No ano de 1917, apenas na cidade de São Paulo, houveram 14 greves, uma delas estadual e outra que se transformou em greve geral por todo o país (Oliveira, 2017).

Movimentos semelhantes ocorreram naquele período em Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro. Neste último, os trabalhadores tentaram junto com os marinheiros tomar o governo (cujo o Rio de Janeiro era capital do Brasil antes de haver Brasília) e conclamar o “Soviete do Rio”. A tentativa foi descoberta em cima da hora do ataque, mas várias fábricas aderiram ao chamado na hora combinada e pararam suas atividades. O governo geral entrou em pânico, procurando uma forma de acalmar os subversivos (Bandeira; Melo; Andrade, 1980).

O movimento de maior proporção foi o de julho de 1917, em São Paulo. As fábricas e os estabelecimentos foram fechados. Em uma semana, todo o estado estava parado, inclusive o transporte. Em alguns bairros, com a importância que a problemática urbana tomava, a população demonstrava o apoio ao movimento. Construindo barricadas com as trabalhadoras do lar molhando as ruas com sabão derretido para que os cavalos da polícia escorregassem. As autoridades, incapazes de conter os motins apenas com a violência, cansaram e perderam a moral. O governo, então, fugiu da capital.

Os trabalhadores tomaram o poder na cidade e apenas permitiam que o leite e a carne chegassem aos hospitais. Atracavam navios da Marinha no Porto de Santos com o objetivo de recomeçar uma tentativa de retomar à cidade por parte das forças policiais. A revolta dos trabalhadores chegou ao ápice depois da morte do sapateiro Martínez, numa batida policial. Os grevistas seguiram numa grande procissão até sua casa e, após levar o caixão ao cemitério, operaram saques em diversos estabelecimentos.

A massa faminta e desesperada, formado também por mulheres e crianças, forçou os grandes empresários da cidade, a imprensa burguesa e o governo a se reunirem com uma representação de trabalhadores na sede do jornal O Estado de São Paulo (Bandeira; Melo; Andrade, 1980). No acordo assinado entre as partes, a patronagem se comprometeu a controlar os preços dos produtos de primeira necessidade (inclusive os aluguéis) e a garantir o direito de reunião dos operários. Também que nenhum líder fosse preso pela greve e que se

realizassem estudos sobre as demais reivindicações, que incluíam maior cuidado e restrições para o trabalho infantil e feminino.

Terminada a greve, governo e empresários, com exceção de aumento salarial de 30%, não cumpriram nenhum dos outros acordos. A polícia ainda prendeu e deportou os principais dirigentes trabalhistas. A revolta foi sufocada em meio a sangue e pólvora. E com o apelo de nacionalismo do governo, motivado pelo naufrágio do navio Paraná da Marinha, atacado pelos alemães no oceano Atlântico nos conflitos da I Guerra. O movimento de greve pelo país durou até dezembro de 1917 e desapareceu (Oliveira, 2017).

Em 1919, os preços dos alimentos e dos aluguéis aumentaram mais uma vez, anulando os ganhos salariais de 1917. A revolução que começou na Rússia parecia se espalhar para outros países da Europa, incentivando as organizações trabalhistas também no Brasil. Dessa vez o chamado para a nova revolta dos trabalhadores veio de outro grande centro urbano, do Rio de Janeiro.

Durante as comemorações do 1º de Maio, o movimento trabalhista do estado convocou uma greve geral que também foi seguida por São Paulo. Nesse ponto, o movimento grevista já se espalhara também para Bahia e Pernambuco. O Conselho Geral dos Operários, organização criada no lugar do COB, fechado durante as manifestações de 1917, apresentou as seguintes reivindicações dos grevistas:

1 – dia de oito horas de trabalho; 2 – repouso semanal ininterrupto de 36 horas; 3 - proibição do trabalho dos menores de 14 anos e do trabalho noturno das mulheres; 4 - estabelecimento do salário mínimo, baseado sobre o custo atual dos víveres e pagamentos efetuados semanalmente; 5 - igualdade do salário das mulheres ao dos homens; 6 – completo respeito por parte dos poderes públicos às associações operárias e plena liberdade de pensamento; 7 – baixa efetiva e segura dos gêneros de primeira necessidade. Deve-se organizar-se um conselho de alimentação fiscalizado pelas associações populares, aos quais deverão ser concedidos os direitos de requisição; 8 - Confiar ao conselho de alimentação o encargo de impedir a falsificação dos gêneros de primeira necessidade; **9 - redução imediata dos aluguéis.** (Bandeira; Melo; Andrade, 1980, p. 174. Grifo nosso)

As reivindicações foram respondidas com repressão e prisões. Mesmo assim, em São Paulo, a greve alcançou Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto, Jundiaí, Itu e Cruzeiro. O presidente do estado, pressionado a libertar os grevistas presos e firmar acordo com os patrões, garantiu a jornada de 8 horas de trabalho em toda a região. Os trabalhadores de São Paulo foram os primeiros a conseguirem essa conquista no Brasil. Os outros movimentos grevistas viram a conquista dos paulistas como um sinal e intensificaram a greve, numa demonstração do poder de São Paulo de pautar o país (Oliveira, 2017).

O governo do Brasil convocou uma comissão no Congresso, para promulgar as primeiras leis sociais do país, aprovando a jornada de 8 horas diárias, para todo o território, em documento conhecido com Código de Trabalho, que garantia:

1º direito de associação; 2º menores de 14 anos não serão admitidos em trabalhos na indústria e comércio; entre 14 e 18 somente trabalhos leves sem prejuízo para a educação profissional em geral; 3º salário igual sem distinção de sexo; 4º repouso hebdomadário; 5º oito horas de trabalho por dia ou 48 horas semana; 6º estrangeiros legalmente admitidos terão direito ao mesmo tratamento dos nacionais; 7º todos os Estados organizarão serviços de inspeção do trabalho, o qual deverá compreender também as mulheres. (Pessoa apud Bandeira; Melo; Andrade, 1980, p. 175)

Perceba que a questão dos aluguéis ficou de fora apesar do importante passo para a classe trabalhadora paulista e brasileira. O governo estava seguindo a orientação das potências vencedoras da Primeira Guerra que haviam percebido que, para evitar novas revoluções, teriam que aprovar algumas reivindicações dos trabalhadores. Obviamente, parte da burguesia brasileira relutou em aceitar os termos e os trabalhadores tiveram que continuar em luta nas décadas seguintes, para garantir a efetivação das conquistas.

Sobre o campo da Reforma Urbana nesse período podemos tirar as seguintes conclusões provisórias: 1-é um momento em que o campo intelectual não está formado, mas como a vida precede a ideia, ele já está aqui em germe na forma da reivindicação pela baixa dos aluguéis. 2- Ia demorar mais alguns anos para essa pauta abarcar não apenas o preço do aluguel, mas a concepção de moradia e de cidade. Porém, já podemos ver isso ensaiado na literatura, em livros como “O cortiço” dentro outras obras que falam dessa conturbada e urbana passagem de século XIX ao XX. 3- Nesse ponto primevo o sentido público da obra ainda não existe, estando seu germe diluído em outras reivindicações mais ligadas a repartição do produto do trabalho. Ainda não existe uma consciência de reivindicação sobre a questão urbana, mesmo em sua forma utilitarista do desejo da casa própria.

4- No lugar dos intelectuais profissionais do campo, os gestores do Estado aparecem como os planejadores da questão urbana. Porém de forma incipiente, pois o peso urbano na sociedade brasileira ainda viria a se impor como necessidade impossível de ignorar e também a importação de modelos urbanísticos que viriam nas décadas seguintes, como o francês. 5- É difícil encontrar algum inconsciente cultural do campo (a não ser de forma difusa). Nem consagrados ou profanos, “sacerdotes” ou “professores” (Bourdieu, 2002) e mesmo as principais universidades do país e seus departamentos de arquitetura vão continuar inexistentes até a década de 1930.

Sobre a virada no período seguinte, Bonduki nos coloca:

A ação pública em habitação e urbanismo realizada no Brasil pelo governo federal entre a Revolução de 1930 e o golpe militar de 1964, [...], introduziu no país novos conceitos urbanísticos, inovações no processo de produção da habitação, o princípio de que a moradia era uma questão de política pública e a implantação de importantes projetos de habitação social. No entanto, os governos da chamada era Vargas não foram capazes de estruturar uma política nacional de habitação com estratégia, fontes de recursos estáveis, estrutura institucional articulada nacionalmente e coerência na ação dos agentes envolvidos. Ficaram ainda mais distantes de enfrentar a explosiva questão urbana, resultado inevitável da implementação do projeto nacional desenvolvimentista, baseado na substituição das exportações e da criação de uma base urbana industrial (Bonduki, 2018, p. 15)

Não era uma questão fácil o que vinha para o cenário urbano brasileiro, pois entre 1920 e 1970 a população cresceria de 5 milhões para 53 milhões! Já no final de 1970 a maior parte da população já morava nas cidades coroando a primeira fase do processo de acumulação capitalista no país. Está ligada diretamente com a ampliação da população e do exército industrial de reserva, como veremos no capítulo 5. As reivindicações da classe do período anterior ganharão mais força e a questão urbana começa a se consolidar como pauta a ser considerada por todos os governos após Vargas, com diferentes abordagens.

Segundo Maricato, esse processo tinha cunho fordista, modernista, de origem nos países centrais durante os anos “gloriosos do capital”, de marca keynesiana, centrada no planejamento estatal e em forte industrialização:

O Estado combinou controle legal sobre o trabalho com políticas que lhe asseguraram elevação do padrão de vida. O período foi marcado por um grande crescimento econômico acompanhado, de um lado, por uma significativa distribuição de renda e de outro por um maciço investimento em políticas sociais. Do modernismo, esse planejamento urbano ganhou a herança positivista, a crença no progresso linear, no discurso universal, no enfoque holístico. Da influência keynesiana e fordista, o planejamento incorporou o Estado como a figura central para assegurar o equilíbrio econômico e social, e um mercado de massas. A matriz teórica que alimentava o planejamento nos países capitalistas, mas não só nestes, como também nos países socialistas, e que embasou o ensino e a prática do planejamento urbano e regional na América Latina (Maricato, 2000, p. 126).

Nessa conjuntura, ao Estado foi atribuída à figura de portador da racionalidade, regulador do mercado) e do desemprego, bem como proponente do desenvolvimento econômico com um conjunto de incentivos, subsídios, produção de infraestrutura, produzindo insumos básicos para a produção e etc.

Aqui no Brasil nesse período 1940-1960 a política econômica tinha um caráter de tentativa de substituições de importações, tentando industrializar o país para que superasse as trocas desiguais econômicas quando de sua exportação de bens primários e importação de bens de produção com objetivo de inverter essa balança (Mantega, 1984). Eram as primeiras experiências nacionais desenvolvimentistas no país.

Inserido nesse processo, o governo Vargas, na década de 1940, vai regulamentar as relações entre locadores e inquilinos, problemática que vimos, por exemplo, sobre os cortiços no início do século. Isso vai provocar um forte impacto na produção e acesso à habitação, se tornando a primeira medida que introduziu a questão da função social da propriedade, essa esfinge²¹ da Reforma Urbana, no país (Bonduki, 2018).

Essa medida determinou o congelamento dos aluguéis e proibiu os despejos, criando uma séria limitação ao rentismo, ligado a construção de casas para tal fim. Com isso a Lei do Inquilinato foi usada para:

ampliar as bases de apoio popular ao varguismo no âmbito do populismo, reduzir o custo de reprodução da força de trabalho e desestimular o investimento em casas de aluguel, de modo a concentrar a aplicação de capitais nos setores considerados mais estratégicos para o projeto desenvolvimentista, em especial na indústria. Como até a década de 1940 o aluguel consumia cerca de 30% do orçamento mensal da imensa maioria dos assalariados, incluindo a classe média, seu congelamento teve forte impacto social, se contrapondo aos altos índices de elevação do custo de vida no país durante e após a 2ª Guerra Mundial. Esse objetivo da legislação – “defesa da economia popular” – foi sempre enfatizado como a meta central do governo, em um momento em que todos os itens de necessidade básica do trabalhador sofriam forte elevação, em índices até mesmo superiores aos verificados na habitação (Bonduki, 2018, p. 17)

Obviamente, os motivos iam muito além da defesa dos inquilinos. O que estava em jogo, perante a falta de recursos externos, era o redirecionamento de recursos internos para a industrialização (Bonduki, 2018), atraindo para esse setor investimentos que tenderiam a ir para o ramo imobiliário. Essa medida também teve o objetivo de reduzir parte do custo da reprodução da força de trabalho ligada à moradia, garantir o aumento da acumulação capitalista a partir da compressão salarial sem afetar drasticamente as condições de vida. Ampliava-se a acumulação, preservando o pacto de classe.

Essa política encontrou também seus limites após sucessivas reedições da Lei do Inquilinato até a década de 1960. Com a diminuição dos investimentos na construção de casas para aluguel (não confundir com diminuição de investimento no setor da construção civil) aumentou a carência de habitações nas grandes cidades, num período de intenso fluxo imigratório para elas. Considerando que entre 1940 e 1950 a população urbana elevou-se de 13 para 19 milhões, tivemos uma grave crise urbana prestes a estourar (Bonduki, 2018).

Os donos dos imóveis pressionavam os inquilinos e utilizavam de estratégias jurídicas para poder despejá-los e aumentar o aluguel com um novo contrato e um novo inquilino. A medida também passou ao largo da cidade informal (Maricato, 1996) que tinha

²¹ No sentido da expressão: “decifra-me ou te devoro”.

seus próprios preços à revelia da legislação formal. Mesmo assim, muitos trabalhadores foram afetados nos bairros populares, estes sofreram com ondas de despejo dos locais em que moravam perto dos seus postos de trabalho.

Como a lei nunca pode ir além da vida material (Marx,1980), foram criados na própria jurisdição meios de burlar a lei do inquilinato, ou melhor, deixa-la condizente com o que acontecia no cotidiano:

Os locadores que contassem com recursos para levar adiante um processo judicial podiam, caso não encontrassem uma forte resistência dos inquilinos, conseguir o despejo legal por meio de advogados especializados nesse tipo de ação, os quais geralmente usavam argumentos falsos. Se a situação dos já alojados era difícil frente à ameaça do despejo, os migrantes que chegavam em grande quantidade nas grandes cidades não tinham alternativa senão buscar um lote periférico ou ocupar um pedaço de terra e, em ambos os casos, autoconstruir uma moradia precária. Assim, tanto os antigos inquilinos despejados como os novos habitantes das cidades acabaram por alimentar o chamado padrão periférico de crescimento urbano, baseado na formação de assentamentos precários e no autoempredimento da casa própria, alternativa que proliferou no período (Bonduki, 2018, p.18)

Ou seja, a derrota da lei do inquilinato perante a lógica de acumulação capitalista e as leis do funcionamento do mercado contribuíram para a criação das favelas e assentamentos precários como conhecemos hoje e colocou a luz, já na primeira legislação urbana do período, os limites do planejamento urbano perante as questões estruturais da economia capitalista brasileira.

A lei do inquilinato, terminando restrita a uma pequena parcela da população trabalhadora, também não conseguiu garantir a função social da propriedade, iniciando uma série de descompassos entre a legislação e a prática urbana que vai marcar a produção do campo desde então.

Na década de 1950 o governo de Juscelino Kubitschek, sintetizou uma influência neodesenvolvimentista na questão urbana influenciada por um lado pelos estudos da CEPAL²² e pelo movimento liderado por Le Corbusier²³ através da Carta de Atenas de

²² “A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social” (Cepal, 2024, p.1. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre>. Acesso dia 09/06/2024 às 00:00hrs).

²³ Charles Edouard-Jeanneret-Gris nasceu no dia 6 de Outubro de 1887, em uma pequena cidade suíça, chamada La Chaux-de-Fonds. Entre os arquitetos mais famosos e reconhecidos no mundo, o suíço Charles Edouard-Jeanneret-Gris destaca-se como pioneiro do movimento modernista e um dos principais influenciadores teóricos da arquitetura de todos os tempos. Charles não ficou conhecido pelo nome, mas sim pelo pseudônimo, Le Corbusier. Polêmico, muitas vezes odiado e incompreendido, também foi idolatrado, sendo um dos primeiros arquitetos a se tornar celebridade — um starchitect, mescla de star (estrela) e architect (arquiteto) (Archtrends, 2024, p.1. Disponível em: <https://blog.archtrends.com/quem-foi-le-corbusier/>. Acesso dia 09/06/2024 às

1933/1942. Tais princípios já haviam sido colocados em prática quando JK fora prefeito de Belo Horizonte ainda na década de 1940:

A administração de Juscelino à frente da prefeitura de Belo Horizonte pode ser associada ao Congresso de Arquitetura Moderna no qual foi lançada a Carta de Atenas, cujas soluções e sugestões serviriam como paradigma para o planejamento de uma cidade moderna. O Estado Novo usou da arquitetura em sua busca do novo para conduzir o processo de modernidade tardia. Em coerência com a orientação nacional, a administração juscelinista, imbuída do discurso modernizante baseado no culto ao “novo”, absorveu as modernas normas de arquitetura e planejamento, buscando inserir Belo Horizonte no mesmo contexto de modernização das principais cidades do mundo. Le Corbusier foi um dos responsáveis pela redação da Carta de Atenas em 1933 e por sua posterior revisão e publicação em 1942. Uma de suas ideias para eliminar o excesso populacional urbano era aumentar a quantidade de espaço livre das cidades: construção de avenidas largas e retas, demolição de edificações antigas e construção de altos edifícios, além do estabelecimento de zoneamentos urbanos, ou seja, as moradias seriam relacionadas ao aspecto socioeconômico da população (Cedro, 2006, p.6)

Cedro (2006) afirma que a burguesia “comprou” a ideia do grupo do urbanista por que ela orientava para a construção de edifícios mais baratos e úteis tornando o replanejamento urbano mais barato. Somou-se a isso a ligação entre as “formas puras” da estética urbana em questão com a indústria da construção civil. A partir disso, o alvo da política urbana da época passou a ser os cortiços com o objetivo de revitalização comercial.

A precariedade do cortiço enquanto moradia (pouco espaço físico, proliferação de doenças, problemas sanitários, ultra sexualização dos corpos e sua própria existência estética como algo “feio” pelos padrões de beleza urbana) foi enfocada não para sua resolução, mas para sua remoção para a construção de novas edificações, espaços abertos, amplos e verdes.

Quando do deslocamento desses espaços para distantes do centro, este não retornou para os moradores dos antigos cortiços, foram transformados em centros comerciais ampliando uma crescente massa sem acesso à moradia que intensificou o processo de favelização existente no Rio de Janeiro desde os anos 1930. O processo se agudizaria ainda mais na construção de vias para ligarem esses novos bairros elitizados e “verdes” a região central, gerando mais uma rodada de remoções (Cedro, 2006).

O drama desses despossuídos pode ser visto no relato em forma de diário de Carolina Maria de Jesus em seu livro “Quarto de Despejo, Diário de uma Favelada”, escritora preta que viveu na Favela do Canindé na década de 1950 onde hoje passa a Marginal do Tietê:

Preparei a refeição matinal. Cada filho prefere uma coisa. A Vera, mingau de farinha de trigo torrada. O João José, café puro. O José Carlos, leite branco. E eu, mingau de

aveia. Já que não posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro lhe dar uma refeição condigna. Terminaram a refeição. Lavei os utensílios. Depois fui lavar roupas. Eu não tenho homem em casa. É só eu e meus filhos. Mas eu não pretendo relaxar. O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela. Durante o dia, os jovens de 15 e 18 anos sentam na grama e falam de roubo. E já tentaram assaltar o empório do senhor Raymundo Guello. E um ficou carimbado com uma bala. O assalto teve início as 4 horas. Quando o dia clareou as crianças catava dinheiro na rua e no capinzal. Teve criança que catou vinte cruzeiros em moeda. E sorria exibindo o dinheiro. Mas o juiz foi severo. Castigou impiedosamente (Jesus,1993, p.18).

Esta imagem não me deixa de suscitar também o que aconteceu com Brasília, principal intervenção urbana do Governo de Juscelino, após sua construção. A consternação de Niemeyer sobre os bairros populares não terem ficado no plano piloto não foi suficiente para evitar o círculo de cidades satélites, verdadeiras cidades favelas, que até hoje marcam a paisagem urbana da capital do Brasil. Mais do que acidentes, são a realização mesmo do planejamento urbano da época ligado ao neodesenvolvimentismo cepalino e o projeto corbusieniano.

Esses pressupostos apontavam também em medidas para a preservação de patrimônio urbano, e daí sua característica monumental tão presente em Brasília. O estilo não deveria ser mera cópia do passado, mas “auto superar-se criando padrões” (Cedro, 2006, p. 7), o que pode ser notado no ufanismo a obra neyermaniana abstraída de suas determinantes estruturais. Nesse sentido o “novo” ligado ao conceito de “homem novo” do modernismo arquitetônico, marcam o inconsciente cultural do campo no período. Assim:

Desse modo, o Estado Novo utilizava-se da ideologia de progresso e modernização para obter apoio de intelectuais modernistas e inserir no imaginário social o desejo em se formar o “novo homem”. Integrado a essa ideologia de modernidade e progresso, Juscelino Kubitschek absorveu as orientações da Carta de Atenas. Os empreendimentos realizados pela prefeitura de Belo Horizonte seguiam os pressupostos formulados por Le Corbusier, já que havia uma estreita aproximação desse arquiteto com o governo de Getúlio Vargas, como também com Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, principais responsáveis pelas obras arquitetônicas e urbanísticas encomendadas por Juscelino (Cedro, 2006, p.8)

Já o período que se abre em meado dos anos 1960 é marcado pelo planejamento territorial, segundo Maricato:

O planejamento territorial teve um desenvolvimento inédito nos "trinta gloriosos", mostrando inclusive fortes repercussões na América Latina, com as atividades da CEPAL. No Brasil, Celso Furtado tentou colocar em prática sua proposta de confiança na técnica do planejamento, aliando às pesquisas acadêmicas as atividades de planejador e administrador, quando dedicou-se ao desenvolvimento do Nordeste, sua região de origem, durante três governos federais: Juscelino, Jânio e Jango. Mais tarde, sob novo prisma ideológico, mas ainda sob a égide do Estado interventor,

durante o regime militar, o planejamento urbano conheceu seu período de maior desenvolvimento que se inicia com a elaboração da PNDU- Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, integrante do 11 PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1973(Maricato, 2000, p. 127)

Inicia-se um período onde a marca forte é o planejamento urbano, numa visão tecnicista voltada para o desenvolvimento econômico e também no discurso, para o desenvolvimento social. Desenvolvimento, metas de décadas em anos, planos e mais planos serão a característica do período em que a questão urbana vai ter papel cada vez maior.

É nesse contexto que um agente do campo se consolida mundialmente o que trará importantes influências no Brasil, os arquitetos. Através de congressos internacionais de arquitetura, os CIAMs, definiram os elementos fundamentais do urbanismo moderno (Maricato,2000). Sua primeira fase, entre 1928 e 1933, será mais comprometida com as temáticas sociais, na busca de solução aos problemas urbanos nas economias centrais, com enfoque na habitação.

Respondendo a demanda por moradia puxada pela crescente organização operária, esses arquitetos vão propor medidas no que tangia ao design das unidades habitacionais, forma e estrutura dos blocos, prioridades de circulação, na diminuição de custos e na busca de um padrão mínimo de qualidade. Insistindo, não no rebaixamento, mas num padrão aceitável global em relação a carência habitacional (Maricato, 2000).

Já no segundo CIAM, sob liderança de Ernest May, importante arquiteto alemão, aprofundou-se o tema da habitação. A “célula residencial” seria o ponto de partida da proposta com enfoque especial para o espaço da cozinha, acompanhando as tendências de mudança da vida das mulheres de classe média na luta contra a prisão do trabalho doméstico. Assim, parte das funções do trabalho doméstico seriam absorvidas pelo próprio equipamento social que rodeava a unidade habitacional, afetando diretamente a questão público/privado na realidade urbana (Maricato, 2000).

Esse processo marcou o auge dos CIAMs e seu compromisso com a vida das massas urbanas que posteriormente se voltou para o formalismo, dogmatismo e engajamento no processo de desenvolvimento capitalista (Maricato,2000). Mesmo assim, foi um importante marco para as políticas sociais urbanas da cidade, nas décadas que se seguiram. O aumento da tensão entorno do direito à moradia nas lutas de classe mundial acabou por exigir:

(...)a mudança da base fundiária, entre outras medidas. Para assegurá-la, os países capitalistas centrais fizeram uma "Reforma Urbana" embasada em alguns eixos estruturantes: reforma fundiária (segundo Massiah, o fundiário foi integrado na circulação do capital; em outras palavras, a propriedade e as rendas fundiárias mereceram forte regulação estatal), extensão das infra-estruturas urbanas para

atender às necessidades de produção em massa de moradias e financiamento subsidiado (Maricato,2000, p.128).

Segundo a autora, essas medidas garantiram no centro do capital a regulação entre salário e preço da moradia, tanto pelo aumento salarial como pelo barateamento da moradia e, nesse sentido, também da cidade: baratearam-se transportes, saneamento, serviços públicos e etc. Então:

A produção moderna fordista implicava aumento da produtividade na construção dos edifícios e da infra-estrutura urbana e isso implicava a regulação da terra e do financiamento. O resultado desse enorme processo de construção que gerou os subúrbios americanos e as cidades expandidas europeias assegurou o amplo direito à moradia (mas não o direito à cidade como lembrou Lefebvre em seu clássico trabalho O direito à cidade) (Maricato,2000, p.128).

Esse processo narrado pela autora interessa por dois motivos. Primeiro porque temos aqui uma primeira aproximação do que foi a Reforma Urbana nos países centrais, o que vai ser central para pensar como a luta pela reforma encontra sentido nas condições da formação social brasileira. Segundo, porque nesse caldo de cultura do período foram forjados também os agentes arquitetos do campo da reforma aqui no país. Estes vão ser protagonistas de um evento que vai marcar o início formal do campo da Reforma Urbana no Brasil. Vejamos.

3.1. O SHRU, Reformas de Base e Modernização Conservadora

Na abertura do Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) em 1963, o então presidente João Goulart proferiu, através de um representante, a seguinte mensagem:

Tenho a convicção de que a mesma imposição de consciência que nos leva a defender a Reforma Agrária deve levar-nos a defender a Reforma Urbana– não para um futuro longínquo e indefinido, mas para essa geração, para este período de renovação das estruturas da sociedade brasileira [...] Estou convencido de que este Seminário [de Habitação e da Reforma Urbana], o primeiro conclave sob o patrocínio oficial sobre o tema, sem disfarces, da reforma idealizada e promovida sob a inspiração do Ministro Almino Afonso, é o começo desse trabalho e, em certo sentido, o começo da própria reforma(Bonduki, 2018, p. 21).

Esta fala aponta vários marcos conjunturais que se deve discutir. Primeiro, ela versa sobre o SHRU, promovido pelo IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil) e pelo extinto Ipase (Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado). Segundo, ele aponta a importância do contexto das Reformas de Base naquele período. E por último aponta uma importante ligação entre a questão urbana e a questão da posse da terra no Brasil.

Sobre o primeiro ponto, esse congresso foi mais uma tentativa de articular a questão urbana que a frente progressista conduzia junto com o Governo Goulart. Articulação essa extinta com o golpe militar de 1964. O seminário também mostrou a importância dada a categorias dos arquitetos. Essa influência remonta a participação de seus profissionais junto ao PCB e aos movimentos internos da Igreja Católica. Profissionais de várias áreas de atuação participaram do seminário: deputados, líderes sindicais, sociólogos, professores, engenheiros, economistas, assistentes sociais, arquitetos e advogados:

Dentre os profissionais presentes ao SHRU, estavam vários que tiveram destacada atuação, como Jorge Wilhelm, Maurício Roberto, Maurício Nogueira Batista, Acácio Gil Borsoi, Sérgio Bernardes, Villanova Artigas, Luiz Paulo Conde, Luiz Carlos Costa, Flávio Vilaça, Eduardo Knesse de Melo, Paulo Mendes da Rocha, Jorge Francisconi, Júlio Katinsky, Mayumi de Souza Lima, Nestor Goulard, Flavio Império, Adina Mera, Roberto Cerqueira Cesar, assim como dos deputados Franco Montoro, Rubens Montoro, Rubens Paiva e Floriceno Paixão. **A agenda do seminário foi debatida em grupos de trabalho, enfocando quatro temas centrais: a situação habitacional do país: exposição e análise de condições; a habitação e o aglomerado humano; a Reforma Urbana: medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação; a execução dos programas de planejamento urbano e de habitação** (Bonduki, 2018, p. 22-23. Grifo nosso).

Os diagnósticos referentes ao problema habitacional e urbano sintetizados no seminário não se constituem em si como novidades no debate, que vinha sendo realizado pelo campo desde 1930 que eram: fomentar ações para o desenvolvimento tecnológico e o controle da propriedade do solo urbano. Porém, seguindo o binômio industrialização e planejamento, o SHRU serviu para sistematizar o conjunto de propostas para a construção de efetivos instrumentos institucionais ao enfrentamento desses problemas (Bonduki, 2018).

Assim, a produção massiva de moradia teria no financiamento estruturado por planos nacionais sua garantia, através da ação do Estado. Isso garantiria o retorno de capitais de forma segura às empresas que resolvessem investir no setor com o Governo também regulando a normatização e padronização dos componentes da construção civil. Regulando e fiscalizando a produção desta indústria. Por fim, haveria a produção também de pesquisas científico-tecnológicas de modernização e consolidação da indústria de construção. Além disso:

No planejamento urbano, as propostas reformistas incluíam medidas para enfrentar a renda da terra, buscando equacionar os **entraves causados pela propriedade privada do solo através do planejamento**, do crescimento coordenado das cidades e da disponibilização de áreas de interesse social para a produção em massa de habitação. De forma incipiente, foi proposta a elaboração de uma legislação que equacionasse o processo de expansão periférico das cidades – **posteriormente**

desenvolvido através do conceito das regiões metropolitanas –, com o objetivo de enfrentar a conurbação urbana que ultrapassava os limites geográficos de municípios como São Paulo. Particular destaque foi dado à criação de uma nova estrutura institucional, que teria um órgão central encarregado da questão urbana e habitacional, com fontes específicas de recursos concentradas em um **Fundo Nacional de Habitação**, a serem investidos de acordo com os critérios estabelecidos nos planos nacionais (Bonduki, 2018, p.24. Grifos nossos).

É possível perceber nesse trecho o germe de debates e institucionalizações posteriores como: instrumentos de recuperação de “mais valia” urbana, a regulamentação das zonas metropolitanas, o fenômeno das “cidades-dormitório” e as várias políticas de financiamento de habitação como o FNH da ditadura e o programa Minha Casa, Minha Vida, mais recentemente. O documento final do SHRU traz também reflexões sobre o inconsciente cultural do campo. Vamos rapidamente debruçar-nos sobre eles.

A maioria dos princípios e pressupostos do documento são baseados na ideia de habitação como direito fundamental, ligada a uma necessária Reforma Urbana. Esta, com o objetivo de estabelecer limites ao direito de propriedade e do uso do solo (Bonduki, 2018). Tal debate insere-se na luta pelas reformas de base no período. Elas foram propostas como mudanças necessárias para a transformação das instituições políticas e sociais brasileiras no intuito de uma modernização desenvolvimentista (FGV, 2023).

Durante o governo João Goulart (1961-1964) elas foram o mote principal de seu programa. Do ponto de vista institucional o termo “Reformas de Base” foi utilizado pela primeira vez no Governo anterior, de Juscelino Kubitschek. O documento do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) discutia as medidas e foi usado posteriormente como programa de governo trazendo no foco as reformas constitucional²⁴, administrativa²⁵, eleitoral²⁶,

²⁴ “A mensagem de março de 1964 solicitava ao Congresso o exame das diretrizes formuladas pelo governo “para as modificações do texto constitucional, visando à consecução pacífica e democrática das reformas de base”. A reforma da Carta Magna de 1946 constituía-se em pré-requisito para a viabilização de outras reformas como a agrária, a universitária e a eleitoral, estas duas últimas, como referido acima, constando exclusivamente da incorporação de algumas normas à Constituição. Nos dias subsequentes ao Comício das Reformas e ao envio da mensagem presidencial ao Congresso, a reação dos setores oposicionistas civis e militares se intensificou, recrudescendo a conspiração que conduziu ao movimento político-militar de 31 de março, que depôs João Goulart”(FGV, 2023, p.7).

²⁵ “Esse ministério, reunindo técnicos e especialistas, formulou diretrizes consubstanciadas em quatro anteprojetos de lei, que o governo havia submetido à apreciação do Congresso ainda na sessão legislativa de 1963: o da Lei Orgânica do Sistema Administrativo Federal, o da lei que reorganizava o Sistema de Material do Serviço Público, o da lei que dispunha sobre o Sistema de Mérito no Serviço Civil Brasileiro e o da lei que alterava a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. Ainda em decorrência dos estudos promovidos por aquele ministério, havia sido submetido ao julgamento do Congresso um anteprojeto dispendo sobre a organização administrativa do Distrito Federal, considerada imprescindível para a consolidação de Brasília como sede do governo. O texto presidencial referia-se também ao Decreto nº 52.256, de 11 de julho de 1963, que criara a Coordenação do Planejamento Nacional, órgão aparelhado para orientar as providências governamentais e estabelecer os critérios a serem observados na execução de projetos prioritários, possibilitando o desdobramento do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, aprovado anteriormente(FGV, 2023, p.6).

²⁶ “Essa reforma visava a democratização do processo de constituição do poder “a fim de que o poder político se

bancária²⁷, tributária²⁸, agrária, urbana e a universitária²⁹. Também continha um debate sobre disciplina financeira que viria a ser a polêmica Lei de Remessas de Lucros. Ambas as medidas foram transformadas em proposições, que foram levadas ao congresso em períodos diferentes dos anos críticos que antecederam o golpe empresarial militar de 1964.

As forças sociais ligadas ao conjunto dos trabalhadores do país orbitaram ao redor dessas propostas com importante liderança da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e do PCB (Partido Comunista do Brasil) pressionando com paralisações, organização e em apoio às medidas do governo no país polarizado. Nos interessa por hora o debate sobre a Reforma Agrária que tem ligação direta com o debate da função social da terra no capitalismo, que também perpassa o debate da Reforma Urbana. Sobre isso:

A proposta do Executivo consagrava o direito de propriedade, mas seu uso era condicionado ao bem-estar social, o qual se baseava na “justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. Para tal, era necessário tornar a

torne expressão legítima dos interesses populares e não da minoria dominante”, num país em que a população votante não excedia a 21% dos 80 milhões de habitantes em 1963. Dirigida às “normas discriminatórias da Constituição de 1946, que provocam a limitação numérica dos quadros eleitorais” impedindo o voto dos praças, sargentos e analfabetos, a reforma política exigia a alteração da Carta a fim de nela incorporar as seguintes normas: “São alistáveis os brasileiros que saibam exprimir-se na língua nacional e não hajam incorrido nos casos do artigo 135 (incapacidade civil absoluta e condenação criminal) da mesma Carta; são elegíveis os alistáveis”(FGV, 2023, p.7).

²⁷ “A mensagem do presidente mencionava a proposta do Executivo enviada ao Congresso em 1963, visando a implantação de um órgão autêntico e centralizado, com autonomia de decisões, para a direção da política monetária e bancária, dispondo de maior força coercitiva para o controle de processos inflacionários. A proposta visava ao mesmo tempo dotar o governo de condições que melhor lhe permitissem “selecionar o crédito para o impulso das verdadeiras forças de produção”. A mensagem solicitava que os princípios básicos norteadores do projeto governamental de reforma bancária fossem mantidos em suas linhas mestras”(FGV, 2023, p.7).

²⁸“A mensagem presidencial mencionava dois projetos de reforma fiscal enviados ao Legislativo no ano de 1963. O primeiro, remetido juntamente com a mensagem de março daquele ano, visando combater a sonegação fiscal, “que defrauda o Tesouro Nacional a níveis alarmantes”, e o segundo, enviado em dezembro e relacionado ao anterior, instituindo normas para a cobrança do imposto de renda e estabelecendo medidas para a modernização do aparelho arrecadador. Anteriormente, ainda no período parlamentarista do governo de Goulart, o Executivo havia apresentado a proposta de reforma tributária, consubstanciada no Projeto nº 3.612, de 1961. Essa proposição governamental dividia-se em oito capítulos, englobando os seguintes assuntos: imposto de renda, imposto de consumo, imposto do selo, imposto único sobre lubrificantes líquidos e gasosos, imposto único sobre energia elétrica, contribuições de melhoria, disposições sobre conselhos de contribuintes, conselho superior de tarifas e processo fiscal e disposições diversas. Os objetivos do projeto eram aumentar a taxa de poupança, melhorar a composição dos investimentos, obter melhor distribuição da renda nacional e eliminar o déficit de caixa do Tesouro”(FGV, 2023, p.7).

²⁹“Para a consecução dessa reforma, era necessária a modificação dos “dispositivos constitucionais disciplinadores da educação nacional, a fim de ampliarem-se as garantias de liberdade do docente e redefinir-se o instituto da cátedra”. A mensagem presidencial sugeria a conveniência de serem integrados ao texto constitucional os seguintes princípios: “É assegurada ao professor de qualquer dos níveis de ensino plena liberdade docente no exercício do magistério; é abolida a vitaliciedade de cátedra, assegurada aos seus titulares a estabilidade na forma da lei; a lei ordinária regulamentará a carreira do magistério, estabelecendo os processos de seleção e provimento do pessoal docente de todas as categorias, e organizará a docência, subordinando os professores aos respectivos departamentos; às universidades, no exercício de sua autonomia, caberá regulamentar os processos de seleção, provimento e acesso de seu pessoal docente, bem como o sistema departamental, ad referendum do Conselho Federal de Educação”(FGV, 2023, p.6).”

terra acessível a um maior número de pessoas e promover sua exploração de forma adequada, visando um aumento da produtividade. Ao mesmo tempo, o trabalhador rural devia ser objeto de promoção social que o integrasse aos benefícios da civilização. A indenização da desapropriação dos latifúndios improdutivos, efetuada por interesse social, deveria ser feita em títulos da dívida pública, de valor reajustável pela cotação do mercado, para o que deveria ser apresentada uma emenda constitucional nos artigos 141 e 147 da Carta de 1946. A reforma tornava ilícito manter a terra improdutiva “por força do direito de propriedade”. O governo poderia desapropriar todas as terras não exploradas ou “parcelas não exploradas de propriedades parcialmente aproveitadas, quando excedessem a metade da área total” (FGV³⁰, 2023, p.5)

Além disso, os proprietários deveriam ainda destinar parte de sua terra para a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno, que inclusive se constituiria como prioridade na utilização da terra frente aos outros usos. O objetivo era impulsionar a atividade industrial com o barateamento dos bens saláris, tendo em vista o aumento de produtividade e a substituição de importações inaugurada como política econômica já no primeiro Governo Vargas (Mantega,1984).

Além da imposição que se produziria ao grande latifúndio, outro ponto de tensão em torno da Reforma Agrária era a desapropriação da terra para interesse social. Até então na lei vigente constituía-se em troca prévia e de dinheiro, mas passaria para títulos da dívida pública, pois:

Para a concretização da Reforma Agrária, era imprescindível modificar o parágrafo 16 do artigo 141 e o artigo 147 da Constituição Federal. A exigência, nele contida, de pagamento prévio e em dinheiro da justa indenização no caso de desapropriação de terras por interesse social dificultaria em muito a Reforma Agrária por torná-la excessivamente onerosa. A revogação dessa exigência teria que ser feita através de uma emenda constitucional, facultando o pagamento da justa indenização a prazo ou em títulos do Estado. A mensagem presidencial de março de 1964 propunha ao Congresso incorporarem-se à Carta os seguintes preceitos: supressão da palavra “prévia” e da expressão “em dinheiro” do texto do parágrafo 16, artigo 141, e nova redação para o artigo 147: “O uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social. A União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento mediante a desapropriação por interesse social, segundo os critérios que a lei estabelecer” (FGV, 2023, p.5 - 6)

A tentativa de efetivação dessa reforma, com as organizações camponesas intensificando sua ação na época executando “na marra”³¹ a medida antes mesmo de sua aprovação, conjugada com o acirramento das tensões de classe expressa na tentativa de

³⁰ Fundação. Getúlio Vargas (FGV), 2023, p.1. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6355>. Acesso dia 09/06/2024 às 02:00hrs.

³¹ “Em novembro de 1961, realizou-se um congresso camponês em Belo Horizonte — que contou com a presença de Goulart — no qual foi lançado o slogan “Reforma agrária na lei ou na marra”. O equacionamento legal dessa reforma esbarrava no artigo 141 da Constituição de 1946, que condicionava a desapropriação de terras ao pagamento prévio de uma indenização em dinheiro. No Congresso, a maioria dos parlamentares recusava-se a modificar a Carta, cerrando fileiras em torno da sua inviolabilidade”(FGV, 2023, p.2).

controle das remessas de lucros ao exterior³² bem como na convocação do Comício das Reformas, fornecerem o argumento para o golpe preventivo da autocracia burguesa em 1964.

Esse é o contexto do SHRU, um panorama de acirramento da luta de classe tendo as reformas de base como mote. Tendo em vista esse cenário, é possível continuar na análise dos documentos síntese desse congresso e de sua importância para o campo da Reforma Urbana no Brasil.

Tal como o mote por trás das reformas em geral, o conceito de Reforma Urbana defendido no SRHU é justificado pelo suposto atraso do capitalismo brasileiro. No caso do problema urbano brasileiro, a inexistência de uma política pública que desse conta dos fluxos migratório do processo de industrialização ao encontrar uma estrutura agrária arcaica (Bonduki, 2018). Combinados, esses fenômenos, estavam a gerar o crescimento de favelas aumentando a demanda por moradia e retroalimentando a questão.

O Estado vai aparecer para os membros do SHRU como principal responsável de resolução da questão através de uma ação planejada, técnica e racionalizada que colocasse em prática uma Reforma Urbana e uma Reforma Agrária. Para orientar essas ações o planejamento territorial. Ainda o documento aponta a participação popular como necessária para o avanço das medidas.

Sobre as ferramentas de execução dessas propostas, o documento do SHRU aponta a criação de um órgão federal, central e com autonomia financeira em ligação com a política agrária e a política econômica do país (Bonduki, 2018). Ele serviria para fundir os instrumentos disponíveis na época, a Fundação da Casa Popular (FCP) e o Conselho Federal de Habitação (CFH). Ela se guiaria através de um conselho deliberativo, técnico, e um consultivo, político, representantes das entidades ligadas a pauta da moradia e membros do Estado. Além disso:

O organismo a ser criado teria as seguintes atribuições: “elaborar os planos nacionais, com as diretrizes da política habitacional e de planejamento territorial; centralizar e coordenar recursos federais; supervisionar e distribuir recursos e assistência técnica internacional; propor mecanismos de desapropriação por interesse social; incrementar a indústria de construção e o desenvolvimento tecnológico, visando a normatização e padronização dos materiais e viabilizar a pré-fabricação; promover e divulgar estudos e pesquisas(Bonduki, 2018, p. 26)

³²“Outro tema que provocou muita discussão no Congresso, na imprensa e na sociedade em geral foi a Lei de Remessa de Lucros, que, embora tivesse sido aprovada em setembro de 1962 pelo Parlamento, ainda não fora regulamentada. Goulart determinou então a reativação dos debates sobre a lei, regulamentada afinal pelo presidente em janeiro de 1964 através do Decreto nº 53.451. Por esse decreto foram aprovados os artigos mais polêmicos, como o 31, que limitava em 10% sobre o capital registrado as remessas de lucro para o exterior, e o 32, que considerava as remessas em excesso a esse limite como retorno de capital” (FGV, 2023, p.4).

Além da recomposição histórica do campo, esse detalhamento nos é importante a critério de comparação ao Ministério das Cidades criado no primeiro Governo Lula, que a nosso ver foi a realização prática dos ideais do SHRU. Importante não confundir realização necessária com realização *ipsis litteris*.

Já sobre o financiamento apontado pelo SRHU para essas medidas, ele passaria pela criação de um Fundo Nacional da Habitação que seria gerido e executado pela Caixa Federal³³. Os recursos para o fundo viriam de impostos de habitação incidindo sobre: loteamentos urbanos, imóveis urbanos ociosos e transferências imobiliárias (Bonduki, 2018). Além disso, seriam alvo do imposto e/ou de selos específicos para isso: operações imobiliárias de pessoas jurídicas, loterias federais, dentre outros.

Em relação aos instrumentos relacionados à função social da propriedade vemos esforços no documento no sentido da limitação do direito à propriedade e benefício para os moradores de periferia em condições vulneráveis economicamente. Aparece aqui princípios parecidos com o debate sobre Reforma Agrária e vemos hoje em vista das forças reais na época de efetivação, bastante idealistas:

O órgão central poderia promover a desapropriação por interesse social dos bens necessários à habitação, ao equipamento urbano e ao aproveitamento do território, tomando como valor da oferta inicial o declarado para fins tributários. Posteriormente, esses bens poderiam ser transferidos a particulares. O documento propõe que o locatário de imóvel à venda teria preferência na compra em igualdade de condições pelo prazo de 60 dias a contar da notificação e que o imposto de renda deve isentar “as economias aplicadas na aquisição da casa própria (edificação e terreno) por pessoas cuja renda não seja suficiente para a obtenção do primeiro imóvel através do mercado imobiliário (Bonduki, 2018, p. 27)

O planejamento já mostra aqui a função primordial que assumiria nos anos 2000. O Plano Nacional Territorial (PNT) e o Plano Nacional de Habitação (PNH) estabeleceriam critérios para os atendimentos dessas questões considerando a existência de planos locais e/ou regionais, o grau de urbanização, fatores produtivos em desuso, ritmo e crescimento populacional e sua densidade. Isso tudo reforçando o binômio industrialização e planejamento expresso na estratégia política do período. Por fim, sobre os assentamentos precários:

³³ Por isso não se pode acusar de novidade o uso desse órgão para gerir recursos do Minha Casa Minha Dívida, que foi um dos motivos da crise do Ministério das Cidades nos anos 2000, mas pode-se questionar suas consequências políticas, como veremos adiante.

Em relação aos assentamentos precários, foram propostas medidas de emergência, como uma etapa intermediária entre o estado atual e os objetivos finais, destinadas a melhorar a habitabilidade de agrupamentos de sub-habitações, como favelas, mocambos, malocas e semelhantes. Os investimentos estatais deveriam buscar a organização das comunidades, orientando tecnicamente as construções e aproveitando os recursos dos grupos sociais; coordenar as obras de responsabilidade do poder público e utilizar a mão de obra local ociosa (Bonduki, 2018, p. 28)

Vemos mais uma vez a função central do Estado como executor desse planejamento urbano, visto como passível de direcionamento político, o que era reforçado pelo governo à época, como visto, impulsionador das pautas das reformas de base. Tendo feito essas considerações, qual seria o balanço final sobre a contribuição do SHRU a agenda da Reforma Urbana e para sua ideologia?

2.1.2 O ciclo Democrático e Nacional e a Ideologia Urbana.

Bonduki (2018) inicia seu balanço do período afirmando que apesar do medo das elites dominantes com o tema da Reforma Urbana, ela na verdade compunha mais um elo no aprofundamento do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, em especial com a relação apontada entre Estado e o setor da construção civil. Por isso não foi à toa que a própria ditadura iniciada em 1964 vai incorporar certas recomendações do SHRU expressos na criação, por exemplo, do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau).

Outras propostas mais antagônicas ao conservadorismo antidemocrático do regime foram abandonadas, sendo revisitados nos anos 1980 no âmbito dos debates constituintes, do Movimento Nacional da Reforma Urbana e na mobilização pelo Estatuto das Cidades. Assim:

É indiscutível que o SHRU propôs conceitos avançados, mas eles estavam longe de representar o perigo de uma reforma socializante no direito de propriedade, como mostram alguns de seus pressupostos: “a habitação é um direito do cidadão e uma responsabilidade do Estado”; “a Reforma Urbana, ou seja, os limites ao direito de propriedade e ao uso do solo, e o avanço construtivo, através da racionalização de métodos de produção, são os elementos primordiais para enfrentar o problema”; “a participação do povo em programas de desenvolvimento de comunidades e da iniciativa privada na oferta de habitação de interesse social é necessária”; “o plano nacional de ordenamento territorial e de habitação, contemplando as demandas presentes e futuras, deve orientar a política habitacional”(Bonduki, 2018, p. 29)

Isso tem razão de ser em relação à estratégia que animava a classe trabalhadora no período chamada de Democrática e Nacional que nos debruçaremos ao final desse capítulo.

Por hora, é importante apenas demarcarmos o caráter mentiroso dos golpistas ditatoriais ao acusarem um “perigo de socialismo” pelas propostas representadas nas Reformas de Base. Eram na verdade medidas modernizantes, no sentido burguês do termo.

Isso se estende inclusive ao próprio conceito de Reforma Urbana (Bonduki, 2018) que aparece direcionado pelos arquitetos progressistas que a assemelhavam com a realização do planejamento urbano e o uso de instrumento de controle do uso social do solo, do crescimento urbano e da especulação imobiliária. Seu único conteúdo “mais radical” era em relação a desapropriação de propriedades sem função social de acordo com o interesse do governo e não de forma prévia ou em dinheiro (medida essa pega de empréstimo da Reforma Agrária como visto), mesmo assim não realizado. Nada mais longe de alguma pretensa proposta revolucionária. Porém, algo salta aos olhos em relação a nosso objeto:

Embora nada tenha de revolucionário, salta aos olhos a atualidade do documento final, **cujas propostas não diferem muito da agenda voltada à habitação que orientou, quarenta anos depois, a criação do Ministério das Cidades**. Por outro lado, os dois instrumentos fundamentais de política urbana criados pelo regime militar – BNH e Serfhou – estavam previstos, com outras denominações, entre as propostas do SHRU. A reformulação da frágil estrutura institucional em vigor desde o Estado Novo, assim como a formulação de uma efetiva política habitacional, requeria um novo quadro político, pois o arranjo de poder no período pré-64 impedia transformações mais profundas que já haviam sido tentadas desde 1946, com a FCP e ao longo dos anos 1950. Assim, contraditoriamente, a profunda transformação imposta à força pelos militares criou um ambiente favorável à implementação de uma política habitacional que pode incorporar algumas das propostas surgidas no SHRU, como a mudança da estrutura institucional e a criação de mecanismos como a correção monetária, indispensável para dar sustentabilidade ao financiamento de longo prazo em um país com alta inflação (Bonduki, 2018, p. 31. Grifo nosso)

Primeiro, se a Reforma Urbana se identificar mesmo com os princípios do SHRU isso seria um apontamento que ela já havia sido realizada, seja com o advento do Ministério das Cidades, seja com as ações da Ditadura o que invalidaria os apelos hoje dos intelectuais da Reforma Urbana por sua realização. Ou no máximo poderia se afirmar que se tentou, mas não se completou a iniciativa. O que é muito diferente da versão do total e permanente atraso da Reforma Urbana no Brasil. Isso se avoluma também na citação abaixo:

A concepção geral que orientou o SHRU, no entanto, não pôde prosperar integralmente no novo regime e se tornou uma referência no período da redemocratização. É possível observar sinais do SHRU na Constituição em 1988, no Projeto Moradia (1999-2000), que orientou o programa de governo de Lula, no Estatuto das Cidades (2001) e na criação do Ministério das Cidades (2003), do Conselho Nacional das Cidades (2004) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. E sua influência também esteve presente na lógica da estruturação do sistema de habitação de interesse social proposto pela Lei Federal 11.127 de

2005, cujos pilares eram o plano de habitação, fundo e conselho no âmbito federal e para cada ente federado que aderisse ao sistema (Bonduki, 2018, p. 31).

Deixemos para o momento da exposição do Ministério das Cidades a reflexão final sobre nossa hipótese. Antes de terminarmos essa parte é preciso expor rapidamente a estratégia política do período. Chamamos de Democrático e Nacional a estratégia hegemônica pelo PCB quando das lutas trabalhistas no período relatado. É importante caracterizá-lo por que em suas formulações, que são expressão da força material viva que animou os diversos campos trabalhistas no período, está a definição do atraso do capitalismo brasileiro, que por sua vez justifica todas as reformas de base, dentre elas a Urbana.

Nas resoluções de seu congresso de 2009, o PCB realizou importante balanço do período e de sua estratégia. Assumindo que:

A estratégia democrática nacional partia do pressuposto de que a formação social brasileira trazia ainda aspectos não capitalistas, entraves ao pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista que impediam ou dificultavam o advento das condições que tornariam possível uma revolução socialista. Em um primeiro momento, estes entraves foram identificados como “feudais” ou “pré-capitalistas”, devido à grande prevalência da economia agrária baseada em latifúndios e ao tipo de relações sociais no campo, que transitaram do escravismo sem que passassem de imediato para relações assalariadas capitalistas, permanecendo em formas híbridas como a parceria, o colonato e outras. O segundo entrave detectado seria a dependência do Brasil em relação ao centro dinâmico do capitalismo mundial, inicialmente a Inglaterra e depois os EUA. Tal caracterização levaria a definir uma estrutura de classes na qual o bloco dominante seria composto pelas “elites agrárias” tradicionais, em aliança com o imperialismo, e o bloco popular seria formado pelo proletariado urbano, ainda pequeno, os camponeses, os setores médios e a burguesia nacional com vocação industrial, contra a tradição agrária (PCB, 2010, p.1)

Tendo em vista esse caráter “atrasado”, tanto na existência de elementos capitalistas como no seu caráter dependente, a perspectiva revolucionária brasileira defendida à época era da etapa democrática burguesa. Isto significava que antes de um salto ao socialismo era preciso primeiro desenvolver as relações capitalistas, que trariam e consolidaram o sujeito revolucionário: o proletariado urbano. Por isso, a burguesia nacional seria uma aliada natural do bloco contra o imperialismo e o latifúndio feudal.

Porém, o golpe militar de 1964 expressou de forma brutal a real formação social brasileira onde que, pelo contrário, havia sido feita mesmo entre o “atrasado” e o moderno, numa aliança entre o latifúndio e a burguesia. Esta temia muito mais uma revolução proletária do que a subjugação ao imperialismo. As condições locais permitiram uma aliança entre classes que apareciam como antagônicas. Isso nos leva a uma fragilidade da formulação que permanecerá no ciclo seguinte, o caráter do Estado:

O Estado brasileiro desenvolveu-se neste quadro buscando uma forma adequada às exigências do modo de produção capitalista. É necessário diferenciar a forma e o conteúdo do Estado. A forma depende diretamente da composição histórica das classes e da dinâmica da luta política, ao passo que o conteúdo do Estado se determina pelas relações sociais de produção, formas de propriedade e interesses de classe que, em última instância, acabam por se impor. Neste sentido, o Estado brasileiro foi assumindo um caráter burguês, na medida em que as relações assalariadas foram amadurecendo e se impondo como determinantes, ainda que mantendo relações pré-capitalistas que se tornavam cada vez mais subordinadas à dinâmica da produção do capital. Entretanto, a forma do Estado brasileiro acabou determinada pela correlação de forças entre a elite agrária tradicional, a nascente burguesia brasileira – desde o início subordinada ao desenvolvimento capitalista internacional – e o imperialismo. Assim sendo, o Estado burguês no Brasil assumiu a forma de uma ditadura no Estado Novo, de uma incipiente e limitada democracia burguesa nas décadas de 1940 e 1950 e novamente uma ditadura a partir de 1964. As tensões entre os setores do bloco dominante, ainda que importantes na luta política tática, não se traduziram em contradições estratégicas, levando à formação do bloco hegemônico e dominante que se consolidou com a ditadura civil-militar (PCB, 2010, p.2)

No caso da Reforma Urbana, a formação social brasileira em sua síntese contraditória passa a impressão de incompletude por elementos do “velho” serem tão necessários na manutenção do “novo”, isso expresso no pacto de classe autocrático brasileiro (Fernandes, 2006). Se por um lado essa relação aparece como “fechada” (uma sociedade atrasada que precisa se modernizar), ao mesmo tempo ela aparece “aberta”: é passível de mudança através do Estado, de forma autocrática, intervir na sociedade civil pela sua modernização.

Em suma: haverá consequências em ver o Estado apenas como forma (governo) e não representando certas relações sociais. Isso cria até hoje, no inconsciente do campo da Reforma Urbana, a crença na resolução da crise urbana pelo Estado³⁴, ou melhor, pelo governo³⁵.

Assim não é à toa que planejamento e indústria aparecem como o fundamento da Reforma Urbana no período expresso pelo documento final do SHRU: era a forma da contribuição do campo da Reforma Urbana na consolidação da etapa democrática burguesa do capitalismo brasileiro. Vimos que a ditadura pôs abaixo a teoria da pretensa estrutura de classes que sustentava esse processo (apesar de contraditoriamente pôr em prática muitas medidas do SHRU). Em que sentido então que o ciclo seguinte, o da democratização, inscreve

³⁴Bem vistas as coisas, essa é apenas mais uma determinação da Ideologia Urbana. Uma tese escrita de várias vezes de direções diferentes necessariamente as determinações aparecem em tempos diferentes da escrita. No capítulo de determinações econômicas exporemos as consequências do esquecimento das relações econômicas sobre a propriedade da terra, base para a questão urbana.

³⁵Isso gera um paradoxo expresso em uma anedota: “o Estado é estruturalmente atrasado, mas o governo pode ser avançado”.

essa leitura da Reforma Urbana no Brasil? Em base em que correlação de força entre classes? E expressada em qual Ideologia Urbana?

3. 2 O ciclo Democrático e Popular e a Ideologia Urbana.

Os anos 1980 e 1990 são fundamentais para entender a Ideologia Urbana atual e também a constituição do campo intelectual recente da Reforma Urbana. Se estivermos certos as determinações consolidadas nesse período ainda nos assombram, como fantasmas aos viventes (Marx, 1980). Nossos marcos, seguindo à Bonduki (2018), é o período entre a crise política e econômica da Ditadura que afetou o Sistema Nacional de Habitação e acabou por extinguir o BNH e a criação do Ministério das Cidades (2003).

O período chamado de “democratização” consolidou uma nova estratégia de enfrentamento ao problema da questão urbana:

A base dessa estratégia foi um compromisso entre o Estado, o mercado imobiliário, os movimentos sociais e urbanistas progressistas, que apostaram na compatibilização entre o direito de propriedade urbana e sua função social, assim como na aceitação da produção capitalista da cidade combinada com a garantia do direito à cidade, aos serviços públicos e à habitação (Bonduki, 2018, p. 81)

Nesse sentido, tanto a constituição de 1988, o Estatuto das Cidades (2001) e o Ministério das Cidades (2003) foram expressões dessa estratégia que segundo o próprio Bonduki foi baseada em uma política de conciliação (Bonduki,2018). Sem choque com a classe dominante, acreditando que elas seguiriam o caminho da modernização democrática das relações capitalistas, acolhendo a função social da propriedade da terra e os direitos sociais urbanos.

Nessa perspectiva, às várias conquistas das lutas democráticas como: as eleições diretas, a Anistia, o congresso constituinte e etc., somaram-se conquistas também do ponto de vista da luta urbana expressos na criação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) posteriormente chamado de Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU).

Seu grande marco foi a Emenda de Iniciativa Popular pela Reforma Urbana para a feitura da Constituição de 1988 com o foco na: função sociedade da privada e nos instrumentos urbanísticos de “recuperação de mais valia urbana”. Seus reflexos foram para além do período constitucional:

Essa perspectiva se desdobrou em experiências de administrações municipais que, nos anos 1990, introduziram novos paradigmas de políticas públicas e formas participativas de gestão; na articulação política que logrou a aprovação do Estatuto da Cidade pelo Congresso Nacional (2001) e na inclusão da habitação como um direito social constitucional (2000); na recuperação da capacidade de investimento do SFH; e, finalmente, na formulação e pactuação com vários setores da sociedade de uma proposta nacional de política urbana e habitação, o Projeto Moradia, em 2000, base do programa de governo que levou à criação do Ministério das Cidades (Instituto da Cidadania, 2000). Assim, quando o ministério foi criado em 2003, com a missão de coordenar em nível nacional a política urbana, o caminho estava pavimentado para que os grandes desafios urbanos pudessem ser enfrentados pelo país (Bonduki, 2018, p. 83)

Adicionar-se-ia que esse “caminho” também estava “pavimentado” de armadilhas provocados pelo seu próprio movimento que levariam a graves contradições como abordaremos mais à frente. Por hora, cabe apontar como a ideologia urbana do período foi consolidada *pari passu* com os desafios que o campo enfrentou.

No começo dos 1980 a política habitacional inspirada no SHRU e executada pelo SFH e pelo BNH³⁶ mostrava sinais de esgotamento e crise. A recessão, o desemprego e a inflação reduziram indiretamente a capacidade de financiamento do SFH. Quem tinha parcelas com o BNH viam elas aumentarem com a correção monetária em níveis maiores do que as correções do salário (Bonduki, 2018). A desastrosa política de Figueiredo (1981-1985), somada aos casos de escândalo do SFH, aumentaram os despejos, das favelas e a intensificação de ocupação de terras sem função social (não à toa o crescimento do MST à época).

Esse contexto alimentou a mobilização pela luta da terra, regularização fundiária, defesa dos devedores do SFH e urbanização das ocupações. O ponto do SFH vai congrega a aliança com setores médios, sendo a contribuição do Campo da Reforma Urbana para esse pacto que marcará a estratégia do período. Exemplo disso é o aparecimento do Movimento Nacional dos Mutuários, liderado por setores médios indignados com a política urbana.

Com a intensificação da democratização em 1985 esperava-se:

uma nova política urbana e habitacional, com a alteração do arranjo institucional herdado da ditadura (SFH, BNH e Cohabs). Efetivamente, o presidente eleito indiretamente, Tancredo Neves, propôs a criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), ao qual caberia formular uma nova política. Nessa perspectiva, Sarney, que assumiu com o inesperado falecimento de Neves, criou por decreto o Grupo de Trabalho de Reestruturação do SFH (GTR-SFH) com

³⁶“No ano de 1964, no início do governo de Castelo Branco, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação, a partir da necessidade nacional de uma política de habitação, especialmente para a população de baixa renda. Tendo o Banco Nacional da Habitação (BNH) como seu órgão central, esse sistema dispunha de mecanismos econômicos que visavam estimular a aquisição da casa própria, bem como a construção de habitações de interesse social por intermédio da iniciativa privada”(Botega, 2007).

o objetivo de analisar “os fundamentos, a evolução e os problemas do SFH”, a fim de apresentar “ao Governo Federal subsídios e sugestões para a reformulação da política habitacional, com vistas a melhor compatibilizá-la com as diretrizes governamentais no campo do desenvolvimento social e econômico” (Decreto 91.531/1985) (Bonduki, 2018, p. 84)

A composição do GTR-SFH abarcou diversos segmentos sociais. Órgãos federais, entidades empresariais, profissionais de habitação estavam amplamente representados. Já a representação popular continha apenas a Coordenação Nacional dos Mutuários. O IAB estava representado por João Ricardo Serran, arquiteto e urbanista que participou do SHRU.

O relatório final do GTR-SFH critica as políticas urbanas da Ditadura ao mesmo tempo que inicia suas considerações recomendando a aprovação de uma lei feita durante o mesmo período criticado: a PL 775/83, indicando melhorias nela. Os debates sobre ele geraram uma divisão dentro do GT puxada por seu segmento empresarial que apesar de no discurso admitir uma melhor regularização para a questão urbana, na prática não se posicionava (Bonduki, 2018).

Assim o GTR acaba por recomendar:

a necessidade de “reordenar o processo caótico e muitas vezes especulativo de nossas cidades”, defende “a ocupação de vazios urbanos” ou “terrenos de engorda” e a regularização fundiária e a construção de unidades habitacionais em “regime cooperativo ou de autoconstrução”, além de propor uma série de planos, mostrando crença no planejamento burocrático. O documento detalha as competências dos entes federativos, reservando um papel importante para as regiões metropolitanas, como ocorreu na maioria das propostas nesse período. Especifica propostas tributárias, como a contribuição de melhoria³⁷, a transferência do ITBI para os municípios, a progressividade do IPTU tanto em relação ao valor como no tempo, a criação de um tributo para estimular a desconcentração regional e o estabelecimento do valor venal do IPTU como a base de cálculo para as desapropriações. E sugere a regulamentação de instrumentos urbanísticos, como o direito de preempção, a distinção entre o direito de superfície e o direito de construir, base para a criação do “solo criado”, a requisição urbanística, a “estipulação compulsória da obrigação de construir” e a usucapião simplificada, individual ou coletiva, para regularização fundiária de favelas (Bonduki, 2018, p. 85)

³⁷“A Contribuição de Melhoria é um tipo de tributo vinculado à atuação do poder público. Essa atuação corresponde à construção de uma obra pública que acarrete valorização imobiliária, isto é, aumenta o valor de mercado de imóveis localizados em suas imediações. A contribuição de melhoria tem como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor resultante da obra, para cada imóvel beneficiado. Pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições. Para que serve? Prevista no Código Tributário Nacional, a contribuição de melhoria pode ser instituída para ressarcir os recursos públicos investidos em obras públicas que resultem na valorização imobiliária de terrenos privados. O tributo tem como objetivo retornar para a coletividade os recursos públicos que resultaram em ganhos privados por meio da valorização imobiliária”. Disponível em: <https://www.capacidades.gov.br/dicionario/index/tx_busca/Contribui%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Bde%2Bmelhoria> acesso em 01/02/2022 às 12:24.

O acaso do GTR-SFH mostra um dos problemas do campo da Reforma Urbana no Brasil: o entendimento teórico dos agentes não corresponde à ação prática de todos eles. Como diz Maricato, não é por falta de ideias que a pauta da Reforma Urbana não avança e nem por leis (Maricato, 2000). Isso porque foi grande a oposição às recomendações do GTR. O Governo Sarney abortou o processo de debate sobre elas nas cidades decidindo pela extinção do BNH e a passagem de gestão do SFH para a Caixa Econômica Federal onde continua até os dias atuais.

Esta extinção mostra o lugar de prioridade que ficaria a política urbana, já que foi feita sem ligação com uma nova estratégia de enfrentamento da questão. Como o BNH era alvo do ódio da população, sua extinção não foi combatida. O resultado foi uma financeirização da questão habitacional que foi transformada em política monetária sob a direção do Conselho Monetário Nacional. O crédito ficou mais difícil para as famílias mais pobres e também as linhas para a produção industrial de casas (Bonduki, 2018).

A virada dessa política apenas viria a partir dos anos 2000, seus princípios porém foram gestados em diversas lutas entre meados dos anos 1980 e a década de 1990. Vejamos rapidamente algumas dessas lutas e agentes fundamentais.

3. 2.1 Igreja, Movimentos Sociais e Arquitetos.

O movimento social urbano foi uma das principais iniciativas pela luta urbana e ele era dirigido pela Igreja Católica. Ele foi motivado pelo aumento do número de favelas e favelados pelo processo de urbanização brasileiro³⁸ intensificado desde a década de 1940. Entre 1974 e 1987 duplicou o número de habitantes de áreas de favelas (Bonduki, 2018).

Essas contradições engendraram:

A mobilização popular por melhorias urbanas, como água e luz nas favelas, creches, regularização e urbanização de loteamentos clandestinos e favelas e terra para moradia cresceu, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica (Caccia Bava e Telles, 1981; Singer e Brant, 1982; Kriscke e Mainwaring, 1986; Sader, 1986; e Gohn, 1991). As CEBs se transformaram em um polo vital de aglutinação popular nos bairros periféricos, canalizando a luta contra a “espoliação urbana”, conceito formulado por Kowarick (1981), que foi importante para qualificar e dar um sentido mais amplo para as lutas urbanas. “Em meados dos anos 1970, tiveram início as manifestações sociais por parte daqueles a quem cabiam apenas as migalhas do milagre econômico. (...) A Igreja Católica, movida pela Teologia da Libertação, teve papel fundamental nesse despertar dos movimentos sociais urbanos” (Maricato, 2001) (Bonduki, 2018).

³⁸ Esta é uma relação necessária da acumulação capitalista como veremos no capítulo 5.

Vemos o inconsciente cultural que anima as lutas hegemônicas pela igreja: a teologia da libertação, que resgata o cristianismo primitivo de bases comunitárias e compromissadas com os pobres; e a teoria da espoliação urbana (Kowarick, 1981) que apontava que além da exploração. Esta denunciava que havia um “roubo” das condições de usufruir de bens coletivos necessários à sobrevivência que se intercalava com a exploração sistêmica. Essa teoria ajudou criando um grande “guarda-chuva” para acolher dentro do mote da expropriação a opressão urbana³⁹.

Nessa ligação os arquitetos mais uma vez tiveram grande influência com as ações movidas pela Igreja. Nomes como José Calazans, Luís Fingerman, Antônio Carlos Santana, Ermínia Maricato, Walter Ono dentre outros agiram junto às CEB’s numa mistura de ação profissional com luta anti-ditadura (Bonduki, 2018). Esse movimento acompanhava a tendência de ampliação da ação profissional dos arquitetos para além de serviços para a classe média, elite e empresas, em direção às demandas populares.

Outro marco importante foi a criação em 1982 do Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes em São Paulo dirigido por Juan Villa, Nabil Bonduki, Vitor Lotufo, Carlos Roberto Mineiro de Andrade e Ives de Freitas. O Lab-Hab:

assessorou os movimentos sociais em projetos de equipamentos sociais, urbanização de favelas e de conjuntos habitacionais a serem edificadas por mutirão e autogestão. A partir dessa experiência, em várias escolas de arquitetura emergiram escritórios-piloto e laboratórios com objetivos semelhantes, que passaram a influenciar estudantes e impulsionar o debate sobre habitação e Reforma Urbana no ensino de arquitetura (Bonduki 1991). Também começam a surgir vários grupos de assessoria técnica, formados por profissionais que optam por esse tipo de trabalho profissional e militante (Bonduki, 2018, p.89).

Até hoje temos laboratórios nos cursos de arquitetura com essa perspectiva mostrando uma influência duradoura desse período. Em Fortaleza, por exemplo, temos o Lehab⁴⁰ dirigido pelo Professor Renato Pequeno. Paralelo a esse movimento de aproximação

³⁹ “Espoliação urbana” é o conceito cunhado por Kowarick para tratar dessa outra gama de opressões para além do trabalho: “É o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de existência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (Kowarick, 1981, p.74). É um modelo de crescimento que não só explora, mas também saqueia: o trabalhador explorado e o morador espoliado são duas faces de um mesmo sujeito periférico,

⁴⁰ “O LEHAB foi criado em 2013, sob a coordenação do Prof. Renato Pequeno, e faz parte do Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFC. Suas atividades têm como foco a análise das condições de moradia, reconhecidas como variáveis que melhor indicam as desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras, abrangendo os diferentes agentes da produção da habitação e evidenciando as respostas formuladas em termos de políticas públicas. Destacam-se também o estudo de temas mais amplos relacionados a política e planejamento urbano, e direito à cidade”. (Lehab, 2024, p.1. Disponível em: <http://www.lehab.ufc.br/wordpress/quem-somos/>. Acesso dia 09/06/2024 às 04:00hrs)

entre arquitetos e movimentos sociais, outro pilar para a formação do movimento Nacional Pela Reforma Urbana foi a aproximação de urbanistas e arquitetos em torno do tema do planejamento, e aí se destacam nomes como: Jorge Wilhelm, Luís Carlos Costa, Celso Lamparelli, Antônio Cláudio Moreira, Flávio Villaça, Chico Whitaker, Clementina D'Ambrosi, Cândido Malta Campos Filho, Theodoro de Azevedo Netto, Jorge Francisconi, Maria Adélia de Sousa, dentre outros (Bonduki,2018).

Muitos desses profissionais já haviam atuado na institucionalidade mesmo no período ditatorial realizando estudos e propondo políticas que seriam incorporadas nas lutas democráticas dos anos 1980. Alguns deles também eram das JUC, juventudes universitárias católicas que tiveram importante papel na luta urbana e contra a ditadura. A articulação entre igreja, arquitetos, urbanistas e movimentos sociais pode ser visto no documento sobre as conclusões da 20ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil ocorrida em 1982, na cidade de Itaiçi:

Na contracapa da publicação, o texto assume a prioridade que o tema passava a ter para a ação pastoral da Igreja: “Para superar a situação de injustiça, para redimir a cidade do estado de pecado social, é indispensável despertar a consciência dos brasileiros sobre a gravidade do problema. Apelamos a todos os cristãos e pessoas de boa vontade a fim de que a cidade não seja mais o palco de tanta miséria e sofrimento, mas o lugar privilegiado para o encontro de pessoas e famílias na paz, na justiça e na fraternidade” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1982). O documento aprovado pelos bispos (Solo Urbano e Ação Pastoral) critica, entre outros aspectos do processo de urbanização brasileiro, a retenção especulativa da terra urbana e a política de remoção de favelas, propondo a regularização fundiária de assentamentos informais, o combate à ociosidade do solo urbano e o condicionamento da propriedade urbana à sua função social (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1982, p.91).

A CPT (Comissão Pastoral da Terra), importante órgão da Igreja ligada à luta pela terra, seguindo o mesmo mote, vai propor a criação de uma entidade que orientasse os movimentos cidadãos. Assim surgiria a ANSUR (Articulação Nacional do Solo Urbano) que seria articuladora de uma plataforma de reivindicação dos movimentos urbanos que sintetizasse seus principais anseios. Ela foi fundamental na construção do Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Importante apontar:

O envolvimento da Igreja impulsionou os movimentos de moradia. Organizações populares surgiram em praticamente todas as modalidades de moradia precária, como favelas, loteamentos clandestinos, cortiços e bairros periféricos, apoiadas pelas CEBs e pastorais. Em São Paulo, foram criados, em várias regiões, movimentos de sem-terra, formados sobretudo por inquilinos com dificuldade de pagar o aluguel e que reivindicavam acesso à terra urbana e a moradia. Grandes ocupações de glebas ociosas marcaram o período, com grande visibilidade e desafiando abertamente o direito de propriedade, como ocorreu no final de 1986,

quando vinte mil famílias participaram de ocupações na zona leste. Na conjuntura da realização da Constituinte, portanto, a mobilização popular em torno da função social da propriedade não era um debate teórico. Na prática, buscava-se alternativas ao modelo de política urbana e habitacional da ditadura, questão que mobilizou e articulou entidades profissionais e acadêmicas, movimentos sociais, ONGs e sindicatos na perspectiva de uma atuação conjunta. Esta aliança foi decisiva na articulação do Movimento da Reforma Urbana (Bonduki, 2018, p. 92)

Esse foi o “caldo cultural” que mobilizou a ampla frente democrática na luta pela Reforma Urbana no Brasil que serviu de base não apenas para a luta constitucional, mas também para o inconsciente cultural do campo e sua Ideologia Urbana.

3. 2.2 Participação Popular e a Ementa Constitucional da Reforma Urbana.

Na falta de execução de uma política popular urbana pelo Governo Sarney (e revendo os fatos, ele não teria necessidade de fazê-lo), coube ao MNRU e o congresso nacional formularem propostas (Bonduki, 2018). Em 1987 é apresentada uma emenda de iniciativa popular para a constituição. Pela primeira vez na história do país, a constituição teria uma seção que abordasse uma política urbana com as bases na função social da propriedade e do direito à cidade.

A luta para isso se deu através da ANC (Assembleia Nacional Constituinte):

A ANC foi prevista por uma Emenda à Constituição de 1969 e eleita nas eleições gerais de 1986. Instalada em 1987, era formada por 559 parlamentares constituintes, sendo 72 senadores e 487 deputados federais, eleitos segundo as mesmas regras das eleições normais para a Câmara e o Senado, investindo-se deputados e senadores de poder constituinte. Ao contrário desses procedimentos tradicionais em situações análogas, a construção do projeto de Constituição ocorreu das parcelas para o todo, num processo altamente permeável a pressões externas, de todas as correntes de opinião”. Isso ocorreu, embora o presidente José Sarney tenha formado uma Comissão de Assuntos Constitucionais, conhecida como uma “Comissão dos Notáveis”, que elaborou um estudo que não foi oficialmente reconhecido nem tomado como referência pela ANC. Foram formadas 24 subcomissões temáticas, que recolheram propostas e sugestões, realizaram audiências públicas e, com base nelas, produziram os primeiros textos parciais (Bonduki, 2018, p. 93)

Assim, existiam mecanismos de exercício popular que garantiriam participação direta no processo constituinte. Emendas assinadas por no mínimo 30 mil pessoas também poderiam ser consideradas se também fossem propostas por três associações da sociedade civil. Grandes temas nacionais chegaram então à discussão. Como a Reforma Agrária, políticas de gênero, meio ambiente, o da Reforma Urbana, dentre outros. A comissão que ficou responsável pelo tema foi a de “Questão Urbana e Transporte”, o que para Bonduki

(2018) simbolizava o ponto de vista da questão urbana como tema econômico e não como tema social.

O processo que se seguiu de negociação envolveu intenso conflito com o chamado “centrão” que dirigia a comissão e articulou deputados conservadores contra as propostas mais avançadas de iniciativa popular. Nessa subcomissão os debates sobre a função social da propriedade e da participação popular na gestão urbana foram centrais. Já sobre os transportes as questões rodearam em torno do protecionismo às empresas nacionais e ao grau de privatização do serviço (Bonduki, 2018).

O IAB apresentou um documento nas audiências públicas, que também aconteceram em complemento com os trabalhos da subcomissão, que defendia entre outros pontos:

avançar no sentido de uma Reforma Urbana que objetive uma melhoria de qualidade de vida para a sociedade brasileira, (...) e criar mecanismo efetivo de participação popular nas decisões de interesse público com vistas a garantir uma gestão democrática para nossas cidades” (Danc – Suplemento, 16/7/1987). O documento propunha dispositivos como a prevalência do uso social da terra urbana e do direito à moradia digna sobre o direito de propriedade; a previsão do pagamento das desapropriações por interesse social mediante títulos da dívida pública; o direito de preempção; a aplicação da progressividade no IPTU para evitar a especulação imobiliária; o imposto municipal sobre a valorização imobiliária; a usucapião especial pró-moradia após três anos de posse e a participação popular nos processos decisórios relativos à política urbana (Danc – Suplemento, 16/7/1987). Goldman defendeu que “a propriedade da terra é uma questão mais em nível do social, do atendimento à sociedade do que uma questão de propriedade” (...) e que “a habitação (não é) um fato isolado, mas diretamente ligado à questão urbana e com instrumentos adequados para a questão do uso do solo urbano”. E criticou tratar a moradia como caso de polícia: “A questão urbana e da habitação não são questões policiais e nunca serão resolvidas dessa forma” (Danc – Suplemento, 16/7/1987) (Bonduki, 2018, p. 96-97)

Importante vermos as diferentes contribuições no período constituinte, pois simbolizam essa virada da entrada da classe trabalhadora em peso nos caminhos institucionais democráticos. Ao mesmo tempo que a luta de base por melhorias nas condições de trabalho, que tiveram seus marcos na criação da CUT, PT e MST (Iasi, 2006), chega ao seu ápice e começa a seguir em direção ao pacto social do início dos anos 1990, o que é representado pelas câmaras setoriais⁴¹ do ABC paulista.

⁴¹ Iniciadas no âmbito do sindicato dos metalúrgicos do ABC no início dos anos 1990, foram a gestão do pacto social que viriam ser as mesas tri partítes que até hoje pautam algumas negociações do governo e da classe patronal com os trabalhadores. Consiste numa estratégia de “evitar conflitos”, garantindo um espaço de negociação antes do momento grevista. Na prática se tornaram espaços de cooptação da direção dos movimento sindicato e da prática de acordo de cúpula que entregaram direito de várias categorias no Brasil.

No caso da posição dos arquitetos reafirma-se o elemento da ideologia urbana como tema social e não econômico, circunscrito ao âmbito do ganho de direitos. O que é totalmente compreensível no período estudado mas que deixou marcas no inventário intelectual do campo que o transformou num fim em si, como veremos mais à frente. De todo modo permanece a questão do planejamento e do Estado como eixos centrais da garantia da função social da terra, fundamento da Reforma Urbana.

Estas demandas se consolidam no lema do “direito à cidade e direito à cidadania”. É possível ver isso na posição de alguns arquitetos contribuindo ao debate a partir da crítica ao BNH. Em seu lugar deveria surgir diversas políticas públicas que garantissem o direito ao valor de uso da cidade, tal objetivo coadunava com a defesa democrática no período da reconquista de direitos. Isso pode ser visto inclusive na não oposição do setor empresarial ao imposto progressivo do solo:

Embora adotando um discurso favorável ao livre mercado, nem Ponte nem os representantes do setor empresarial foram frontalmente contrários à adoção do imposto progressivo no tempo para combater a especulação com terras ociosas, desde que fossem estabelecidas as áreas restritas onde ele se aplicaria, de certa forma se antecipando a subordinação desse instrumento ao plano diretor. Para Ponte: “o imposto progressivo (é) um belo instrumento para evitar retenções de terras não usadas. Só que com o cuidado devido, porque se nós fizermos indiscriminadamente isso, sem selecionarmos áreas, naturalmente que não haverá população para demandar, num espaço de tempo, todos os vazios urbanos da cidade. E se, dependendo do índice em que se põe a progressividade do imposto em três, quatro anos o valor que se paga de imposto vale menos do que a terra, então não existiria mais proprietário privado⁴²” (Danc – Suplemento, 18/7/1987) (Bonduki,2018, p. 98)

Quando em 5 de maio de 1987 o MNRU se encontrou para intervir em Brasília no debate, boa parte dos principais temas já haviam sido trabalhados na subcomissão e seriam oficializados no dia seguinte. Trouxeram de novo a unidade da movimentação popular que era representada por seus membros que passaram 12 horas discutindo os pontos polêmicos da emenda na véspera. Na audiência de apresentação, o presidente do Sindicato dos arquitetos na época, Nabil Bonduki, elencou os quatro pontos principais da emenda: 1- Garantia dos direitos urbanos; 2- limite ao direito da propriedade privada e limitação ao direito de construção; 3- produção da cidade (entendido como: moradia, transporte, serviços públicos) não voltada ao lucro e 4- e a gestão democrática do desenvolvimento urbano(Bonduki,2018)

Já Franklin Coelho do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro insistiu sobre o uso social do solo que deveria se sobrepor ao direito da propriedade, ao que foi seguido por

⁴² Vemos aqui o medo de inspiração ricardiana da estatização de toda a terra como demonstraremos no capítulo 5.

João Bosco da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam). Já sobre os instrumentos urbanos, Flora Maranhão, da Ansur, expôs os que comporiam a ementa:

“o imposto progressivo sobre os imóveis ociosos, impostos sobre valorização imobiliária, o direito de preferência na aquisição de imóveis pelo Poder Público, o parcelamento e edificação compulsórios, a desapropriação por interesse social ou utilidade pública, a discriminação de terras públicas, o tombamento de imóveis, o regime especial de proteção urbanística, a preservação ambiental e o direito real de concessão de uso” (Danc – Suplemento, 3/7/1987)(Bonduki, 2018, p.100)

No debate sobre o direito à moradia, o MUF (Movimento Unificado de Favelas) defendeu que a reivindicação fosse legalizada para impedir a acusação de “invasão” de atividades de ocupação. Outros setores do movimento popular apontaram o subsídio público como base para a garantia desse direito, o que foi apoiado inclusive pelos setores empresariais presentes. Houveram divergências se o investimento seria primordialmente em infraestrutura ao invés de financiamento direto à moradia já antecipando as contradições, por exemplo, que estariam em volta de políticas públicas urbanas, se estas seriam geridas ou não pelo Ministério das Cidades (2003).

O plano diretor estreia nesses debates como parâmetro para a averiguação da função social da propriedade. Apoiado veemente pelo empresariado e o governo à época e por não estar na proposta original do MNRU essa posição vai trazer desconfiança de setores do movimento. Estes viram nisso uma forma de atrasar a efetivação da função social da propriedade nos contextos concretos através de uma inspiração tecnocrática, contrária ao espírito democrático crescente (Bonduki, 2018)

A defesa do caráter democrático da proposta constitucional foi defendida por Sérgio Andrea, da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro:

“para nós, significa o respeito a cada cidadão, a todos os segmentos sociais e a todas as representações. (...) É preciso que a lei permita a participação popular em diversas instâncias. É preciso que a lei preveja formas de audiência de participação popular. É preciso que a lei possibilite a participação da iniciativa popular para mudar a legislação municipal. É preciso que a lei possibilite o veto a uma lei municipal e que esse mesmo veto seja submetido ao referendo popular” (Danc – Suplemento, 23 /7/1987). Esse princípio foi contemplado ao se garantir a participação popular na formulação das políticas locais, ao se prever a obrigatoriedade de dois preceitos básicos nas leis orgânicas municipais: o que trata da cooperação das associações representativas no planejamento municipal e aquele referente à iniciativa popular de projetos de lei (art. 29, incisos XII e XIII). No Estatuto da Cidade, o tema ganhou mais força no plano normativo (Bonduki, 2018, p.101).

131 mil assinaturas físicas viabilizaram a legitimidade da proposta que foi entregue no dia 19 de agosto de 1987 como Emenda Popular 63/1987: a Emenda de Iniciativa Popular da

Reforma Urbana. É importante expor esse processo e seus porta-vozes, pois mesmo depois de mais de 30 anos eles expressam, cada um ao seu modo, a Ideologia Urbana constitutiva da Reforma Urbana.

Constitui essa Ideologia Urbana: a crença nos instrumentos de recuperação de mais valia urbana como formas de trazer de volta direitos expropriados; a secundarização das questões estruturais da economia capitalista ao denunciar a crise urbana; a aposta no caminho pelo Estado e na defesa da democracia como instrumento modernizador ao que é definido como um “atraso” do capitalismo brasileiro no território da luta urbana; a crença na participação popular por dentro do Estado como forma de garantia de políticas públicas redentoras. Na tese procura-se indicar caminhos para o entendimento de cada uma dessas características. Por hora, continuar-se-á na relação entre formação social e inconsciente coletivo do campo da Reforma Urbana.

3 2.3 A negociação da emenda.

A ementa provou reações dos setores conservadores à Reforma Urbana, com defesas, por exemplo, do deputado Luiz Roberto Ponte⁴³. Ele dizia que a iniciativa privada deveria ser chamada para a garantia da moradia com o governo entrando com o subsídio, além de cuidar das desapropriações. Sobre isso Bonduki é categórico: “Curiosamente, as teses defendidas em 1987 pelo setor da construção civil foram contempladas, mais de vinte anos depois, no Programa Minha Casa Minha Vida, proposto pelo governo Lula” (Bonduki, 2018, p.105)

Isso nos dá uma pista da metamorfose da consciência da classe que aponta para o pacto dos governos petistas nos anos 2000 e o conseqüente esvaziamento político do Ministério das Cidades, nosso ponto de chegada. A época da polêmica com Pontes, a própria Ermínia Maricato refutou esta tese atacando a especulação em torno da terra como responsável pelo baixo preço do solo nos conjuntos periféricos (Bonduki, 2018)

Pontes, como representante dos setores da construção civil seria um dos responsáveis por obstruir o seguir do Estatuto das Cidades nas instâncias aprovadores até o início dos anos 2000. Sobre esse contexto, a fala de Maricato numa sessão da Assembleia Nacional Constituinte, em que estavam apenas 3 deputados constituintes, revela as

⁴³ Engenheiro e empresário, deputado constituinte(1987-1991)

contradições envoltas pelo campo da Reforma Urbana na defesa do instrumento constitucional:

Em defesa da Reforma Urbana, ela argumentou que a retenção de solo urbano ocioso não deveria interessar nem ao capital imobiliário produtivo, “que necessita de terrenos para sua atividade”. Por outro lado, destacou que a aprovação de instrumentos para a regularização fundiária “já seria uma grande reforma” e que a “especulação imobiliária deve ser varrida do cenário brasileiro... O que queremos é um país do século XX. Queremos eliminar o que é arcaico neste país” (Danc-Suplemento, 27/1/1988) (Bonduki, 2018, p. 105)

Vemos articulados alguns dos pilares da Ideologia Urbana: os instrumentos urbanísticos como forma de superar o suposto “atraso” brasileiro. Podemos falar, 30 anos depois, que a previsão da autora não se realizou, infelizmente. Mas por que? Acharmos que um elemento é interior ao próprio campo da Reforma Urbana e as transformações na luta de classes a partir do fim dos anos 1970, forjado não apenas nas derrotas do campo e da classe trabalhadora do país, mas também em suas vitórias.

Em relação a isso os pontos apresentados pelo MNRU que se confirmaram na carta constitucional esteve: a garantia de uma seção de Política Urbana na carta constitucional e que o princípio da função social da propriedade visse também acompanhado de instrumentos práticos de aplicação. O artigo 182 e 183 abordaram o combate a terras ociosas e regularização fundiária de favelas em terrenos particulares. E ainda:

Mas esses avanços, por si só limitados, foram ainda atenuados pela introdução, no processo de negociação legislativa, de uma série de etapas sucessivas que precisava ser trilhada até que efetivamente esses instrumentos pudessem gerar efeitos concretos. No artigo 182, estabeleceu-se que era necessária uma lei federal para regulamentar a Constituição (que viria a ser o Estatuto da Cidade) e facultou (ou seja, não exigiu) aos municípios a aplicação desses instrumentos através dos planos diretores (a serem aprovados com maioria qualificada nas câmaras municipais), que deviam definir quando uma propriedade urbana cumpre ou deixa de cumprir a função social, requerendo, em seguida, uma lei municipal específica. Em relação à regularização fundiária das favelas, o artigo 183 da Constituição instituiu a usucapião para as áreas de propriedade privada ocupadas há mais de cinco anos, sem contestação judicial. Mas foi excluído o uso deste instrumento em áreas públicas (Bonduki, 2018, p. 106).

A estratégia do “centrão” naquele contexto (interessante como os representantes da classe dominante são denominados de “centro”) foi criar barreiras institucionais para atrasar o cumprimento real das conquistas conseguidas. Nesse sentido que vem o debate⁴⁴ (e a ideologia) do plano diretor. Ele é proposto justamente como mais um desse entraves, o que

⁴⁴ Como veremos com Villaça, na verdade, retorna.

inclusive vai ser denunciado por parte do movimento na época. Somaram-se a esse “entrave” outros como a necessidade de: lei federal (que apenas seria aprovada 13 anos depois), lei municipal específica, aplicações sucessivas de parcelamento, edificação e etc. Isto explica tal balanço sobre o texto final aprovado:

(...)o texto não agradou aos defensores da Reforma Urbana, como se percebe pela análise do jurista Nelson Saule Jr.: “A proposta vencedora do bloco conservador de parlamentares denominado “Centrão”, na Assembleia Nacional Constituinte de condicionar (..) a aplicação dos instrumentos destinados a conferir uma função social à propriedade urbana à existência de uma lei federal e de um plano diretor, continua a produzir efeitos favoráveis para os interesses dos agentes responsáveis pela especulação imobiliária e efeitos negativos para a promoção de uma Reforma Urbana nas cidades”(Bonduki, 2018, p. 109)

Bonduki, o principal autor que acompanhamos nessa reconstituição se apressa, depois dessa passagem, a justificar que o aconteceu não foi uma derrota, mas o início de todo um processo de “avanços sucessivos”. Essas lutas, porém, foram feitas, segundo o mesmo autor, na base do pacto com os interesses privados capitalistas. Importante ler na íntegra, pois as próprias ideias de Bonduki sobre o planejamento expressam a ambiguidade do campo a tratar da luta pela Reforma Urbana no Brasil.:

A conciliação obtida no texto constitucional foi simbólica da abertura de um período que se prolongou pelo menos até meados do segundo governo Lula, em que vigorou um processo de busca de consensos progressivos entre os vários setores sociais envolvido na questão urbana, incluindo movimentos sociais, empresários, ONGs, universidades, poder público municipal e sindicatos. A partir de então, o MNRU, posteriormente denominado Fórum Nacional da Reforma Urbana, atuou de forma a negociar a exaustão suas propostas, no Congresso Nacional, no Executivo e no Conselho das Cidades, quando ele foi criado (2003), logrando obter vitórias expressivas, **mas aceitando as regras do mercado capitalista e a conciliação como uma estratégia para avançar posições**. A concepção do planejamento urbano como um pacto, forjado em um processo participativo onde pela primeira vez os setores excluídos estariam incluídos, tornou-se uma premissa amplamente aceita pelos movimentos sociais (Bonduki, 2018, p. 109. Grifo nosso)

Não apenas foi aceita como se tornou um dos principais elementos da Ideologia Urbana no país. Importante o mapeamento desse elemento até seus proponentes: a burguesia do país, que tentou atrasar os ganhos conquistados pela constituição. Passadas três décadas, podemos dizer que não apenas a tentativa da classe dominante logrou sucesso como se tornou patrimônio do próprio consciente coletivo do campo. O pacto social do ciclo democrático e popular também tem sua origem no campo da Reforma Urbana. Mas qual a natureza geral desse pacto? Antes de respondermos isso é preciso seguir mais um pouco na reconstituição história do campo.

3. 2.4 Experiências do campo antes do Estatuto das Cidades

Entre a aprovação da emenda da constituição e a aprovação do Estatuto das Cidades houve uma série de experiências municipais que tentaram executar os princípios do debate constitucional na prática de gestões que além de marcar a retomada da democratização, em alguns casos tinha participação direta dos movimentos urbanos (Bonduki, 2018). Seu resgate nos mostra ao mesmo tempo a tragédia e a farsa do amadurecimento da Ideologia Urbana no campo da Reforma Urbana do Brasil.

Assim foi um período de iniciativas como regularização e urbanização de favelas, autogestão e mutirão na construção de novas habitações nessas áreas, assistência jurídica e técnica para essas populações e etc. Essas experiências espalharam-se pelo solo nacional ao mesmo tempo que modificaram o próprio inconsciente coletivo do campo. O governo precursor do movimento foi anterior mesmo ao MNRU, aconteceu em 1976 e 1982, pelo prefeito de Lages (SC), Dirceu Carneiro, que também era arquiteto e urbanista, que prezou pela participação popular no trato dos problemas urbanos.

Ainda nas experiências precursoras podemos citar também em 1983 tanto o Governo de Franco Montoro (SP) e Leonel Brizola (RS) que inovaram com programas de habitação com um estilo diferente do BNH. Que também inspirou em menor escala programas durante o Governo Mário Covas (SP) entre 1983 em 1986. O que havia em comum entre essas iniciativas eram que elas dialogariam com a “cidade real” (Bonduki,2018) prevendo recursos orçamentários e participação popular. Porém, foi na gestão de Luiza Erundina (1989-1992) que esse processo parece ter chegado ao ápice:

Além do inovador Plano Diretor, que será tratado adiante, o programa lançou as bases para a formulação de uma nova política habitacional, com gestão participativa e diversidade de programas. Essa nova concepção se materializou em 250 projetos agregados em programas alternativos, como o mutirão autogerido, a urbanização de favelas, a intervenção em cortiços e áreas centrais, e a assistência jurídica (Bonduki, 1991 e 1992; Maricato, 1991). A concepção de que a política habitacional – além de atender a uma demanda social – poderia ser um instrumento de Reforma Urbana tornou-se uma realidade, antes que os novos instrumentos urbanísticos pudessem ser utilizados. Uma massiva desapropriação de glebas e terrenos vazios, que alcançou 4 milhões de m², situados em áreas dotadas de infraestrutura, inclusive nos bairros centrais, introduziu uma nova lógica de inserção urbana, que rompeu a tradicional localização periférica de grandes conjuntos (Maricato,1993; Bonduki 1993 e 2000) (Bonduki, 2018, p. 113).

Esse governo, sempre retornando nas análises históricas sobre a Reforma Urbana no Brasil. Marca o encontro das mobilizações de ascensão da classe trabalhadora nos anos 1980, com a democratização e o planejamento (com orçamento, mesmo que pouco). O plano diretor de 1991 (que não foi aprovado) simboliza esse processo na defesa do combate à especulação imobiliária e a redução dos custos de construção, na tentativa de aproximar o local de trabalho com o de moradia, reforço das linhas públicas de transportes e já aqui o combate aos “bairros dormitórios”. Assim:

Para dar segurança jurídica e condições urbanas básicas aos moradores em assentamentos precários, foi colocado em prática um ambicioso programa de regularização fundiária e urbanização das favelas e loteamentos clandestinos. Em 1989, foi enviado à Câmara Municipal um Projeto de Lei de Concessão do Direito Real de Uso em 130 favelas, que gerou muito debate e controvérsias, mas que sequer foi colocado em votação, mesmo após a gestão ter proposto a criação de novos parques com área equivalente à área regularizada para fins de moradia. Essa postura mostra as dificuldades para garantir pequenos avanços em relação à função social da cidade. Por outro lado, nas favelas excessivamente densas, que não permitiam a urbanização sem remoção, optou-se pela reconstrução integral com verticalização, mantendo-se a população na mesma área onde já morava. Essa alternativa, que evitou, por exemplo, a remoção de moradores das favelas Água Branca e Minas Gás, inspirou o Projeto Cingapura, implementado na gestão seguinte, do prefeito Paulo Maluf, embora sem a mesma qualidade projetual e participação social que caracterizou a gestão Erundina. Outro programa inovador fortemente alinhado com os princípios da Reforma Urbana realizado em São Paulo no início dos anos 1990 foi o voltado para cortiços e produção de moradia nas áreas centrais. Embora sem grande alcance quantitativo, os primeiros empreendimentos realizados nessa perspectiva mostraram que era possível romper com a lógica periférica dos conjuntos de habitação social, garantindo na prática o direito à cidade, na sua acepção mais ampla (Bonduki, 2018, p.115).

Estes são exemplos dessa gestão que se incorpora no ideário da Reforma Urbana: a luta pela reocupação dos centros das cidades pela habitação popular e a questão de evitar que as comunidades fossem removidas de seus espaços tradicionais de vida, dentre outros. Houve também iniciativas do Rio de Janeiro, mesmo em governos conservadores, como o Programa-Favela Bairro, no governo César Maia (1993-1996) que fortificou a visão da urbanização como a saída para o problema dos assentamentos informais.

Em nível federal os programas Habitar Brasil-BID e Pró-Moradia, nos governos Itamar Franco (1992 – 1994) e Fernando Henrique (1994 – 2002) respectivamente, também seguiram os objetivos da urbanização (Bonduki, 2018). Em várias outras cidades tivemos iniciativas semelhantes como em Salvador, Vitória, Belo Horizonte, Recife, Santos e etc que o trabalho não conseguirá aprofundar. Dentre elas chama a atenção o caso de Santo André:

A experiência realizada em Santo André (1997-2008), ganhou destaque por propor a chamada “urbanização integrada”, uma intervenção que não se reduz à mera

implantação de infraestrutura na favela, mas introduz uma série de serviços e equipamentos visando criar condições para que a população moradora eleve seu nível de vida em um amplo conjunto de aspectos. Viabilizar empreendimentos de habitação social na área central foi outra inovação do período. A partir do exemplo dos projetos-piloto desenvolvidos em São Paulo (1989-1992), que mostrou a viabilidade desse tipo de programa a custos compatíveis com o auferido em empreendimentos tradicionais, desenvolveu-se a concepção de que esse tipo de empreendimento, que garante o direito ao centro, traz enormes vantagens para a cidade, como a redução da necessidade de transporte, a mistura de classes e usos no tecido urbano, e a utilização racional da infraestrutura e equipamentos instalados. Inicialmente visto como utópico, a partir de meados dos anos 1990, passou a ser defendido pelos movimentos de moradia e por alguns segmentos do poder público, na perspectiva de mostrar que era possível romper a histórica segregação urbana, que expulsou os mais pobres para a periferia (Bonduki, 2018, p. 115)

Reconhecemos nessas ações a crítica de Lefebvre (2001), a perda da centralidade da moradia dos trabalhadores no centro e o esfumar-se da consciência da cidade devido a esse movimento. Além da justificativa teórica, tais intervenções buscavam também se legitimar do ponto de vista do orçamento, mostrando as vantagens financeiras da (re)ocupação central, bem como da urbanização de favelas, construção de vias de transporte público, regularização da posse de terra, barateamento do solo e etc. Essas iniciativas foram uma tentativa de absorver novos instrumentos urbanísticos nas administrações municipais como forma de aumentar o acesso da terra pelos setores populares (Rolnik, 2002 apud Bonduki, 2018).

Também serviu para direcionar o clamor popular pelos direitos urbanos para o âmbito institucional, ao mesmo tempo que cresciam o número de prefeituras ligadas ao PT, principal polo de atração dos militantes da Reforma Urbana e dos movimentos sociais urbanos do período. O balanço de Rolnik é que apesar de tudo, a maior parte delas foi frustrante pois esbarravam judicialmente na inexistência de uma regulamentação federal (que viria depois a ser o Estatuto das Cidades), alimentando a esperança que houvesse avanços após tal legislação.

Já sobre as ZEIS e os Planos Diretores nesse período:

A instituição de zonas ou áreas especiais de interesse social (ZEIS ou AEIS), sobretudo quando restritas à regularização fundiária de assentamentos precários, obteve sucesso em alguns municípios, pois embora fosse uma inovação no âmbito das leis de uso e ocupação, não dependia da regulamentação federal (embora tenha sido posteriormente prevista pelo Estatuto da Cidade), sendo mais difícil contestá-la pelo Judiciário. Já os planos diretores que buscaram introduzir instrumentos inovadores relacionados com a função social da propriedade, como imposto progressivo no tempo, edificação compulsória, solo criado, entre outros, além de sofrer oposição política, eram facilmente contestados no Judiciário, pois se entendia que eles não eram autoaplicáveis, requerendo a regulamentação federal, conforme o §4º do artigo 182 da Constituição (Bonduki, 2018, p.17)

Todo esse acúmulo expressou-se como já dito no Plano Diretor de 1991 que foi apresentado no governo Luiza Erundina. Ele foi uma espécie de “laboratório” para os instrumentos fomentados em torno do MNRU. Segundo Bonduki (2018) apesar do pouco detalhamento e da dificuldade de implementação, o plano diretor ajudou na superação de velhos paradigmas do debate tradicional de desenvolvimento urbano. Entre seu conteúdo figuravam: 1- regulamentação do solo criado de coeficiente 1; 2- outorga onerosa com recursos para Fundo de Urbanização para ZEIS; 3- criação de tipologia para ZEIS de acordo com o tipo de ocupação; 4- instrumentos anti-especulação imobiliária; 5- Regulamentação da Operação Urbana focada em incluir atendimento de habitação para a população de baixa renda, fundo de urbanização e plano de obras públicas.

O projeto sofreu muita resistência dos setores mercantis sobre sua aprovação, mesmo com a existência da operação urbana que já era um aceno da pauta da Reforma Urbana ligada ao mercado, que nos governos petistas transformou-se em parte da engrenagem do pacto social (Bonduki, 2018). Prova disso é que mesmo não conseguindo emplacar o Plano Diretor, a gestão Erundina conseguiu viabilizar a Operação Urbana Anhangabaú. Assim:

Ocorreram ainda, antes da aprovação do Estatuto da Cidade, várias tentativas de introduzir o solo criado, através da cobrança de contrapartidas para que empreendimentos imobiliários pudessem ultrapassar o permitido nas leis de zoneamento, através de instrumentos como as operações interligadas ou operações urbanas. **Esses instrumentos situavam-se no tênue limite entre o que interessava ao mercado, a flexibilização das leis de uso e ocupação do solo e o que pretendia a Reforma Urbana, a recuperação da mais-valia gerada pelos investimentos públicos.** A polêmica em torno do caráter nefasto ou positivo do uso desses instrumentos foi intensa no âmbito do próprio movimento da Reforma Urbana, e permanece até hoje (Bonduki, 2018, p.120. Grifo nosso)

Todos os elementos que grifamos fazem parte da Ideologia Urbana atual situada no ponto mais atual desse processo. Por hora, é importante resgatar até aqui o caminho desses instrumentos até a incorporação no senso comum do campo. Alguns começam como sugestões do próprio mercado nos debates constitucionais, como o próprio Plano Diretor, outros são proposições dos próprios movimentos ou mandatos populares no sentido da governabilidade, a fim de viabilizar as aprovações das propostas. Por fim, elas viram o próprio *leitmotiv* da consciência social do campo incorporada como pauta do próprio movimento social. O produto esconde o processo, mas não as determinações como veremos na ópera do Ministério das Cidades.

No caso da polêmica das operações interligadas nesse contexto, o problema era que em troca de doações ao poder público de habitações de interesse social para as famílias

removidas pela intervenção, o “proprietário” valer-se-ia de regras urbanísticas mais “flexíveis” (Bonduki, 2018). Após um tempo se deu a opção de a “contrapartida” ser em dinheiro para fundos relacionados, alguns critérios mais rígidos e etc., mas a polêmica continuou (e continua). Houveram entraves legais a este tipo de intervenção o que criou um estranho paradoxo:

Independentemente da polêmica, o caráter social ou meramente imobiliário sobre o instrumento, no âmbito do movimento da Reforma Urbana, ele foi contestado juridicamente por outras forças políticas, interessadas em evitar qualquer mudança no zoneamento, e considerado inconstitucional pelo Supremo em 1996, com o argumento de que alterações na lei de uso e ocupação do solo apenas podiam ser feitas através de lei aprovada na Câmara Municipal com maioria qualificada. Assim, sua aplicação foi suspensa. Muitos consideram que essa decisão, que inviabilizou uma flexibilização do zoneamento sem uma regulamentação federal e municipal do solo criado, **foi o estopim que levou o setor imobiliário a destravar a aprovação do Estatuto da Cidade, pois ele seria o caminho para instituir regras claras e seguras que possibilitassem oportunidades para o mercado imobiliário** (Bonduki, 2018, p 121. Grifo nosso).

Vejam como é o processo de construção de uma ideologia, esta como as relações sociais na forma de ideias (Marx; Engels, 2012). Temos o indício de interesses mercantis na promulgação do Estatuto das Cidades. Ver-se-á no capítulo 5 a necessária articulação entre os instrumentos de recuperação de “mais valia” urbanas e a ideologia burguesa, mas aqui essa relação aparece de forma direta. No mítico governo Erundina tais intervenções de operações interligadas foram a principal intervenção urbana da gestão. Mesmo assim, os ataques não cessaram, o que acabou ironicamente por acelerar a promulgação do Estatuto. Este que geralmente aparece como representando os interesses populares da Reforma Urbana. Ao que parece, na verdade, em benefício do...setor imobiliário.

Bonduki (2018) sintetiza a crítica afirmando que a balança entre os bônus para o setor imobiliário e o poder público pendeu para o primeiro de forma colossal. Questiona assim a “ética” da utilização de recursos públicos, menos como uma troca equivalente, mas como simples transferência do fundo público para o setor privado.

De toda forma, instrumentos como a Outorga Onerosa se consolidaram antes mesmo do Estatuto das Cidades, consolidando a ideia do “solo criado” com seu caráter de mercadoria, podendo o setor imobiliário comprar o direito a uma legislação mais flexível, por exemplo, pagando para poder construir um novo andar onde o limite de construção normalmente não permite.

Quase como um contraponto a esta visão, fortificou-se também a experiência dos orçamentos participativos, que nasceram como parte do debate da Reforma Urbana. Sobre isso:

Porto Alegre protagonizou a experiência mais notória, que se tornou mundialmente conhecida e premiada, obtendo inclusive o 1o lugar entre as práticas bem-sucedidas no Habitat II, realizado em 1996 em Istambul (UTZIG e GUIMARÃES, 1996). Com o sucesso e difusão do processo, inúmeros municípios adotaram a proposta, que durante esse período tornou-se uma referência para se identificar uma boa gestão. Até mesmo gestões mais conservadoras admitiram sua aplicação, **embora, geralmente, o instrumento tenha sido utilizado mais como propaganda do que como uma efetiva transferência de poder para as instâncias de participação**. A repercussão do orçamento participativo foi tal que a lei aprovada do Estatuto da Cidade incluiu a proposta como um dos instrumentos de planejamento, mostrando como as experiências de gestão municipal implementadas nesse período entre a Constituição e a aprovação do Estatuto da Cidade acabaram por influenciar a lei federal (Bonduki, 2018, p. 122 - 123. Grifo nosso).

De fato, essa marca da participação permanece e infelizmente com esses mesmos objetivos que grifamos na passagem. Porém, hoje é o plano diretor que aparece como catalisador da vocação participativa, proporcional ao pequeno monte de recursos financeiros para a viabilização dos seus objetivos, como ver-se-á nos trabalhos de Villaça (2005;2004;2001).

Interessante que essa síntese “trágica” do processo apareça tímida perante a tentativa de Bonduki de focar nas partes positivas, como um grande caminho de acúmulo de forças, que se não perfeito, sempre representa um passo em direção ao objetivo.

Qual o objetivo mesmo? No discurso oficial e dos movimentos: a Reforma Urbana, na prática houve um ganho desproporcional entre ramo imobiliário e Estado e a propaganda da participação no lugar da participação em si. Como Bonduki, nosso interlocutor, também é ele mesmo, como nós, objeto e produtor da Ideologia Urbana é natural que sua reflexão se contraponha aqueles que veem a saga da Reforma Urbana mais como tragédia do que como um caminho cumulativo para “o possível”:

As experiências inovadoras concretas implementadas por algumas gestões municipais nos anos 1990, em aspectos como gestão participativa, programas habitacionais, aplicação de instrumentos para recuperar a mais-valia urbana e regularização fundiária de assentamentos precários, **contrariam a ideia** de que, após a Constituição de 1988, o que se obteve foi apenas um avanço legal, pois “na gestão das cidades, esse avanço não foi efetivado” (Maricato, 2000, p. 181 e 185). **Se mais não se avançou foi porque não houve força política ou determinação dos governos progressistas, cada vez mais contaminados pelas políticas de “governabilidade”**, para colocar em práticas os instrumentos e os programas relacionados à Reforma Urbana. Se muito se obteve antes da aprovação do Estatuto, muito mais poder-se-ia conseguir após sua aprovação (Bonduki, 2018, p.123)

O problema aparece como externo ao campo: o atraso brasileiro, o pacto com a governabilidade, a necessidade de acordos, o não cumprimento das leis e etc. Não desconsideramos tudo isso, mas como as limitações do campo da Reforma Urbana são responsabilidade de seus próprios membros? Se seguirmos Bourdieu de que a doxa oculta-se aos seus próprios agentes, qual a doxa que o campo não consegue perceber de sua própria prática? Que em conexão com a formação social brasileira e com a estratégia dos sujeitos principais da luta urbana reafirma seu próprio ocultamento? Estamos mais perto de nossa conclusão parcial, sigamos.

3. 2. 5 A antessala da tragédia: Estatuto das Cidades.

No momento em que o Estatuto das Cidades foi aprovado, o MNRU tinha se transformado no Fórum Nacional da Reforma Urbana. O foco passou a ser um agregado de entidades com um foco maior na questão jurídica, mas que foi fundamental nas negociações em torno da aprovação do Estatuto no congresso (Bonduki, 2018). Isso por que o projeto original do Estatuto⁴⁵ foi bem diferente daquele que foi aprovado na versão final. O texto original mantinha mais aspectos relacionados à defesa da Reforma Urbana e menos detalhes de operacionalização. O ponto de função social da propriedade, por exemplo, era muito melhor trabalhado.

Os instrumentos de “recuperação de mais valia urbana” que eram ambíguos e pouco definidos na proposta original (talvez pelo seu caráter mais principista), na proposta final são melhor trabalhados, inclusive com orientações para sua execução. É possível dizer que tais instrumentos são o fio condutor do texto, o que se reflete até hoje no inconsciente coletivo do campo em sua crença sobre o alcance deles. Além disso, o texto aprovado

⁴⁵“O processo que garantiu a aprovação do estatuto iniciou-se poucos meses após a aprovação da Constituição, em junho de 1989, quando o senador Pompeu de Souza (PMDB-RJ) apresentou um Projeto de Lei do Senado (PLS 181/1989), intitulado Estatuto da Cidade. Pompeu não era originalmente um parlamentar ligado à questão urbana. Professor e jornalista do Rio de Janeiro, foi eleito senador constituinte e convidou para assessorá-lo José Roberto Bassul, arquiteto e urbanista de Brasília, que era vice-presidente do IAB-DF e membro do Sindicato dos Arquitetos. Talvez por essa razão, o senador se aproximou da questão urbana, tendo proposto, por exemplo, que Brasília tivesse um plano diretor participativo e que os moradores de favelas fossem assentados na cidade e não no seu entorno, como pretendia o Governo do Distrito Federal (BASSUL 2004). Segundo Bassul, o texto do PLS 181/89 foi elaborado por Eliane Cruxên Maciel e Everaldo Macedo, integrantes da Consultoria Legislativa do Senado Federal, tendo contado com a contribuição dele próprio, que sugeriu, por exemplo, o nome de Estatuto da Cidade, e da arquiteta Suely Franco Netto Gonzales, professora da Universidade de Brasília (UnB), entre outros profissionais da área. Aparentemente, a formulação deste texto teve participação mais ativa de profissionais de Brasília”(Bonduki, 2018, p. 124-125)

desenvolve a implantação de programas de construção popular, regularização fundiária e de equipamentos urbanos e comunitários.

O texto final retroagiu na punição dos prefeitos que não cumprissem o plano diretor, tema que reforça hoje o mito do plano diretor (Villaça, 2005):

Por exemplo, ele (o texto original) propôs que os municípios estabelecessem uma gestão democrática para elaborar o plano diretor, por meio de uma representação tripartite (organizações populares, empresariais e do poder público), com igualdade de direito a voz e voto. Previa, ainda, a responsabilização penal e civil dos prefeitos se o plano diretor não fosse implementado adequadamente. São dispositivos que seriam muito úteis para evitar posturas autoritárias na elaboração do plano e desvios na sua implementação. Na mesma linha, o projeto propôs mudanças no CNDU, propondo uma composição tripartite (organizações populares, empresariado e poder público)(...)Malgrado as dificuldades políticas de implementação de uma proposta com esse desenho, merece registro o absoluto desprezo que o tema recebeu na tramitação do projeto de lei na Câmara dos Deputados, que excluiu qualquer referência à necessidade de haver ações comuns regionais. (Bonduki, 2018, p.126)

Além do penoso caminho que o texto final percorreu na câmara dos deputados (e o tempo, foram 12 anos) ele representa também a estrutura política baseada no pacto de classes representado pelo governo Lula I que se avizinhava. Prova disso foi o consenso que se formou entre o setor da construção civil em relação a aprovação do Estatuto. Para a regulamentação da outorga onerosa e as operações urbanas que tinha como contrapartida o recolhimento de fundos e/ou intervenções urbanas de interesse social. Assim, no ano 2000⁴⁶, o projeto do estatuto foi aprovado pela comissão de Constituição e Justiça e depois pela própria câmara dos deputados:

Aprovado na Câmara, o projeto precisava voltar ao Senado, pois como o texto original fora alterado, seria necessária uma nova votação. Nesse ponto, no entanto, o caminho estava desimpedido. O senador Mauro Miranda (PMDB), que foi o autor da PEC que tornou a moradia um direito social inscrito na Constituição, aprovado em 2000, assume a relatoria e contribuiu para uma rápida aprovação, por unanimidade, em junho de 2001 no Plenário do Senado. O projeto seguiu para a sanção presidencial, onde encontrou a última resistência: a oposição do setor jurídico do Planalto à Concessão de Uso Especial para fins de moradia em áreas públicas. Como o governo federal e a presidência não haviam acompanhado adequadamente a tramitação do projeto, que fora negociado sobretudo no Congresso, não estando preparados para debater o tema, não foi possível evitar um veto desse instrumento de grande importância para o FNRU e movimentos populares, pois garantia o direito de moradia para milhares de pessoas que vivem em terras públicas ocupadas há mais de cinco anos (Bonduki, 2018, p. 131).

⁴⁶Ano em que o FNRU realizou importante ato durante o Fórum Social Mundial que encaminhou um manifesto posteriormente transformado em abaixo assinado para o congresso (Bonduki, 2018)

Desconfiamos desse “não preparo” do Presidente à época e acreditamos que esse decisivo veto tenha a ver mais com a pouca força de mobilização e pressão do FNUR, basta lembrarmos que sua principal ação foi a entrega de um abaixo assinado. Além disso, expressa a nosso ver o compromisso do governo que a proposta não fosse além do que a permitiu avançar: o interesse do setor imobiliário na regularização de instrumentos que o favorecessem. No fim uma medida provisória (MP 2220/2001) restabeleceu o direito, mas apenas aos casos registrados até 30 de junho de 2001, impedindo o uso do instrumento no futuro.

Já pensando num balanço sobre as contradições em torno do Estatuto das Cidades, Bonduki (2018) afirma que o FNUR foi o principal ator do processo. Este elemento é contestado por Maricato (2000 apud Bonduki, 2018):

Para algumas das principais lideranças da agenda da Reforma Urbana, como a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, o FNUR cometera “o equívoco de centrar o eixo de sua atuação em propostas formais legislativas, como se a principal causa da exclusão social urbana decorresse da ausência de novas leis ou novos instrumentos urbanísticos para controlar o mercado, quando grande parte da população está e continuaria fora do mercado ou sem alternativas (...)” (MARICATO, 2000)(Bonduki, 2018, p. 132)

Esta crítica captura a transformação da estratégica da classe trabalhadora no período de cunho democrático e popular que acaba por focar no caminho institucional democrático como principal meio de atuação e formação desses sujeitos (Iasi, 2006). É também o que afirma Maricato em seu trabalho “Ideias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Ideias” (Maricato, 2000), onde aprofunda a crítica que o problema não é falta de legislação, mas a falta de dinheiro para executar a legislação. O que Maricato vê como limites da democracia brasileira, Villaça vê como instrumento de controle e ideologia na figura do planejamento.

Já para Rolnik a avaliação foi diferente. Em 1988, frustração dos defensores da Reforma Urbana ludibriados com políticas guiadas pelo Estado e pelo Plano Diretor mas sem legislação específica para sua concretude. Já em 2001 com a aprovação do Estatuto das Cidades:

O Estatuto da Cidade não só estabelece uma nova ordem urbanística, como também define que os princípios norteadores dessa nova ordem estejam relacionados com aqueles que foram defendidos pelo FNUR. (...) O plano diretor deixa de ter uma concepção tecnocrática baseada na ideia de um modelo ideal de cidade e passa a ser pensado como uma espécie de pacto entre setores da sociedade e cidadãos (Rolnik 1997 apud Bonduki, p. 132)

Edésio Fernandes (2002 apud Bonduki, 2018) endossa tal visão afirmando que o Estatuto representou uma mudança de paradigma em relação ao entendimento do direito de propriedade. Já Bassul (2004 apud Bonduki, 2018) realizou pesquisa entre os pontos que estavam na emenda popular de 1987 e o que foi absorvido no Estatuto das Cidades, chegando a 84% de relação. Se apoiando nos estudos de Adauto Lúcio Cardoso, Bassul também afirma o avanço do ponto de vista qualitativo da legislação.

No seu argumento, os avanços consistem: 1- na responsabilidade do Estado de assegurar os direitos urbanos; 2- Ele estabeleceria limites da função da propriedade social e privada; 3- Se movimentada na direção do reforço da democracia e da cidadania; 4- institucionalização dos processos de participação social (Cardos, 2003 apud Bonduki, 2018). No espírito otimista arrebatado:

Mas o autor vai além: “o Estatuto da Cidade, mais do que abrigar os preceitos da Reforma Urbana que integraram a Emenda Popular, excedeu-os. Quando agregaram diretrizes e instrumentos concernentes à sustentabilidade ambiental instituíram múltiplos mecanismos de regularização fundiária, como as ZEIS ou mesmo a transferência do direito de construir; estabeleceram instrumentos como o direito de superfície, a outorga onerosa do direito de construir, as operações urbanas consorciadas e o consórcio imobiliário, potencialmente úteis aos propósitos da Reforma Urbana; ou municiaram o Ministério Público para promover a defesa do ordenamento urbanístico como direito coletivo, as normas que hoje consubstanciam o direito urbanístico foram adiante, inovadoramente e no mesmo sentido do que continha a Emenda Popular da Reforma Urbana” (Bassul, 2004). (Bonduki, 2018, p.134)

Bonduki escrevendo 10 anos à frente dos estudos de Bassul, mesmo partidário do “copo meio cheio” em relação à Reforma Urbana no Brasil e tendo visto o desenlace amargo do Ministério das Cidades, é obrigado a questionar essa visão sobre o Estatuto das Cidades. Faz isso indagando por que o empresariado urbano, em sua opinião contrário a Reforma Urbana no início, teria se voltado a favor desses instrumentos se eles trariam tantas benesses aos “excluídos” dos direitos urbanos.

É importante responder essa indagação segundo Bonduki, pois ajuda a melhor implementar esse novo marco legal⁴⁷. Assim:

⁴⁷ Reparem que não há uma crítica aprofundada em relação ao interesse de classe dominante que inclusive parece levar o autor a esquecer o que afirmou em citações que usamos a algumas páginas atrás, onde admite por exemplo, que o próprio instrumento do Plano Diretor nem mesmo foi proposto pelos movimentos, mas sim por um representante do setor imobiliário.

O Estatuto da Cidade regulamentou a utilização, pelos municípios, de instrumentos urbanísticos mais eficazes para regular o uso do solo urbano, como o imposto progressivo no tempo, para combater a especulação imobiliária com imóveis vazios ou subutilizados, a outorga onerosa do direito de construir, para cobrar contrapartida para o uso mais intenso do solo, a usucapião em terrenos privados e a concessão especial de uso para fins de moradia, para facilitar a regularização fundiária, e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) para apoiar uma política fundiária voltada à viabilização da produção de habitação social. **A aplicação da maior parte desses instrumentos, entretanto, ficou condicionada ao plano diretor, a cargo dos municípios, que se tornou uma peça-chave da Reforma Urbana e do futuro das cidades.** De certa forma, pode-se afirmar que o Estatuto transferiu para os municípios a responsabilidade de estabelecer novos limites para o direito de propriedade, quando estabeleceu que caberia ao plano diretor definir quando um imóvel cumpre ou deixa de cumprir a função social (Bonduki, 2018, p. 135. Grifo nosso)

A ligação com o Plano Diretor aparece como peça chave da Reforma Urbana e também do futuro das cidades! Importante ressaltar esse elemento da ideologia urbana, a crença no planejamento conjugada com a esperança que seja possível realizar ainda a Reforma Urbana pela via institucional.

Porém, mesmo com essas limitações, ao reconhecer que a arena do direito social da propriedade do solo passa a ser os municípios, o autor não deixou de notar que como os proprietários de terra e o setor imobiliário tem grande influência no âmbito citadino, e por consequência nas câmaras municipais onde o plano diretor deve passar para ser aprovado, isso os garante segurança em aceitar o Estatuto das Cidades devido a poderem controlar sua aplicação de acordo com seus interesses (Bonduki, 2018):

Assim, os setores que se opunham ao ideário da Reforma Urbana se sentiram contemplados ao assegurar que a aplicação de quaisquer instrumentos inovadores deveria passar pelas Câmaras Municipais e, em alguns casos, por leis específicas. Por outro lado, como já foi dito, havia nesse período uma real disposição da sociedade e da maioria das forças políticas para pactuar ações governamentais que enfrentassem a questão social (pauta dos movimentos populares e setores progressistas), **desde que não abalasse as regras do jogo do mercado e do sistema capitalista (pauta do setor empresarial e dos conservadores).** A aprovação do Estatuto da Cidade deu-se nesse clima de conciliação, ainda no governo FHC, no momento em que o espaço se abria para a eleição de Lula (Bonduki, 2018, p. 135. Grifo nosso)

Depois dessa constatação afiada sobre o cenário de pacto envolto nesses instrumentos que explicarão bastante seus elementos ideológicos, o autor retorna para a análise do “copo meio cheio”, dando uma demonstração empírica da ação da ideologia urbana, essa “indecisão” em relação a verdadeira natureza desses instrumentos. Tanto em relação a sua origem como a seus efeitos práticos. Assim, no parágrafo seguinte aquele que citamos acima, Bonduki se retrai:

Neste contexto, é bastante compreensível que o Estatuto abrisse espaço para a participação e controle social, arena onde as disputas deveriam ser pactuadas, em uma tentativa de modernização do modelo de administrar as cidades. Assim, a lei federal contribuiu para a gestão democrática da cidade ao determinar que todos os projetos e planos urbanísticos devessem, obrigatoriamente, passar por processos participativos, buscando superar o caráter autoritário e/ou tecnocrático presente até então nas regulamentações municipais. **Abriu-se, assim, espaço para que os novos atores sociais pudessem participar desse processo e o debate em torno do plano diretor se transformou em uma arena disputada pelos diferentes interesses presentes na questão urbana** (Bonduki, 2018, p.135)

Ver-se-á com seu orientador, Villaça (2005), no próximo capítulo, o erro dessa afirmação de Bonduki. Por hora, ressaltamos a contradição entre as duas últimas citações como expressão da formação social brasileira pautada pelo pacto social democrático e popular, impressa na ideologia urbana do autor.

A guisa da conclusão desse período, e retornado para uma postura mais crítica perante o Estatuto, Bonduki alerta para as lacunas do documento. Primeiro sua pouca consideração com a realidade dos municípios que faziam parte de regiões metropolitanas devido aos interesses municipalistas. Mesmo o Estatuto das Metrôpoles(2015), preparado por posteriormente por causa desses problemas, não resolveu essa lacuna. Segundo, a falta de elementos sobre dispositivos de parcelamento dos solos, devido ter sido pensado (O Estatuto) para grandes cidades.

Terceiro, os instrumentos do Estatuto são de difícil aplicação. Sobre isso o autor arrisca explicações e sintetiza:

Talvez como fruto dos acordos necessários para sua aprovação, a própria legislação criou caminhos tortuosos para a implementação de instrumentos como os que visam penalizar imóveis que não cumprem a função social. Em decorrência, decorridos mais de dez anos da aprovação do estatuto, são raríssimos os municípios que efetivamente estão cobrando imposto progressivo no tempo de imóveis ociosos ou subutilizados. Outros instrumentos, como o direito de preempção, embora previstos em vários planos diretores, praticamente não foram aplicados com resultados concretos em nenhum município (SANTOS JUNIOR e MONTANDON, 2011). Em suma, os avanços na legislação urbanística e fundiária obtidos no período de transição pós-BNH foram muito significativos, mas os resultados efetivos para os municípios dependem fundamentalmente dos atores locais. **A tática de protelar ao máximo a aplicação dos instrumentos de Reforma Urbana, adotada pelos setores conservadores, foi bem-sucedida, mas não é intransponível, inclusive porque a modernização da legislação urbanística também interessa ao setor imobiliário produzido** (Bonduki, 2018, p. 137. Grifo nosso).

Vejam que pérola das contradições da consciência. É praticamente uma confissão de que a não efetividade dos instrumentos é algo que é criado e interessa a classe dominante. Porém, se repete também a crença do avanço, mesmo que às custas dos problemas, da

democratização dos “direitos urbanos”. Pressionado perante essa contradição insolúvel entre a legislação e as câmaras municipais pelo Capital, só resta Bonduki apelar a que os municipais sejam mais...democráticos. Mais controle institucional, mais participação, mais formação técnica (Bonduki, 2018, p.137).

Admitindo uma certa “fragilidade institucional dos municípios” é que aparece a necessidade de um instrumento federal que pressionasse e formasse as prefeituras para isso. É nessa esteira que surge a proposta do Ministério das Cidades ainda na plataforma de campanha de 2002 do então candidato Lula:

Em janeiro de 2003, nasce o Ministério das Cidades, coroando esse longo processo de construção lenta e gradual da Reforma Urbana. Ao mesmo tempo, as forças progressistas comprometidas com essa agenda se fortalecem no governo federal e no Congresso Nacional. Poucos meses antes, em setembro de 2002, foi sancionado em São Paulo, o Plano Diretor Estratégico, um dos primeiros do país que incluíram todos os instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, sem ter sido judicializado em nenhum aspecto. As portas pareciam estar abertas para a democratização e modernização da legislação, da prática urbanística e do enfrentamento do direito à cidade e à moradia no Brasil. Mas nem tudo caminhou como esperado, como veremos nos próximos capítulos (Bonduki, 2018, p. 137)

Nós veremos também, mas não com Bonduki, e sim com Maricato e Sutti.

3. 2.6 A tragédia do Ministério das Cidades(ou seria a farsa?)

Um dos principais motivadores para a feitura desta tese foi certo dissabor ao ver intelectuais de peso, em especial Ermínia Maricato⁴⁸, ao narrarem a experiência do Ministério das Cidades. Esta instituição parece ao mesmo tempo o ponto mais alto que a Reforma Urbana, pela perspectiva dos consagrados do campo, chegou. E ao mesmo tempo, seu crepúsculo. Mas isso deixou um “gosto amargo” nos relatos.

Para além das análises sobre os sentimentos contidos nos discursos, achamos que isso é uma forma particular de expressão da Ideologia Urbana, um resquício que permaneceu nos relatos: da ambiguidade entre ter que admitir os avanços quase nulos da luta pela Reforma Urbana no país e ao mesmo tempo afirmar não apenas os “avanços” mas insistir nos mesmos instrumentos e no caminho democrático, mesmo que a contragosto. Demonstremos.

⁴⁸ A tese inclusive de início iria ser centrada exclusivamente em sua figura, mas a pesquisa nos levou para uma análise também próxima dos trabalhos de Bonduki pela sua ação direta na institucionalização da Reforma Urbana e de sua perspectiva positivada sobre o processo. Ermínia representa a nosso ver um lado mais pessimista, mas ainda pragmático, que é arrastado a defesa da experiência, porém mantendo o dissabor no discurso.

No 30º mês de funcionamento do Ministério das Cidades, em 2005, Maricato escreve um balanço⁴⁹ da atuação do ministério:

“O ministério das cidades, conduzido pelo ministro Olívio Dutra⁵⁰, foi durante os primeiros 30 meses do governo Lula um exemplo de afirmação de todas as virtudes que o petismo histórico pregou que aparentemente (mas só aparentemente) feneceram com a atual crise política. A tarefa foi facilitada pelo forte impulso social dado nos últimos 20 anos para incluir a questão urbana na agenda política nacional(...)O sucesso da primeira conferência das Cidades, realizada em 2003 se deve muito a esse movimento social ascendente e ao fato de que o Governo Lula estava ocupando um vazio institucional inexplicável para um país maciçamente urbanizado e que apresentou uma das maiores taxas de urbanização do mundo”(Maricato, 2005, p.10)

Acreditamos que a “crise política” citada é a própria saída de Olívio Dutra do comando do Ministério. Aqui vale um pequeno aprofundamento dessa saída antes de seguir com o balanço de Maricato sobre o órgão. Tal acontecimento mexeu bastante com a imprensa naquele período. Nesta época o Governo do PT enfrentava o escândalo do mensalão⁵¹:

Na sequência de sua segunda reforma ministerial, que se arrasta há semanas, o **presidente Luiz Inácio Lula da Silva cedeu ontem às pressões do PP**, demitiu Olívio Dutra (PT-RS) do Ministério das Cidades e ofereceu a pasta ao secretário-executivo do Desenvolvimento, Márcio Fortes, amigo do presidente da Câmara,

⁴⁹Maricato, H. Um Balanço. Carta Maior, São Paulo, 2005. cópia mimeografada. No início de nossa pesquisa a coluna citada estava disponível na página da revista Carta Maior e também no blog da autora. Próximo a defesa da tese constatamos que ambos os links desapareceram da internet nos restando apenas a cópia mimeografada que imprimimos à época.

⁵⁰ “Olívio Dutra nasceu em 10 de julho de 1941, em Bossoroca, zona rural do município de São Luís Gonzaga, no Rio Grande do Sul. Em 1988, foi eleito prefeito de Porto Alegre, levando à frente uma política com ampla participação popular, com os cidadãos podendo, por exemplo, escolher de maneira participativa onde e como obras públicas aconteceriam. Também aprovou medidas que visavam resolver os conflitos por ocupação de terra e problemas no transporte público da região. Em 1999, conseguiu se eleger governador do Rio Grande do Sul, ampliando as políticas de participação popular e orçamento participativo, anteriormente aplicadas no mandato como prefeito. Nessa época, surgiram denúncias de corrupção em seu governo e no PT. Em 2003, com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra foi indicado para Ministro das Cidades, em ministério recentemente criado. Nos anos de 2006 e 2014, candidatou-se novamente (governador e senador, respectivamente), mas não teve sucesso. Atualmente, segue sem cargos públicos. Olívio Dutra tem postura crítica em relação à mudança de rumos tomada por seu partido nos últimos 16 anos, chegando a afirmar que “Nunca imaginaria o PT de braço dado com o Maluf”. Defende que o partido dialogue com as classes menos favorecidas e que volte a ser um partido de contestação da política tradicional” (Neamp, 2022, p.1. Disponível: <https://neamp.pucsp.br/liderancas/olivio-de-oliveira-dutra>. Acesso em 12/06/2024 às 16:14)

⁵¹ “O Mensalão foi um dos maiores escândalos da história política do Brasil. Tudo começou quando o deputado federal e então presidente do PTB, Roberto Jefferson foi acusado de chefiar um esquema de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), em maio de 2005. Jefferson atribuiu à cúpula do PT a negociação de cargos e o repasse de dinheiro, como uma mensalidade – daí o termo “mensalão” – a deputados da base aliada como forma de comprar apoio de parlamentares do Congresso Nacional. Segundo ele, a operação ficava a cargo do publicitário Marcos Valério, sócio das agências de publicidade DNA e SMP&B, que mantinham contratos com órgãos públicos, e de Delúbio Soares, tesoureiro do PT. Eles agiram sob comando da figura mais importante do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu” (Memorial Globo, 2021, p.1 Disponível: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/mensalao/noticia/mensalao-cronologia-do-caso.ghtml> Acesso em 12/06/2024 às 16:14).

Severino Cavalcanti (PP-PE)(...)Apesar de sua resistência em mexer em Cidades, ministério montado com representantes de diferentes tendências petistas (com as mais radicais, inclusive), Lula convocou Olívio para uma conversa ontem pela manhã no Planalto. **O presidente disse que precisava do cargo para agregar o PP ao governo e, com isso, aprimorar o trabalho da base aliada no Congresso.** Na tentativa de preservar o amigo no governo, Lula ainda ofereceu a Olívio o Ministério da Previdência e a Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária). O ministro rejeitou a oferta e, assim que retornou ao seu gabinete, reuniu os assessores mais próximos para comunicar sua demissão (Folha de São Paulo, 2005, p.1⁵². Grifos nossos)

Não apenas se retirava uma liderança conhecida da luta pela Reforma Urbana no Brasil. Mas se fazia confessadamente pelos interesses da governabilidade em meio uma crise de corrupção governamental. Tudo levado de forma absolutamente “normal” pelo chefe do executivo a ponto de o mesmo sugerir compensações. No movimento social a repercussão foi bem negativa. Vários movimentos e instituições questionaram a medida, tais como: UNMP(União Nacional por Moradia Popular), CMP(Central dos Movimentos Populares) e demais membros do FNRU.

O FNRU ainda se reuniu com membros do governo: Silvio Santos, à época secretário das relações sociais da Secretaria Geral da Presidência e com Jaques Wagner ministro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para tentar reverter a decisão. Entregaram também uma carta que simbolizava a reivindicação de vários movimentos de luta pela Reforma Urbana:

"Entendemos que a troca de comando sobre o Ministério das Cidades será um retrocesso no pacto com avanço das políticas setoriais de habitação, saneamento, regularização fundiária e mobilidade e transporte (...). Mais uma vez reafirmamos nosso entendimento de que este caminho não fortalece a aliança com os movimentos populares urbanos", diz a carta ao presidente, instando-o a "buscar uma nova agenda para o país, construída em comunhão com a sociedade civil e não somente com os partidos políticos". Segundo o ex-Relator Nacional da Moradia Adequada, Nelson Saule Júnior, diretor do Instituto Polis, a grande preocupação do FNRU é que a boa relação construída entre o ministério e a sociedade civil seja destruída sob uma gestão do PP. "O Ministério sob Olívio Dutra tinha uma concepção de construção participativa das políticas de habitação, saneamento, planos diretores e outros, que dificilmente será mantida pelo PP, um partido que nunca foi conhecido por suas práticas democráticas. Tememos um abismo de concepções". **Na avaliação dos membros do Fórum, a gestão de Dutra atuou de forma muito objetiva sobre as questões urbanas e não utilizou o potencial político do Ministério das Cidades, pasta com a maior interlocução direta com os municípios e com grande volume de verbas de emendas parlamentares, como vitrine eleitoral** (Terra de Direitos, 2005, p.1)

⁵²SCOLES, EDUARDO; FLOR, ANA. Lula demite Olívio, mas adia anúncio por pressão do PT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 2005, 20 jul. 2005. p. 1. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2007200526.htm>. Acesso em: 2 jun. 2024.

Assim, segundo as organizações do FNRU o principal objeto do PP (Partido Progressista)⁵³ em pedir esse ministério seria usar recursos de emendas parlamentares a partir de interesses municipalistas. Os movimentos afirmaram ainda que mesmo do ponto de vista da governabilidade a ação foi um erro, pois era um ministério onde “o governo melhor tem expressado algum avanço” (Terra de Direitos, 2005.p.1). Segundo eles seria uma luta pela governabilidade que acabaria gerando...ingovernabilidade.

Para o lugar de Dutra foi indicado Márcio Fortes de Almeida, advogado e diplomata indicado pelo PP. Maria das Graças Xavier, na época coordenadora da União dos Movimentos de Moradia (UMM) demonstra no relato abaixo sua preocupação à época com a mudança do ministério:

"O Marcio [Fortes, indicado por Severino Cavalcanti para substituir Dutra] não é um bom nome. Queremos alguém que tenha proximidade com os movimentos. A mudança de ministros vai desestabilizar tudo que construímos. Sobretudo, é importante dizer que somos nós que damos respaldo ao presidente. A política de alianças não fortalece o governo, e ele não pode negociar assim as pastas", diz Graça. Ainda no final da tarde de quarta, as várias organizações do FNRU se reuniram com diversas secretarias do Ministério das Cidades para discutir o andamento de projetos e programas. "Estamos reivindicando que, independentemente do que acontecer, as conquistas dos movimentos e a equipe técnica do Ministério sejam mantidas. Ainda temos esperanças de que isso seja possível", afirma Santos Júnior (Terra de Direitos, 2005, p.1).

Infelizmente a esperança de Santos Júnior, outro dirigente do UMM, não se concretizou. A queda de Dutra foi um de vários golpes^{54,55} à estrutura do Ministério, sua

⁵³ Partido do dito “centrão”.

⁵⁴ Dentre os vários equívocos, talvez o mais importante, pois dele podem ter decorrido os demais, foi a progressiva decomposição da equipe e da proposta original do Ministério das Cidades, assim como seu enfraquecimento político. Em 2005, com as mudanças no Ministério, uma nova equipe, sem compromisso com uma nova política habitacional, foi, gradativamente, de 2005 a 2014, se apoderando não só de setores do ministério, como de estruturas administrativas ligadas a questões urbanas nos Estados e municípios (montadas sob a mesma lógica de governabilidade do governo federal), sob o argumento de que assim os recursos da União chegariam mais facilmente a eles. Embora até 2007 as secretarias tenham continuado com os indicados por Dutra, o ministério perdeu a capacidade de articular as políticas setoriais, o que já seria um grande desafio para qualquer gestor, e, dessa forma, a possibilidade de efetivar uma política urbana integrada, indispensável para equacionar a questão habitacional. A partir de 2007, algumas das principais competências do MCidades (como a gestão dos programas relacionados ao PAC), foram informalmente deslocadas para setores mais “confiáveis” do governo, contando com a colaboração de técnicos e dirigentes do ministério, mas sem sua força política e institucional”(Sutti, 2018, p 171)

⁵⁵Somente a área da habitação foi mantida, até o final do governo Dilma, fora da política de governabilidade, mas a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) fi cou politicamente fragilizada, sem o apoio dos ministros indicados pelo PP para os inevitáveis confrontos relacionados ao desenho da política habitacional, com as demais áreas do governo relacionadas à questão habitacional. Em especial, os ministérios do Planejamento, da Fazenda, a Caixa Econômica Federal e a Casa Civil, que coordenavam o PAC, a política econômica e a disponibilização dos recursos para a habitação, passaram a ter uma força política maior do que o setor que, em última instância, devia ser o responsável pela política habitacional e urbana. Assim, o PlanHab, que foi elaborado no âmbito do governo pela SNH, acabou sendo atropelado pelo lançamento em 2009, sem grande debate público, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), sem que sua estratégia tenha sido considerada. O programa foi

equipe e também à política urbana idealmente pensada pelos movimentos. Bem vistas as coisas, foi apenas a realização de uma estratégia de institucionalização das lutas e da própria Ideologia Urbana no campo. Mas para aqueles que viveram a desidratação do Ministério das Cidades diretamente, o caso aparece ora como traição, ora como descaso em relação à luta da Reforma Urbana brasileira.

Voltando ao balanço de Maricato. Apesar do grande impacto que a queda de Dutra causou, Maricato em seu texto está mais preocupada em legitimar as ações do ministério até aquele momento e principalmente apelar para a militância petista perante isso. Tanto que se esforça para defender a instituição estatal e também o partido:

Um dos chavões que sempre acompanharam as críticas ao PT foi o excesso de reuniões. Pois o trabalho do MCidades mostrou que respeitar o ritmo de participação democrática e dos pactos construídos socialmente não impede a conquista de resultados concretos de forma relativamente rápida (para a administração pública) e eficaz, principalmente quando se tem uma equipe coesa que reúne experiência administrativa anterior com políticas públicas, militância política nos movimentos sociais e conhecimento técnico e acadêmico(...) **Como testemunharam os funcionários públicos lotados no MCidades, durante a despedida do Ministro Dutra, vivemos a dignificação do nosso trabalho como nunca havia acontecido anteriormente** (Maricato, 2005, p. 1-2. Grifo nosso)

Quase 20 anos de distância a esse “balanço” e ele continua super atual como artefato da Ideologia Urbana. A saída de Dutra representou a época um grande golpe contra os movimentos da Reforma Urbana, como veremos a frente, mesmo assim a autora se sente obrigada a assimilar esse acontecimento com o momento de maior dignificação do seu trabalho (era secretária executiva da pasta!) e dos demais da equipe formada a dedo por defensores dos instrumentos constitucionais e do Estatuto das Cidades.

Após lembrar que a proposta de criação do ministério estava nos últimos três programas eleitorais da candidatura de Lula até então, a autora lembra o objetivo da criação do ministério: 1- elaborar e implementar os marcos institucionais da política urbana e política setoriais que não dependessem de nova legislação, elaborar novos projetos de lei, revisar legislações e Pl's existentes, colocar ação em novos programas, novas regras de contratação e aumentar os investimentos em saneamento e em habitação(Maricato, 2005). Segundo Maricato, mesmo num contexto de ajuste fiscal (ao qual se queixa), o ministério cumpriu todos esses objetivos.

proposto pelo Ministério da Fazenda e Casa Civil, sob forte pressão dos setores da construção civil e promoção imobiliária, assustados com a crise imobiliária internacional(Sutti, 2018, p 172)

Além disso, aumentou o contingente de financiamento de moradias para faixas salariais populares até 5 salários mínimos. Como se já projetando os próximos embates Maricato inicia a conclusão do seu balanço, falando da Conferência Nacional das Cidades que aconteceria em novembro daquele ano. Este seria mais um espaço do processo participativo que foi usado para formar sobre o Estatuto das Cidades e orientar sobre a necessidade de feitura pelos municípios do Plano Diretor obrigatório. Termina sua análise entre as tarefas principais da conferência e uma curiosa afirmação, quase que um apelo:

(...) o processo das Conferências das Cidades precisa garantir sua continuidade, em especial a regulamentação da Lei do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, aprovada no Congresso Nacional este ano, após 12 anos de tramitação. A lei do FNHIS tem uma simbologia especial, já que foi o primeiro PL de iniciativa popular enviado ao Congresso Nacional, com 1 milhão de assinaturas de eleitores após a constituição Federal de 88. Essa lei complementa a proposta desenvolvida e implementada no MCidades. o destino do PL do Saneamento Ambiental também preocupa a todos. Esta batalha está começando no âmbito do Congresso Nacional. De qualquer modo a luta continua mais forte após ser alimentada por esse trabalho. Uma agenda mínima com os avanços alcançados será levada à Conferência Nacional das Cidades **por aqueles que saem ou que ficam no MCidades**. A experiência do MCidades nesses 30 meses **mostra que um outro PT (ou o PT original) é possível, existe e está vivo rompendo o bloqueio centenário da privatização da esfera pública no Brasil** (Maricato, 2005, p.3. Grifos nossos)

A “torcida” aqui qualificada com as ações do ministério e o apelo disfarçado a um PT que já naquela época parecia não mais existir é substituído numa entrevista de 2011 por uma constatação seca, direta:

Erminia Maricato: Na terra, o governo Lula não tocou. Fora Raposa Serra do Sol, não tocou na questão da terra. E não adianta querer fugir dela. Não existe desenvolvimento social, ambiental, regional e territorial, inclusive no campo, sem tocar na questão da terra. Não existe! Não existe resolver o problema urbano sem tocar na questão da terra(...) **Mas a questão urbana, de fato, foi rifada pelo governo Lula, rifada pelo PT e aparentemente rifada pelo governo Dilma** (Maricato, 2011, p. 12. Grifo nosso)

Que tipo de “rifada” foi essa? Se o Ministério das Cidades era um símbolo da Reforma Urbana no Brasil, o que significou para a consciência do campo da Reforma Urbana sua tragédia lamentada por Maricato? Num outro artigo clássico da autora, na revista do MST⁵⁶, intitulado “Nunca fomos tão participativos” ela ensaia uma explicação crítica:

⁵⁶MARICATO, E. Nunca Fomos Tão Participativos. Revista do MST, v. 48, p. 17–20, fev. 2008. Disponível em: <https://erminiamaricato.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/revista-sem-terra.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

Os movimentos sociais devem lutar por novos marcos jurídicos, mas é preciso ter em conta que isso está muito longe de assegurar conquistas reais, como estamos testemunhando com a quase nula aplicação dos instrumentos mais importantes do Estatuto da Cidade, seis anos após sua promulgação. Apesar da força e da unidade dos movimentos urbanos, o secularmente almejado acesso à terra concretamente pouco avançou nesses anos de conquistas institucionais. (...) Da mesma forma, não há que se criar ilusões sobre o Plano Diretor (PD), instituído por lei municipal (...). Seu processo participativo permite incorporar sujeitos ao processo político e ao controle (sempre relativo) sobre a Administração e as Câmaras municipais. No entanto, é preciso não perder de vista a natureza desse poder municipal que inclui, entre suas maiores forças, a especulação imobiliária (nem sempre se trata de capital, mas sim de patrimônio mesmo). É preciso lembrar sempre da distância imensa que separa discursos da prática entre nós. Invariavelmente, os textos dos PDs são sempre muito bem intencionados, afirmando uma cidade para todos, harmônica, sustentável e democrática. A implementação do Plano, entretanto, tende a seguir a tradição: o que favorece alguns é realizado, o que contraria é ignorado (Maricato, 2008, p.20)

Insistimos na reprodução das falas da autora pois ela é uma consagrada do campo da Reforma Urbana no Brasil. O debater-se de seu processo de consciência (Iasi, 1985) em muito expressa a tensão do próprio inconsciente coletivo do campo e por conseguinte de sua Ideologia Urbana. Maricato ensaia criticar o próprio processo democrático como produtor das inflexões que ao mesmo tempo impede uma visão realista da luta institucional que secundarizou a organização de base.

A ideologia urbana, porém, é forte e a crítica da autora não consegue ver além de fatores externos ao campo, propondo por fim uma mudança de pauta: “Finalmente, vale a pena lembrar que a questão ambiental parece ser a única via de enfrentamento do capitalismo no mundo atual” (Maricato, 2008, p.20). Hoje em dia Maricato tem retornado a defesa dos mesmos instrumentos, escrito cartas de apoio ao governo federal (ao qual Lula retornou em 2023 para o 3º mandato) e pedindo que este realize a legislação e inclusive recupere os tempos áureos do ministério das cidades.

É compreensível as limitações já que o senso comum de um campo lhe fornece horizontes possíveis de análise prática da realidade apenas abalados em momentos de crise (Gramsci, 2002). É preciso olhar para além do campo da Reforma Urbana para responder às angústias de Maricato e tantos outros que deram a vida pela Reforma Urbana no Brasil e refletir a luta dos movimentos sociais em geral em relação a estratégia democrática e popular.

3.3 Movimentos sociais, classe trabalhadora e o Democrático e Popular.

A formação do campo dependeu também de um sujeito fundamental de sua constituição. Suas conquistas, mesmo quando subsumidas aos ganhos legais, acompanharam

os momentos em que esse sujeito se movimentou na arena política e econômica. Seus intelectuais, quando pensavam sobre os problemas da questão urbana, mesmo de forma abstrata, em última instância, falavam da vida dessas pessoas de carne e osso: os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Escapa ao escopo do nosso trabalho fazer um resgate histórico aprofundado dessa classe. Faremos a partir do efeito de refração do campo (Bourdieu, 2002) e isso pressupõe começarmos pela aparência, por como ela aparece no inconsciente cultural do campo. De início como movimento social, em seguida como movimento social urbano⁵⁷. Assim começaremos pela representação da representação, com o breve resgate sobre a teoria dos movimentos sociais no Brasil.

Dutra & Nunes (2015) trazem uma primeira impressão do conceito de Movimentos Sociais a partir de seu caráter reivindicatório:

Sociologicamente, podemos definir um movimento social como sendo “um esforço coletivo, contínuo e organizado que se concentra em algum aspecto de mudança social” (Johnson, 1997, p. 155). Desta noção simplificada importa destacar 4 elementos: a coletividade dos movimentos, que se refere aos autores da ação; a sua continuidade, que dá conta da noção de temporalidade da ação; a organização, que implica na sua estrutura de poder, componentes e estratificação; a questão da mudança social que destaca o objetivo principal da ação social, podendo ser um movimento de reforma –por melhorias nas condições de um sistema social–, um movimento revolucionário –cuja finalidade é alterar as características estruturais ou culturais básicas de um sistema–, ou um movimento de resistência, organizado para combater a mudança social ou para garantir alguma conquista do passado. (Dutra; Nunes, 2015, p. 154)

É uma concepção baseada também na ação dos indivíduos participantes, mas uma ação organizada, duradoura. Está implícito também a abrangência e foco dos objetivos (se é revolucionário ou não). Os autores também concluem, apesar do exposto, que os movimentos sociais seriam “difíceis de definir” (Dutra; Nunes, 2015) pois cada autor tenderia a acentuar diferentes elementos empíricos para sua definição. Tais como suas pautas, as visões para sua definição já aparecem como um mosaico de interpretações e sentidos. Identifico este contraste na definição de Guimarães (2015):

⁵⁷ Este, por critérios de recorte, tempo e espaço, também não poderá ser aprofundado nesse trabalho. Recomenda-se a leitura de nossa dissertação de mestrado que narra um conflito recente do Movimento de Luta em Defesa da Moradia contra o Governo Estadual do Ceará em torno das remoções para a realização da Copa do Mundo de 2014 (OLIVEIRA, 2018). Ainda não seria um trabalho definitivo sobre o tema (se é que isso existe), mas é uma boa introdução enquanto nosso próximo trabalho não é escrito onde penso aprofundar justamente isso. De toda forma as linhas gerais dos movimentos sociais do período, e sua estratégia, estão contidas nesse capítulo que o leitor está lendo.

É partindo das contradições reais vivenciadas pela classe trabalhadora que se constrói uma plataforma de mudanças e bandeiras de luta. Daí a importância de situarmos as estratégias dos movimentos sociais no contexto de luta pela hegemonia, questão central quando nos referimos ao processo de organização e mobilização popular. Significa, por um lado, o processo de empreender a crítica teórica e prática à dominação capitalista e, por outro, construir as possibilidades de alteração dessa realidade. Nesse sentido de construção da hegemonia, no seio da luta política, estratégias como ocupação/acampamento foram sendo construídas como ações intrínsecas à atuação política desses movimentos (Guimarães, 2015, p.723)

O caráter anticapitalista para se definir o que é o conceito toma ênfase central numa tentativa de ligá-lo às perspectivas de luta macroestruturais. Por outro lado, Carlos (2015) percorre o caminho de definição a partir da ótica funcionalista de Parsons, do Interacionismo Simbólico e do Marxismo. Sobre as duas primeiras perspectivas o autor aponta:

Atribui-se, em ambas as perspectivas, uma negatividade ou, nos termos funcionalistas, tratar-se-ia de um comportamento desviante. No entanto, cabe salientar diferentes níveis dessa negatividade no interior do funcionalismo. Na perspectiva de Merton, há uma contraposição à concepção da ação coletiva simplesmente como comportamento desviante, concebendo-a como comportamento não conformista e colocando-a no mesmo patamar da análise do sistema social e não como patologia social (Melucci, 1996: 17). Agregue-se à afirmação da ação como comportamento não conformista a perspectiva de autores do interacionismo simbólico que compreenderam a ação coletiva como comportamento com significado (Blumer, 1995). Nessa perspectiva, destaca-se que há uma lógica na ação coletiva que implica certas estruturas relacionais, a presença de mecanismos de tomada de decisão, a definição de metas, a circulação da informação, o cálculo dos resultados, o acúmulo e o aprendizado de experiências do passado (Melucci, 1996: 17). Há de se reconhecer, no entanto, a pertinência em considerar uma dimensão emocional – irracional – presente nas ações coletivas (Carlos, 2015, p. 220)

O autor critica um determinismo estruturante que interpreta as ações coletivas dos movimentos sociais como patologia, que se baseia numa visão harmônica social. O contraponto é que não se pode enxergar essa ação apenas como reflexo de estruturas pré-concebidas, pois os agentes também pensam em termos de racionalidade e sentido. A perspectiva do interacionismo simbólico reforça essa afirmativa reivindicando uma lógica relacional da ação dos agentes que combina experiências do passado com desenvolvimento de novas estratégias, mesmo que haja reações de cunho mais emocional durante a ação.

No caso da experiência dos movimentos sociais urbanos, é possível encontrar todos os fatores referidos acima como, por exemplo, a presença de mecanismos de decisão, a construção de estratégias, comunicação e aprendizado a partir do passado. Esse tipo de abordagem me pareceu resgatar, principalmente, as determinações internas desse ser coletivo, mas figuras externas de oposição, por exemplo, o Estado, não é considerada.

Já parte da pretensa bibliografia marxista que encontrada sobre o tema inicia-se por uma clara oposição entre Estado e movimentos sociais para a definição destes últimos. Entretanto, alguns autores afirmam que a definição de sujeito desta tradição teórica, classe trabalhadora, é demasiadamente generalizante para esta discussão. Carlos continua a discussão sobre o que acredita ser os limites da teoria marxista:

Paralelo a essas abordagens, situa-se a tradição marxista, a qual não oferece propriamente uma teoria das ações coletivas e dos movimentos sociais. Estes são analisados como produtos necessários do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, fundamento para uma teoria da revolução (Calhoun, 1982; 1993). Como afirma Ernesto Laclau, a determinação da identidade dos agentes era feita através de categorias pertencentes à estrutura social; o tipo de conflito era determinado em termos de um paradigma diacrônico-evolucionário; e a pluralidade de espaços do conflito social era reduzida, na medida em que os conflitos se politizavam, a um espaço político unificado, onde a presença dos agentes era concebida como uma “representação de interesses” (Laclau, 1986: 41)(...) Essas abordagens, muito distintas, tinham como ponto de partida fenômenos históricos localizados e temporalizados nas sociedades ocidentais “modernas” (euro-americanas), com base num discurso da modernidade. É deste lugar que se afirma uma tendência universalizadora para os comportamentos coletivos. A utilização de diferentes conceitos para se referirem às manifestações coletivas indica um campo no mínimo polêmico desde quando a temática é incorporada como questão nas ciências sociais (Carlos, 2015, p.85).

Esse universalismo dos conceitos ligados à modernidade e eurocêntricos é criticado nessa abordagem porque deixaria as subjetividades em segundo plano. Essas análises têm uma base nos estudos pós-modernos (Harvey, 2008) e obtiveram grande força na definição de movimentos sociais nas últimas décadas. Isso gerou uma tendência a contrapor os movimentos ditos tradicionais (agrários ou operários) com os novos movimentos sociais (Carlos, 1995).

Na América latina, esse processo:

(...)acentuou-se a novidade ante a crise do desenvolvimentismo e do populismo, com a emergência de regimes militares, passando a se acentuar o caráter espontâneo, democrático e a desvinculação dos partidos tradicionais (Foweraker, 1995: 40; Cardoso, 1996) (...) **Há uma ênfase na afirmação de identidades não mais como expressão de uma classe ou categoria socioprofissional, mas expressão de um conjunto variado de princípios de identidade** (Foweraker, 1995; Neveu, 1996; Gohn, 1997; Melucci 1996). Os vários autores, adotando o termo “novos movimentos sociais”, sublinharam os aspectos culturais e ideológicos, assim como as lutas do cotidiano (mundo da vida) e a solidariedade como constitutiva de novas identidades. Daí a recuperação e a relevância dada ao conceito de sociedade civil nos estudos dos adeptos desta perspectiva a partir dos anos 1990 (Carlos, 2015, p. 85. Grifo nosso)

Sai de perspectiva o sujeito de classe, como uma alusão à contradição capital/trabalho, e abre-se espaço para a perspectiva identitária pluriclassista e pluri

identitária. Assinala-se também a mudança de uma perspectiva de pauta dos movimentos em exigir uma mudança radical societária, para inclusive garantir o acesso às suas reivindicações (Forestan, 2006), para a de uma inclusão social por meio da conquista de direitos e políticas públicas no horizonte da busca pela cidadania.

Este processo terá uma consequência direta na conceitualização da relação entre movimentos sociais e Estado. Se em um primeiro momento eles aparecem como atores irreconciliáveis (Kowarick, 1986), na “virada identitária” se proporrá uma nova visão sobre esta relação:

Conforme destacam Abers e Von Bülow (2011), o pressuposto analítico da separação entre sociedade civil e Estado inibe esses teóricos de explorar a diversidade de conexões entre os movimentos e o sistema político, mantendo invisíveis certos tipos de relação entre atores coletivos e o Estado. Predomina na teoria do processo político e dos novos movimentos sociais, a aceção de movimento social como protesto público e participação outsider ou não institucionalizada (Tarrow, 1997; Gamson, 1990), cuja chave analítica restringe a compreensão do movimento em sua interação com a institucionalidade política, na medida em que impõe duas implicações: (i) dificulta o reconhecimento das interações mutuamente constitutivas entre o movimento e o sistema político e o da combinação circunstancial entre modalidades de ação outsider e insider ou institucionalizada e (ii) interpreta o engajamento em instituições políticas como decorrente de um processo de institucionalização do movimento que afeta, exclusiva e homoganeamente, a estrutura organizacional da ação coletiva. A caracterização do movimento social como fenômeno cíclico e extra institucional tende a associar o engajamento institucional de atores coletivos e a interação com o Estado a um processo de “institucionalização do movimento(...)” (Carlos, 2015, p. 87.)

Esse tipo de visão considerada polarizadora e irreconciliável entre movimentos sociais e Estado levaria a uma visão homogeneizante da institucionalização das lutas, onde os ditos “atores sociais” agiriam sobre um modelo totalmente previsível de ação seguindo a sequência: acesso ao sistema político, depois são cooptados, mudam as reivindicações e perdem autonomia. Por outro lado, os oprimidos e marginalizados seriam apenas aqueles que evitam o compromisso com a via institucional (Carlos, 2015).

Realmente, muitas análises mecanicistas esquecem que os conflitos entre Estado e movimentos sociais acontecem na forma de uma interação dialética em que os polos podem acabar assumindo posições análogas ao outro em determinadas conjunturas. Na dissertação de mestrado produzida sobre os conflitos em torno da instalação do VLT em Fortaleza, opondo moradores de favelas contra Estado e empreiteiras, aborda-se fartamente essa questão (Oliveira, 2018).

Demonstra-se, nesse estudo, que por trás da aprovação de leis que garantiam direitos aos moradores também se escondia toda uma sequência de quedas de braço entre

estes e o Governo. Também mostrou-se a importância que foi a ajuda de alguns agentes do Governo na passagem de informações sigilosas para os moradores, revelando que nem sempre as determinações gerais da política estatal chegam intactas na ponta de execução do processo.

É problemático, porém, estender particularidades conjunturais às determinações gerais sistêmicas. O Estado, antes de tudo, é o pequeno comitê de negócio da burguesia (Marx; Engels, 2012). Este interesse, em última instância, se imporá mesmo que ao custo de constantes crises sociais.

O possível consenso entre capital e trabalho intermediado pela ação do Estado, essa aparência, apenas é possível devido à impossibilidade de conseguir a garantia dos interesses da classe dominantes apenas de forma repressiva autoritária. Tendo o Estado, junto com outros sujeitos, editar ciclicamente pactos sociais, que apenas na aparência revelam-se como uma união harmônica entre os polos da produção capitalista.

Ao Estado cabe a criação de mecanismos de convencimento que garantam uma aparência de harmonia de interesses e compensações legais para a manutenção mínima da força de trabalho. O problema é que isso depende do aumento de arrecadação da máquina estatal relativa diretamente ao aumento dos lucros das empresas. Quando a expansão econômica está em alta, tudo certo, o pacto pode ser mantido. Mas quando as crises começam, a necessidade de rebaixar os salários se torna imperativa e os Governos (independentes se são liberais ou social-democratas) são obrigados a retirar todas essas migalhas para o retomar das taxas de lucros (Marx, 1980).

Por isso que qualquer disputa interna do Estado está fadada não apenas a capitulação da autonomia histórica dos trabalhadores com a perda cíclica de direitos. Ou, como no caso da luta da Reforma Urbana no Brasil, até se consegue esses direitos...no papel.

Alguns setores do próprio movimento de trabalhadores, entretanto, defendem que a disputa por dentro do estado não significa institucionalização dos movimentos sociais, mas uma maior complexificação e um aumento de sua rede de influência. Nesta análise, a sociedade civil deve ser encarada não como oposição, mas sim como um sujeito múltiplo que se complementa com o Estado, mesmo que mantenha suas diferenças (Guimarães, 2015). Warre, porém, alerta sobre o perigo da institucionalização derivada dessa aproximação:

Os movimentos sociais tradicionais são paradigmáticos para se analisar a transição histórica de sua condição de sujeitos mais autônomos na esfera pública versus sua condição de sujeitos com participação institucional junto à esfera estatal. Busquei analisar essa trajetória com mais detalhes (Scherer-Warren, 2014b), a partir de três momentos constitutivos dos movimentos sociais, seguindo Alberoni (1991), que assim define as possíveis transformações de um movimento: a) o estado-nascente

como uma experiência cognoscitiva pessoal ou coletiva – descobrir aquilo que estava oculto – e emocional, entusiasmante e perturbadora (id, p. 13) – a qual estimula os indivíduos e grupos a se engajarem em lutas por mudança social; b) o movimento social propriamente dito, como um processo histórico que vai do estado nascente, com uma proposta inovadora, à institucionalização de suas pautas; c) e que acaba quando a instituição já está consolidada e, mais uma vez, só representa o cotidiano, ou seja, o institucional (id p. 15). Portanto, os movimentos sociais podem vir a percorrer a trajetória histórica que vai do estado nascente à sua consolidação em um movimento social organizado e deste a uma institucionalização completa a partir de sua incorporação definitiva enquanto membro/coletivo engajado nos processos de participação institucional, nesse caso, deixando de ser movimento, segundo Alberoni (Warre, 2015, p. 57).

Ou seja, segundo o autor, o ciclo da institucionalização não é uma abstração, mas um perigo comprovado empiricamente. É uma problemática não só para a continuidade dos movimentos sociais, como os próprios objetivos que deixam cada vez mais de serem integrados com outros movimentos, os tornando um fim em si mesmos:

Na esteira do raciocínio de Melucci, a nova forma organizacional dos movimentos contemporâneos não é exatamente “instrumental” para seus objetivos, trata-se de construção de identidades coletivas, pois é um objetivo em si mesmo. Como a ação está focalizada nos códigos culturais, a forma do movimento é uma mensagem, um desafio simbólico aos padrões dominantes. Compromisso de curta duração e reversível, liderança múltipla aberta ao desafio, estruturas organizacionais temporárias e ad hoc são as bases para a identidade coletiva interna, mas também para o confronto simbólico com o sistema. Às pessoas é oferecida a possibilidade de outra experiência de tempo, espaço, relações interpessoais, que se opõe à racionalidade operacional dos aparatos. Uma maneira diferente de nomear o mundo repentinamente reverte os códigos dominantes. O meio, o próprio movimento como um meio, é a mensagem. Como profetas sem encantamento, os movimentos contemporâneos praticam no presente a mudança pela qual eles estão lutando: eles redefinem o significado da ação social para o conjunto da sociedade (Dutra; Nunes, 2015, p 162)

Será possível afirmar que o movimento de luta pela Reforma Urbana no Brasil se institucionalizou? Ainda é cedo para responder isso, mas é importante já registrar a pergunta. Gondim (1988) alerta que só o fato de existir um movimento não garante sua combatividade, inclusive podendo se tornar uma ação conservadora, se, mesmo que suas ações foram inspiradas por nobres objetivos, não forem fruto da realidade da coletividade que representa:

É importante reconhecer, porém, que a organização não é necessariamente uma força revolucionária. Em primeiro lugar, porque, como nota Hobsbawm (1978), é um erro supor que a organização seja condição para um movimento de massas efetivo, pois, ao contrário, organizações combativas e eficazes, apesar de fornecer estímulo e liderança ao movimento parecem ser, antes, o resultado do que a causa da mobilização popular. Em segundo lugar, a organização também pode atuar como força conservadora. A esse respeito, como ressalta também Hobsbawm, a esquerda está tão imbuída da crença de que organizar as massas é fundamental para que elas adquiram poder, que nenhuma corrente (exceto os anarquistas) questiona, em princípio, a eficácia da organização - seja na forma de sindicatos, partidos políticos ou associações de moradores - como instrumento de mudança. No entanto, a

experiência histórica registra muitos casos de movimentos que perderam a sua vitalidade ou cujos líderes foram cooptados pelo Estado, à medida que ações diretas, espontâneas e desordenadas foram substituídas pela atuação de organizações. Estas tenderiam a se burocratizar, tornando-se mais interessadas em partilhar o poder do que em perseguir ou ampliar os objetivos que levaram à emergência do movimento. (Gondim, 1988, p. 3)

A história tendeu a dar razão à tendência explicitada pela autora. Os principais movimentos sociais que, inclusive, motivaram muitos estudos na área a partir dos anos 1980 passaram por intenso processo de burocratização e cooptação no Estado nos últimos 30 anos (Iasi, 2006).

Mas como acompanhar isso categorialmente? Será que de alguma forma a definição de movimentos sociais fora do marco de classe e pelo alinhamento com as ações do Estado tem, de alguma forma, influenciado os descaminhos dos agentes e da teoria sobre os movimentos sociais? Oliveira (1986) nos dá uma interessante visão sobre a questão:

[...] O terceiro grande setor que forma o PT, saído de bases cristãs (ou pelo menos organizadas anteriormente no interior de movimentos criados e/ou protegidos pela Igreja Católica), é aquele que se origina nos chamados “movimentos sociais”. **Estes são por definição produto da falta de identidade política da classe operária**; em primeiro lugar, essa falta de identidade se traduz em carências que denunciam a insuficiência do salário real; de outro, da falta de representação política, portanto de um partido político da classe operária, ausente da política brasileira, desde o degradingolamento do PC brasileiro; em terceiro lugar, os movimentos sociais, ainda que fundado em premissas anteriores, **são também, de algum modo uma estratégia do Estado para manter a segmentação dos dominados, tratá-los discriminadamente, atendê-los setorialmente, manter separadas reivindicações operárias e reivindicações difusamente “populares”**. Representa um jogo de uma dialética perversa onde o objetivo das classes dominantes, traduzidas no Estado-domal estar e concretizadas pelas ações dos governos locais, estaduais e federal, é nunca permitir a fusão das reivindicações operárias e das difusamente populares (p. 66. Grifo nosso)

Para o autor isso representaria uma dialética perversa que responde ao anseio das classes dominantes de nunca permitir a fusão das reivindicações operárias com as difusamente populares. Assim, analisando o PT já nos anos 1980, vai afirmar que os movimentos sociais que adentraram ou foram produzidos no partido careciam (e hoje carecem?) de uma cultura socialista que se expressaria na ojeriza à política e no basismo, em suma na “construção da cidadania”, seu único horizonte de politização, limitadíssimo (Oliveira, 1986).

A divisão de pautas e a conexão desses movimentos têm dado grande fôlego para o Estado retirar direitos. A limitação do horizonte de luta para o da democracia plena e sua palavra de ordem, cidadania, tem ido mais longe ao fazer os movimentos sociais raciocinarem

com a lógica do dominante enquanto ficaram dependentes dos fundos públicos para realizar suas ações.

Parece que além da perda estratégica, essa limitação também é de caráter imobilizador. Uma vez alcançado, total ou parcialmente, o direito almejado, o movimento se desfaz ou, nos piores casos, é cooptado pelo Estado e passa a viver de si mesmo, como caricatura do passado, a exemplo do MST, que parece ter abandonado, em sua grande parte com exceções valorosas, a ocupação de terras pelo apoio parlamentar às figuras do PT e na dependência de políticas públicas. Ver até onde o Campo Intelectual de luta pela Reforma Urbana seguiu ou não essa trajetória comum dos movimentos sociais e como isso foi incorporado pelo inconsciente cultural do campo é um dos esforços da reflexão do nosso trabalho.

Antes, porém, pode-se ensaiar uma síntese sobre essa marca estrutural dos movimentos sociais a partir da estratégia democrática e popular que se produziu no ciclo de formação do PT e da CUT (Iasi, 2006). Essa experiência condensou um legado cultural ao qual a maioria das organizações órbita, seja negando sua influência, seja afirmando-a ou tentando superá-la:

No mosaico heterogêneo do popular a exploração do trabalho, a forma pela qual é produzida a vida no capitalismo, se dissolve no meio das opressões, e torna-se apenas uma bandeira dentro de outras tantas bandeiras. Essa concepção da estratégia democrática popular tem, pelo menos, duas consequências fatais. A primeira é não perceber que a “colcha de retalhos” dos diversos movimentos (dos “sem-teto”, “sem escola”, “sem-terra”, “sem-saúde”) são, na verdade, expressões da situação geral na qual está inserida a própria classe trabalhadora: seus baixos salários (diretos ou indiretos) fruto da exploração do trabalho. A escolha de criar grupos de reivindicação direta ao Estado, por produtos de consumo (casa, educação, comida, terra, saúde e etc) desloca as tensões da relação capital-trabalho e joga para o Estado resolver um problema que, no final das contas, é causado pela exploração do trabalhador nas fábricas, comércios, bancos, construções e etc. Ou seja, é uma forma de institucionalizar e, por conseguinte, pacificar a tensão principal entre burgueses e proletários. Deixando para o Estado a responsabilidade pelo massacre, do qual ele também participa já que está a serviço dos capitalistas, que os trabalhadores estão submetidos. A segunda consequência fatal, é que a organização que abarca esse mosaico heterogêneo, com sua multiplicidade de identidades e movimentos, está impedida de fundir as reivindicações operárias com as reivindicações populares, pois elas têm caminhos institucionais diferentes e não passam pelas mesmas “mesas de negociações”. A pauta do conjunto da classe desaparece e torna-se um fragmentado caderno de reivindicações⁵⁸

A crença no caminho legal é uma expressão de uma estratégia de classe que nega a si próprio acreditando que a afirmação do caminho da cidadania e da democracia é capaz de garantir seus interesses. No caso dos movimentos sociais, essa estratégia levou à divisão e ao

⁵⁸ Alternativa Sindical Socialista. Crítica a Estratégia Democrático e Popular, estratégia de nosso tempo. 2016, p. 12. Cópia mimeografada.

enfraquecimento perante o Governo, pois dispersou as forças do confronto direto para o caminho do consenso na esfera jurídica (semelhanças com o ocaso dos planos diretores?).

Por fim, a perda dos horizontes estruturais tem levado a uma concepção de mundo de cunho liberal no seio dessas organizações, seja na forma de empreendedorismo social, ou nos mitos sobre uma “nova classe média”, “*pink moneys*” e nichos mercadológicos para cada um desse segmentos que acabam sendo absorvidos em discursos de empoderamento pelo consumo:

[...] Por tudo isso, a lição “leninista” fundamental de nosso tempo é a seguinte: política sem a forma organizacional do partido é a mesma coisa que política sem política; por isso a resposta àqueles que querem apenas “Novos Movimentos Sociais” (nome muito adequado aliás) deve ser a mesma que os jacobinos deram aos girondinos que queriam negociar uma solução de compromisso: “Vocês querem a revolução sem revolução!”. O dilema atual é que há dois caminhos abertos ao engajamento sociopolítico: ou joga-se o jogo do sistema, engajando-se na “longa marcha das instituições”, ou torna-se parte em novos movimentos sociais, do feminismo à ecologia e ao anti-racismo. E, reiterando, a limitação desses movimentos é que eles não são políticos no sentido do Singular Universal: eles são “Movimentos de uma só causa”, que não têm a dimensão da universalidade – quer dizer, eles não se relacionam com a totalidade social(...) Nesse aspecto, a acusação de Lenin aos liberais é crucial: eles apenas exploram a insatisfação das classes trabalhadoras para fornecer sua posição em relação aos conservadores, em vez de se identificarem com elas até o fim. Isso não vale também para os liberais de esquerda de hoje? Eles invocam o racismo, a ecologia, as demandas dos trabalhadores, e assim por diante, para ganhar pontos sobre os conservadores – sem ameaçar o sistema. O mesmo vale para os Novos Movimentos Sociais: o establishment está sempre disposto “a ouvir suas demandas”, destituindo-as de sua força política. O sistema é por definição ecumênico, aberto, tolerante, pronto para “ouvir” a todos – mesmo se você insistir em suas demandas, elas terão seu impacto político universal eliminando em virtude da própria maneira como se dá a negociação. A verdadeira terceira via que devemos procurar é essa terceira via entre a política parlamentar institucional e os novos movimentos sociais (Zizek, 2008, p. 36)

No Brasil, a estratégia democrática e popular consolidou-se como uma versão social democrata de institucionalização da luta que desarmou os trabalhadores na luta com a burguesia local. O estudo do conceito de movimentos sociais irá nos auxiliar na análise do quanto e em que qualidade esse desenvolvimento alcançou no campo intelectual da Reforma Urbana no Brasil e em seus sujeitos principais.

4 EMBATES CONSTITUTIVOS DO CAMPO INTELECTUAL DA REFORMA URBANA

O objeto desse trabalho é o que chamamos de Ideologia Urbana no Brasil, acessada através de uma certa reconstituição do campo intelectual da Reforma Urbana e de sua história a partir de várias facetas. Neste capítulo procurar-se-á resgatar nos embates entre os intelectuais consagrados do campo, elementos do inconsciente coletivo do campo que se apresentaram na pesquisa, como ideológicos.

Isso não quer dizer que esse capítulo procurará esgotar todos os embates constitutivos do campo intelectual, esse magneto de força criado por seus participantes em contato com a totalidade da vida e da luta de classes em nossa formação social. Muito menos pretende passar por todos seus sujeitos intelectuais. Isso demandaria mais tempo e pesquisa do que dispomos.

Por outro lado, o fio condutor da categoria de Ideologia nos ajudará a encontrar o universal em meio aos embates particulares teóricos que se julga enxergar entre os autores. Mais do que embates pessoais, nós vemos as próprias relações sociais urbanas no Brasil e seus impasses se expressando através deles.

Assim, o que pensavam/pensam os participantes do campo sobre si e sobre sua luta, sobre o Estado, sobre os sujeitos da Reforma Urbana, sobre seu legado, são de suma importância, obviamente avaliado pela objetividade material em que se desenvolvem.

Parece também correto e necessário contar a história do campo pela luta de suas interpretações, o desenvolvimento de seu senso comum interno, seu habitus, o senso público da obra, a passagem das arenas do combate, pelo conflito entre os consagrados e os que foram esquecidos ou subjugados. Assim os subcapítulos trazem no seu título “autor x autor” para explicitar os encontros e desencontros do contar a história do campo pelos seus próprios intelectuais.

Mais do que pontos de vistas pessoais, tais divergências são expressão da refração do campo da influência de outras esferas da vida (Bourdieu, 2002), posições políticas de classe sobre a luta urbana no Brasil e também sobre a teoria e prática da revolução brasileira e o papel da classe trabalhadora urbana nesse processo.

Tudo isso internalizado com uma série de outras referências grupais, composta muitas vezes de forma não linear na consciência (Gramsci, 2002) e carregadas das marcas ideológica sociais (Marx; Engels, 2012). Por isso os fatos históricos não necessariamente aparecerão de forma linear na exposição, mas serão acessados para explicar as divergências

e/ou congruências entre os autores. Sartre (2002) nos lembra que a filosofia é arma de combate. Não se produz ideias sobre o mundo de forma desinteressada (Bourdieu,2014), devemos ser sinceros a expor essas batalhas e fazer jus ao termo crítica na sua capacidade destrutiva que constrói novas sínteses.

Por isso, não se fará uma descrição harmônica do campo da Reforma Urbana. A seriedade com o tema é fruto de seu desfecho dramático dos últimos anos, que por si só me impede-nos de tratar esse tema de forma a agradar projetos de governança ou uma ciência positivista. Como atingido diretamente por essas políticas urbanas (eu e minha família fomos removidos para intervenções urbanas da copa do mundo) e como participante do campo intelectual da Reforma Urbana, é preciso lidar com as más notícias.

O resgate do campo traz o desenvolvimento de uma episteme sobre a temática Urbana no Brasil, que é importantíssima de ser resgatada e parece estar no cerne das problemáticas atuais. Lenin (1983) afirma que erros teóricos geram erros práticos, a forma como cientificamente cristalizara-se certos pilares da teoria urbana no Brasil exerceu influência cabal no desenvolvimento de várias organizações da classe e na formação de sua identidade (e até na dissolução dessa identidade no consumo do bem habitacional) num efeito retroalimentador do motor que permitiu seu amadurecimento, a saber, a problemática urbana enfrentada pelos trabalhadores.

Nesse sentido, rechaçamos a análise de Karl Popper⁵⁹ (1978) onde a ciência sobre determinado domínio progride através de sua irrefutabilidade, num jogo sofista onde aquele que se defende melhor no plano dos argumentos consagra sua forma de ver o mundo. Se existe um campo onde não necessariamente os argumentos mais coerentes se consagram e tornam-se práxis viva, esse é o da Reforma Urbana no Brasil, marcado pela distância entre o que se legisla e o que se faz (Maricato,1997).

Thomas Kuhn (1998) nos parece mais interessante nesse sentido quando nos fala em mudança paradigmática, quando a ciência normal, aquela que reina, ligada ao paradigma anterior, pela repetição e aprofundamento da mesma visão, não consegue dar conta de problemas práticos da comunidade científica em questão. Abre-se um “período pré paradigmático” onde um novo paradigma se impõe para resolver o quebra cabeça.

Importante ressaltar que essa necessidade não necessariamente tem a ver com o conhecimento “mais verdadeiro”, admitindo assim que essa mudança pode ser provocada

⁵⁹ Pode parecer “alienígena” colocar aqui um debate de epistemologia científica, mesmo que breve. A necessidade surgiu porque os autores citados neste capítulo são todos ligados à academia e à produção científica. Logo sua relação com a lógica do progresso científico não nos pareceu sem propósito.

pelas novas modas ou para agraciar o ego de novos “empreendedores acadêmicos” atrás de consolidar suas escolas pelo puro desfrute do poder. Esse é o ponto alto de sua teoria que rechaça a versão positivista de acúmulo linear e virtuoso da ciência em busca da “verdade”. Sua teoria, no entanto, se debruça pouco sobre os fatores externos do campo e seu efeito de refração interno numa determinada comunidade científica, apesar de afirmar que podem inclusive ter papel determinante (Kunh, 1998). Porém, o tema é pouco aprofundado, reforçando um tipo de análise internalista da comunidade dos cientistas.

Lakatos (1979) por fim, com sua teoria dos Programas de Pesquisa, ajuda na assertiva que cada teoria científica tem sua “petição de princípio” cujo núcleo estratégico deve ser preservado com pena de dissolução daquele próprio modo de pensar. Por isso, é orbitado por uma série de programas de pesquisas responsáveis por garantir essa defesa e aprofundar os estudos a partir dessa métrica.

Se fosse eleger, a partir da bibliografia consultada para esse trabalho, uma petição de princípio que atravessa a luta pela Reforma Urbana, no período que vai de 1930 até agora, encontrar-se-ia a questão da função social da terra no seu pilar. Desdobrada em duas sub petições: forte crença no planejamento urbano (Bonduki, 2017; Villaça, 2020) e a necessidade de enfrentar o atraso do capitalismo brasileiro.

É uma forma possível de contar a história desse campo intelectual, mas encontra limite interpretativo nos momentos em que essa petição de princípio vem de “fora” do espaço científico, como, por exemplo, exigência de governabilidade, a exemplo da redução da questão urbana ao direito de consumo à moradia (Maricato, 2000; 2014). Por isso, apesar do importante aporte desses dois autores (Kunh e Lakatos) sobre a progressão da episteme de um determinado campo científico, nos parece ainda insuficiente para tratar o nosso tema específico.

Sobre o método apropriado para estudar algum campo intelectual, Pontes (1996) comenta sobre as dificuldades. Primeiro, seu reduzido número de participantes impede o uso de técnicas estatísticas. Segundo, os princípios relacionais que unem seus membros não são acessíveis apenas com suas regulações institucionais, por exemplo o que a academia legitima como grupo de pesquisa, não é suficiente para entender este agrupamento. Fatores que escapam a esse escopo são, por exemplo, o corpo de práticas e de representações que estão ancorados numa estrutura de sentimentos e no ethos do grupo (Williams, 1982).

A autora inspirada nos trabalhos de Williams completa que seria necessário investigar essa “amizade” que uniria os membros do grupo indicando quais os valores, ideias e atividades partilhadas que constituem sua afirmação interna e sua distinção perante outros

grupos. Por fim, também analisar quais as características dessa amizade indicariam ou revelariam fatores sociais e culturais mais amplos, o que nos remeteria à posição social de cada um dos participantes. Em suma, deve-se ir para além do que o grupo acha de si próprio para realmente entender o que o constituiu e para onde suas práticas apontam.

No caso do Campo Intelectual da Reforma Urbana no Brasil, ele é muito maior que os profissionais consagrados desse campo, o que me trouxe a necessidade de mapear também as organizações de trabalhadores e movimentos sociais como também seus intelectuais. Mas nesse caso o sujeito é mais difuso e tivemos que capturá-lo no plano do pensamento estudando suas estratégias e práticas políticas coletivas, o que foi exposto no capítulo sobre formação Social Brasileira e Reforma Urbana. Mesmo assim, a questão dos “consagrados intelectuais” permanece e deve ser enfrentada. Esse capítulo de alguma forma se entrega a dar sua contribuição para essa tarefa.

Na pesquisa a problemática dessa questão foi: entre a miríade de participantes do campo, como escolher aqueles que têm peso desigual, seja na capacidade de influenciar em como o campo pensa sobre si mesmo, seja na capacidade de mando institucional que atinge/define determinado campo e/ou pelo reconhecimento público de sua notoriedade e importância?

Codato (2015) trouxe importante aporte para nossa pesquisa nos seus estudos de como identificar as “elites” em determinado campo. No meu trabalho, parte importante da pesquisa foi identificar a elite intelectual do campo da Reforma Urbana, elite essa que teve contato tanto com o aparato institucional do Estado, como referência para o público e para seu sentido público (Bourdieu, 2002). Sobre a metodologia mais correta para abordar a questão, o autor afirma:

Não há uma receita para abordar esse assunto. As estratégias empregadas tendem a ser muito variadas e, em alguns casos, complementares. Essa diversidade de procedimentos é resultado natural tanto dos múltiplos propósitos pretendidos pelos investigadores, quanto da variedade de evidências fornecidas por estudos com elites. Além disso, um procedimento – análise estatística inferencial com vinte mil candidatos a deputado ou etnografia multinível com um único caso – pode funcionar melhor num determinado estágio da pesquisa; outro procedimento, no estágio seguinte (Codato, 2015. p. 9)

Nesse caso a metodologia tem que estar em consonância com o objeto. Sendo fundamental usar a metodologia correta para cada caso. Purismo e/ou rigidez metodológica costumam não ajudar na empreitada. Assim o autor, nos traz três metodologias geralmente utilizadas nas pesquisas para determinar uma elite. O quadro abaixo as resume:

Figura 3- Metodologias de Estudo das Elites

Quadro 1. Poder, influência e processo decisório conforme os métodos posicional, reputacional e decisional

	Método posicional	Método decisional	Método reputacional
Recursos de poder e influência	Poder de decisão formal cujas fontes são as posições ocupadas nas organizações fundamentais da comunidade	Recursos de poder contingentes, dependentes das relações de força cambiantes entre uma pluralidade de grupos	Recursos de poder posicionais e influência política com base no prestígio pessoal socialmente reconhecido
Envolvimento ativo no processo decisório	Somente decisores com poder político	Atores políticos influentes, independentemente de sua autoridade formal sobre o processo de tomada de decisões	Indivíduos considerados como influentes cujas preferências são levadas em conta na tomada de decisão política
Envolvimento ativo e influência política indireta no processo decisório	Decisores com mandatos políticos e titulares de posições de liderança em organizações importantes		

Fonte: Codato(2015)

Acabei tendo que considerar as três formas para a escolha das personalidades consagradas profissionais do campo expostas nesse capítulo, mas uma das perspectivas acabou por se impor no decorrer da pesquisa devido às limitações de nossa empreitada e a definição paulatina do objeto, conforme foi ficando mais claro o entendimento sobre o Campo da Reforma Urbana. Vou expor sinteticamente as abordagens e como elas foram utilizadas na pesquisa.

Sobre a metodologia posicional, o autor define:

O método posicional enfatiza que os que decidem são aqueles indivíduos ou grupos que preenchem as posições formais de mando em uma comunidade (diretorias de grandes empresas, cúpulas do Executivo, posições superiores nas organizações políticas e militares). Sua grande vantagem é identificar o maior número possível de indivíduos influentes com segurança. O livro mais representativo dessa abordagem é *The Power Elite*, de C. Wright Mills (1956). Ele trata da solidariedade dos grupos dominantes dos Estados Unidos em meados do século XX e do círculo de ferro formado pelas elites corporativas, políticas e militares (Codato, 2015. p. 16)

É uma metodologia que se baseia na característica formal do mando. Quem ocupa um cargo formal daquele campo, o que remete a institucionalidades. Teria o campo da Reforma Urbana uma rede articulada de posições formais a serem preenchida por determinados participantes? Por exemplo, uma “associação dos lutadores pela reforma” ou algo do tipo.

A pesquisa mostrou que não, mas por outro lado muitos campos institucionais externos influenciam diretamente o campo: o parlamento, o executivo, órgãos internacionais

como a ONU, cargos ligados à questão urbana nas prefeituras e com especial ênfase a São Paulo e sua história peculiar com os Planos Diretores. Além de posições em cátedras em Universidades consagradas no debate urbano como a Faculdade de Arquitetura da USP, dentre outras universidades. Como corrobora Codato:

Essas posições são “institucionais”, isto é, para fazer parte da elite não é suficiente ocupar posições informais de mando, mas formais, nas principais instituições econômicas, políticas e militares de uma dada sociedade. Escreve Mills: “A riqueza não se centraliza na pessoa do rico. A celebridade não é inerente a toda e qualquer personalidade. Ser célebre, ser rico, ter poder, exige o acesso às principais instituições, pois [são] as posições institucionais [que] determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que se atribui tanto valor (Codato, 2015. p. 20)

Foi importante na pesquisa definir quais as principais e o grau de influências dessas instituições no campo e seu nível de abrangência social. Também identificar se essas elites posicionais estavam de alguma forma relacionadas como “elite no poder” dessas instituições. Tentei no trabalho levar essas informações em conta sempre que relacionar algum membro do campo ao seu período em determinado cargo relacionado.

Também foi importante ver nessas instituições que tipo de recurso oferecido pela posição nelas que conferiam o peso funcional para essa elite. Ajudando a saber de onde vem esse poder que permite desfrutar das vantagens (ou desvantagens) e do prestígio que fazem a “elite” de um campo “a elite”. Foi interessante porque o conjunto desse diagnóstico também forneceu um certo “perfil da elite” produzida pelo campo e o tamanho numérico aproximado. Por último, algo central sobre inconsciente cultural, essa abordagem possibilitou:

(...)que se delimite o tipo de unidade desse grupo. Esse atributo é bem mais exigente do que o descrito no terceiro passo (conexões eventuais entre os indivíduos da elite através das instituições que comandam). Um grupo de elite pode estar fechado em si mesmo graças à sua: i) unidade “psicológica”: nesse caso, o grupo partilha a mesma hierarquia de valores, as mesmas concepções de mundo, os mesmos princípios; ii) unidade com base em “interesses”: as relações entre os indivíduos que comandam as instituições-chave de uma sociedade pode gerar uma comunidade de interesses afins entre eles que devem ser perseguidos pelo grupo; e iii) unidade de “ação”: a proximidade entre os interesses perseguidos pelas cúpulas das instituições centrais de uma comunidade pode produzir uma ação coordenada entre elas a fim de atingirem mais facilmente seus fins(Codato, 2015. p. 21-22)

A definição posicional ajudou, pois, alguns dos consagrados escolhidos tiveram funções importantes no legislativo em torno da questão urbana. Maricato, por exemplo, foi responsável por apresentar emenda popular para a questão urbana na constituição de 1988, além de exercer mandatos legislativos na cidade de São Paulo e participação no Ministério

das Cidades. Bonduki era presidente dos sindicatos dos arquitetos de São Paulo durante o processo de feitura da constituição. Além de ter sido relator do plano diretor de São Paulo de 2001, marco desses processos de planejamento. Já Villaça foi o principal crítico do marco dos Planos Diretores.

Pelo peso que a formulação de marcos legais tem no inconsciente cultural do campo (como demonstrarei mais adiante) acabei como adotar como um dos critérios tentar trazer para a análise bibliográfica aqueles que de alguma forma tiveram participação posicional na formulação e/ou execução em três marcos institucionais centrais, a saber: a emenda constitucional sobre a Reforma Urbana em 1988, Estatuto da Cidade e experiência do Plano diretor em São Paulo e criação do Ministério das Cidades.

O método posicional, porém, tem limites. Primeiro porque considera que quem tem a posição formal tem por isso também capacidade efetiva de realização de decisões-chaves para aquele campo, o que sabemos nem sempre está correto. Não faltam exemplos de sujeitos que apenas “governam”, mas não “mandam” nas instituições. Por outro lado, tendem também a ignorar aqueles que têm o poder de vetar certas iniciativas que alguns grupos querem transformar em demandas (Codato, 2015) e/ou impedir que se tornem demandas políticas obstruindo seu processo de efetivação.

Por fim, apenas é possível saber o real poder de um grupo de elite através do estudo do ciclo decisório (Codato, 2015). Ou seja, de forma maquiavélica, analisar as decisões concretas daquela instituição. O que realmente é colocado em prática e quem realmente se beneficia com as ações independente daqueles que estão em posições formais no campo. Para saber quem “manda de fato”, é mais apropriado a metodologia decisional:

Os princípios do método decisional foram sistematizados por Dahl num célebre artigo publicado na *American Political Science Review* em fins dos anos cinquenta (1958). De acordo com ele, para se determinar quem governa e quem é governado, quem tem poder de iniciativa, quem tem poder de veto, só é possível responder de forma suficiente esses pontos “através de um exame de uma série de casos concretos onde são tomadas decisões importantes: decisões sobre tributação e gastos, subsídios, programas de bem-estar social, política militar, e assim por diante” (Codato, 2015, p. 23)

Esses sujeitos ocultos, como veremos, serão fundamentais para entender o caso da Reforma Urbana no Brasil. Por exemplo, certos personagens do ramo da construção civil e do Estado que controlam de fato os meios de financiamento que acabam se impondo em relação à legislação brasileira, umas das mais avançadas do mundo em termos de questão fundiária e uso social (Maricato, 2000). Mesmo no desenvolvimento dos marcos legais esses

sujeitos foram fundamentais para suprimir trechos de projetos de leis ou criando obstáculos legislativos para que as leis urbanísticas não saíssem do papel, exercendo mais poder nessas ocasiões do que os mandatários em cargos oficiais (Bonduki, 2017; Villaça 2020).

Vê-se que nessa metodologia é fundamental a questão do que é poder e como provar que determinado grupo tem poder sobre os outros. Mais uma vez a questão de como se medir isso empiricamente se impõe. Primeiro é preciso diferenciar o verdadeiro potencial de controle de um grupo sobre determinada questão chave para aquele campo, por exemplo, o financiamento. Segundo, o potencial de unidade desse grupo.

No que tange a Reforma Urbana, nos processos de elaboração dos planos diretores é possível identificar: tanto a unidade do setor da construção civil com o Estado; 2- momento de ruptura entre eles; e até momentos de unidade desse setor com parte dos movimentos sociais (Bonduki, 2017; Villaça, 2020). De toda forma, quanto mais a unidade de determinado grupo decisional, maior a chance da efetivação de determinada ação política. Sobre os critérios quantitativos dessa análise o autor continua:

i) a elite dirigente hipotética deve ser um grupo bem definido empiricamente, com contornos claros; ii) deve-se escolher uma quantidade razoável de casos envolvendo decisões políticas chave, onde as preferências da suposta elite dirigente estariam em confronto com as preferências de outros grupos (a serem determinados); e iii) deve-se então provar, através do estudo dos conflitos envolvendo as preferências da suposta elite dirigente contra as preferências de outros grupos, que as primeiras prevalecem com uma boa regularidade (DAHL, 1958, p. 466). Por isso, para comparar o potencial de influência sobre decisões de dois grupos distintos (que podem ser classes, partidos, etc.) É preciso, antes de tudo, saber que objetivos cada um deles persegue, que interesses defendem (Codato, 2015, p. 23)

Na pesquisa esse método acabou chamando atenção para o setor da construção civil e sua relação com as obras do PAC (Projeto de Aceleração do Crescimento) em especial com o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). A partir do estudo sobre os conflitos em torno dessas medidas foi possível definir empiricamente um grupo de empresas envolvidas, além da contradição entre a efetivação delas e o acúmulo da luta pela Reforma Urbana no Brasil e seus marcos legais (Shimbo, 2012).

Confessa-se que houve surpresa com a descoberta que eles também são sujeitos do campo da Reforma Urbana, do seu próprio modo, e que contaram com a ajuda de um governo de origem popular para passar por cima das próprias conquistas populares sobre a questão Urbana.

Apesar de útil ao trabalho, essa metodologia também mostra limitações. Primeiro porque ela é focada em decisões efetivas e não naquelas que foram barradas, o que impede de

ver outros sujeitos ocultos. Segundo que corre-se a possibilidade de cair no erro de não averiguar quem se beneficia dessas decisões ao achar que o principal trabalho já foi feito de identificar certa elite. Apesar de ser uma tendência, nem sempre a elite mandatária e os beneficiados da ação assemelham-se (Codato,2015).

Por último e, talvez a ferramenta mais importante de mapeamento do campo intelectual profissional da Reforma Urbana, a metodologia reputacional:

O método reputacional, como mencionamos mais acima, foi utilizado por Floyd Hunter em *Community Power Structure: A Study of Decision Makers* (1953). O livro conduziu os estudos sobre governo a um novo patamar ao tentar compreender o jogo político olhando para grupos sociais específicos de uma comunidade específica. *Community Power Structure* é uma pesquisa monográfica sobre Atlanta, uma cidade média, à época com 500 mil pessoas, no estado da Georgia, EUA. Hunter recupera e amplia os estudos políticos de comunidades na tradição de *Democracy in Jonesville* (1949), de William Lloyd Warner (STRONG, 1954). Trata-se de uma análise empírica sobre o que é o poder, os tipos de poder que existem e como ele está distribuído entre os grupos minoritários. Sua motivação é encontrar onde está, ou quem detém, melhor dizendo, o “real power” por detrás do “formal power” (Codato, 2015, p. 24)

Como o campo intelectual da Reforma Urbana não é uma instituição em si, mas influenciada por várias outras, resolvi adaptar essa metodologia no sentido de quem são considerados os principais nomes do campo. No sentido de que quando se quer falar sobre Reforma Urbana no Brasil, o campo intelectual responde para você: “não pode faltar fulano, sicrano e beltrano”. Encontramos isso também no não dito das bibliografias das teses e artigos onde esses nomes se repetem. Nas entrevistas recorrentes dos meios de comunicação quando querem falar com o “especialista da área”. Nos departamentos de graduação e pós graduação que trabalham com questão urbana e indicam esses nomes em seus programas, disciplinas, simpósios e etc.

Para um membro ativo do campo os nomes vêm automaticamente à cabeça quando se pensa sobre a questão pelo absorver do inconsciente do campo que também tem seu próprio panteão de grandes personalidades, ou comumente chamado de *clássicos e/ou consagrados*. Maricato e Bonduki foram os primeiros nomes que me vieram à cabeça, por exemplo quando pensei em realizar essa pesquisa.

Porém, a coisa se complica quando temos que embasar essa obviedade cultural empiricamente. O que faz de Maricato um clássico da Reforma Urbana no Brasil, por exemplo? A quantidade de citações em trabalhos acadêmicos? Sua referência perante os movimentos sociais? Seus cargos institucionais? A tiragem de seus livros? Sua participação na criação do Ministério das Cidades? Como a questão da metodologia nesse campo é bem

mesmo um partilhar de tentativas (Codato, 2015), acho que vale a pena um exemplo dado pelo autor sobre como essa metodologia foi usada na pesquisa de Hunter (1953):

Hunter pediu a quatorze cidadãos, em geral profissionais liberais de alta classe média, que tinham um bom conhecimento sobre como as coisas funcionavam em Atlanta, que escolhessem apenas dez nomes de uma lista das 175 pessoas importantes. Hunter compilou essa lista de 175 notáveis a partir das posições formais eles que ocupavam na cidade, isto é, na Chamber of Commerce, na League of Women Voters, no Community Council, no comando dos jornais locais e entre os líderes comunitários. Ele indagou então a cada um daqueles 14 cidadãos bem informados mais ou menos o seguinte: “se houvesse um projeto na cidade que devesse ser decidido por um grupo de super-líderes, reconhecidos por quase todos como tais, você poderia escolher dez dentre eles nessa lista de 175 que elaborei?” Após checar as indicações repetidas com mais frequência, surgiram quarenta indivíduos reputados, considerados pelos quatorze como os influentes de Atlanta. Vinte e sete deles foram então entrevistados. Nova rodada de questões foram então feitas a esse subgrupo. Hunter pediu que eles indicassem os líderes mais importantes da cidade, dissessem o quão bem conheciam aquelas pessoas e quais eram os dois principais problemas de Atlanta. Esses vinte e sete indicaram mais cinco líderes que não estavam naquela relação original dos quarenta, mas concordaram que aqueles quarenta eram os mais poderosos. Essa relação, que ao final somava 45 nomes, e que poderíamos chamar de a “elite da elite”, não é uma amostra probabilística, no sentido estatístico, mas pretendia ser representativa dessa população que transitava pelo restrito círculo do poder (Codato, 2015, p. 24).

Na pesquisa o que se mostrou mais frutífero como dado empírico foi a bibliografia dos artigos e obras sobre a Reforma Urbana, os autores citados estão presentes na maioria dos trabalhos sobre o tema. Já sobre a influência da trajetória de vida dos intelectuais do campo em sua episteme, e aqui se revela toda a marca pessoal singular do projeto criador.

Por fim e não menos importante não se pode esquecer que os membros dos movimentos sociais urbanos, os moradores das periferias e toda uma série de “filósofos da práxis” do campo também produziu impressões e construiu esse processo também do ponto de vista intelectual (Gramsci, 2002; Marx, 2010). Parece-nos que foram e ainda são os principais agentes que podem tirar o campo da situação em que se encontrou após a década de 1980 em seguida desdobrado na série de leis aprovadas e na experiência dos governos petistas na questão.

Como já foi visto, são fundamentais os trabalhos de Iasi (1985; 2006; 2017) sobre o processo de consciência e a constituição do Projeto Democrático e Popular para a Revolução Brasileira, bem como farta bibliografia sobre movimentos sociais com destaque a análise de Chico de Oliveira (1986) sobre o fenômeno desses movimentos sociais como “estratégia do Estado” para a cooptação e fragmentação da classe trabalhadora. Este debate esteve presente no capítulo anterior.

Sem mais demoras vamos agora aos embates intelectuais que achamos frutíferos para pensar a Ideologia Urbana na constituição do campo da Reforma Urbana nacional.

4.1 Bonduki vs Maricato : a questão da legislação e da participação na luta pela Reforma Urbana.

Inicia-se por dois grandes nomes do campo da Reforma Urbana no Brasil: Nabil Bonduki e Ermínia Maricato. O primeiro é urbanista e professor titular da FAU-USP e colunista da Folha de São Paulo. Nessa cidade teve um papel importantíssimo como superintendente da habitação popular no Governo Erundina, que foi importante marco na luta urbana no País.

Foi também relator e autor do texto do plano diretor de São Paulo em 2002 e 2014, foi também vereador dessa cidade entre 1999 e 2003 e entre 2013 e 2016, além de prestar consultoria para dezenas de cidades quando da construção de seus planos diretores. Tem em sua produção acadêmica livros fundamentais para entender a questão Urbana como as Origens da Questão Habitacional no Brasil (1988) dentre outros livros e trabalhos, o consolidando como um grande nome do campo.

Já Ermínia Maricato é Arquiteta, professora aposentada da FAU USP, pesquisadora e ativista. Também tem um papel chave na consolidação do campo da Reforma Urbana no Brasil sendo a defensora da proposta de Reforma Urbana de iniciativa popular na Assembleia Constituinte do Brasil em 1988 onde a questão urbana passa a ter um capítulo próprio no documento.

Também participou do Governo Erundina (1989-1992) onde foi Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Ressalta-se posteriormente ser mentora de todas as propostas de política urbanas das candidaturas de Lula até 2002 onde assumiu a Secretaria Executiva do Ministério das Cidades ficando até 2005, saindo devido a crítica em relação a condução petista da pasta. Também conta com diversos trabalhos fundamentais como “O impasse da Política Urbana no Brasil” (2014) e a “Cidade do Pensamento Único” (2000) dentre outros.

Iniciamos com eles, para começar a exposição sobre a reconstrução do campo, por conseguirem expressar em alguns dos seus textos o tensionamento principal entre a valorização das conquistas da luta urbana e do aumento da participação popular e a crítica a esses mesmos elementos. E aqui utiliza-se a crítica no sentido marxiano do termo, de negativa incorporadora.

Para tanto se colocar em confronto: 1- a coletânea de textos organizados por Bonduki “a luta pela Reforma Urbana no Brasil” (Bonduki, 2018) onde o mesmo, junto com outros autores, faz um grande apanhado histórico e político da temática e; 2- com dois textos de Maricato: “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”(Maricato,2000) e “Nunca fomos tão participativos” (Maricato, 2007) onde a autora sintetiza sua crítica.

Começemos pelo balanço do processo por Bonduki (2018) ao comentar sobre a tentativa de efetivação do Estatuto da Cidade, principal marco legislativo do campo, após experiência de gestão a partir do Ministérios das Cidades:

É necessário também reconhecer hoje que os instrumentos urbanísticos trazidos pelo Estatuto da Cidade são de difícil aplicação pela própria legislação, que criou caminhos tortuosos para sua implementação. Mesmo com todo o esforço realizado, decorridos mais de quinze anos desde a aprovação do estatuto, são poucos os municípios que aplicaram integralmente uma estratégia de combate à especulação imobiliária, como por exemplo a cobrança de imposto progressivo no tempo para imóveis ociosos ou subutilizados. Apesar dos avanços na legislação, os resultados efetivos ficaram aquém do esperado e, especialmente, quando o país voltou a ter capacidade de investimento em habitação, na segunda metade da década anos 2000, a questão fundiária foi um dos pontos de estrangulamento (Bonduki, 2018, p.174)

O autor é claro no resultado em termo de aplicabilidade da legislação duramente conseguida em torno da luta pela Reforma Urbana no Brasil. Além das dificuldades de execução na própria legislação, pouquíssimos municípios aplicaram em sua totalidade a lei, tendo alguns dos principais dispositivos, como o IPTU progressivo, ter sequer sido utilizado. E mesmo quando os recursos para a questão habitacional cresceram, tal realidade não mudou. Isso é uma das concordâncias na produção do campo. Maricato (2014) também endossa essa conclusão. A divergência não se encontra aqui. Continuemos com Bonduki:

A campanha dos Planos Diretores Participativos pode não ter logrado êxito em garantir a correta e adequada previsão dos instrumentos do Estatuto da Cidade, ou melhor, alterado a dinâmica das cidades que elaboraram seus planos diretores e contribuído definitivamente para a construção de cidades mais justas e equilibradas. Mas era isso que se esperava desse momento? No contexto que se encontravam (e ainda se encontram) nossas cidades de forma geral seria um instrumento ou mesmo um plano diretor capaz de reverter a já citada lógica patrimonialista que define os contornos legais de boa parte de nossas cidades? (Bonduki, 2018, p.175)

Mais uma vez mostra-se que a questão prática ficou aquém do necessário. Mas, perceba que o autor lança mão de um importante questionamento: “E era isso que esperávamos?” Como forma de explicar (justificar?) o nítido desconforto com o ocorrido. De fato, não se pode mudar a realidade apenas por meio de leis. Se uma determinada estratégia levou a esse cenário, onde as leis marcam mais que as conquistas, é de se esperar então que se

repense essa estratégia mesmo que suas intenções permaneçam nobres. O autor então relembra essa estratégia:

A convicção desta primazia atribuída ao plano diretor, hoje consolidada inclusive em decisão do STF, teve como momento marcante a campanha nacional do Plano Diretor Participativo. A força de uma política nacional desenvolvida envolvendo ampla rede de atores (movimentos sociais, OAB, Confea, vereadores, deputados, governos estaduais e municipais, academia, Ministério Público, entre outros) é extremamente potente para criar ecossistema e tecido social capazes de, com o tempo, permitir avanços. Avanços que ainda, é necessário admitir, são laterais na correlação de forças que produzem e reproduzem nossas cidades, mas deixam uma marca funda, no sentido certo no qual devemos seguir avançando (Bonduki, 2018, p.175)

A criação de uma força política nacional, que uniu *uma ampla rede de atores*, cujo um dos marcos foi uma campanha nacional *participativa* de capacitação sobre o Plano Diretor. O resultado dessa ampla rede nós sabemos e o próprio autor admitiu anteriormente que foi uma grande cisão entre teoria e prática, porém o autor não só defende esse processo como afirma que devemos *seguir avançando nele*.

Seria um descompasso entre o que se queria e o que se conseguiu ao qual a responsabilidade fugiria do controle dos agentes do campo? É possível. Há análises sobre os governos petistas que afirmam que muitas pautas populares não conseguiram se efetivar devido a pressões: dos empresários, das classes médias, do conservadorismo brasileiro e etc., e isso pode ter se estendido a pauta urbana.

Independente do mérito da questão, podemos nos perguntar como Bonduki “o que se esperava de diferente?”, tendo todas essas amarras na luta institucional? Ou se na estratégia esperava-se ganhar da sociedade autocrática brasileira (Fernandes, 2006) em seu próprio jogo. Guardemos essa questão. De toda forma é uma explicação deveras exógena que exclui toda a contradição interna do fenômeno e coloca tudo em eventos externos.

Ou talvez o problema estaria em meu próprio raciocínio. Qual o problema com a ampla participação de vários atores? Qual o problema de conquistas de marcos regulatórios com essa imensa rede? Seu resultado concreto para as milhões de famílias trabalhadoras ainda presas na problemática urbana, invalidaria o processo? O fim do caminho invalidaria o caminhar? O fim do caminho não teria relação com o caminho assim de forma tão direta? Não devemos festejar os ganhos mesmo que poucos? Vejamos o que pensa Maricato:

Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos

específicos ligados ao governo de plantão. O "plano discurso" cumpre um papel ideológico (Villaça, 1995) e ajuda a encobrir o motor que comanda os investimentos urbanos. No caso das metrópoles, além dos grupos locais, o capital imobiliário e as empreiteiras contam sempre na definição dos investimentos que não obedecem a nenhum plano explícito (Maricato, 2000, p. 124).

A autora aponta o que nos parece uma das contradições fundamentais da luta urbana: a questão do orçamento. Os planos diretores, de forma geral, passaram à margem das decisões econômicas, dos investimentos necessários para concretizá-los ou dos investimentos e/ou da expansão urbana que se concretiza à revelia da legislação como imposição da força local municipal.

Parece que temos uma identidade da luta urbana no Brasil calcada na conquista desses planos, é visível na bibliografia consultada a enorme importância dos marcos legislativos da luta. É mister saber de que forma essas conquistas adentraram no inconsciente cultural do campo, no seu senso comum. Se de forma bizarra e fragmentária (Gramsci, 2002) sem essa necessária ligação com sua realização prática ou como exercício reflexivo que não lhe colocasse como um fim em si.

A autora continua:

Como convém a um país onde as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, o chamado Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana. Discurso pleno de boas intenções, mas distante da prática. Conceitos reificados, reafirmados em seminários internacionais, ignoram a maioria da população. A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm o status de temas importantes (ou centrais, como deveriam ser) para tal urbanismo. O resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns (Maricato, 2000, p. 124).

Essa assertiva de Maricato está ligada à uma determinada leitura da formação social brasileira, numa característica de descompasso democrático entre direitos e deveres. Numa reificação que parece significar que as legislações urbanas se autonomizam perante as lutas que as forjaram e aos seus sujeitos. Nesse sentido, o próprio título do texto de onde veio a citação é sugestivo: "O lugar fora das ideias e as ideias fora do lugar". A data desse texto em que tiramos o relato da autora é importante: ano 2000.

Os governos petistas não haviam se consolidado no cenário do executivo nacional, não se havia ainda criado o Ministério das Cidades nem aprovado o Estatuto das Cidades. No entanto, já haviam experiências importantes em decorrência da aprovação do capítulo sobre Reforma Urbana na constituição de 1988 e as prefeituras petistas na década de 1990, onde São Paulo e Porto Alegre se destacaram, na tentativa de se utilizar dos marcos legislativos e

organizativos até então. A autora então está fazendo um balanço importante desse período e tirando conclusões seminais sobre os limites das conquistas legais, tema que vai perpassar a consolidação do campo.

Importante demarcar esse tempo de escrita da autora, nesse período de transição, pois em seguida a mesma participou ativamente da criação do citado ministério adotando o ponto de vista que foi exposto no capítulo passado. Se expõe então sua concepção antes da entrada intensa nos moldes institucionais. Estes que vão gerar um grande efeito na consolidação do campo, ainda incipiente nesse momento.

Já o tema da participação nesse período já está consolidado como bandeira pelo campo desde seus marcos fundadores na década de 1960. Escrevendo sobre isso Maricato, já no “pós” Ministério das Cidades, também se pronuncia:

Os processos pedagógicos ligados à identidade e compreensão científica e ideológica do mundo têm sido esquecidos. Nota-se uma atração muito forte pelo espaço institucional ou pela institucionalização de práticas participativas, como se isso constituísse um fim em si. É evidente que algum controle social sobre o Estado constitui uma experiência fundamental para o aprendizado dos movimentos sociais, assim como também é importante ampliar as conquistas por demandas sociais. Ao contrário do que pensam muitos intelectuais que vêm ali um desprezível reformismo, as conquistas de reivindicações concretas imediatas são alimento essencial para qualquer movimento reivindicatório de massas. Mas é preciso entender o que é o Estado em sua complexidade, especialmente numa sociedade como a nossa, patrimonialista e desigual. Seu poder de cooptação e mesmo de corrupção parece imenso (Maricato, 2007, p. 3)

Mais uma vez, percebe-se que a discordância da autora não é com a mobilização por essas conquistas democráticas ou legais, mas pelas interpretações das práticas participativas como um fim em si. Não é possível falar em participar sem definir onde se participa e a qualidade de tal espaço. No texto balanço de Bonduki (2018) não aparece em nenhum momento uma reflexão sobre a natureza do Estado.

E não apenas nele, em vários trabalhos consultados dentro do campo a participação aparece fetichizada sem que se reflita sobre as múltiplas capacidades de cooptação das demandas desses movimentos, cujo a própria ausência do termo classe trabalhadora para defini-los já sugere até onde o Estado avançou, inclusive no terreno da linguagem onde esses sujeitos definem-se a si próprios em termos de identidade (Oliveira, 2003). A autora continua:

Essas críticas são precoces e incorretas se não reconhecermos que os chamados movimentos urbanos lograram uma condição rara no Brasil se comparado a outros países do mundo: **uma certa unidade em torno do ideário da Reforma Urbana, o**

qual poderíamos sintetizar em direito à cidade e à cidadania para todos, em especial os excluídos territorialmente. Essa reunião de movimentos, federações de sindicatos, associações profissionais e acadêmicas e ONGs, muito dos quais participam do Fórum de Reforma Urbana, contabiliza muitas conquistas ao longo dos últimos 20 anos: alguns capítulos na Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade em 2000, a MP 2220 em 2001, a criação do Ministério das Cidades em 2003, as conferências nacionais das Cidades em 2003, 2005 e 2007, um Programa Nacional de Regularização Fundiária, inédito em nível federal em 2003, o Conselho Nacional das Cidades em 2004, a lei federal que institui o marco regulatório do Saneamento Ambiental em 2005, a Lei Federal dos Consórcios Públicos em 2005, a Lei Federal do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social em 2005, a instituição do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social em 2006, a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo, um PL (atualmente no Congresso) que visa instituir um marco regulatório da mobilidade urbana, e o PAC da habitação e do saneamento, em 2007. Essa relação, extraordinária, mostra a força da organização e da unidade desse movimento. Boa parte dessas conquistas foi impulsionada pelo Ministério das Cidades e pelo Conselho das Cidades a partir de 2003, mas é preciso lembrar que estas instituições foram, elas mesmas, conquistas sociais (Maricato, 2007, p. 3-4. Grifo nosso).

Várias passagens dessa citação nos ajudam a entender como pensa o campo da Reforma Urbana no Brasil. Não apenas houve participação massiva desse movimento na luta institucional como ela se deu em unidade pouco vista em outros processos no mundo. Uma unidade em torno da cidadania, em torno de um valor da revolução burguesa de três séculos atrás, identificado na fala da autora também como direito à cidade. Cujo o sujeito especial são os "excluídos da cidade". aquilo que Bonduki (2018) apenas agita, Maricato define com precisão científica. Quase que parafraseando Chauí que afirma que a Democracia "ainda está para ser inventada" (Chauí, 2003, p. 408). O problema urbano no Brasil aparece como problema da incompletude da democracia urbana.

Isso pressupõe que de um lado teríamos os incluídos na democracia urbana (empresários, latifundiários, a elite e etc..) e do outro os "excluídos" dessa mesma democracia, trabalhadores do campo e da cidade despossuídos de terra para morar vivendo em condições precárias. Independente das possíveis críticas a essa forma de ver o processo urbano brasileiro e mundial, essa concepção da luta, é uma das argamassas fundamentais da consolidação do campo da Reforma Urbana no Brasil e é comum a outros campos políticos e intelectuais, em torno da pauta da questão da redemocratização da história recente no Brasil. Por isso está presente, tanto em Bonduki quanto em Maricato.

Com a unidade que forjou, ou melhor, com a unidade que foi forjada essa concepção foi possível lograr todos os avanços legislativos citados pela autora. O momento em que ela escreve o texto que tiramos essa citação, cujo o título é "nunca fomos tão participativos", é posterior a sua experiência com o Ministério das Cidades, como produtora institucional desse "participativismo" (talvez por isso faça defesa mais enfática da "cidadania"

do que no texto anterior”) e também melhor conhecedora prática de suas limitações. E isso parece lhe credenciar a afirmar:

Embora os principais movimentos sociais não tenham deixado de realizar ocupações de imóveis ociosos que descumprem a Constituição brasileira e fazer amplas manifestações de rua, sempre ignoradas pela grande mídia, essa lista de ganhos que ocuparam um lugar central nas lutas sociais, é forçoso reconhecer, tem, talvez, um acento demasiadamente “juridicista” e institucional. E além dos aspectos já mencionados da tradição clientelista que caracteriza a relação do Estado brasileiro com os de baixo, eternamente dependentes de favor, é preciso lembrar a tradição arbitrária de aplicação da lei no Brasil (Maricato, 2007, p. 4)

Existe uma tendência ao "jurisdicismo" e ao "institucionalismo" que acompanha as manifestações e conquistas do campo nas últimas décadas combinado com o caráter clientelista do Estado Brasileiro. Endossado pela tradição arbitrária de execução da lei que compõe uma perigosa totalidade, nos obriga a refletir sobre nossas lutas com pena de ao achar que estamos negando, acabar por reforçar essa tendência, na defesa abstrata do "participativismo" e da separação do que "se ganha" do que o "como se ganha".

Maricato (2007) segue afirmando que deve haver luta por marcos legais pelos movimentos, mas isso por si só não garante conquistas reais o que, segundo ela, pode-se constatar com o baixo acesso à terra central e legal nesses anos de ganhos institucionais. É o paradoxo da dominação da elite brasileira: manter os pobres na ilegalidade enquanto seu próprio processo de ocupação urbana é baseado em apropriações ilegais das terras públicas no país.

Os planos diretores, meios de mediação entre o Estatuto da Cidades e as realidades práticas dos municípios, tornou-se outra arma da Ideologia Urbana, como sugere a autora:

É preciso lembrar sempre da distância imensa que separa discurso da prática entre nós. Invariavelmente, os textos dos PDs são sempre muito bem intencionados, afirmando uma cidade para todos, harmônica, sustentável e democrática. A implementação do Plano, entretanto, tende a seguir a tradição: o que favorece alguns é realizado, o que contraria é ignorado. E os esquecidos continuam esquecidos caso não estejam lá para ressaltar suas necessidades, sem a ilusão de desenhar a cidade de todos ou a cidade dos nossos sonhos (Maricato, 2007, p. 4)

Os esquecidos continuarão esquecidos se não estiverem lá. Mas por que eles não estão lá? Uma hipótese é que existe uma ligação entre as conquistas e a forma de conquistá-las que ao se realizar gera esse aparente paradoxo: no período estudado nunca se teve tanta

participação e ao mesmo tempo tanto descompasso na realização das pautas e na mobilização real, não “representativesca” dos sujeitos do campo da Reforma Urbana.

Para os intelectuais do campo, em especial os consagrados como Maricato e Bonduki, forjados nos anos de redemocratização, que viram com os seus próprios olhos a realização de chegada no executivo brasileiro do campo da Reforma Urbana através dos governos petistas, apresenta-se a questão de um certo mal-estar do que ocorreu ou então uma tentativa de dissimulação do resultado que pode ser sintetizada na fórmula do “ao invés de ver o copo meio vazio, veja como está meio cheio”!

Será que tal como o socialismo nas estratégias petistas (Iasi, 2006), a Reforma Urbana acabou por virar um valor de cunho sentimental que está mais em nossos desejos do que na prática daqueles que conseguiram alçar-se ao poder através da mobilização do campo?

São questões que o embate abstrato apenas entre esses dois autores ainda não é suficiente para uma resposta, mesmo que superficial. Esses mesmos autores, porém, nos oferecem a resposta deles do que é necessário para enfrentar a “incompletude” da questão urbana. Começemos com Bonduki:

Ainda temos que avançar na devida taxaço da terra urbana, que efetivamente possa combater a retenção especulativa da terra urbana, ou mesmo em uma definição mais agressiva de critério sobre a função social que não aceite o uso não intensivo da terra urbana bem localizada e com infraestrutura, ou mesmo enfrentarmos os cartórios e permitirmos um controle público dos proprietários e das transações imobiliárias, fato que poderia garantir a preempção como instrumento efetivo para a reserva de terra, ou uma cobrança de outorga que permita, de fato, a redistribuição da **mais-valia urbana**, ou mesmo um coeficiente de aproveitamento básico igual a uma vez a área do terreno, propostas impensáveis para a grande maioria dos municípios brasileiros(Bonduki, 2018, p.176-177. Grifo nosso)

Percebe-se que as saídas para o autor continuam estritamente nos marcos legais, na perspectiva de melhorar instrumentos já existentes ou criar novos mais avançados. A luta nesse seu texto, quando aparece, é para legitimar esses ganhos , entrando num ciclo vicioso da explicação de que os problemas que impedem a realização da já avançada legislação não se encontram nelas mesmas (ou no próprio processo que as engendrou) e sim em barreiras estruturais externas, seja do capitalismo ou da organização do campo. Por isso há de sempre positivar as conquistas já alcançadas e como única proposta, melhorá-las.

Maricato parece seguir por outro caminho:

Nas lutas específicas ou urbanas, embora novas leis devam entrar na agenda (aí está o controverso PL 20 que pretende legalizar os loteamentos fechados), está na hora de enfrentar as forças que resistem à implementação dos marcos legais conquistados, incluindo aí, especialmente, judiciário, legislativos, executivos, Ministério Público e

Cartórios de Registro de Imóveis. Entender porque essas instituições resistem em aplicar o Estatuto da Cidade significa entender a sociedade brasileira. Esse processo que valoriza a ação pedagógica forma sujeitos críticos (Maricato, 2007, p. 5)

Veja como a autora é mais incisiva, é preciso enfrentar o adversário que impede a realização dos marcos legais e aponta os lugares sociais privilegiados desse enfrentamento saindo do mero apontar do que pode melhorar nos dispositivos existentes. Por outro lado, todos os lugares citados são institucionais, com exceção dos cartórios que são privados, ressaltando a falta, nesse trecho, da classe dominante latifundiária e/ou do grande capital.

Será preciso ver no decorrer do capítulo em contato com outros textos da autora se essa ausência é fortuita dessa passagem ou não. De toda forma, ir além do aparente das conquistas legais é ponto forte no trecho citado, inclusive no processo pedagógico de formação do público da Reforma Urbana.

Por fim, Bonduki justifica a dificuldade em se avançar nas formulações sobre a Reforma Urbana no Brasil:

Talvez ainda não tenhamos o distanciamento histórico suficiente para fazer uma avaliação mais conclusiva sobre esse período recente, mas é evidente a necessidade de repensar a agenda urbana no Brasil. Os impasses vividos nos últimos anos, quando se reduziram drasticamente os recursos, tornam imperativo refletir sobre a experiência e a trajetória da gestão urbana brasileira, tanto no seu ciclo virtuoso (de conquistas), como no momento de dificuldades recentes (de retrocessos). Está lançado o desafio! (Bonduki, 2018, p.177)

O autor escreve do ano de 2018 para uma coletânea de comemoração de aniversário da luta pela Reforma Urbana no Brasil que já completa quase 70 anos. Será mesmo que ainda falta distanciamento histórico para avaliar a questão? Vejamos como se dá essa questão no próximo embate.

4.2 Bonduki vs Villaça: A questão do planejamento urbano, um embate entre mestre e discípulo.

No dia primeiro de setembro de 2002, o jornal A Folha de São Paulo trouxe entrevista com Flávio Villaça com título sugestivo: “Planejar a cidade é “mito”, diz urbanista”. E o subtítulo: “Ex-orientador de doutorado do relator Nabil Bonduki diz que paga para ver projeto aprovado sair do papel”⁶⁰, O contexto da entrevista foi a aprovação no dia 23

⁶⁰ VILLAÇA. F.. Planejar a cidade é “mito”. A Folha de São Paulo, São Paulo, ano 102, 01 set. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0109200204.htm> Acesso em: 12 ago. 2022.

de agosto do substitutivo ao plano diretor aprovado pela câmara municipal de São Paulo naquele ano.

Foi o primeiro e mais importante plano diretor aprovado após a promulgação do Estatuto das Cidades de 2001 e havia uma perspectiva renovada de sua efetivação no marco das lutas pela Reforma Urbana no país. Mas não para Flávio Villaça:

O professor da FAU-USP Flávio Villaça é um urbanista “sui generis” -despreza planos diretores. Porém, para ele, “sui generis” é acreditar que uma lei aprovada pela Câmara Municipal tenha o poder de planejar a cidade. “Só no Brasil se pensa assim”, diz um dos poucos brasileiros a obter o título de Master of City Planning do Georgia Institute of Technology, além do pós-doutorado em Berkeley, Califórnia, Estados Unidos. Villaça foi também orientador da tese de doutorado em urbanismo do vereador Nabil Bonduki(PT), autor do substitutivo ao Plano Diretor aprovado na câmara no dia 23. “Foi um aluno brilhante”. A prerrogativa, no entanto, não reduz seu ceticismo⁶¹.

Além do ceticismo sobre os planos diretores, por motivos parecidos mas também diferentes de Maricato, chama atenção a ênfase do jornalista na relação orientador-orientando. Isso é interessante pois a relação dentro de um campo intelectual não se dá apenas no presente, mas numa rede histórica que interliga diferentes gerações. As novas gerações devem ser educadas pelas antigas, que serão superadas, não necessariamente em termos de maior avanço no conhecimento objetivo dos fenômenos.

É também um embate de consagrados do campo, mas em posições diferentes. Do velho professor aposentado e do aluno não apenas estudioso, mas também parlamentar e a frente de um processo histórico que vai pautar a confecção de planos diretores e de reflexões relacionados até hoje. Esse embate fraterno se reapresentará algumas vezes, nos ensinando mais sobre o campo e sobre a Ideologia Urbana.

Continuando sua entrevista, Villaça sintetiza sua avaliação sobre a avaliação do plano diretor de São Paulo de 2002:

O processo representa um avanço é claro. Os únicos planos que despertaram um debate politizado foram os da [ex-prefeita] Luiza Erundina [1989-92] e esse. O da Erundina foi à Câmara, mas não ao plenário”[...]Essa idéia de que o plano diretor é um instrumento fundamental para guiar o crescimento da cidade, que é um instrumento fundamental para guiar o crescimento da cidade, que é um instrumento global, essa tese de identificar o plano com o interesse público, isso tudo é a mitologia que se criou em torno do plano. E se criou para esconder o fato de que o que está se cuidando, na verdade, é do interesse de uma minoria⁶².

⁶¹ VILLAÇA. F. Planejar a cidade é “mito”. A Folha de São Paulo, São Paulo, ano 102, 01 set. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0109200204.htm> Acesso em: 12 ago. 2022.

⁶² Idem

Essa mitologia tem sua contraparte no senso comum do campo o que é confirmado pelo próprio discípulo do mestre Villaça:

Já se tornou corrente entre os que trabalham, estudam ou observam o planejamento urbano em nosso país que planos diretores e leis urbanísticas frequentemente correm o risco de “não pegar” e de virar “papel pintado”, figuras de linguagem que expressam a falta de concretização das propostas urbanas no Brasil, onde a ilegalidade e urgência em enfrentar problemas imediatos, muitas vezes com soluções particularizadas e dissonantes de uma perspectiva abrangente de médio ou longo prazo como é o plano diretor, fazem com que objetivos e diretrizes de longo prazo sejam abandonados sem que seus resultados possam ser sentidos pela população (Bonduki, 2018, p. 179)

Essa fala de Bonduki demonstra como não se pode afirmar de um desconhecimento do campo das limitações dos ganhos da legislação urbanística e até de suas promessas falhas a ponto de isso ser até uma “auto piada trágica”. Porém, o autor na passagem seguinte também sintetiza a crença existente no ciclo democrático e popular⁶³, onde os grandes objetivos de luta da classe trabalhadora brasileira na redemocratização se transmorficaram de “pontos de chegada” em valores abstratos. Mais importa o sentimento, o caminho, o horizonte que o motiva, a esperança, já que a realidade teima em não se encaixar:

Com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, consolidaram-se novos paradigmas na esfera do planejamento urbano, frutos da luta pela Reforma Urbana, **dando a todos os que trabalham nessa área e têm esperança num futuro de qualidade e justiça para nossas cidades a expectativa de que a cultura vigente de inoperância do planejamento pudesse ser superada nessa nova etapa do planejamento brasileiro.** Concordando ou não com a ideia de que o plano diretor deveria ser o principal instrumento de planejamento urbano, o fato é que a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade lhe deram esse caráter. No que diz respeito à **implementação da Reforma Urbana**, o plano diretor passou a ser indispensável para estabelecer quando a propriedade urbana cumpre ou deixa de cumprir a função social da propriedade. **A lei nacional o transformou no instrumento básico da Reforma Urbana no país, definido e aprovado no âmbito do município.** Assim, a luta pela Reforma Urbana passou a ser travada, de maneira descentralizada, em cada município (Bonduki, 2018, p.180. grifo nosso)

O fato da esperança não ter se concretizado parece não ter abalado a defesa desse caminho institucional. Além disso, no que tange a Reforma Urbana, perceba como o autor a relaciona com o aspecto legal do instrumento Plano Diretor, o que se mostrará dramático com os estudos de Villaça, que nos aprofundaremos a seguir. A tese do aprofundamento da democracia como único caminho para resolver os problemas dos trabalhadores aparece aqui na forma de defesa do Plano Diretor, cujas críticas devem se dobrar perante sua realidade e dos marcos constitucionais. No reino do possível.

⁶³ Que apresentamos no Capítulo 3.

O problema é que mesmo o “possível” não se efetivou no período pesquisado para efetivação daquela proposta. E isso não apenas é defendido pelo mestre, mas o próprio discípulo é levado a admitir:

O PDE de São Paulo de 2002 foi um dos primeiros planos diretores do país formulados e aprovados logo após o início de vigência do Estatuto da Cidade, tendo incorporado todos os novos instrumentos por ele introduzidos. **Embora sua implementação não tenha sido uma prioridade da administração Serra/ Kassab (2005-2012)**, ele não foi abandonado e gradativamente foi ganhando maior apoio e reconhecimento pela sociedade, inclusive de forças políticas não comprometidas com sua elaboração (Bonduki, 2018. p. 181. Grifo nosso)

Mesmo sem a implementação dos planos, pois eles não amarram os recursos e punições aos agentes públicos (Maricato, 2007; Villaça, 2002), sua importância não se abala. Pois, no seu “efeito de divulgação”, já constituía ajuda no acúmulo de forças do longo caminho para a Reforma Urbana. Esse debate, porém, é insuficiente para Villaça (2002), pois a abstração da defesa pela defesa esconde:

Entrevistador: Não há exemplos de países que planejaram cidades por meio de planos diretores?

Villaça: Vamos aprofundar a discussão. Como em qualquer aspecto da sociedade brasileira, você não pode se desvincular do fato de que somos uma sociedade injusta, na qual a grande maioria não participa. O Brasil não é só o país de mais alto desnível político do mundo. Em outros países, não se fantasia plano diretor como no Brasil. Plano com essa conotação que se tenta dar no urbanismo brasileiro, de que é global, de que envolve até segurança pública, saúde, educação, isso não existe fora da América Latina⁶⁴

A abstração da análise sobre o papel do plano diretor na Reforma Urbana coaduna-se com seu caráter generalista. Continuando a comparação com o processo nos países centrais, Villaça afirma que eles possuem planos de obras, feitos por autoridade que são realmente responsáveis pelas obras. Possuem também planos de zoneamento. Um plano de uso do solo que ao contrário do processo brasileiro é valorizado pelo seu papel prático em detrimento do nosso país onde ele é secundarizado em relação ao plano. Por exemplo, São Paulo tem mais de 100 anos de zoneamento do solo, que vive em termos de visibilidade às sombras dos debates e das leis de planejamento.

Além disso, o caráter mitológico do Plano Diretor se revela também na falácia de tratar dos problemas gerais e na prática cuidar dos interesses de uma minoria rica:

⁶⁴ VILLAÇA. F. Planejar a cidade é “mito”. A Folha de São Paulo, São Paulo, ano 102, 01 set. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0109200204.htm> Acesso em: 12 ago. 2022.

Entrevistador: Esse perfil de conflito entre ricos não afasta outras parcelas da sociedade do debate do plano?

Villaça: Mas é sempre isso que acontece, e não só no Plano Diretor, na Lei de Zoneamento também. Outro dia, na rádio CBN, a [urbanista] Raquel Rolnik citou uma estatística de que 70% da população de São Paulo não sabe o que é zoneamento. E por quê? O zoneamento não tem nada a dizer para eles, não contribui para a qualidade de vida deles, não afeta o valor dos imóveis. Os bairros de classe média e alta são afetados

Entrevistador: É possível planejar a cidade sem plano diretor?

Villaça: Se eu to falando que São Paulo praticamente nunca teve plano, e não se diga que a cidade tem problemas por isso...⁶⁵

A acidez do mestre acompanha uma revolta legítima daqueles que entregaram sua vida para a Reforma Urbana e foram derrotados em algumas frentes. Para além disso, a crítica de Villaça é baseada num método interessante de análise dos problemas urbanos, vale a pena olhar rapidamente para ela antes de voltarmos às divergências entre mestre e discípulo sobre o Plano Diretor de São Paulo de 2002 e o que representa para o campo da Reforma Urbana no Brasil.

Insistamos sobre esse ponto. O pensamento de Villaça é quase como um sacrilégio para o senso comum do campo da Reforma Urbana no Brasil. Seu ataque à lógica perversa dos planos diretores me parece causar mal-estar mesmo aos seus homenageadores mais ferrenhos. Digo isso pois recentemente estive num dos principais eventos sobre Reforma Urbana no Brasil. O Seminário Nacional do BR Cidades, que conteve uma mesa de homenagem para o autor⁶⁶. Depois de várias homenagens de seu legado de forma abstrata (sem ao menos uma vez lembrar de sua principal obra “A ilusão do plano diretor”) passou-se ao debate. Em minha intervenção fiz questão de lembrar de sua crítica ao instrumento. Os olhares e mal estar que se seguiu me surpreenderam⁶⁷. Pensei imediatamente se outra característica da Ideologia Urbana seria essa “homenagem sem substância”, onde se reconhece a importância de um consagrado, mas sem lembrar de sua teoria incômoda, quando está parece atingir o âmago do campo.

Como a experiência foge ao marco temporal de nosso objeto resolvi deixar a questão de lado, mas fica registrado a motivação do resgate do seu marco teórico que talvez

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ A ideologia do Plano Diretor (Homenagem a Flávio Villaça). 2021. 184 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=48Xd9tWz7hE&ab_channel=InstitutoBrasileirodeDireitoUrban%C3%ADstico-IBDU. Acesso: 14 de junho de 2022 às 16hrs. Interessante que apesar do título, na “homenagem” não se discutiu o conceito de ideologia do autor, e a crítica ao plano diretor foi exposta como um apoio ao seu processo.

⁶⁷ Detalhe: no mesmo dia haveria mesa no evento sobre a atualidade e importância dos Planos Diretores com a participação de quase todos que haviam homenageado Villaça na referida mesa.

explique como depois de mais de 20 anos de seu trabalho seminal ainda cause tanto estranhamento, ao mesmo tempo que o autor seja ainda tão homenageado. Veremos o porquê.

4.2.1 O método Villaciano

Em seu texto “Efeitos sobre o social na Metrópole Brasileira” (Villaça, 1997), o autor deseja realizar uma contribuição aos estudos que abordam as influências do espaço urbano sobre a sociedade. Como objeto de análise, ele parte das metrópoles brasileiras contemporâneas e sua segregação sócio-espacial.

Sobre as principais correntes de debate dentro desse universo de análise temos: 1- a Escola de Chicago, que revolucionou a sociologia urbana, segundo o autor, no início da década de 70. Apesar de sua ênfase na produção do espaço, essas análises falariam pouco sobre o consumo, troca ou circulação dessa produção (Villaça, 1997). Assim deixam a desejar sobre o efeito do espaço no social.

2- Estudos dos efeitos do espaço sobre o social, que estariam poucos desenvolvidos no período. Esta seria ao qual o autor se inscreve (Villaça, 1997). Essa escola afirma que a segregação espacial das classes é um processo necessário para a dominação política e apropriação do fruto do trabalho, sendo a força fundamental no exercício da estruturação intraurbana. Pois:

A conclusão sobre o efeito do espaço sobre o social - a nosso ver importante, é que é necessária uma certa geografia, uma certa configuração espacial (a segregação) para viabilizar aquela dominação . Sem essa configuração, seria talvez impossível - ou seria extremamente difícil - a dominação através do espaço e aquela desigual apropriação (Villaça, 1997. p. 2)

Por último, a terceira escola, que segundo o autor pode até ser a mais correta, seria o das relações dialéticas entre espaço e sociedade (Villaça, 1997). Esse campo ainda mais incipiente que o segundo, teria sua necessidade ressaltada por Soja e Gottdiener (1980; 1985, apud Villaça, 1997).

Villaça procura então focar seu método nas formas de exploração que não são as de aspiração de mais valia nos locais de trabalho. Mais ainda, o papel do espaço nesse processo⁶⁸. O autor procura também ir além da questão clássica “centro x periferia” pois para

⁶⁸ Ao mesmo tempo em que esse aprofundamento no plano da circulação e do consumo no contexto da segregação espaço-social constitui o grande mérito do método de Villaça, é também sua grande fraqueza conforme expomos no capítulo Acumulação capitalista e a Ideologia Urbana. Tais limites não descartam o grande mérito da obra do autor, apenas o confirmam como um membro do campo como todos nós que fazemos

ele o espaço urbano é um produto não intencional advindo da produção de vários valores por homens e mulheres, trabalhadores e proprietários dos meios de produção. O valor desses produtos, porém é definido por sua localização⁶⁹:

A localização pura é um valor (é fruto do trabalho humano) que se materializa no valor da terra urbana. Em nossas cidades ela predomina sobre a infra-estrutura na definição do valor da terra. As localizações puras constituem o valor específico do espaço urbano. Este não se confunde com o dos edifícios (imagine-se o valor de um terreno vago) nem com o da infra-estrutura: um terreno no centro de Piracicaba, do Recife e de São Paulo tem as mesmas infra-estruturas mas valores e preços totalmente diferentes. Estes são função da localização do terreno. A localização é um valor de uso, fruto do trabalho socialmente necessário empregado na produção da cidade inteira. Define-se pela capacidade que determinado ponto do território oferece, de relacionar-se, através de deslocamentos espaciais, com todos os demais pontos da cidade. É nisso que está a diferença entre aqueles terrenos situados em Piracicaba, Recife e São Paulo (Villaça, 1997, p. 3)

Nesse sentido as classes sociais disputam entre si as localizações mais valiosas da cidade. Não haveria no entanto uma apropriação de mais valia como ocorre no local de trabalho, mas sim uma apropriação do próprio valor cristalizado no terreno. Este é fruto de parte do trabalho social gasto para a produção de toda a cidade. Baseando nos estudos de Castells, o autor afirma que as classes, no contexto da luta urbana, disputam a apropriação diferenciada do produto do trabalho social. O valor de uso de um terreno dependeria de sua localização no que tange a proximidade com o “Centro” (a depender do que é o “centro” naquela realidade urbana).

Ver-se-á no capítulo 5 que essa afirmativa é apenas meia verdade, pois o mais correto seria afirmar que o valor da terra urbana é definido pelo seu preço, cuja localização e sua centralidade encontra sua causa na acumulação capitalista, na propriedade privada da terra e na própria natureza social do valor, não se constituindo abstratamente como “o central” na questão, coisa que o termo “valor-localização” oculta.

Independente dessa divergência, que nós apontamos como parte integrante da Ideologia Urbana, o pensamento do autor em suas conclusões supera esse quiprocó, por afirmar a importância da luta de classe no processo urbano e a apontando como fundamental na produção da segregação urbana. É com essa base que ele poderá mais à frente apontar as falhas da ideologia do Plano Diretor.

parte da luta pela Reforma Urbana. Isso também se aplica a maioria dos autores brasileiro citados nesta tese.

⁶⁹ Discutimos as limitações da teoria do valor localização no capítulo 5, seguiremos com a análise do autor de modo a mostrar a arquitetura de seu pensamento e sua expressão com a estrutura do campo.

Sobre as metrópoles brasileiras, Villaça aponta que elas seguem um padrão de mais de um século de segregação muito parecido com o caso dos mesmo tipos de cidade do EUA no século XX (Villaça, 1997):

Temos fortes razões para acreditar [...] que tanto a segregação como seu impacto sobre a estrutura urbana, tal como aqui estudados, serão tão mais fortes quanto maior for o desnível entre os poderes econômico e político das classes sociais. Desde a segunda metade do século XIX, quando a maioria das atuais metrópoles do país começou a apresentar altas taxas de crescimento, as classes de mais alta renda começaram a exibir um processo de segregação que segue, até hoje, a mesma tendência. Em todas elas, sem exceção, a tendência é dessas classes se segregarem numa única e mesma região geral da cidade : o sul, no Rio e Recife, o **quadrante sudoeste**, em São Paulo, a zona oeste em Porto Alegre, a sudeste, em Belo Horizonte, e as proximidades da costa de alto mar, em Salvador. (Villaça, 1997, p. 4. Grifo nosso)

Nas cidades litorâneas essa mudança acentuada no século XX foi motivada também por motivos culturais na mudança da relação com o mar, de área portuária ou de pesca tradicional para área de orla como objeto de valorização. Fortaleza por exemplo tem seu processo urbano de início de “costas para o mar”, invertendo a direção do crescimento da segregação a partir da década de 1960. Segundo Villaça, processos parecidos aconteceram em Recife e no Rio de Janeiro.

Já nas metrópoles interiores (São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre) a proximidade do centro e a atratividade do sítio também são influenciadas por mudanças culturais porém, nesse caso, os sítios altos constituíram o foco clássico dessa mudança(por exemplo: Campos Elíseos, Lourdes e Alto da rua Duque de Caxias respectivamente as três metrópoles citadas)(Villaça, 1997).

Nesse processo é produzido uma dominação do espaço urbano pelas camadas de mais alta renda, nas áreas mais agradáveis e bem localizadas o que gera mudanças em todo o tecido social e na divisão de funções dos Bairros a exemplo da transformação dos centros das grandes metrópoles brasileiras de morada da elite para centros comerciais envelhecidos com ou sem núcleo turístico (na “embalagem” de centro histórico).

A segregação nada mais é que em determinadas parcelas do espaço urbano existe uma alta concentração de determinada camada social (Villaça, 1997) de forma que em nenhuma outra parte da cidade essa concentração seja mais massiva. Assim:

O que aqui se entende por segregação é a alta concentração de camadas sociais em determinada parcela do espaço urbano. Isso significa que em nenhuma outra parte da cidade essa concentração é maior. Não significa que nessa parte haja predominância e muito menos exclusividade dessas camadas. Por isso se diz, seguindo Castells (1978, 204) , que em tais partes há uma "...tendência para a organização do espaço

em zonas com forte homogeneidade interna e forte disparidade social entre elas, entendendo-se esta disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia." O que se entende por "forte homogeneidade" é relativo. No caso das metrópoles brasileiras, onde as camadas de mais alta renda são minoria na cidade como um todo, **elas frequentemente são minoria, também nas partes da cidade onde elas se concentram**. Porém, por maior diversidade social que apresentem, tais áreas contêm a maior parte das camadas de alta renda da metrópole (Villaça, 1997, p. 6-7. Grifo nosso)

Veja como é a relatividade dessa homogeneização. Mesmo nos bairros de elite, essa parcela é minoria, mas determinante em termos de concentração relativa e como veremos, de influência no direcionamento do processo urbano. Assim a acessibilidade ao centro e em seguida a posição dentro da estrutura urbana tendem a ser os vetores da segregação espacial da elite.

Em síntese, a tese do autor é de que a classe dominante controla a produção e o consumo do espaço urbano, sujeitando-os (Villaça, 1997). Esse controle necessita da segregação para existir. Uma determinada especialidade, uma geografia em que a classe mandatária “cerca” as demais. Tal controle se dá nessas três esferas:

1. Na esfera econômica destaca-se o controle do mercado imobiliário que produz os bairros da classe dominante no local onde elas desejam; 2. Na esfera política, ocorre o controle do Estado, que, no tocante ao espaço urbano se manifesta de três maneiras a saber: controle da localização da infraestrutura urbana, controle da localização dos aparelhos do Estado e controle da legislação de uso e ocupação do solo; 3. **Finalmente a classe dominante desenvolve toda uma ideologia a respeito do espaço urbano**. Essa ideologia - como toda ideologia - visa auxiliar a dominação e torna-la aceitável pelos dominados (Villaça, 1997, p.8. Grifo nosso)

O “cercamento” dos demais moradores da cidade não é figurativo como vemos na citação. Aprofundaremos essas três esferas. No que tange a econômica, ela se revela no Brasil com dois efeitos especiais. O primeiro é que os principais centros de suas metrópoles cresceram na mesma direção das camadas de alta renda durante o século XX, cujo exemplo pode ser visto em Salvador (Rua Chile para a Av Sete de Setembro) e Rio de Janeiro (Da Rua do Ouvidor para a Av. Rio Branco).

O segundo é a “decadência” dos centros principais e no decorrente movimento reverso de criação de novos centros metropolitanos. Esse processo, já apontado na teoria Lefebvriana, consiste no abandono do centro tradicional pela elite e na construção de novos centros para a mesma (exemplos: Savassi em Belo Horizonte, Região do Iguatemi em Salvador e a região da Av. Paulista até a Marginal do rio Pinheiros em São Paulo).

Esse processo torna acessível aquele espaço para as classes populares que se apropriam dos antigos centros, mudando sua morfologia. A intensidade dessa direção varia,

mas exemplos desse processo podem ser atestados em São Paulo, Salvador e Fortaleza (Villaça, 1997). Com esse controle do mercado imobiliário, a classe dominante orienta não apenas o crescimento ou “abandono” do centro principal, mas também sua forma e direção.

Já sobre o papel do Estado sua intervenção na localização da infraestrutura especialmente o sistema viário constitui-se no primeiro ponto de sua influência. A priorização dos bairros da classe dominante na implementação e no tipo desses sistemas e a centralidade do automóvel constitui-se na particularidade dessa intervenção (Villaça, 1997).

A segunda intervenção estatal ligada ao controle da classe dominante está relacionada ao seu poder de determinar a localização dos aparelhos do Estado. Exemplos como o centro administrativo de Salvador e a transferência de vários órgãos públicos de São Paulo para a “região da Paulista” se estendendo até o Rio Pinheiros mostram a natureza da tendência nas maiores metrópoles brasileiras.

Finalmente, o controle da legislação urbanística também pertence a classe dominante através do poder estatal:

É sabido que em nossas metrópoles essa legislação visa predominantemente atender os requisitos urbanísticos - tamanho de lotes, recuos, usos e até mesmo os códigos de obras - **desejados e viáveis pelas e para as camadas de mais alta renda**. Invariavelmente tal legislação coloca na clandestinidade, no mínimo, 60% dos bairros, ruas e edificações de nossas metrópoles. No tocante ao zoneamento também é clara a tendência deste definir usos, recuos, gabaritos etc. **visando unicamente a paisagem dos bairros de alta renda e os padrões de mercado** que neles vigoram (Villaça, 1997, p. 9. Grifo nosso.)

Percebam que já em 1997 o autor sintetiza seus pressupostos sobre os processos de construção do espaço urbano via Estado, baseado em extensa pesquisa. Existe todo um mecanismo de defesa da classe dominante do espaço urbano, que pressupõem as legislações pois as pauta. É uma necessidade da classe dominante a segregação e essa necessidade encontra múltiplas formas de se realizar (e se ocultar) através da ação estatal.

Por isso, não vai ser à toa que mesmo com o advento do Estatuto das Cidades em 2001 o autor vai receber as mudanças legais com certa desconfiança já que a necessidade estrutural pressupõe esses arranjos e se estes não visam enfrentar aqueles, dificilmente sairão do papel. Isso leva o autor ao nosso objeto, A Ideologia Urbana:

Ao longo das décadas a classe dominante vem desenvolvendo uma ideologia específica sobre o espaço urbano de nossas metrópoles, tendo por objetivo facilitar a dominação através dele. O real, não é fácil e diretamente observável pelos nossos sentidos. Daí, como disse Marx, a necessidade da ciência. Se o real se manifestasse diretamente aos nossos sentidos não haveria necessidade dela. Surgem então diferentes versões sobre o real. Ideologia (Chauí, 1981, 21) é aquela versão da realidade social desenvolvida pela classe dominante tendo em vista facilitar a

dominação, tornando-a aceitável pelos dominados. Essa versão tende a esconder dos homens o modo real como as relações sociais são produzidas. Por meio da ideologia os homens legitimam as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que estas pareçam verdadeiras e justas(Villaça, 1997, p. 9-10)

Apesar de acharmos essa concepção de ideologia apoiada nos trabalhos de Chauí limitada, pois considera apenas a faceta do mundo das ideias e não a base material que se expressa em termos de ideias (Marx, 2012). Convergimos, porém, que o processo legitima a dominação dos dominadores. Dentre os inúmeros exemplos desse processo no urbano temos os que envolvem a naturalização de processos sociais (Villaça, 1997). Um deles trata-se do mito da “deterioração dos centros urbanos”, um processo que é na verdade social, motivado pelo abandono das elites desses espaços, mas que é vista como uma deterioração física, inevitável, ligado ao “envelhecimento”.

O segundo exemplo de Ideologia Urbana está ligado à faceta da transformação do particular no universal (ou em outras palavras o particular da classe dominante). Nele há uma identificação da cidade com aquela parte da cidade que habita e/ou representa a classe dominante da seguinte forma:

"O centro da cidade está se deslocando, ou mudando de local" diz a ideologia dominante. No entanto, o que está mudando é o centro da cidade voltado para a minoria, para a classe dominante. Suponhamos (embora não seja verdade) que a cidade tenha dois centros principais (principal só pode haver um). A classe dominante desenvolve a ideologia de que o dela é que é o centro principal, embora seja da minoria. O "centro velho" (outrora o "principal") embora hoje seja centro da maioria, e por isso é o centro principal da cidade, para a ideologia dominante, não é mais o centro da cidade. O centro, diz ela, deslocou-se. Está mudando para a Savassi, para o Iguatemi e para a Marginal do Pinheiros. O centro da cidade não é mais o "centro velho". Note-se o que diz essa ideologia: justamente agora que o centro tornou-se popular, isto é, da maioria, e por isso tornou-se centro da cidade, ele não é mais o centro da cidade. O centro da cidade mudou. A ideologia dominante procura difundir então a idéia de que o seu centro é o centro da cidade, mesmo que seja centro de uma minoria (Villaça, 1997, p.10)

Além do apontado por Villaça adicionaria mais um exemplo nessa lista: de que a Reforma Urbana não se realizaria no Brasil devido ao seu “atraso” em termos capitalistas. A relação social que lhe é base é sua sujeição desigual e combinada ao centro do capital que promove uma dupla ocultação. De um lado abstrai a raiz econômica da questão urbana no Brasil relacionada a sua acumulação capitalista totalmente desenvolvida, de outro é levada pela ideologia do subdesenvolvimento a apenas ver saída no impasse pela via institucional como desenvolvimento da democracia que...promove a própria segregação que afirmam combater com...mais democracia.

Veja que o tema da ideologia urbana não é novo e o autor trabalha muito bem mesmo a identificando-a como “mentira”. Nessa tese pretendemos mostrar essa ideologia urbana dentro do próprio campo intelectual, por exemplo, de que modo essa ideologia exposta também afeta o campo? Por isso a necessidade de contrapor a visão de Vilaça e Bonduki sobre o processo do Plano Diretor de São Paulo de 2002 como forma de demonstrar as tensões do campo no contexto de sua ideologia. A distância entre os dois pontos de vista expressa o espaço existente entre o uso de um método materialista da questão urbana e de um método legalista.

Antes de retornarmos a essa comparação vale a pena sintetizar os pressupostos metodológicos de Vilaça. o papel do espaço reside que numa certa estratificação social, considerando as mesmas características sócio econômicas, políticas e culturais do povo, a forma como esse povo e essas características se organizam no espaço produz efeitos sociais diferenciados (Vilaça, 1997). A determinada configuração espacial urbana, ou segregação, é necessária para a dominação através do espaço garantindo a apropriação diferenciada do produto do trabalho dos trabalhadores.

O espaço condiciona o social, mas o próprio espaço é produto social. Apenas o social pode condicionar o social, e o espaço como produto social condiciona a sociedade de classes.

4.2.2 Plano diretor e Reforma Urbana no Brasil na visão de mestre e discípulo.

Ao retornar para o debate sobre plano diretor de 2002 de São Paulo e sua revisão em 2014 Bonduki justifica:

Apesar da luta histórica pela regulamentação em nível federal de novos instrumentos urbanísticos – em especial, aqueles diretamente vinculados à Reforma Urbana –, **sua aplicação não deve ser proposta como se eles fossem um fim em si mesmo. Eles são meras ferramentas**, meios para alcançar objetivos estratégicos do plano diretor, o que se convencionou chamar de “a cidade que queremos”. Instrumentos urbanísticos não são panaceias, como em algum momento chegou-se a pensar. Por isso, antes de aventar a pertinência da sua utilização e de desenhar seu formato, é necessário debater com todos os segmentos da sociedade a “cidade que temos”, tanto por meio de um diagnóstico técnico como por uma leitura participativa, e pactuar a “cidade que queremos” (Bonduki, 2018. p.182-183)

Percebam primeiramente o alerta dos instrumentos serem apenas “ferramentas” e que antes de tudo é preciso da participação, do debate como forma de definir a “cidade que temos” e a “cidade que queremos”. O autor ainda completa em seguida que com isso é possível traçar estratégias para partir de um ponto ao outro levando em conta além dos

instrumentos, as ações urbanas. Os primeiros são normas legais que regulam o uso e a ocupação do solo. Os segundos são intervenções diretas do Estado (Bonduki, 2018). Assim:

O processo de planejamento de São Paulo no século XXI, que se inicia com a formulação e aprovação do Plano Diretor Estratégico de 2002, insere-se em um movimento que busca alterar o modelo de desenvolvimento urbano que se consolidou no século XX, introduzindo uma nova perspectiva para a cidade. Nesse sentido, o PDE e os instrumentos urbanísticos vinculados à agenda da Reforma Urbana devem ser entendidos como ferramentas de transformação urbana, considerando o contexto de São Paulo (Bonduki, 2017, p. 183)

O impulso das ferramentas junto com o momento, que segundo o autor trouxe uma novidade no campo da Reforma Urbana, já aparecem apontando para a transformação urbana. Com certeza o processo aponta para a transformação, mas qual? O caráter abstrato da apresentação inicial do autor sobre o Plano Diretor de São Paulo aparece já limitado pois considera-o do ponto de vista da novidade, ou do “caminho que se faz fazendo” como se já não houvesse a época uma consolidada crítica ao caminho do Plano Diretor e sua ideologia intrínseca. Vejamos a apresentação de Villaça sobre o debate do mesmo fenômeno para percebermos a mudança de olhar e de método:

Esta obra versa sobre a experiência paulistana de elaboração e principalmente de debates públicos sobre o Plano Diretor. Trata-se de uma experiência que, no nosso conhecimento, é única no país. Entretanto o que aqui se relata, está longe de se referir apenas à essa experiência da cidade de São Paulo. Muito pelo contrário. Temos a convicção de que a análise que aqui fazemos da experiência paulistana, aplica-se aos processos de elaboração, conteúdo e debates públicos de planos diretores de todas as cidades grandes e médias do país, com exceção, talvez, daquelas inseridas em áreas metropolitanas (Santo André, Guarulhos, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Contagem etc.)(..)Como se verá, os debates públicos do **Plano Diretor Estratégico e mesmo seu conteúdo, foram associados à violenta desigualdade de poder político e econômico que existe em nossas cidades grandes e médias, como de resto, em todo o país**(Villaça, 2005, p.6. Grifo nosso)

De início já vemos uma característica importante do método de Villaça: da expressão do concreto como relação entre o particular e o universal. Não é apenas uma questão de importância do plano diretor em São Paulo para o resto do país, mas que seu processo aponta o devir das grandes metrópoles, de forma dialética (Marx, 1980). Além do mais, vemos a orientação da análise já relacionando o plano diretor com a luta de classes no tecido urbano e sua violenta diferença de poder que marca não apenas o “processo participativo” ⁷⁰do plano diretor, mas seu próprio conteúdo. Apesar do método ir de encontro ao universal, ele não é universalista:

⁷⁰ Como veremos este é um dos núcleos centrais da Ideologia Urbana, o “fetiche da participação”.

Entretanto, num grande município inserido numa área metropolitana, como Nova Iguaçu ou Guarulhos, por exemplo, essa desigualdade é bem menor que nos municípios centrais (Rio de Janeiro ou São Paulo). A condição de cidades-subúrbio faz com que aqueles municípios apresentem uma população bem mais homogênea do que a das cidades centrais ou a de uma cidade de interior com população semelhante. Compare-se, por exemplo, São Bernardo ou Santo André, com Ribeirão Preto, Uberlândia ou Londrina. Isso porque, nos primeiros não existe a alta burguesia urbana e rural e pouco da classe média alta, nas proporções que existem nestes últimos. Essa a principal razão pela qual as análises aqui contidas se aplicam menos aos municípios suburbanos (Villaça, 2005, p.6)

Uma vez delimitado o lugar do particular e do universal e sua determinação a partir da luta de classes, ele segue com mais uma determinação antes mesmo de adentrar no panorama conjuntural de São Paulo: a relação entre plano diretor e zoneamento e o senso comum sobre ambas. Sua relação no imaginário do campo é por si só expressão da ideologia urbana. Primeiramente, para a grande maioria, ambos são vistos como sinônimos. Na verdade, ambos são muito diferentes, muito mais política e ideologicamente do que teoricamente (Villaça, 2005).

Dentre os setores que admitem sua diferença e defendem o Plano Diretor, tendem a defendê-lo como instrumento muito mais poderoso e abrangente que o zoneamento. Este estaria relacionado apenas ao uso do solo, regido em São Paulo por leis auto-aplicáveis. Enquanto o plano diretor:

(...)ao contrário, abrangeria todos os problemas fundamentais da cidade inclusive e principalmente os de transportes, saneamento, enchentes, educação, saúde, habitação, poluição do ar e das águas etc. e até mesmo questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social do município. Alguns acreditam mesmo que o Plano Diretor, apesar de ser aprovado por uma lei municipal, deveria abranger também problemas cujas soluções são das alçadas dos governos estaduais e federal(Villaça, 2005, p. 8)

Importante frisar essas duas demarcações do Plano Diretor, amplitude e diferença em relação ao zoneamento, pois o autor voltará a elas mais à frente. Quanto ao prestígio deste instrumento, Villaça o relaciona, dentre outros fatores, a influência francesa⁷¹ no pensamento urbanístico brasileiro representado pelo Plano Agache, construído pelo urbanista francês de mesmo nome para a cidade do Rio de Janeiro em 1930.

⁷¹ Sobre isso Villaça completa: “Essa grande difusão e prestígio da ideia de Plano Diretor em escala universal ainda está para ser estudada. Nossa hipótese é que, por influência francesa, ela teria se desenvolvido muito mais na América Latina do que no mundo anglo-saxão. Na Inglaterra e Estados Unidos, por exemplo, o *Comprehensive Planning* não chegou a ser tão pretensioso como nossos Planos Diretores, teve duração mais efêmera e prestígio bem menor, não resistindo a umas poucas décadas.”(Villaça, 2005, p.10).

Mesmo nunca traduzido ao português e nem executado, o plano inaugura o uso do termo “Plano Diretor”, além de sua ideia que se alastrou rapidamente na sociedade brasileira, respaldada através dos anos pela classe dominante, especialmente por engenheiros e arquitetos ligados a problemas urbanos, políticos, empresários (principalmente do ramo imobiliário), imprensa e cursos universitários diversos (Villaça, 2005):

Nossa sociedade está encharcada da ideia generalizada de que o Plano Diretor (na concepção ampla) é um poderoso instrumento para a solução de nossos problemas urbanos, na verdade indispensável, e que, em grande parte, se tais problemas persistem é porque nossas cidades não tem conseguido ter e aplicar esse miraculoso Plano Diretor. **É impressionante como um instrumento que praticamente nunca existiu na prática, possa ter adquirido tamanho prestígio por parte da elite do país.**(Villaça, 2005, p. 10. Grifo nosso)

A imprensa segundo o autor é um lócus importante para a difusão dessa “ideia miraculosa”. O fato de o Plano Diretor constar na Constituição Federal de 1988 como obrigatoriedade para todas as cidades com mais de 20.000 habitantes e a extensão, a partir do Estatuto da Cidade, dessa obrigatoriedade para diversos outros tipos de cidade (área metropolitana, turísticas e etc., independentemente do número da população) potencializam também esse processo como “milagroso” (Villaça, 2005). Para exemplificar, o autor cita edição da Folha de São Paulo de 16/03/1988, criticando o então prefeito Jânio Quadros pela expansão desordenada da capital paulista. Para ele tais críticas generalizantes sobre expansão urbana que persistem até hoje, possuem:

(...)(a) visão – bastante difundida e endossada pelo pensamento dominante - de que os problemas de São Paulo, **não são causados pela desigualdade de riqueza e de poder político da sua população**, pelo desemprego, pela miséria, pelas más condições de saneamento, de saúde, moradia e educação da maioria, mas pelo rápido crescimento da cidade(Villaça, 2005, p.10. Grifo nosso)

Percebe-se a importância desse instrumento para a classe dominante por mais boas intenções que pavimente seu processo de construção, pois além de ocultar as verdadeiras contradições, ainda oferece uma solução simples e palatável ao senso comum. Continuando o caso com a prefeitura de Jânio após a prefeitura decidir então entregar um plano a imprensa da época , depois de reiterada a ideologia do plano, tornou a criticar o prefeito, dessa vez por o projeto avançar muito rápido e que como era uma intervenção de médio e longo prazo ficar comprometido numa troca de governo(Villaça, 2005). A solução apresentada tanto pela imprensa como pelo pensamento dominante seria a: ampla participação na construção do plano.

A participação popular aparece como o elemento que comprometeria as forças políticas com real importância na cidade. Em 1988 essa possibilidade ainda era mais restrita, mas Villaça se pergunta, em 2005, quais seriam as condições para que realmente um Plano Diretor pudesse comprometer essas forças políticas. Para nosso tema da Ideologia Urbana, essa pergunta liga-se diretamente com o pacto social promovido pelo ciclo democrático e popular cujo um dos seus pilares é justamente, a participação.

Sobre o poder dessa ideologia urbana inclusive na mente de grandes estudiosos, Villaça conta:

Diz Singer: (op. cit. Pg.173). “Algumas semanas antes de tomar posse em janeiro de 1989, a prefeita eleita de São Paulo Luiza Erundina, fez uma visita ao reitor da Universidade de São Paulo. Ela me pediu, na qualidade de seu secretário do planejamento nomeado e professor da universidade, que eu a acompanhasse. Durante esse encontro, a prefeita enfatizou a necessidade da assistência da universidade na administração das muitas tarefas que aguardavam o novo governo da cidade. , sendo a primeira delas a feitura de um novo Plano Diretor para São Paulo, a fim de preparar a cidade para o próximo século.” O próprio Singer – que a época se confessava um leigo em planejamento urbano - relata como tomou conhecimento das grandes esperanças “... depositadas em planos diretores como instrumentos de ordenação, regulamentação e racionalização do desenvolvimento global das cidades. Além disso, planos criam equidade, concedendo às pessoas marginalizadas... acesso à terra”. **As palavras que mostram o desapontamento de Singer com o Plano Diretor estão na página de abertura deste livro. O de desapontamento de Luiza Erundina, não deve ter sido menor**(Villaça, 2005, p.12. Grifo nosso)

Hoje mesmo (meados de 2024) não parece que tenha diminuído tais opiniões perante esse instrumento, o que prova por exemplo o processo do Plano Diretor de Fortaleza iniciado em 2023⁷² que traz em sua apresentação, no site oficial, as mesmas palavras de esperança e de super abrangência e megalomaniaca sobre o plano⁷³. O autor segue dando exemplos em várias esferas dessa forma de abordagem sobre o plano. Porém, quando as matérias jornalísticas falam de verdadeiras mudanças no tecido urbano geralmente não citam os planos diretores (Villaça, 2005).

A diferença entre teoria e prática é tão grande que o autor chega a afirmar que em sete décadas de plano diretor não se tem notícia de nenhuma administração municipal que tenha sido minimamente pautada, mesmo por um período breve, por um plano diretor amplo

⁷² Ver em: <https://planodiretor.fortaleza.ce.gov.br/>.

⁷³ “O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão da cidade e tem como finalidade ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e a garantia do bem-estar de seus habitantes. Ele é uma das principais leis municipais e deve ser elaborado com a participação de toda a sociedade, organizando o crescimento e o funcionamento do município nos seus aspectos socioeconômicos, ambientais, culturais e físico-territoriais”. PLANO diretor de Fortaleza. Prefeitura de Fortaleza, 2023. Disponível em: <<https://planodiretor.fortaleza.ce.gov.br/ords/t/diretor/plano-diretor/o-que-e?session=15791708656327>>. Acesso em: 20, outubro de 2023. Desejamos realizar pesquisa sobre esse processo finalizada a tese.

que ultrapassasse os impactos do zoneamento. Mesmo as referências biográficas dos estudos sobre o instrumento no Brasil e no exterior são escassas, o que compromete a validade da iniciativa (Villaça, 2005).

Por fim, e não menos importante, a obrigatoriedade imposta pela legislação de que municípios a partir de 20 mil habitantes deveriam ter plano diretor não colocou nenhuma punição para o descumprimento do prazo de sua elaboração (na época 5 anos). Fora isso, o não cumprimento do plano, no máximo pode gerar um processo de improbidade administrativa, que pode se arrastar indefinidamente pelas esferas jurídicas, contra o prefeito e talvez contra os vereadores. Não há registro até hoje de nenhum prefeito que tenha sido punido por não cumprir o plano diretor, pelo que podemos averiguar. De forma que, comparada com a época dos planos da ditadura sobre planejamento urbano:

A mudança, pelo menos, reconhecia que manter um processo de planejamento é mais importante do que ter plano, coisa que os tecnocratas do Estatuto da Cidade parecem não ter aprendido. Nos termos em que foi colocado o estatuto, no mínimo, se for levado a sério, estimulará a reprodução xerográfica de planos, seu engavetamento e a atuação de profissionais inescrupulosos. É fácil ter planos diretores; basta pagar por um – se a procura aumentar o preço deverá cair – e se, por acaso, o *fiscal* (?) aparecer, abrir a gaveta e mostra-lo (Villaça, 2005.p. 18)

Muito papel impresso é outro sinônimo de plano diretor. Fazem a alegria das traças e das gavetas pelo que aponta o autor. São “cortinas de fumaça” para tentar ocultar o fracasso da elite em resolver as contradições urbanas. O plano por si só tende a uma manifestação da força da ideologia urbana dirigida por sua tecnocracia orientada pelas relações de produção dominantes. De forma que:

A fé no poder miraculoso dos planos tem sua origem no discurso competente e na tecnocracia que se alojou na esfera da administração municipal brasileira, mais que em qualquer outra esfera de governo. É intrigante que mesmo planos relativamente bem sucedidos, como o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek ou o Plano de Ação do governador Carvalho Pinto, (1959-1963) do Estado de São Paulo, não tenham conferido aos planos estaduais ou federais, a aura de prestígio salvador que os planos adquiriram na esfera municipal-urbana. A Constituição Federal não obriga nenhum Estado a fazer Planos Estaduais. Por outro lado, como entender que um plano do maior interesse para uma enorme parcela da população como um Plano Municipal de Habitação, dispense debate público e não necessite aprovação legislativa e outro, como o de Zoneamento, que como se verá, só despertou o interesse dos mais ricos não dispense e necessite? (Villaça, 2005.p. 21)

Parte componente da Ideologia Urbana, a ideologia tecnocrática, guiada pela supremacia do conhecimento técnico e científico como orientador da ação política, se expressa de um lado pela obrigatoriedade constitucional dos Planos e por outro pela falta de execução deles pelo poder público.

Assim, para analisar qualquer processo histórico concreto, como a elaboração e aprovação do Plano Diretor de São Paulo em 2002, é preciso ter em mente esses pressupostos igualmente teóricos e históricos sobre esse instrumento. Ver-se-á agora quem no embate imaginado dos autores em questão expressa ou não essa necessidade.

Insistindo sobre o caráter transformador do “novo” Plano Diretor de São Paulo, Bonduki disserta sobre o caos paulistano que exige essa intervenção:

Nos anos 1990 São Paulo vivia uma profunda crise urbana, econômica e de perspectivas. A dificuldade de se repensar e pactuar uma estratégia para enfrentar essa crise foi visível nas últimas décadas do século XX, quando a cidade passou pelo processo de reestruturação produtiva, redefinindo seu perfil econômico, enquanto a pobreza e a desigualdade se aprofundaram.(Bonduki, 2018. p.183)

Com uma aparência de navegação “sem rumos”, os anos 1990 foram marcados segundo o autor pelo desperdício em intervenções como as feitas na administração de Paulo Maluf (1993-1996). Um modelo “ultrapassado”, baseado em obras viárias de elevado custo como os túneis sobre o Rio Pinheiro e o Parque Ibirapuera. Uma leitura sintética em 2001, ano em que se inicia o debate do plano diretor deveria mostrar que:

Embora na década de 1990 a migração para a cidade tivesse diminuído e o crescimento da população geral tivesse se reduzido, com taxas muito inferiores às verificadas entre 1950 e 1980, a análise de evolução demográfica mostrava um fenômeno trágico do ponto de vista urbano e social: enquanto os distritos centrais e em áreas consolidadas da cidade, bem servidos de infraestrutura e empregos, perdiam população, nos distritos periféricos ou em áreas de proteção ambiental o crescimento demográfico mantinha índices muito elevados, assim como numerosos municípios periféricos da Região Metropolitana(Bonduki, 2018. p.184)

Enquanto houve diminuição da população nos bairros com melhores infraestruturas, inclusive aqueles de “classe média” que absorviam investimentos importantes como Pinheiros, Jardins, Moema, Santana e Tatuapé, houve um enorme aumento de população no Grajaú e Parelheiros (acrécimo de 285 mil habitantes), distritos situados em área de manancial. Também na Zona Leste (acrécimo de 2.114%!!) e na região metropolitana um aumento baseado em loteamentos irregulares e favelas em localidades com os piores índices de urbanização, transportes, emprego, equipamentos e etc.

Resta indagar porque o autor denomina isso de “atraso”, ao qual como veremos o Plano Diretor aparecerá como candidato à redentor. Vimos em outros capítulos como a imagem da análise do capitalismo brasileiro como “atrasado”, esconde o erro de análise que não consegue identificar a coexistência do “arcaico e do moderno” como característica de nossa formação social e não como um “raio em céu azul” na ficção do linear caminho do desenvolvimento capitalista (Oliveira,1971).

A luta pela Reforma Urbana no Brasil expressa em sua Ideologia Urbana parece repetir o erro, quando vê atraso naquilo que também é...moderno, no sentido capitalista periférico do termo. Outro fator apontado como novidade pelo autor é a questão da descentralização urbana:

Outro fenômeno grave da má distribuição de atividades no território urbano era a concentração de emprego nas zonas Central e Sudoeste (centro expandido), áreas que perdiam população. Em 2000, alguns distritos da área central chegavam a oferecer mais de trezentos empregos para cada cem moradores, enquanto que em Cidade Tiradentes o índice caía para oito por cem. O desequilíbrio na relação moradia-trabalho requeria mais deslocamento, sobrecarregando o sistema viário e os transportes coletivos. Na Zona Leste, que concentra a maior quantidade de “bairros-dormitórios”, desde então todos os meios de deslocamento ficam superlotados no início da manhã na direção do centro, assim como no final da tarde no sentido contrário. Os moradores da periferia gastavam em média três vezes mais tempo em trânsito do que os do centro expandido (Bonduki, 2018. p.185)

Tais desdobramentos, apesar de muito importantes no que tange a pesquisa sobre o particular, foge inclusive ao “ornitorrinco brasileiro” (Oliveira, 1971) e se inscreve no desenvolvimento urbano da “cidade do capital” dos trabalhos de Lefebvre (2001) apontados nesta tese e que Bonduki provavelmente conhece, ainda mais sendo realidade das grandes metrópoles a mais de 150 anos. Por que então tamanha surpresa?⁷⁴

⁷⁴ Segue a citação de Lefebvre: “Depois de 1848, solidamente assentada sobre a cidade (Paris), a burguesia francesa possui aí meios de ação, bancos do Estado, e não apenas residências. Ora, ela se vê cercada pela classe operária. Os camponeses afluem, instalam-se ao redor das “barreiras”, das portas, na periferia imediata. Antigos operários (nas profissões artesanais) e novos proletários penetram até o próprio âmago da cidade; moram em pardieiros, mas também em casas alugadas onde pessoas abastadas ocupam os andares inferiores e operários, os andares superiores. Nessa “desordem”, os operários ameaçam os novos ricos, perigo que se torna evidente nas jornadas de junho de 1848 e que a comuna confirmará. Elabora-se então uma estratégia de classe que visa ao remanejamento da cidade, sem relação com sua realidade, com sua vida própria. É entre 1848 e Haussmann que a vida de Paris atinge sua maior intensidade: não a “vida parisiense”, mas a vida urbana da capital. Ela entra então para a literatura, para a poesia, com uma potência e dimensões gigantescas. Mais tarde isso acabará. A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade. No transcórrer do séc. XIX, a democracia de origem camponesa, cuja ideologia animou os revolucionários, poderia ter se transformado em democracia urbana. Esse foi e é ainda para a história um dos sentidos da Comuna. Como a democracia urbana ameaçava os privilégios da nova classe dominante, esta impediu que essa democracia nascesse. Como? Expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a “urbanidade”. (Lefebvre,1991. p. 15)

O autor segue confirmando essa tendência apontando o esvaziamento de vários edifícios do centro da capital paulista, a existência de mais de 200 terrenos ociosos na mesma região, além de sua consolidação como centro comercial (tendência também apontada por Lefebvre e autores clássicos). Sobre as zonas industriais que eram símbolos da pujança paulista, também apresentaram esvaziamento, principalmente em galpões e armazéns de grande porte, fruto da reestruturação produtiva (Bonduki, 2017).

Por fim, ambientalmente, as perdas foram intensas no que tange ao que chama de “urbanização excludente”, incapacidade de punir e evitar os usos irregulares do solo, aumento de ocupação de zonas protegidas ambientalmente, diminuição da permeabilidade do solo e consequente aumento de enchentes. Além disso, a proliferação de condomínios fechados e murados e o predomínio do automóvel demonstraram também o descaso com o espaço público. Bonduki então relaciona esses problemas na década de 1990 ao imobilismo da legislação urbanística e dos governantes quanto ao “planejamento”:

Nos anos 1980 e 1990, sucessivamente nas administrações de Mário Covas, Jânio Quadros, Luiza Erundina e Celso Pitta, as quatro tentativas de elaborar e aprovar um novo plano diretor para São Paulo foram frustradas tanto pela falta de prioridade que esses governos (com exceção de Erundina) deram à questão quanto pela falta de apoio na Câmara Municipal, onde necessitavam de quorum qualificado. Inexistia consenso mínimo sobre os rumos que a cidade deveria tomar. Em 1988, quando ainda vigorava o expediente do “decurso de prazo” (segundo o qual, projetos de lei em regime de urgência, não votados pela Câmara no prazo de três meses, eram aprovados automaticamente, resquício do regime autoritário), o prefeito Jânio Quadros utilizou esse estratagema para aprovar um plano visando flexibilizar o zoneamento de 1972, a fim de atender ao mercado. Embora uma mudança fosse necessária, a falta de debate público tornou esse processo totalmente ilegítimo, exatamente no momento em que a questão da participação ganhava maior evidência. A validade deste plano diretor foi questionada gerando uma disputa jurídica, e ele acabou não tendo efeitos concretos (Bonduki, 2018. p.187)

Ou seja, além da falta de prioridade por prefeitos e pela câmara legislativa, seu caráter antidemocrático impedia esses planos de resolverem os problemas urbanos acumulados no período. Soma-se isso a confusão sobre a legislação local e federal que muitas vezes impedia de iniciativas se realizarem a exemplo o caso do “solo criado” no governo Jânio. A opinião da massa, expressa em uma pesquisa onde de 67% dos habitantes da capital afirmaram querer sair da cidade se pudessem no Governo Pita, juntou-se também a “opinião pública” que consolidou uma visão de debate do zoneamento apenas atrelado ao Plano Diretor (Bonduki, 2018). Assim:

Nesse contexto, a formulação de um plano diretor para São Paulo, após a aprovação do Estatuto da Cidade (2001) no primeiro ano da administração Marta Suplicy,

integrava uma proposta de reorganização mais ampla da gestão da cidade, após as desastrosas administrações de Paulo Maluf e Celso Pitta. O plano diretor fazia parte de um conjunto de reformas estruturadoras propostas no programa de governo intitulado “Reconstruir a cidade”. Essa agenda envolvia ainda uma reforma administrativa, com a descentralização e criação das subprefeituras, uma reforma política, com a aprovação de uma instância de controle social e participação denominada Conselho de Representantes em cada subprefeitura; uma reforma tributária e de recuperação das finanças municipais, com a criação de novos tributos como a taxa do lixo e de iluminação, e o estabelecimento de alíquotas progressivas do IPTU de acordo com o valor do imóvel, baseadas no princípio redistributivo dos impostos, **além de uma Reforma Urbana, onde o plano diretor e, em seu âmbito, a reestruturação do sistema de transporte exerciam um papel central**(Bonduki, 2018. p.187. Grifo nosso)

Percebam o grau de amplitude do plano diretor, componente do seu próprio caráter ideológico. Veremos ao fim desse capítulo onde terminaram tantas “boas ideias”. Por hora, é importante ressaltar a concepção de Reforma Urbana do autor. A concepção que já vimos de Maricato (2014), que definia a Reforma Urbana como a garantia da função social da propriedade da terra, é contraposta a outra que coloca como centro a mobilidade urbana.

Nos parece que nessa concepção a crítica a existência do centro e da periferia como realidade social que deve ser modificada, pois expressão determinações estruturais, é deslocada para o foco da garantia da circulação de mercadorias e força de trabalho entre esses espaços. Se na de Maricato é o caráter abstrato do termo “função social” que expressa a ideologia urbana, é o caráter específico do termo para Bonduki que expressa a mesma categoria. Em ambas os limites estruturais da empreitada desvanecem-se em frente à abstração. No primeiro, escapa o significado “social” no reino do capital, daí que a “falta da função social” aparece como característica de atraso no Brasil. No segundo, falta a noção dos limites do planejamento e os problemas estruturais urbanos naturalizam-se transformando-se em problemas de mobilidade. Em ambos a relação entre acumulação e urbano, oculta-se.

Bonduki até tenta aprofundar mais na descrição do modelo de desenvolvimento urbano adotado que seria responsável pelo quadro de “crise” além da questão econômica⁷⁵: um fenômeno que tem origem entre as décadas de 1950 a 1970 quando o país passa a ter a maior parte de sua população vivendo nas cidades com São Paulo tornando-se a maior metrópole brasileira.

Os elementos fundamentais desse modelo em São Paulo, seriam: 1- o foco no automóvel, 2- ampliação da malha urbana de forma horizontal, com a permanência de glebas vazias e com diminuta densidade demográfica mantendo a especulação em torno dos terrenos;

⁷⁵ Que vista da ótica da ideologia Urbana realiza a análise econômica de forma neoclássica ou no máximo keynesiana, abandonando total ou parcialmente a contribuição marxista da acumulação, fundamental a meu ver para o entendimento da questão.

3- no centro expandido expansão vertical através da predominância de condomínios murados, desigualdade e segregação socio territorial, 4- desprezo pelas questões ambientais e pelo espaço público(Bonduki, 2017). Já sobre as descrições da expansão horizontal:

A extensão horizontal da mancha urbana sobre a zona rural, resultado do chamado padrão periférico de crescimento urbano, viabilizou o acesso da população de baixa renda a um lote precário, onde através da autoconstrução **“resolveu” a questão da casa própria em prejuízo da cidade e de sua qualidade de vida**. Esse modelo de extensão urbana se combinou com três outros processos: a ocupação das áreas impróprias para moradia por assentamentos precários e favelas; a manutenção especulativa de uma grande quantidade de lotes e glebas vazias ou subutilizadas na interior da mancha urbana; e a verticalização das áreas centrais e regiões com melhor infraestrutura urbana e viária, promovida pelo mercado imobiliário para as classes altas e médias. **Essa estruturação urbana gerou uma forte desigualdade e segregação socioterritorial e funcional, que distanciou os locais de emprego das áreas majoritariamente ocupadas pelos trabalhadores, os quais se tornaram altamente dependentes do transporte coletivo**(Bonduki, 2018. p.187. Grifos nossos)

Apesar da importância do resgate do particular, essas descrições do modelo não conseguem passar disso, descrições. Como parte da Ideologia Urbana abstraem as causas econômicas em ligação com a acumulação capitalista e sua teoria da população colocando em seu lugar o problema do planejamento. Com isso aparecem passagens contraditórias como aparece nos trechos que grifamos acima.

No primeiro afirma-se que a autoconstrução dos trabalhadores na periferia aconteceria em prejuízo da cidade, mas perguntamos: que cidade? Melhor para quem? Provamos em dois trabalhos nossos, a partir da pesquisa de conflitos urbanos no Ceará e com vasta bibliografia (Oliveira, 2014;2018) que a existência da periferia é parte constitutiva do capital e que é lucrativa, pois o mesmo movimento que desvaloriza áreas em que elas estão presentes, valoriza outras.

Mesmo nos bairros em que elas residem sua existência configura vantagens para a circunvizinhança como fonte de trabalhadores baratos (como domésticas), centro consumidor de comércios próximos e futuro agente potencializador especulativo quando são removidas e/ou ameaçadas de despejo (Oliveira, 2014;2018). E isso tudo mesmo a sombra de leis que protegeriam essas comunidades. Mostramos no conflito envolvendo intervenções da Copa do Mundo de 2014 em Fortaleza como os estudos ambientais necessários foram feitos sob medida para o ataque ao direito a moradias de várias famílias que vivem em zonas periféricas atingidas.

No segundo trecho que grifamos da citação percebe-se a imputação ao modelo da desigualdade socioterritorial, colocando na responsabilidade do planejamento a causa das

assimetrias sociais no espaço urbano. Além disso, como já apontamos, a questão da mobilidade mais uma vez é central na crítica, fortalecendo a visão naturalizada que oculta o problema fundamental da existência do “centro e da periferia”, trocando-o pela ênfase das distâncias e qualidades dos transportes entre os dois locais.

Difícil com esses pressupostos embasar teoricamente qualquer Plano Diretor que se diga sério como nos mostrou e mostrará Villaça (2005). Este autor aponta que o problema do Plano Diretor de São Paulo de 2002 é muito mais profundo do que apontamos. Ele não só não se sustenta como “novidade” (afinal possui mais de cem anos de sustentação falaciosa), como também pela sua falácia de “democrático”. Vejamos:

Trazido pela ideologia neo-liberal, o chamado *Planejamento Estratégico* (*) desenvolveu-se no início dos anos 90, tendo se expandido razoavelmente – pelo menos no campo da retórica – na América Latina, principalmente pela influência de um grupo de ditos *urbanistas* catalães que se empenharam bastante na difusão da experiência de renovação por que passou a cidade de Barcelona, por ocasião das Olimpíadas de 1992. Coerentemente com o ideário neo-liberal, esse planejamento parte da idéia de concorrência ou competição entre as cidades – a competitividade urbana – no mundo globalizado e informatizado. Diz que é necessário *vender as cidades* e para isso evidentemente, necessita da propaganda, do marketing, da iniciativa privada e da visão empresarial. A ideologia neo-liberal, rapidamente passou a difundir a idéia de que esse era o planejamento *moderno*. O Plano Diretor de São Paulo, na verdade não adota a visão do Planejamento Estratégico, usando essa expressão apenas como um modismo e uma forma de vestir a roupa de moderno(Villaça, 2005.p. 22)

O autor já aponta uma tensão que perpassa o debate do plano que é o binômio do atrasado/moderno⁷⁶ discorrendo sobre o termo “estratégico” contido no título do plano. Ele expressa um desejo de inserção na hierarquização semântica em disputa do mercado das cidades, que em sua opinião não ultrapassou o plano do desejo. Porém, veremos que mesmo não realizado, segundo o autor, essa sombra “estratégica” será mobilizada pelos interesses envolvidos no processo, ora como discordância dos rumos que foram tomados, ora como justificção deles.

Em outro aspecto, o sentido “democrático” do processo em termo de interesse público foi mínimo, embora diversos encontros promovidos pela Secretaria Municipal de Planejamento tenham sido realizados⁷⁷. Apenas duas questões polarizaram os debates: 1- as chamadas “emendas noturnas” , 2- sobre a outorga onerosa e seu coeficiente um de construção(Villaça, 2005). Sobre o primeiro imbróglio, tratou-se de surgimento suspeito de emendas da madrugada anterior a aprovação que transformaram áreas estritamente

⁷⁶ Lembre-se da importância do binômio para a economia brasileira e todas as concepções baseadas no “atraso” do capitalismo brasileiro ao qual também constitui a ideologia urbana.

⁷⁷ De caráter técnico principalmente. Veremos como a “técnica” desses debates esconde um caráter elitista no que tange a participação das massas empobrecidas urbanas.

residenciais em áreas mistas e outras em corredores de uso especial. Estas, por promoverem diretamente interesses privados, foram criticadas ao qual a liderança petista à frente da aprovação da matéria negou-se de início a revelar a autoria da manobra.

É interessante que no seu texto Villaça logo depois de criticar a atitude da liderança petistas cite mais uma vez seu ex orientando, exortando-o para logo em seguida criticar os artigos do plano:

Para relatar o Projeto de Lei do Plano Diretor Estratégico foi escolhido o arquiteto e vereador (PT) **Nabil Bonduki, uma rara combinação de político, brilhante estudioso** (é professor doutor de planejamento urbano na USP) e líder comprometido com as questões da Reforma Urbana e da moradia popular. **A grande maioria dos 308 artigos do Plano é constituída de generalidades – diretrizes, objetivos, conceitos etc. – que não obrigam ninguém a fazer ou deixar de fazer nada.** Para princípios gerais, isso até que não seria estranho. Acontece entretanto que a Lei enuncia também nada menos que 338 – trezentas e trinta e oito - *Ações Estratégicas* ! Novamente aqui entra em cena a palavra mágica em voga no momento : *Estratégico!* ... e o que são essas Ações Estratégicas? São uma enxurrada de propostas de ações enunciadas sem que se saiba quem vai executa-las, nem quando, nem como, nem com que recursos. Ali se propõe de tudo sobre tudo o que seja problema urbano. Tudo é estratégico! Há nada menos que 49 Ações Estratégicas no campo da educação, ao lado de 4 no campo da pavimentação. Há 20 no campo da Circulação Viária e Transportes e (incompreensivelmente) nenhuma sobre “Infra-estrutura e Serviços de Utilidade Pública” embora apareçam aqui, Objetivos, (art.94) e Diretrizes, (art. 95) . Dentre os setores mais aquinhoados com Ações Estratégicas estão a Cultura, com 21 Ações, a Assistência Social, com 24 e a Habitação e Uso do Solo com 16 Ações cada. Nada ficou sem proposta de Ação Estratégica, **o que mostra que o Plano é ideal e inexecutável, pois propõe intervir em tudo, reparar tudo, sem qualquer seletividade.**(Villaça, 2005.p. 23. Grifo nosso)

Terá sido exercício de ironia do mestre para com o discípulo essa sequência expositiva? Se estivéssemos apenas buscando uma descrição teórica dos assuntos abordados, essa pergunta poderia soar tola e despreziosa. Mas como falamos da reconstituição de um campo e de sua ideologia, daquilo que ao mesmo tempo que é geral também é produzido naquela relação de proximidade dos departamentos universitários do Brasil, onde se trabalha, se come e se estuda perto dos adversários filosóficos, onde se cria um habitus/senso comum que é mediação entre o social e o individual tais sinais não podem ser ignorados.

Há uma tensão teórica entre os dois ao analisarem o mesmo fenômeno em tempos diferentes, porém marcado pela cordialidade de sua relação. Vou seguir essa pista pois ela mostra em seu desenvolvimento como as fissuras de um campo intelectual nascem ,amadurecem e se rompem em choque com a formação social. Como opiniões se solidificam e se qualificam para sobreviver dentro de um campo ou serem legadas as “posições radicais” daqueles que podem estar corretos, mas perdem a luta para serem “senso comum”.

Retornando ao conteúdo das afirmações, Villaça expressa mais uma vez o caráter generalizador dos planos que muito abarcam e pouco garantem, e como dito anteriormente, a ideologia do “estratégico”, palavra mágica usada para acobertar os idealismos do plano paulista. E ainda:

Como se já não bastasse essa longa e complexa lei, o Plano Diretor acabou incluindo dois dos quatro planos mencionados, sem o quais ele fica inoperante já que não poderia ser aplicado: o Plano e a Lei de Controle de Uso do Solo e os Planos Regionais. Os planos de Habitação e o de Circulação Viária e Transportes transformaram-se em “Anexos.” O art. 271 fixou o prazo de 30 de abril de 2003 para que o Executivo remetesse à Câmara os quatro planos já mencionados. Como foi resolvido que o plano de Habitação e o de Transportes não necessitariam de aprovação legislativa, esse prazo atingia então os Planos Regionais e o de Uso do Solo, sendo que este último seria o Zoneamento. Esse prazo foi posteriormente renovado(Villaça, 2005.p. 23)

Ou seja, o plano gerou mais planos e uma série de imbróglis para a sua aprovação. De forma geral, daqui para frente trataremos do: 1- planos regionais que significaram a junção do plano de habitação e o de circulação viária e de transportes, 2-o projeto de lei do plano diretor e 3- a lei nascida da fusão dos dois últimos. Para evitar a insegurança jurídica provocada pela confusão e multiplicação dos planos, mas uma vez Villaça (2005) aponta a ação fundamental de Bonduki na aprovação dos planos regionais e na nova lei de zoneamento.

Outro fator apontado é que no meio desse conflito ressaltou-se a intensa participação das classes de mais alta renda para garantir seus interesses muitas vezes através do “Movimento Defenda São Paulo⁷⁸” (Villaça, 2005). Por outro lado, não existiu essa participação em relação a maioria dos moradores da cidade. O autor se pergunta se seria ignorância, incompetência, falta de entendimento, preguiça, desleixo com seus interesses e etc.

Para responder isso é preciso entender o que significa no conflito urbano paulistano o “Quadrante Sudoeste”, e a divisão territorial da cidade que é expressão de uma divisão social. Antes porém retornemos para Bonduki e sua caracterização do processo participativo do Plano. Diferente do seu mestre, Bonduki afirma:

Como será mostrado, em São Paulo a participação não foi uma etapa formal, como ocorre frequentemente, mas um processo vivo de disputas entre os diferentes segmentos sociais, que possibilitou avanços na estruturação de uma estratégia capaz

⁷⁸ Conjunto de associações de bairros de São Paulo. Na época era constituído principalmente por bairros elitizados mas ao que parece hoje possui maior abrangência e pautas ligadas ao campo democrático e popular. Web Endereço atual: <https://defendasaopaulo.org.br/planejamento-urbano>.

de alcançar os objetivos propostos e garantir a implementação da agenda da Reforma Urbana, apesar das dificuldades políticas e de forças que combatiam esse ideário. Certamente, os textos finais, tanto em 2002 como em 2014⁷⁹, não foram aqueles que os militantes da Reforma Urbana fariam, mas os avanços foram significativos. O PDE não agradou a todos em todos os aspectos, mas foi um denominador comum que permitiu sua aprovação e deu um rumo à cidade, gerando um resultado que pode ser considerado muito positivo frente à situação urbana brasileira e à luta por instrumentos capazes de garantir a função social da propriedade (Bonduki, 2018, p. 193)

Após inferir que a participação não foi apenas formalidade, como se já se adiantasse as críticas sobre a qualidade desse processo, se defende afirmando que o resultado alcançado não foi o desejado, mas o possível. Uma visão deveras normativa. Por que será? Ou estamos muito propensos a confiar em Villaça e não conseguimos enxergar as dificuldades do processo, que ao invés de representar uma crítica a uma das facetas ideológicas da Reforma Urbana, o plano diretor, na verdade o valida como “o possível”? Como a etapa de um “acúmulo de forças” para o objetivo final?

Bonduki segue oferecendo mais detalhes de sua versão dos problemas por que passaram a aprovação do Plano Diretor:

Certamente, os textos finais, tanto em 2002 como em 2014, não foram aqueles que os militantes da Reforma Urbana fariam, mas os avanços foram significativos. O PDE não agradou a todos em todos os aspectos, mas foi **um denominador comum** que permitiu sua aprovação e deu um rumo à cidade, gerando um resultado que pode **ser considerado muito positivo frente à situação urbana brasileira e à luta por instrumentos capazes de garantir a função social da propriedade** (Bonduki, 2018, p. 193. Grifos nossos)

Seria possível argumentar com o autor que significa “muito positiva” em vista da crise urbana que afeta São Paulo e o Brasil até mesmo no ano que esta tese está sendo escrita, ou mesmo qual o conceito de “denominador comum” tendo em vista interesses economicamente díspares na luta pela construção do espaço nas grandes cidades. Porém é o próprio autor que nos relata quem logo se levantou em 2002 contra esse aparente consenso:

O PL deu entrada na Câmara Municipal sob intensas críticas do setor empresarial, liderado pelo Secovi, o qual polarizou o debate questionando o estabelecimento de um Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) igual a 1 em toda a cidade, que compunha a proposta original. A oposição do setor imobiliário provocou um recuo antes mesmo de o PL chegar ao Legislativo. A Sempla, buscando atenuar essa oposição antes de enviar a proposta, modificou o critério de definição do CAB e adotou um cálculo complexo baseado na área construída pré-existente do terreno

⁷⁹ A análise do autor percorre tanto o plano diretor de 2002 como sua revisão de 2014. Como nosso trabalho se limita temporalmente ao marco da crise do ministério das cidades em 2006 e como estruturalmente se mantiveram as mesmas determinantes principais nos dois processos do plano em São Paulo, focamos nesse capítulo nas análises de mestre e discípulo do primeiro plano.

objeto de projeto, de modo que o CAB poderia variar na faixa de 1,3 a 1,7. **Esse recuo não alterou a forte contestação ao instrumento. O setor imobiliário articulou trinta entidades empresariais na denominada Frente pela Cidadania, a fim de impedir a aprovação do PL290/2002.** O setor defendia que o CAB fosse igual ao Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CAM) estabelecido pela Lei de Uso e Ocupação do Solo em vigor (que variava de 1 a 4), admitindo a venda de solo criado (outorga onerosa do direito de construir) apenas para índices superiores aos já permitidos (Bonduki, 2018. p. 196. Grifo nosso)

E não parou por aí. Além da crítica ao CAB, a Frente pela Cidadania redigiu mais de 100 itens de contestação ao projeto de lei. Também financiou campanha midiática “terrorista” (Bonduki, 2018) a fim de convencimento da população a ameaçando com desemprego, encarecimento de habitação, recessão econômica entre outras mentiras, segundo o autor.

Para “contrabalançar” a ação das instituições do setor imobiliário formou-se: a Frente Popular pelo Plano Diretor, composto por movimentos sociais de moradia, urbanistas ligados ao Fórum Nacional da Reforma Urbana como Raquel Rolnik e Ermínia Maricato e o Movimento Defesa São Paulo, que além de arquitetos e urbanistas prestigiados como Candido Malta Campos Filho e Luís Carlos Costa era formado por mais de 50 associações de moradores de “classe média”(Bonduki, 2018).

Mesmo esse setores, que defendiam o projeto por sua ligação com os instrumentos contidos no Estatuto das Cidades, teciam também críticas ao mesmo:

A Frente Popular(...) criticou o processo de elaboração do PL, considerado pouco participativo, e apresentou inúmeras sugestões de alteração do texto, defendendo como ponto indispensável a ampliação no número de Zonas Especiais de Habitação de Interesse Social (ZEIS), sobretudo em áreas centrais. O Defesa São Paulo fazia críticas generalizadas ao projeto, temeroso de que ele pudesse alterar o zoneamento, especialmente as antigas Z1, zonas exclusivamente residenciais de baixa densidade, ponto de honra desse movimento. Ademais, atacou o conteúdo e metodologia do PDE, propondo a elaboração de novos estudos e a extensão do debate visando retardar sua aprovação. Defendia ainda a divisão do Plano Diretor em duas etapas e a alteração do texto em um grande número de artigos (Bonduki, 2018. p. 196-197)

Ou seja, já de início do debate se encontrava com grandes críticas ao plano de ambos os setores que o compunham⁸⁰. Qual seria então esse denominador comum passível de reunir posições diversas e até mesmo conflitantes sobre o que se acreditava serem os rumos urbanos de São Paulo? Bonduki então se trai, o denominador comum é...ele próprio:

⁸⁰ Deixemos que mais a frente Villaça responda o por que da ausência das massas dos trabalhadores urbanos de São Paulo nesse debate.

Nesse contexto, era necessário criar um espaço de negociação e pactuação de uma proposta alternativa. O relator do PDE⁸¹ no Legislativo, responsável por viabilizar sua aprovação, propôs a realização de audiências públicas e consultas à sociedade, a fim de ampliar o processo participativo e pactuar o texto definitivo com todos os atores envolvidos(...). **O substitutivo ao PL 290/2002, apresentado pelo relator, foi o resultado de uma pactuação entre todos os envolvidos no debate.** O texto final aperfeiçoou e reorganizou a proposta original, dando-lhe viabilidade política e consistência técnica. Ficaram mais claros os objetivos estratégicos, sua articulação com os instrumentos previstos e, quando não se exigisse regulamentação por lei específica, sua aplicabilidade. Buscou-se garantir coerência técnica ao plano, como uma estratégia para alcançar a cidade desejada. Isso foi obtido considerando as propostas das três frentes articuladas em torno do PDE, assim como as emendas dos vereadores e as sugestões de outros movimentos populares, associações de moradores, urbanistas, empresários e cidadãos em geral. Pactuar um texto coerente e aceito por todos não foi uma tarefa fácil (Bonduki, 2018. p. 198)

Há acordo quanto a dificuldade. Pactuar questões insolúveis do ponto de vista econômico que divide a sociedade e a cidade entre possuidores ou não possuidores dos meios de produção, com certeza demandou uma força hercúlea. Resta saber se ela se constitui como verdade objetiva ou ficou apenas na intenção das letras como já afirmou Villaça. Talvez por ter um dia compartilhado a visão teórica dos oprimidos pela cidade do capital (Lefebvre, 1999), Bonduki tenha tido consciência da tarefa que devia cumprir. A própria burguesia imobiliária devia ser convencida do seu próprio projeto modernizador, e quem melhor que um teórico vindo dos próprios movimentos de luta pelo direito à cidade. Mesmo assim não foi fácil.

Primeiramente vários juristas se levantaram contra a proposta de mediação, entre eles figuras conhecidas como Ives Gandra⁸² (Bonduki, 2018) ferrenho defensor dos interesses da burguesia brasileira contra os direitos trabalhistas. Seu argumento era baseado numa suposta inconstitucionalidade do projeto que feria o direito à propriedade, vendendo ao proprietário do direito de construção que já o pertencia sob a alcunha de outorga onerosa. Segundo Bonduki a interpretação foi vencida pois contrariava o Estatuto da Cidade que separava claramente o direito ao solo do direito à construção. Esse valor de defesa mobilizou o sentimento de vários defensores dentro e fora da câmara de vereadores para que na principal cidade do país fosse mantido o entendimento do Estatuto.

Os bons sentimentos, no entanto, ainda enfrentariam dois obstáculos ligados à “opinião pública”: primeiro a de que a outorga onerosa não era apenas mais uma forma de arrecadação, mas a forma mesma de realização de uma política pública urbana. Como

⁸¹ Ele próprio

⁸² Ives Gandra da Silva Martins Filho, nascido em São Paulo a 9 de maio de 1959, bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (1981), mestre em Direito pela Universidade de Brasília (1991), doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014) e doutor *honoris causa* em Filosofia pela Academia Brasileira de Filosofia (2017), é Ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 14 de outubro de 1999.

aprofundamos a crítica a essa farsa no capítulo sobre as bases econômicas da ideologia urbana não nos deteremos a ela mas fica o registro de como essa Ideologia está presente também dentro do processo do Plano Diretor de São Paulo em 2002.

Segundo, negociar com a Frente da Cidadania “regras de transição” (Bonduki, 2018) sobre a outorga, mas segundo o autor sem abrir mão da separação entre propriedade da terra e direito de construção. Interessante é que se já havia passado na câmara de vereadores o projeto de lei, por que negociar com a representante das empreiteiras tais regras de transição? Sobre isso nada o autor diz, mas conta como se resolveu o imbróglio, mais uma vez pela intervenção uma bom sentimento de razoabilidade:

Para enfrentar a polêmica com o setor imobiliário, **o relator** levou o debate para a estratégia urbanística do PDE, mostrando que a outorga onerosa do direito de construir fazia parte da estratégia para atingir os objetivos do PDE, ou seja, da “cidade que queremos”, não devendo ser entendida como uma mera receita adicional, embora esta também fosse importante para viabilizar as ações, projetos e obras previstos. Dessa forma, o debate abstrato sobre a outorga onerosa deu lugar à discussão sobre o âmbito das transformações almejadas na cidade. **Foi então proposta a criação de macroáreas** – territórios com situação urbana e objetivos estratégicos semelhantes – que se tornaram a referência para o cálculo da outorga onerosa, pois para cada macroárea, de acordo com suas características, foi estabelecido um Fator de Planejamento (Fp), que integra a fórmula de cálculo do valor da outorga. **Assim, na Macroárea de Urbanização Consolidada, que corresponde à região mais bem urbanizada da cidade e de maior interesse imobiliário (setor sul-sudoeste), o Fp seria mais elevado, gerando uma outorga onerosa maior em relação ao valor do terreno do que em outras regiões com padrão urbanístico (e Fp) mais baixo, de modo a estimular a descentralização da produção imobiliária** (Bonduki, 2018. p. 199. Grifo nosso)

Preciosa essa passagem. Após apelar para a falácia da outorga onerosa e da garantia da política urbana, o autor/relator relata o que realmente assentou o coração da “frente dos construtores”, a divisão da cidade em macrorregiões com graus diferentes de níveis de cobrança de outorga gerando um novo...mercado. Nas áreas já saturadas de investimento, uma outorga mais alta, nas outras uma mais baixa. Junto a isso outro fator central que elevou os lucros e o pacto social em torno dos governo petistas que se seguiram: a habitação de interesse social:

Outro critério que passou a ser considerado no cálculo da outorga foi o Fator de Interesse Social (Fs), índice que varia em função da destinação do empreendimento. Assim, por exemplo, a habitação de interesse social (HIS) ficava isenta e a habitação de mercado popular (HMP), tipo de unidade habitacional de área reduzida, destinada à baixa classe média, pagaria uma outorga mais baixa do que uma moradia de mercado de padrão elevado. A HMP foi criada no processo de negociação com o setor imobiliário (Bonduki, 2018. p. 199.)

Do futuro desse processo sabemos como a articulação entre empreiteiras, o programa Minhas Casa Minha Vida (ápice desse processo) e o governo de coalizão gerou lucros estratosféricos para o mercado imobiliário não apenas em São Paulo, como em todo o Brasil (Shimbo, 2012). Como resistiram a tão glorioso trabalho do relator! Assim, várias regras de transição e mapeamentos desiguais do mercado urbano foram necessários para aplacar a fúria do setor imobiliário (descabida, agora sabemos) evitando inclusive a judicialização do processo.

Restava ainda aplacar os desejos dos demais atores da disputa. Não foi barato. Ao Defenda São Paulo, a divisão do Plano Diretor em duas fases: a primeira de diretrizes gerais e planejamento que garantia que a Z1, zona da maioria dos bairros componente da frente de classe média, não seria alterada cristalizando-se como zona estritamente residenciais (ZER). A segunda seria a do zoneamento que seria apartada do plano diretor (lembramos do que disse Villaça sobre essa cisão...) e discutida numa “amplo debate descentralizado” no processo de reformulação da LUOS (Lei de Uso e Ocupação do Solo) em concomitância com os Planos Regionais de Subprefeituras, aprovados praticamente no mesmo período que viabilizaram a divisão da capital paulistana de subprefeituras (Bonduki, 2018).

Já em relação à Frente Popular, os pontos nodais estavam ao redor da regulamentação e auto aplicabilidade das ZEIS⁸³ e de outros instrumentos relacionados à Reforma Urbana (Bonduki, 2018). Quanto a essa reivindicação, conseguiu-se junto ao Defenda São Paulo que abrisse mão de parte do acordo de não mexer no zoneamento para a entrada imediata de funcionamento das ZEIS. Já o setor imobiliário aceitou o instrumento em troca de algo muito interessante ao os nosso objeto: uma nova tipologia passível de ser construída nas ZEIS, a chamada Habitação de Mercado Popular (HMP). Ainda restava a disputa em torno da garantia das funções sociais da terra de acordo com a constituição, mas que foram pactuadas também nos seguintes termos:

Assim, o PDE criou 94 perímetros de ZEIS 2 (em áreas vazias) e 60 perímetros de ZEIS 3 (em áreas centrais) e, com as ZEIS 1, iniciou o reconhecimento e o planejamento da cidade informal, que entrou no mapa, facilitando o processo de regularização e urbanização de assentamentos precários. **Em relação aos instrumentos relacionados à função social da propriedade**, a oposição à sua inclusão no PDE pelo setor imobiliário e por alguns vereadores foi minimizada pelo fato de que seria necessário aprovar uma lei específica. Dessa forma, foram incluídos no PDE todos os instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade para punir imóveis não edificadas, subutilizados ou não utilizados (incluindo edifícios desocupados), como o parcelamento, edificação e utilização compulsórios,

⁸³ Segundo o autor: “instrumento para facilitar a regularização de favelas e loteamentos irregulares e estimular e baratear a promoção de habitação social nas áreas centrais e dotadas de infraestrutura”(Bonduki, 2018, p. 201).

o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) progressivo no tempo e a desapropriação com títulos da dívida pública, que poderiam ser aplicados dentro dos 56 distritos mais bem dotados de infraestrutura e nos perímetros das ZEIS. **No entanto, aprovar a lei específica foi uma luta que ainda levou oito anos, por iniciativa do Legislativo, somente tomando sua forma definitiva no PDE de 2014**(Bonduki, 2018. p. 201. Grifos nossos)

Tais “acordos democráticos” garantiram que o PL 290/2002 fosse aprovado com apoio de todos os partidos e com apenas um voto em contrário do Prona (Bonduki, 2018). Mesmo a tentativa de colocar mudanças não pactuadas de última hora, o chamado “submarino”, não logrou êxito perante o extremo consenso final. Ao final, o texto do relator/autor de estudos da Reforma Urbana no Brasil, foi aprovado mesmo com tanta divergência inicial. Um êxito absoluto.

Há quem discorde. Tais flexibilizações para garantia do pacto em torno da aprovação, de um lado demonstraram uma não ruptura com um vício central dos processos de planejamento urbano. Por outro lado, foi um marco importante de um processo de reestruturação do mercado da construção com consequências para o pacto social dos governos petistas nos anos seguintes que trouxe até a perda do Ministério das Cidades pelo “campo popular”. Sobre o primeiro ponto, da cisão entre plano diretor e zoneamento Villaça argumenta:

A história do planejamento urbano no Brasil deixa muito claro que existe uma grande diferença entre zoneamento de um lado e plano diretor de outro. Essa diferença é importante, embora em muitos casos, principalmente entre os leigos, ambos se confundam(...) Em primeiro lugar, o zoneamento existe no Brasil há mais de um século, desde o final do século XIX, enquanto que a idéia de plano diretor só surgiu por volta de 1930 com o Plano Agache, para a cidade do Rio de Janeiro. Desde seu surgimento, **o zoneamento sempre foi constituído de leis claras e objetivas, que claramente dizem o que é permitido e o que é proibido e em que parte da cidade;** é constituído portanto de leis auto-aplicáveis e que tem sido efetivamente aplicadas (obviamente com todos os percalços que se manifestam na aplicação de lei no Brasil). **O zoneamento tem sido constituído por leis que inequivocamente têm sido formuladas para serem cumpridas, pois correspondem a interesses claros da classe dominante. O plano diretor, ao contrário, tem sido, com enorme frequência, pleno de retórica, princípios gerais, diretrizes, objetivos não auto-aplicáveis e de boas intenções.** O interesse da classe dominante nos planos diretores existe, porém, ao contrário do zoneamento, não é nada claro. O zoneamento tem sido eminentemente empírico e surgiu no final do século XIX, tanto no Rio como em São Paulo, desvinculado de qualquer teoria e destinado a atender a necessidades claras e objetivas da classe dominante no tocante às partes de nossas cidades que eram de seu interesse, a saber: o centro principal e seus bairros residenciais (Villaça, 2005. p. 1-2. Grifos nossos)

Assim, a separação no processo do plano diretor de São Paulo de 2002 entre plano diretor e zoneamento demonstraria o interesse da classe dominante na utilização do plano

diretor enquanto ideologia urbana em si mesmo. Demonstra inclusive que não houve ganho para o dito “campo popular” em tal separação pois para o setor dominante não há problemas que os grandes, abrangentes e abstratos princípios estejam no plano, desde que as questões principais do solo urbano estejam definidas no zoneamento. Mostra também a negativa do discípulo de observar as colocações do mestre mesmo escrevendo o texto citado em 2018, enquanto os trabalhos de Villaça sobre a temática são de 2005-2011.

Agora sobre a “teoria pura” apontada por Villaça, que constitui os planos diretores no Brasil (Villaça, 2005). Apenas discordamos de ela se deslocar totalmente de sua base empírica como o autor aponta, baseado nos estudos de Chauí sobre Ideologia. Para nós não “se descola da base que lhe formou”, pelo contrário, expressa um chão material bem definido, que se expressou em diversos campos de luta popular e cuja sua existência no processo de luta pela Reforma Urbana no Brasil deu à luz a sua própria ideologia, a Ideologia Urbana.

Para nós, a perspectiva de Bonduki, bem como do campo da Reforma Urbana no Brasil, sobre o plano diretor expressa o processo de pacto social ocorrido no Brasil chamado de ciclo democrático e popular (Iasi, 2005). Ao se realizar-se constituiu-se no rebaixamento histórico, não do projeto, que realizou-se, mas da luta da classe trabalhadora aos limites de amoldamento à governabilidade e à ordem. Uma vez rebaixados, esse desenvolvimento se volta contra os sujeitos que o criaram como algo entranhado .

Se do ponto de vista das consequência políticas pode parecer deveras abstrato as consequências sociais do processo do plano diretor de São Paulo de 2002, talvez do ponto de econômico, elas sejam mais evidentes. Permitamos rapidamente no embate de mestre e discípulo a participação de outra autora. Nos diz Shimbo:

A “nova” política nacional de habitação, elaborada em 2004 pelo primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva(2003-2006), especificava dois subsistemas de habitação: O Subsistema de Habitação de Interesse Social e o Subsistema de Habitação de Mercado, separados de acordo com o perfil da demanda, cada um com suas fontes de recursos específicas. Além disso, visava ampliar maciçamente os recursos do FGTS e do SBPE para os financiamentos habitacionais e arregimentar outros fundos para esse fim, na perspectiva de se aumentar a produção subsidiada de habitação(para faixas até três salários mínimos) e de se fomentar o mercado privado de habitação. Uma das intencionalidade dessa política era justamente ampliar o mercado para atingir os “setores populares”, permitindo a “otimização econômica dos recursos públicos e privados investidos no setor habitacional”(BRASIL, 2004). Para tanto , era prevista a criação de mecanismos, tanto de proteção aos financiamentos habitacionais como de captação de recursos, entre os quais, aqueles disponíveis no mercado de capitais (Shimbo, 2012, p. 19)

Estamos convencidos que essa nova política foi influenciada diretamente pelo processo paulista. O aumento do setor de habitação popular se inspirou diretamente nas

exigências do mercado imobiliário paulista tendo em vista a abertura de um novo nicho de financiamento estatal. Além de interessante para esse setor, a política constituiu-se como excelente política eleitoral de apelo popular de realização do sonho da casa própria. Esse processo vivi pessoalmente quando no episódio de remoção de minha família no contexto das remoções para a realização da Copa do Mundo de 2014.

Em meio às tentativas de cooptação dos movimentos populares de moradia e a promessa de uma habitação do MCMV , esta política habitacional constituiu-se num dos grandes trunfos do governo e objeto de negociação do movimento de famílias atingidas por diversas intervenções promovidas durante os governos petistas(2002-2016). Por trás disso um intenso processo de financeirização e captação do fundo público:

Por um lado houve um **aumento exponencial nos valores de financiamento habitacional contratados pelo sistema FGTS-SBPE**: em 2003 quando se iniciou o primeiro governo Lula, o valor total contratado era de aproximadamente cinco bilhões de reais, em 2008, na metade do segundo governo, esse valor excedeu 40 bilhões de reais(CBIC,2018). Por outro, **um conjunto de grandes empresas construtoras e incorporadoras se aproximou do mercado de capitais** pela captação direta de recursos via “Oferta Pública de Ações” OPA (...) na Bolsa de Valores de São Paulo(Bovespa). Até 2008, as 25 empresas listadas no segmento “construção civil” da Bovespa haviam captado mais de 20 bilhões de dólares. **Nesse contexto, surgiu um novo agente privado na produção de habitação, que desempenha múltiplos papéis, outrora delegados à agentes diferentes.** A incorporadora e a empresa construtora, fundidas numa mesma figura jurídica, agora compra terrenos (e os reserva, numa *land bank*), executa a construção, comercializa as unidades habitacionais, articula o financiamento habitacional do cliente (fase de pré-aprovação na concessão do crédito) e captura recursos do mercado de capitais - além daqueles do SFH (Shimbo, 2012, p. 20. Grifos nossos)

Assim o mercado imobiliário obteve duplo benefício: acesso aos recursos de ambos os sistemas de financiamento previstos pela política habitacional. Esse processo ficou conhecido como a “financeirização da política habitacional no Brasil” (Shimbo, 2012). Houve então uma transmutação do discurso de universalização dos direitos urbanos para a lógica seletiva dos mercados, com uma nova arquitetura financeira ligada a novos padrões de acumulação de capital (Royer, 2009 apud Shimbo, 2012).

Que ironia! Todo um processo justificado em São Paulo na base da garantia dos direito à moradia e a Reforma Urbana acabou por gerar justamente a captura desses direitos(e em vários casos a perda da própria casa) para alimentar a consolidação de um setor monopolista da construção civil no país. Como dizia um velho teórico russo: erros teóricos geram erros práticos. Ao que pode ser completado pelo ditado popular, muitas vezes repetido por um velho barbudo alemão: “o caminho para o inferno está pavimentado de boas intenções”.

Agora já podemos seguir para o final do longo e importante embate entre Villaça e seu discípulo bem intencionado.

4.2.3 O “sujeito oculto” da ideologia do plano diretor.

Para Villaça só é possível entender realmente o processo do Plano Diretor de São Paulo tendo em vista sua segregação socioespacial (Villaça, 2005). Ela aponta o limitadíssimo efeito que esses planos têm na vida da imensa maioria dos moradores da cidade e baixa participação desses no processo de feitura desses instrumentos. Também serve de horizonte para processos semelhantes em grandes cidades do País onde reina a luta de classe em torno do território urbano. Por fim, mostra-se como o chão ao qual se eleva uma ideologia urbana do planejamento urbano:

Em outra obra, analisando a estrutura urbana da Área Metropolitana de São Paulo (assim como a de outras áreas metropolitanas brasileiras) mostramos que a distribuição espacial de suas classes sociais não é nada uniforme. Há uma clara concentração das camadas de mais alta renda numa determinada região da cidade, região essa constituída por dezenas de bairros. **Essa região é o Quadrante Sudoeste.** Nela há bairros de todas as classes sociais, inclusive favelas. Entretanto, a maioria das classes médias e a totalidade das classes acima da média moram nessa região. Chamamos então a atenção para o fato de que a recíproca desta afirmação não é verdadeira, ou seja, é falsa a ideia de que maioria dos que moram nessa região seja das classes média e acima da média. Apesar de minoritária em relação ao total da cidade, **a população do Quadrante Sudoeste tem um poder político muito maior do que o de todo o restante da cidade** Em consequência dessa concentração espacial de poder político, a atuação do poder público vem favorecendo esse Quadrante há mais de um século, em virtude do que ele tem padrões urbanos (especialmente de circulação e transportes) e ambientais muito melhores do que a maior parte da cidade, como se verá a seguir (Villaça, 2005, p. 25. Grifo nosso)

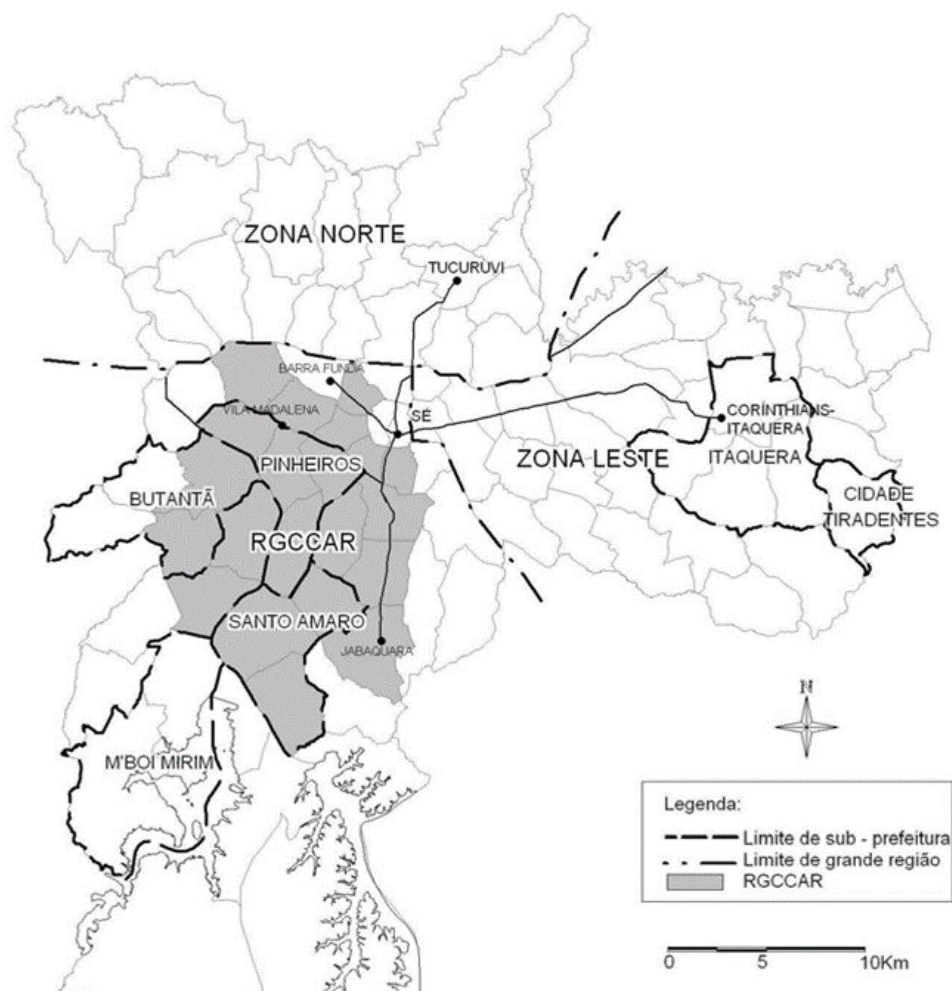
No Rio de Janeiro o exemplo equivalente dessa “Região de Alta Concentração das Camadas de Alta Renda” - RGCCAR, seria a zona sul do Rio. Mesmo a presença da Favela da Rocinha não tira sua existência como portadora dos mais ricos. Em Fortaleza identificamos a divisão entre oeste/leste da cidade, onde neste último concentra-se a região dos mais ricos. Em cada capital é possível identificar essas diferenças de território e poder.

O que caracteriza essas áreas é a concentração de classes acima da média em relação a outras. Isso não quer dizer maioria absoluta mas apenas relativa, pois não raro a maioria populacional é formada por pessoas pobres, porém com alta concentração dos mais ricos naquela parte da cidade. Para exemplificar esse processo em São Paulo, Villaça reuniu os seguintes dados:

De todos os chefes de domicílio da Região Metropolitana (de São Paulo), 82% ganhavam menos que 30 salários mínimos. De todos os chefes de domicílio da região Metropolitana que ganhavam mais que 30 salários mínimos, 53,3% moravam na RGCCAR. De todos os chefes de domicílio da Região Metropolitana que ganhavam menos que 30 salários mínimos, apenas 9% moravam na RGCCAR. Considerando-se apenas o município de São Paulo, tem-se: Em todo o município, apenas 6% dos chefes de domicílio, ganhavam mais que 30 salários mínimos em 2000. De todos os chefes de domicílio do município que ganhavam mais de 30 salários mínimos em 2000, 68,27% moravam na RGCCAR. Se passarmos a linha de corte em 20 salários mínimos mensais como rendimento do chefe de domicílio, e chamarmos de integrantes das respectivas famílias de “classes média e acima da média” e desejando medir sua concentração na RGCCAR temos: de todos os chefes de domicílio da Região Metropolitana que ganhavam mais que 20 salários mínimos, 47% moravam na RGCCAR. De todos os chefes de domicílio do Município de São Paulo que ganhavam mais que 20 salários mínimos, 62% moravam na RGCCAR (Villaça, 2005, p. 29)

É um processo centenário de concentração de poder que no período apontado pelo autor continuava a se realizar na região, direcionando o crescimento desses bairros cujos empreendimentos custavam a vingar em outras regiões, o que acabava por pressionar os preços para cima e a ocupação de cada poro do espaço de forma vendável. Isso torna o quadrante sudoeste em tudo diferente do centro da cidade, o que pode ser atestado nos seguintes quadros:

Figura 4- Mapa do quadrante sudoeste e quadro comparativo entre as regiões



MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – GRANDES REGIÕES 2000

REGIÕES	POPULAÇÃO <i>habitantes</i>	N° DE RESP. POR DOMICÍLIOS	FAIXAS SALARIAIS						SEM RENDTO.	
			ATE 5 SM		> 5 A 20 SM		> 20 SM		N° Abs.	%
			N° Abs.	%	N° Abs.	%	N° Abs.	%	N° Abs.	%
CENTRO	67833	28486	11025	38,7%	13540	47,5%	1980	7,0%	1941	6,8%
RGCCAR	1679923	560558	124079	22,1%	227966	40,7%	174588	31,1%	33925	6,1%
ZONA LESTE	3696248	1020763	557620	54,6%	316758	31,0%	37879	3,7%	108504	10,6%
ZONA NORTE	2160552	603289	302623	50,2%	206122	34,2%	36058	6,0%	58486	9,7%
OUTROS	2829696	772881	424634	54,9%	208305	27,0%	31481	4,1%	108461	14,0%
TOTAL	10434252	2985977	1419981	47,6%	972691	32,6%	281986	9,4%	311317	10,4%

Fonte: Villaça(2005)

Importante notar a diferença de renda entre as regiões. A Zona Leste aparece como o extremo oposto não apenas geograficamente mas economicamente em relação ao quadrante sudoeste. Do ponto de vista de intervenções urbanas, a maioria dos viadutos e vias elevadas da cidade também se concentram nesta mesma zona abastada. Isto não é um detalhe menor, pois completando-se a isso:

Com exceção do Mini Anel Viário, todas as grandes perimetrais da cidade estão localizadas no Quadrante Sudoeste, a saber : a Av. Paulista, a Av. Brasil-Henrique Schaumann-Av. Sumaré, a Av. Faria Lima (e seus prolongamentos) a Av. Luis Carlos Berrini e a marginal do Rio Pinheiros. Todas elas (com exceção da Av. Brasil, mas não dos seus prolongamentos, Henrique Schaumann e Av. Sumaré) foram abertas pelo poder público. As vias perimetrais representam um estágio superior ou mais desenvolvido de sistema viário. O estágio mais rudimentar é aquele com total ou grande predomínio de radiais, como ocorria em São Paulo até a década de 60 e ainda ocorre até hoje fora do Quadrante Sudoeste. As radiais não se tornam vias “nobres” e imobiliariamente valorizadas, pois ligam o centro a periferia. As perimetrais, ao contrário, tornam-se valorizadas, pois ligam uma região de alta renda a outra região de alta renda (já que elas só existem no Quadrante Sudoeste). Por isso se transformam (ao contrário das radiais) em “ruas nobres”, ou seja, as de mais alto valor imobiliário da cidade. A R. Oscar Freire, a principal via comercial dos Jardins e uma das mais valorizadas da cidade, é uma mini-perimetral. Até linhas perimetrais de trem (Ramal do rio Pinheiros) e de metrô (linha da Paulista), o Quadrante Sudoeste tem!(Villaça, 2005, p. 32)

Vejam a importância da localização das radiais como expressão do desenvolvimento urbano desigual e combinado! Já as perimetrais ao ligarem regiões de alta renda com regiões idênticas criam corredores de valorização que reforçam os privilégios já existentes nesta região. Não é de se admirar então a concentração de renda nos bairros abaixo:

Figura 5 - Concentração de renda nos bairros do

Quadrante Sudoeste

MUNICÍPIO E REGIÃO	POPULAÇÃO <i>Abitantes</i>	N.º DE RESP. POR DOMICÍLIOS	FAIXAS SALARIAIS						SEM RENDTO.			
			ATÉ 5 SM	> 5 A 20 SM	> 20 A 30SM	> 30SM	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%		
Município de São Pau	10 434 252	2 985 977	1E+06	48%	972691	33%	103 542	3%	178 445	6%	311 318	10%
RMSP	19 196 979	5 375 122	3E+06	51%	2E+06	31%	143 307	3%	228 518	4%	602 474	11%

QUADRO Nº 2
MUNICÍPIO E REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
POPULAÇÃO POR FAIXAS DE RENDA - 2000

SUB - PREFEITURAS E DISTRITOS	POPULAÇÃO <i>Abitantes</i>	N.º DE RESP. POR DOMICÍLIOS	FAIXAS SALARIAIS						SEM RENDTO.			
			ATÉ 5 SM	> 5 A 20 SM	> 20 A 30SM	> 30SM	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%		
Alto de Pinheiros	44454	13636	1940	14,2%	4869	35,6%	1395	10,2%	4 903	35,8%	589	4,3%
Bela Vista	53190	24637	5767	23,4%	12474	50,5%	2 012	8,1%	3 245	13,1%	1189	4,9%
Butantã	52649	16388	4128	25,2%	7175	43,8%	1536	9,4%	2 539	15,5%	1010	6,2%
Campo Belo	66646	21503	3947	18,4%	8392	39,0%	2 367	11,0%	5 828	27,1%	969	4,5%
Campo Grande	91373	27243	8085	29,7%	15665	42,5%	2 207	8,1%	3 520	12,9%	1866	6,8%
Consolação	54522	21781	3033	13,9%	9737	44,7%	2 166	9,9%	5 829	26,8%	1016	4,7%
Itaim Bibi	81456	29566	3705	12,5%	11749	39,7%	3 584	12,1%	9 151	31,0%	1377	4,7%
Jabaquara	214095	62416	26301	43,1%	22734	36,4%	3 221	5,2%	3 834	6,1%	5726	9,2%
Jardim Paulista	83667	32712	2955	7,8%	12648	38,7%	3 928	12,0%	12 047	36,8%	1534	4,7%
Lapa	61875	19867	5466	27,5%	9282	46,7%	1 685	8,4%	2 681	13,5%	773	3,9%
Liberdade	61875	21941	5725	26,1%	10491	47,8%	1 515	7,4%	2 600	11,8%	1510	6,9%
Moema	71276	26371	1829	6,9%	9015	34,2%	3 140	11,9%	10 948	41,5%	1439	5,5%
Morumbi	34588	9578	1598	16,7%	2451	25,6%	814	8,5%	4 091	42,7%	624	6,5%
Perdizes	102445	35576	5339	15,0%	14336	42,0%	4 328	12,2%	9 796	27,5%	1177	3,3%
Pinheiros	62997	23253	3268	14,1%	9875	42,5%	2 527	10,9%	6 780	29,2%	803	3,5%
Santa Cecília	71179	26151	6098	23,3%	13010	49,7%	1 893	7,2%	3 468	13,3%	1682	6,4%
Santo Amaro	60539	18898	3204	17,0%	8084	42,8%	1 736	9,2%	4 431	23,4%	1443	7,6%
Saúde	118077	33748	8052	20,3%	18096	45,5%	4 593	11,6%	7 249	18,2%	1758	4,4%
Vila Andrade	73649	20992	8639	41,2%	3556	16,9%	1 082	5,2%	4 268	20,3%	3447	16,4%
Vila Mariana	123683	43351	5997	13,8%	19405	44,8%	5 238	12,1%	10 854	25,0%	1857	4,3%
Vila Sonia	87379	24830	8803	35,5%	8422	33,9%	1 725	6,9%	3 754	15,1%	2126	8,6%
TOTAL	1679923	560558	124079	22,1%	227966	40,7%	52772	9,4%	121816	21,7%	33925	6,1%

QUADRO Nº 2-A
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
REGIÃO DE GRANDE CONCENTRAÇÃO DE CAMADAS DE ALTA RENDA

Fonte: Villaça(2005)

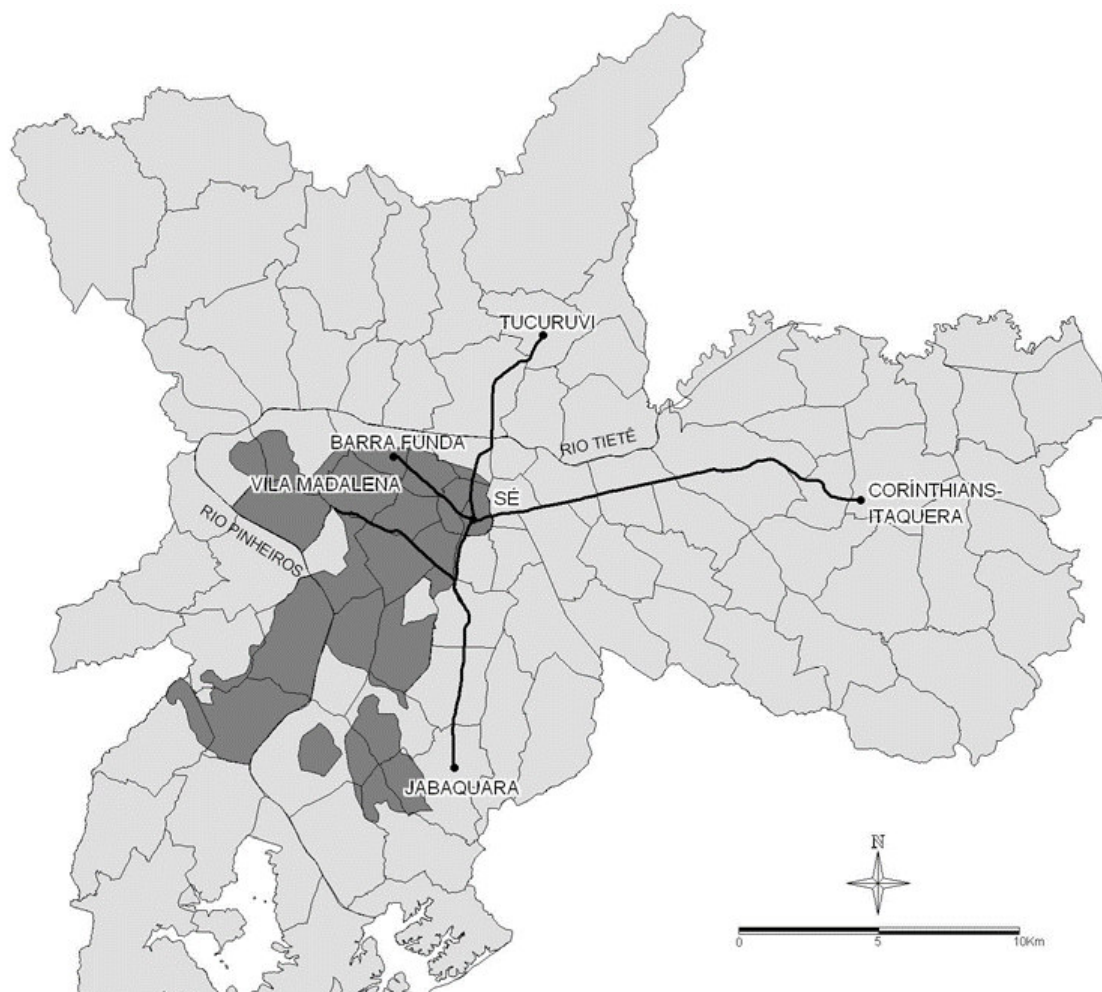
A região é campeã de “bons”⁸⁴ indicadores. Concentra as áreas de “nenhuma ou baixa vulnerabilidade social” (Villaça, 2005). Também se constitui como uma região predominantemente branca. Em seus distritos concentram-se a área com no máximo de 10% de população negra. Lá estão localizados todos os dez distritos que são “melhores para

⁸⁴ Para o mercado, obviamente.

jovens”, considerando: mães adolescentes, viagens por lazer, crescimento populacional, taxa de homicídios, escolaridade, rendimento familiar, índice de mobilidade, dentre outros.

Nem o clima escapa às determinantes sócio-econômicas da luta de classe em torno do solo urbano:

Figura 6 - Zona de Temperatura amena na cidade de São Paulo.



Fonte: Villaça (2005)

A figura (...) mostra que o clima no Quadrante Sudoeste é mais ameno que no restante da zona urbana do município. Nesse Quadrante a temperatura varia entre 25 e 29 graus, enquanto na Zona Leste varia entre 29 e 33 graus. Ali a temperatura chega a ser 9 graus menor que na Zona Leste. FOLHA DE SÃO PAULO 15/02/2004, pg. C-8. Fontes: Defesa Civil do Município, Nasa, Augusto José Pereira Filho, Atlas Ambiental do Município de São Paulo e “*Ilhas de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo*”. Nossa interpretação é que isso se deve ao fato de o Quadrante Sudoeste ser mais arborizado e ter mais praças e áreas verdes que a Zona Leste, por exemplo. **O fato não tem relação com a altitude, como poder-se-ia imaginar.** A maior parte dos bairros ao longo do Rio Pinheiros, e mesmo afastados dele, como os Jardins América e Europa, Alto de Pinheiros e City Butantã, por exemplo, (todos no Quadrante Sudoeste) tem a mesma altitude que a maior parte da Zona Leste. A fig. 7 mostra as Áreas de Temperatura Mais Amena,

excetuadas evidentemente, as regiões serranas da zona norte (Serra da Cantareira) e do extremo sul do município(Villaça, 2005, p. 37. Grifo nosso)

Incríveis 9 graus de diferença entre regiões dentro da mesma cidade e sem ser por fatores puramente climáticos! A expressão “inferno na terra” encontra aqui seu fundamento e olha que o período estudado já conta 20 anos. Sabemos como as condições do aquecimento global pioraram desde então, fiquemos a imaginar(enquanto não construirmos nova pesquisa) como estão as condições atuais...

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁸⁵, a região também concentra os melhores indicadores com a região de Moema(0,884), seguido pelo Morumbi(0,860), Jardim Paulista(0,850), Pinheiros(0,833), Itaim Bibi(0,811) e Alto Pinheiros(0,801) (Villaça, 2005). Toda essa região concentrava apenas 13,53% da população do município à época. Além disso o Quadrante Sudoeste têm a maioria dos distritos com renda familiar acima de 3000 mil reais (na época o salário mínimo era de 151 reais).

Por fim, a região concentrava entre 1972 a 2004 quase todas as Zonas Z-1 (exclusivamente residenciais. Quando do debate do plano diretor que discutimos o relator vereador Nabil Bonduki recebeu 707 propostas para o documento. Destas 656 delas, 92,8%, foram oriundas do Quadrante Sudoeste (Villaça, 2005). Fazemos então a mesma indagação do autor ao levantar todos esses dados: é possível que o plano diretor como orientador do crescimento ordenado (de acordo com a lenda) condições para a alteração desse cenário? Como é possível pensá-lo sem ter em vista a preponderância econômica e social de uma “zona” sob a outra?

Pela análise de Villaça, não. Isso porque dentre outras coisas, o próprio zoneamento foi construído no Brasil na base da captura pela classe dominante. Ela é uma versão dessa classe sobre o processo social urbano. Por isso ela é sempre “otimista”, “positiva” e “idealista”. Apresenta o zoneamento como zelador do interesse público, quando na verdade zela pelo interesse minoritário(Villaça, 2005). Isso se dá ocultando a dominação, a injustiça e a exclusão que acontece na realidade urbana, sempre com “boas intenções”, como demonstramos na análise feita por Bonduki do mesmo processo concreto estudo por seu mestre.

A ideologia dominante exerce um poderoso efeito magnetizador. Isso por que:

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o

⁸⁵ Que funciona numa escala de 0 a 1.

seu poder espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual. **As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideais;** portanto das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio (Marx; Engels, 2012, p. 67. Grifo nosso)

Vejam bem “a expressão ideal dessas relações”, não necessariamente uma expressão que a revele do ponto de vista óbvio, mas a oculta. Na verdade, sua forma mesma de expressão nesse caso é aparecer vestida de seu contrário, afirmando que é um processo que beneficiará a todos. Uma reflexão e ações consequentes deviam antes de mais nada questionar o plano diretor como ideologia antes mesmo de o abraçá-lo como solução (como o mestre Villaça ensina ao seu ex orientando).

Mas pensando bem, por isso mesmo são as ideias de seu domínio pois tem essa capacidade de parecer de todos mesmo que privilegiem uma parte apenas. Podemos tecer críticas a Bonduki, mas temos clareza que ele age num território criado e reproduzido pela classe dominante. O problema é ele acreditar “no conto do vigário”, o legitimando com o discurso (prático e legislador!) que atende aos despossuídos.

Isso é agravado pois a ação de Bonduki expressa uma parte da Ideologia Urbana presente em nosso campo que acaba como agir como representante dos direitos dominantes, pois:

A divisão do trabalho que atrás encontramos como uma das principais forças da história até os nossos dias, manifesta-se agora também na classe dominante como divisão de trabalho espiritual e material, pelo que no seio dessa classe uma parte surge como pensadores dessa classe **(os ativos ideólogos criadores de conceitos da mesma, os quais fazem da elaboração da ilusão dessa classe sobre si própria a sua principal fonte de sustento), ao passo que os outros têm uma atitude mais passiva e receptiva em relação às ideias e ilusões,** pois na realidade são eles os membros ativos dessa classe, e têm menos tempo para criar ilusões e ideias sobre si próprios (Marx; Engels, 2012, p. 68. Grifo nosso)

Assim, desse ponto de vista, apesar do discurso bem intencionado, parte do nosso campo (a grande parte pelo que inferimos em nossa pesquisa) parece agir como esses representantes, inclusive ganhando a vida assim, sempre repetindo os mesmos discursos sobre as potencialidades do plano diretor, muitas vezes viabilizando a tal narrativa necessária para a legitimação da classe dominante. Inclusive à revelia dessa própria classe que em seu pragmatismo pode não dispor de conhecimento/tempo/condições para adequar seu conteúdo a forma ideológica adequada. De forma que:

No seio dessa classe pode essa sua cisão chegar a uma certa oposição e hostilidade entre ambas as partes, mas por que por si própria desaparece em todas as colisões práticas em que a própria classe fica em perigo, desaparecendo então também a aparência de que as ideias dominantes não seriam as ideias da classe dominante e teriam um poder distinto do poder dessa classe (Marx; Engels, 2012, p. 68. Grifo nosso)

Isso explica os aparentes embates dos sujeitos dominantes do processo do plano diretor de 2002 em São Paulo com o bem intencionado relator. Podemos muito bem, a partir disso, interpretar que o que apareceu para o relator como mediação com as diversas frações desse setor, na verdade significou mesmo seus interesses. E se num momento pareceu que divergiam era apenas isso, uma aparência, que ao final do processo pode ser constatado, naquele momento, como apenas prenhe do filho que nasceu. E este filho foi o plano diretor das e para as elites paulistas.

Se não é possível obter uma prova disso como nos inquéritos criminais onde ligações, contas bancárias, mensagens de rede social e etc. provam a ligação dos acusados é por que aqui estamos a trabalhar no nível das relações sociais que apenas são capturadas num alto nível de abstração que pressupõe que não apenas os agentes constroem tais estruturas, mas também são por elas usados. Não se deve julgar um homem (ou mulher) pelo que diz de si mesmo (o mesmo vale para as épocas históricas como nos lembra Marx) mas pelo que faz e por sua posição em tais estruturas:

Esse método histórico(...), tem de ser explicado a partir da conexão com a ilusão dos ideólogos em geral , por exemplo, as ilusões dos juristas, políticos(entre os quais, também, os estadistas práticos), a partir das divagações dogmáticas e distorções desses sujeitos, ilusão aquela que muito simplesmente se explica pela sua posição prática na vida, pela sua atividade e pela divisão do trabalho(Marx;Engels, 2012, p. 72)

Voltemos a Villaça para o fechamento da toada do “sujeito oculto” por trás do plano diretor de São Paulo em particular, a saber, os mandatários do quadrante sudoeste, e dos planos diretores em geral, de forma a ligar essa “ilusão” com sua base prática e seu sujeito.

Parte importante desses interesses é o zoneamento. Tal como o plano diretor ele também é um instrumento antigo (Villaça, 2005). Ele é apresentado pela ideologia urbana de algumas formas, mas que podem ser sintetizadas como: um “Ordenador” do espaço urbano, positivado, sempre comprometido com o “interesse público”. Advoga-se também que ele se constitui numa série de legislações que tem como finalidade atuar sobre o espaço urbano, variando sua normativa conforme a localidade na cidade em sua multiplicidade de usos.

Para Villaça essa definição oculta interesses ocultos que beneficiam uma minoria rica (Villaça, 2005). Em seu texto o autor resgata o histórico desse pragmático instrumento que garantiam o tratamento urbano diferente para camadas diferentes da população. Seja a proibição da construção de cortiços no zoneamento de 1886 em São Paulo, no perímetro central, seja a mudança em 1956 onde o zoneamento passou a regular também a intensidade da construção naquela parcela do solo criando o que chamamos hoje de “coeficiente de aproveitamento”.⁸⁶ Ou ainda em 1972, onde:

pela primeira vez o zoneamento passou a abranger a totalidade das atividades e do território da cidade de São Paulo. Entretanto ele sempre foi muito diferente segundo as diversas regiões da cidade, ou seja, ele sempre tratou essas regiões de forma diferente. Uma importante diferença reside no fato da totalidade das suas Zonas Exclusivamente Residenciais, por exemplo, (as chamadas Z-1 da Lei de 1972) estar localizada no Quadrante Sudoeste. Outra diferença é que apenas nesse Quadrante – nas Z-1 ou fora delas - o Zoneamento apresenta algum constrangimento ao mercado imobiliário; ou proíbe atividades que o mercado desejaria que não proibisse, ou limita o vulto dos edifícios a portes menores que aqueles almejados pelo mercado imobiliário. Os constrangimentos à atividade imobiliária passam a ocorrer então, tanto no tocante ao uso como em relação à intensidade do uso. Fora daquele Quadrante, apenas em alguns poucos bairros de classe média alta – Jardim Anália Franco, Tremembé, Alto de Santana e outros poucos - o zoneamento produz algum constrangimento ao mercado imobiliário (Villaça, 2005, p. 47)

Assim, no caso de São Paulo, mas também como um particular universal do Brasil, o Quadrante Sudoeste concentra os interesses da elite rica. Assim lá é que estão os problemas de qualidade de vida urbana e ambientais que o plano diretor de 2002 tentou na verdade resolver. Assim houve a mobilização política e econômica desses setores para atuar nesses planos.

A própria existência desses bairros demonstra o fosso de desigualdade social presente no Brasil. E isso se expressa também na diferença de interesse pelo zoneamento entre os moradores desse bairro de elite e o resto da população, em especial os mais pobres. Isso por que:

Na vasta maioria dos bairros da cidade, **o zoneamento não é valorizado pela população, que vê no mercado, pouco perigo de desvalorizar seus imóveis ou perturbar seu sossego**, seja pela presença de edifícios altos, pela vizinhança de estabelecimentos comerciais indesejáveis ou pelo incômodo de ruídos ou congestionamentos. Nesses bairros é improvável que o mercado faça surgir as concentrações de bares noturnos e restaurantes responsáveis pelo barulho e problemas de congestionamento e estacionamento que tanto infernizam os

⁸⁶ “Coeficiente dado pela relação entre a área construída (soma de todos os pavimentos) de um edifício e a área do terreno onde o edifício é construído. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 30/12/1971 determinou que esse coeficiente não poderia ultrapassar 4. A partir de então aumentou e muito o já grande interesse do setor imobiliário no zoneamento” (Villaça, 2005, p. 45).

moradores da Vila Madalena, dos Jardins, do Itaim, de Moema ou da Vila Olímpia (todos no Quadrante Sudoeste) e contra os quais a população desses bairros se colocou em pé de guerra para debater o zoneamento e pressionar a Câmara, enquanto as camadas populares ignoraram esses debates. Além disso, na escala de prioridades dos problemas da maioria da população, esses transtornos estão longe de ser os principais (Villaça, 2005, p. 48. Grifo nosso).

Segundo o autor, foram essas razões que fizeram (e fazem) a maioria da população a não dirigir atenção para o debate do zoneamento. No caso de São Paulo, não foi “desprezo pelo meio ambiente”, “desleixo” ou “ignorância” desses segmentos a causa desse desinteresse. Por isto, este não deve ser visto como surpresa. Assim, o interesse pelo zoneamento sempre foi algo relacionado às elites econômicas e políticas pois as principais propostas de zoneamento se restringem às áreas de suas moradias e de seus negócios. De forma que:

Segundo quadro comparativo apresentado pelo vereador Nabil Bonduki na última Audiência Pública, as antigas Z-1 (do zoneamento de 1972-2004) representavam a minúscula porcentagem de 4,81% da área urbana do município. Suas sucessoras no novo zoneamento de 2004 – as chamadas ZER – Zonas Exclusivamente Residenciais, em todas as suas três categorias, representam 5,22%. Praticamente a mesma coisa. Dessa irrisória parcela entretanto, tem brotado um incrível poder político, como mostra toda a história do zoneamento no município de São Paulo e como veremos no próximo Capítulo. **Esse desnível de poder político é também responsável pelo fato do Quadrante Sudoeste ter sido privilegiado pelo poder público ao longo dos últimos 120 anos.** Como já mostramos, no Quadrante Sudoeste, até o clima, que supostamente teria sido produzido pela natureza, na verdade o foi pela sociedade. Ele é então desigual, como essa mesma sociedade que o produziu(Villaça, 2005, p. 49. Grifo nosso)

Uma dominação urbana centenária que se expressa numa ideologia urbana da defesa do interesse privado travestido de interesse comum. Um outro aspecto desse fenômeno é justamente a alegada “participação popular” nesses processos, que além de legitimador aparece como o próprio fundamento dos instrumentos urbanos de planejamento.

Villaça (2005) num primeiro momento indaga que tal “participação popular” também poderia ser lida como um conjunto de pressões que poderiam ser exercidas sob o poder político quando este resolvesse decidir algo de interesse coletivo. Porém no Brasil tal ação se identifica somente com a presença em debates públicos oficiais legislativos e/ou executivos pela “população”. Como bom marxista o autor questiona de início o que se quer dizer ao citar esse termo. Assim:

Não existe “a população”. O que existe são classes sociais ou setores ou grupos da população. A classe dominante sempre participou seja dos planos diretores seja dos planos e leis de zoneamento. **Quem nunca participou foram – e continuam sendo – as classes dominadas,** ou seja, a maioria. Até agora foram essas classes as

grandes ausentes. Portanto, quando se fala em Plano Diretor Participativo, como sendo uma novidade e se referindo aos planos diretores do presente, essa ênfase na “participação” só pode ser referir à maioria dominada, já que a minoria dominante sempre participou, embora raramente de forma ostensiva (Villaça, 2005, p. 50. Grifo nosso)

A faceta perversa do plano diretor é que enquanto tenta convencer com a participação dos “debaixo”, na verdade está oculta a dominação participativa “dos de cima”. Isso pode ser observado no processo do plano diretor de São Paulo de 2002. Lá onde Bonduki viu participação popular, Villaça identificou estratégias refinadas por parte da classe dominante paulista. Ele aponta que estes setores participaram muito pouco nos debates públicos, visíveis. Por outro lado, a presença de setores médios e organizações nessas arenas passava uma aparência de “vacina” contra qualquer arbitrariedade surgida, e passavam a impressão que realmente os rumos da cidade estavam sendo debatidos coletivamente e no interesse da maioria.

O que se perdeu no ufanismo pela participativismo foi os outros meios muito mais poderoso que os setores abastados mobilizaram e que influenciaram muito mais decisivamente os rumos da cidade como o pagamento de matérias na imprensa, pressões nos vereadores e no próprio governador a época (Villaça, 2005).

Percebe-se que o problema por outro lado não é que uma minoria (numa cidade de 10 milhões de habitantes á época) tenha participado do debate, afinal como numa greve a “minoria atuante” tem toda condição de representar a “maioria silenciosa”. Mas sim do extremo abismo de influência entre essa minoria atuante e o setor ainda mais minoritário que nem apareceu nesses espaços públicos, muito menos debateu sobre os interesses da maioria. Isso também acabou por trazer um desafio metodológico para a pesquisa Villaciana que serve de aprendizado para nós todos: como capturar metodologicamente tal sujeito oculto? Sobre isso esclarece:

O uso da imprensa veio a ser muito importante nesta pesquisa, pois só por meio do seu noticiário é que foi possível introduzir na “participação popular” aquele que **foi certamente o mais poderoso e influente agente social envolvido no Plano Diretor: o Secovi - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo**. Isso porque o Secovi (bem como os setores econômicos em geral) praticamente ignorou os debates públicos, formais e abertos, e só através da imprensa - inclusive através da sua própria coluna – é que foi possível conhecer parte de sua atuação nos debates sobre aqueles planos. Além disso, a imprensa funciona como um poderoso componente das pressões exercidas sobre os políticos. A imprensa tem um enorme poder de reverberação e, ao divulgar as questões ligadas ao Plano Diretor, ampliou sua repercussão política. Informações colhidas no gabinete do vereador Nabil Bondiki dão conta de que para ali convergiram muitas reivindicações, sugestões e pressões oriundas dos mais diversos setores sociais. As provenientes das camadas

populares versaram majoritariamente sobre ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social. Entretanto as pressões oriundas dessas camadas e dirigidas a autoridades – quer as do Executivo, quer as do Legislativo - ao contrário daquelas oriundas das camadas de mais alta renda, tiveram pouca repercussão na imprensa(Villaça, 2005, p. 51. Grifo nosso)

A imprensa assim aparece como uma saída para os pesquisadores do campo da Reforma Urbana em busca da reconstrução dos passos desse sujeito oculto. Demonstra também o esvaziamento do rito burguês das audiências públicas praticamente passo obrigatório nas últimas décadas do caminho de reivindicação de direito ao Estado. 20 anos se passaram desde esse relato de Villaça, mas a crença no binômio audiências-políticas públicas continua forte.

Ao sujeito oculto que direciona o processo complementa-se a passividade daqueles que representam a maioria secundarizada pelo plano diretor e pelo zoneamento. Sobre isso, Villaça comenta que a principal reivindicação desse setor ficou ao redor da proposta da ZEIS, porém, esse instrumento não depende do plano diretor, antes precisando de uma lei específica para ele. Em vista disso Villaça pergunta-se se apenas essa pauta seria a única contribuição do movimento para os diversos problemas enfrentados pela maioria da população. E aproveita para realizar uma reflexão sobre os movimentos de luta urbana no país:

Finalmente, um último comentário sobre a ausência, o desinteresse, a incompreensão e mesmo sobre um certo “complexo de inferioridade” revelados pela maioria. Com efeito, ela parece aceitar a carapuça de ignorante em Plano Diretor. Como toda ideologia (ver Capítulo 12) a Ideologia do Plano Diretor e a Ideologia da Competência são idéias dominantes na sociedade (nas lideranças sociais) e – como não podia deixar de ser – domina também a maioria popular e suas lideranças. Estas apresentam então, uma visível insegurança e constrangimento em questionar o Plano Diretor. Aceitam a pauta do Plano tal como lhes é apresentada e hesitam em questionar a idéia dominante de que o Plano Diretor seria uma peça técnica e como tal visaria apenas o interesse público. Uma das evidências dessa posição é a publicação “PRINCÍPIOS PARA A CIDADE QUE QUEREMOS” assinada por onze “movimentos populares, ONGs, fóruns, instituições acadêmicas, associações de classe e urbanistas na defesa da participação popular e do processo democrático para a instituição...” do Plano Diretor para a cidade de São Paulo e apresentada como “... proposta para ser discutida na Câmara Municipal e com todos os segmentos da sociedade”.... E o que contém esse documento? Nada menos que onze princípios gerais!!! Contém exatamente aquilo que não falta ao Plano Diretor! **Princípios Gerais! Enquanto o SECOVI e as classes média e acima da média pressionam em nome de seus interesses concretos e objetivos, a maioria (vítima de mais uma ideologia) parece achar “feio” pressionar por interesses e propõe princípios gerais para serem discutidos “...na Câmara Municipal e com todos os segmentos da sociedade”!** É exatamente isso que não se espera da maioria. O que se espera é uma total revolução, por dentro e de baixo para cima, do conceito e metodologias do Plano Diretor. Ao invés de propostas concretas, a maioria propõe *discussão de princípios gerais!* (Villaça, 2005, p. 52. Grifo nosso)

Colocamos na íntegra essa passagem pois traz uma característica importante da Ideologia Urbana. Ela imprime nos dominados a abstração das reivindicações enquanto legítima o pragmatismo dos “técnicos”, dos “pragmáticos” portadores do discurso “tem que ser viável tal ideia” o que joga por terra o idealismo dos movimentos na arena ideológica dos “homens de estado”. A ideologia que imprime por sua vez é produto de relações bem concretas entre homens e mulheres, a nosso ver uma certa estratégia, fruto da luta da classe trabalhadora durante a redemocratização do país que encara seus momentos maduros nos dias atuais.

Chamamos de Estratégia Democrático e Popular tal estratégico e de Ciclo Democrático e Popular seu período de vida. Ela privilegia a defesa da democracia e seus espaços legitimados, em detrimento da ação direta e do questionamento da ordem, amoldando-se a ele e legitimando espaços que para seus próprios ocupantes formais(parlamentares ligados a classe dominante do país) funcionam apenas como “cortina de fumaça” para decisões resolvidas em particular.

Esse contexto impediu que a maioria da população trabalhadora participasse desses debates e pudesse realmente pauta-lo. Pode-se indagar que “questões pequenas” como o asfaltamento de uma rua na periferia não devia ser objeto de debate em tais formulações urbanas. Mas segundo Villaça(2005), foi justamente o que os bairros do quadrante sudoeste fizeram e utilizando todos os meios que sua posição privilegiada e dominante permitiu.

Mas qual a natureza desses “sujeitos ocultos” da ideologia urbana? Na época de sua pesquisa, Villaça apontou que diferentemente do que pensa o senso comum não são as empreiteiras as grandes interessadas nas intervenções urbanas em relação a suas localidades, pois estas estariam preocupadas mais no que é construído do que em sua localização. O setor imobiliário seria então o principal agente em relação às benesses da legislação sobre localização. Porém, vimos com Shimbo (2012) que essa distinção é ultrapassada, pois hoje a incorporadora concentra ambas as funções do processo construtivo com o adicional também de administração predial pós construção.

No entanto algo nos parece pertinente em relação a natureza social desses interesses, Villaça o comenta quando expõe o poderoso movimento feito pelos empresários em São Paulo quando da disputa em torno de um coeficiente de construção maior que um no debate do plano diretor daquela cidade⁸⁷ :

⁸⁷ Ao qual expomos acima a partir do relato de Bonduki. Estes setores elitizados pagaram milhares de reais comprando espaço nos jornais de grande circulação para demonizar o processo do plano diretor e pressionar pela alteração do coeficiente de construção. Nas matérias eram vinculadas uma posição maniqueísta onde o plano

O Secovi tem todo o direito de lutar pelos seus interesses. O que se pretende destacar neste Capítulo é a **desigualdade de poder e a falta de democracia da dita “Participação Popular” e a diferença entre as participações dos diferentes setores da sociedade**. Essa desigualdade não se manifesta apenas no abismo que separa os poderes econômico e político desses setores. O movimento dos Sem Teto teria, por exemplo, as mesmas condições de definir o que é “problema” e as mesmas condições de acesso à imprensa escrita, que tiveram as entidades que pagaram aquelas quatro paginas? Manifesta-se também nos métodos de sua participação, nos canais de divulgação aos quais têm acesso e nas suas possibilidades de pautarem os problemas levados a debate. A escolha dos problemas, por seu lado, é de vital importância, já que é ela que define quem participa e quem não participa dos debates. Quem pressiona dentro e quem pressiona fora deles. Finalmente é de se notar que a matéria de 4 páginas inteiras parece mostrar que “O Trabalhador” e as “Famílias” não têm condições de defender seus interesses e precisam da Frente para a Cidadania para fazê-lo. A Frente pretende assim aparecer como uma espécie de “anjo da guarda” da maioria (Villaça, 2005, p. 62. Grifo nosso)

Com os poderosos pressionando e marcando seus interesses, restou-se realizar várias audiências de debate sobre o plano diretor, agora por região e também audiências públicas diversas. Não vamos adentrar nos pormenores de cada uma delas, pois vai fugir de nossa análise sobre o efeito da ideologia urbana na análise de Mestre e Discípulo sobre a luta urbana no país. Basta sintetizar no fundamental que Villaça aponta que reforça seu olhar anti-ideológico para o mesmo processo estudado por Bonduki e a diferença das conclusões de ambos.

4.2.4 A ode final de Mestre e Discípulo.

De forma geral enquanto Villaça aponta que a ilusão do Plano Diretor decorre do enorme espaço que separa a prática do discurso das administrações municipais e da extrema desigualdade política e econômica do país, Bonduki coloca a experiência, a partir do caso de São Paulo, como positiva, mesmo onde não houve contraparte do setor privado sobre as benesses que recebeu, pois segundo ele a “mobilização popular” além de executar os instrumentos do Estatutos da Cidade ainda evitou “retrocessos institucionais” (Bonduki, 2018, p. 244).

Esperamos termos demonstrado por que isso acontece durante a exposição até aqui. A falta da perspectiva de classe de Bonduki, ou melhor, esta perspectiva atrelada apenas à conquista de direitos dentro do marco do estado democrático de direito, o impede de ver a ideologia urbana do plano diretor. Mesmo quando este não consegue efetivar os próprios

direitos prometidos às camadas populares. Isso por que segundo Villaça o plano diretor tem o mérito de:

(...)conseguir, com incrível facilidade, a adesão de significativas lideranças sociais e que, a primeira vista, não teriam interesse nessa adesão, como por exemplo a imprensa, setores empresariais, intelectuais e os políticos (como o caso da Prefeita Luisa Erundina relatado por Paul Singer no Cap. 3). Ele esconde interesses, sim, mas isso não é nada claro. Cria-se em torno dele uma *verdade socialmente aceita* – que junto com muitas outras constitui a ideologia dominante com a qual, como já dissemos, a sociedade toda está cegamente encharcada sem ter consciência disso. Por cerca de dois anos – entre meados de 2002 e meados de 2004 - o noticiário da imprensa paulistana falou exaustivamente de Plano Diretor. No entanto, sob esse rótulo foram abordadas quase que exclusivamente questões de zoneamento, e dentre estas, quase que exclusivamente questões referentes a bairros da população de mais alta renda. A imprensa – tanto quanto a população em geral – ignorou tudo aquilo que o Plano Diretor diz a respeito de obras. Também as suas 338 Ações Estratégicas foram ignoradas (Villaça, 2005, p. 90)

E ainda assim conseguir apoio de amplas parcelas dos movimentos sociais e de intelectuais da Reforma Urbana no Brasil como Bonduki, dentre outros. E aqui ressalta-se um fato aparentemente curioso que tanto a maioria da população de São Paulo quanto às entidades empresariais ignora o processo do plano diretor. Vimos que não é nem por ignorância da massa ou do patronato paulista, exemplo aqui desses segmentos em outras cidades, mas por que seus reais interesses não se encontram e nem se realizam através do plano componente mais exemplar da Ideologia Urbana no país.

Isto porque, segundo Villaça (2005) as propostas do plano diretor são de dois tipos: aquelas que a responsabilidade de execução é da prefeitura e outras que cabem a obediência do setor privado. Enquanto essas últimas são compulsórias e devem ser cumpridas com força de lei, como o zoneamento, as primeiras são “mero cardápio” (Villaça, 2005), cada governo municipal realiza essas medidas se quiser, dentro delas está o Plano Diretor.

Uma vez que os interesses da minoria estão representados nas que cabem obediência, o que sobra ao Plano Diretor é praticamente nada do interesse da maioria que será realmente efetivado, cumprindo assim apenas sua função enquanto expressão aparente da Ideologia Urbana⁸⁸. Assim:

Essas conclusões estão em chocante contraste com os apregoados poderes que há décadas são atribuídos aos Planos Diretores no Brasil. Estão em contraste inclusive com os objetivos do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Na Exposição de Motivos que acompanhou seu Projeto encaminhado à Câmara lê-se: “Busca-se, através do instrumento de gestão representado pelo Plano, incrementar o desenvolvimento local, entendido como crescimento das atividades econômico-

⁸⁸ Cujo núcleo nos parece a própria defesa de uma “Reforma Urbana”.

sociais, melhoria de qualidade de vida de **todos** (grifo nosso) superação das injustiças sociais que excluem parcelas da população dos benefícios desse desenvolvimento.”Logo em seguida: “O conjunto de medidas proposto pelo Plano busca reverter a tendência à concentração dos benefícios do desenvolvimento nas mãos de poucos, por meio da adoção de políticas públicas que tenham por objetivo a inclusão social daqueles deixados à margem no processo recente (sic).”Nunca, na esfera do planejamento urbano brasileiro, o devaneio ousou se afastar tanto da realidade! De boas intenções, está pavimentado o caminho do Inferno!(Villaza, 2005, p. 91)

Essas “boas intenções, são confirmadas pelo próprio Bonduki, relator do Plano Diretor de 2002, em seu balanço sobre o processo, com dois detalhes que chamam atenção:

A experiência do PDE de São Paulo, o maior do país, revela que, embora com limitações, é possível avançar muito quando as prefeituras estruturam uma estratégia urbana que combine instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade com a implementação de novos programas urbanos, realizados com determinação política, competência técnica e mobilização social. Em um caso concreto, houve avanços tanto na agenda tradicional da Reforma Urbana quanto na introdução de uma pauta inovadora e moderna, reivindicada pelos **novos atores urbanos**. São Paulo mostra que é viável implementar de forma muito positiva o Estatuto da Cidade, aplicando os instrumentos de forma apropriada à realidade do município. **Mas não pode ser visto como um modelo**, pois cada município tem uma realidade e requer uma estratégia própria(Bonduki, 2018. p. 254. Grifos nossos)

A primeira questão é quem seria esses novos atores que justificariam a importância de um plano ao qual a maioria da população foi e é ignorada. Segundo o autor, são pessoas jovens organizadas em “coletivos”, que rejeitariam a estrutura organizativa baseada no “líder”, uma presença massiva nas redes sociais, e o ativismo e ação direta como práticas (Bonduki, 2018). Como centralidade de sua pauta as questões de gênero, raça e orientação sexual e o questionamento a noção tradicional ou mesmo heterodoxa de “partido”.

Vimos no capítulo x, em que pesa a importância da organização política, esses movimentos sociais são elementos fundamentais da Estratégia Democrática e Popular que causou um efeito devastador na luta a classe trabalhadora brasileira inclusive, o que é objeto também dessa tese, no campo da Reforma Urbana no Brasil. É natural então que o autor não veja problemas no crescimento desses novos sujeitos e o papel ideologizador da luta pelo Plano Diretor.

O segundo elemento da citação é a falta de análise de totalidade que não permite ver o peso do processo paulista em relação ao resto do Brasil. Essa força é uma força prática pela concentração de capital e de poder na região que se confirma inclusive com a região de atuação dos consagrados teóricos da Reforma Urbana no país quase todos nesse Estado. A falta dessa concepção é a mesmo que oculta para o autor as determinações do capitalismo na questão urbana o que o leva também, dentre outros motivos, para a crença da transformação

democrática do impasse urbano entre proprietário e não proprietário do solo, seja criado ou não.

Villaça parece perceber essas limitações e aponta que o debate sobre planejamento urbano, deveria:

O planejamento urbano no Brasil, representado pelo Plano Diretor, está a exigir uma revisão radical, ou seja, pela raiz. Todos os seus pressupostos precisam ser questionados. Todos, sem exceção. A partir desse questionamento, é fundamental que o conteúdo do Plano Diretor e seus métodos sejam redefinidos de baixo para cima. A maioria deve recusar o Plano pautado pela minoria. Deve recusar participar do debate de um plano pautado pela minoria. O debate deve vir de baixo para cima e não ser um evento ao qual a maioria comparece *convidada* pela minoria. Os problemas e suas prioridades devem ser definidos pela maioria e esta deve recusar qualquer constrangimento por “não entender de planejamento urbano”. *Especialista* (ou *expert*) é aquele a quem o problema diz respeito! (Villaça, 1999, 236). Os técnicos têm que ser postos a serviço dessa maioria e da solução dos problemas que elas pautarem (Villaça, 2005, p. 92)

O autor esclarece ainda que não está a acusar (nem nós) que todos aqueles que aderem à verdade do Plano Diretor, o fariam por má fé. Nem que a pequena minoria que participou desse debate não encontrou ali uma forma legítima de aprendizado e reivindicação. Mas que além do processo ter ficado longe do dito interesse “público” nenhum desses aspectos isentaria o caráter alienado e alienante, anti social e perverso do plano diretor. Não o isenta de seu caráter ideológico e de seu papel na constelação da Ideologia Urbana.

Se nos arriçássemos a apontar qual das análises, entre mestre e discípulo, estariam mais corretas? Sim, pois do ponto de vista do campo, e em consonância com sua Ideologia Urbana, Villaça é lembrado mais pela sua perda enquanto teórico da Reforma Urbana do que pela substância de suas ideias. Então do ponto de vista da materialidade social, ou de uma tentativa de buscá-la, quem estaria mais correto sobre o plano diretor, o planejamento urbano no Brasil e por conseguinte sua ideologia? É o próprio Bonduki que responde, já prevendo as possíveis críticas:

As avaliações realizadas sobre a aplicação dos instrumentos criados pelo Estatuto da Cidade no conjunto dos planos diretores municipais desde 2001 mostraram uma baixa efetividade na regulação do mercado imobiliário e na garantia efetiva da função social da propriedade, decorrentes da dificuldade de regulamentação e **efetivação dos novos instrumentos incluídos de forma não aplicável nos planos diretores municipais**. Muitos avaliam também que a estratégia urbana implementada nesse período teria sido **muito institucional e legal, perdendo o contato com os movimentos sociais. Questiona-se se a mobilização social não teria sido colocada em segundo plano e que, sem ela, os avanços institucionais foram insuficientes e limitados para alterar a situação urbana do país**. De fato, em muitas cidades, a participação de movimentos sociais foi, ou tem sido, aquém da expectativa, **mas a questão é que, em um país tão vasto e diverso regionalmente como o Brasil, o grau de mobilização e organização da sociedade para defender**

a agenda da Reforma Urbana é relativamente pequeno frente ao poder das forças políticas e econômicas que defendem a ordem tradicional. Nesse sentido, o Estatuto da Cidade criou uma armadilha ao transferir para o município, através do plano diretor, o poder de estabelecer de que forma a função social da propriedade deveria ser exercida (Bonduki, 2018, p.252-253)

Dobrado a realidade dos fatos nas últimas páginas de seu longo livro sobre o Plano Diretor e sobre a Reforma Urbana no Brasil, Bonduki, relator do Plano de de 2005, articulador do próprio pacto que foi criticado é obrigado a reconhecer tudo que apontou seu mestre 13 anos antes (infelizmente sem dar o devido crédito), porém divergindo nas causas. Estas aparecem como sendo externas ao próprio campo da Reforma Urbana: primeiro culpa o tamanho do território, depois responsabiliza a responsabilidade pela execução estar no município, insinuando que deveria concentrar-se (talvez pelo próprio argumento da imensidão territorial) no governo Federal.

Sabemos por que o autor aponta o Governo Federal como o verdadeiro foco, pois nesse período temos a consolidação da política urbana dos governos petistas utilizando e superando os pactos sociais frutos dos debates em torno dos planos diretores e da experiência do zoneamento pactuado com as elites. Nas primeiras décadas de 2000, existia (e por incrível que pareça ainda existe) uma grande animação do campo da Reforma Urbana em torno desses governos e dessas políticas.

De forma geral essa “empolgação” foi direcionada a criação de Ministérios das Cidades no primeiro governo Lula e no Programa Minha Casa Minha Vida. Sobre seu resultado, mais uma vez o próprio Bonduki o responde, na penúltima página de seu livro:

Esse fato agravou-se pela maneira com que o **Ministério da Cidade** foi conduzido a partir de 2005 e, sobretudo, a partir de 2007. A campanha nacional pelos Planos Diretores Participativos foi a grande oportunidade de nacionalizar uma nova visão urbana, mas não poderia ter se limitado à etapa de elaboração dos planos diretores. Deveria ser um programa permanente, articulado com os municípios, capaz de garantir não apenas a difusão de uma nova agenda urbana, como de capacitar de forma contínua os atores sociais que pudessem, em nível local, implementar essa agenda. A interrupção ou arrefecimento desse trabalho após as mudanças políticas ocorridas no MCidades explica as dificuldades em efetivar os novos instrumentos. Outra oportunidade desperdiçada foi na formulação do **Programa Minha Casa Minha Vida**, quando o governo federal poderia ter exigido dos municípios a implementação dos instrumentos da agenda da Reforma Urbana, uma espécie de condicionante para repassar recursos subsidiados para a produção das moradias, conforme foi proposto no Plano Nacional de Habitação. Mais uma vez, a inoperância do MCidades e a opção do governo federal por desprezar a pauta fundiária e urbana para privilegiar a mera produção habitacional impediram que o enorme investimento feito pelo programa propiciasse um avanço na agenda das cidades beneficiadas, ao invés do processo especulativo que foi gerado (Bonduki, 2018, p. 253. Grifos nossos)

Poderia ter sido, mas não foi. Na falta da crítica a Ideologia Urbana, como fez sabiamente Villaça, seu orientador, resta a crítica a elementos externos, a toda abstrata “conjuntura” que aparece como apartada dos agentes do campo da Reforma Urbana. Igualmente culpar a reformulação do Ministérios das Cidades e sua reformulação sem apontar a estratégia democrática e popular do campo, já inserida nos debates do plano diretor e mesmo nos Estatutos das Cidades, reforça através do texto de Bonduki o que insistimos nesse trabalho durante vários capítulos sobre a Ideologia Urbana e sua ligação com os lutadores e lutadores, intelectuais e toda uma série de sujeitos constituintes desse campo.

O poder da Ideologia Urbana é tão grande que num mesmo autor temos a confissão do fracasso de determinada política urbana e ao mesmo tempo seu enaltecimento. Obviamente quando falamos de “fracasso” estamos a falar da perspectiva de um projeto de transformação social pela raiz da produção em massa de desigualdade urbana ligada intrinsecamente com a desigualdade social e a luta de classes no Brasil. Por isso mesmo a Ideologia Urbana é tão poderosa, diferente do que pensa Chaui(2003), até mesmo Villaça(2005) se apoiando nesta autora) sua força não vem do embuste enganativo, mas por que como toda Ideologia ela é uma expressão de uma determinada relação social no Brasil.

Esta relação social é justamente no plano geral a acumulação capitalista brasileira e sua formação social moldada particularmente pela sua luta de classes e sua consequente crise urbana. No plano particular esta relação é determinada pelo ciclo de lutas em torno da estratégia democrático e popular, colocada em movimento pela classe trabalhadora do país a partir do fim dos anos 1970 que encontra sua expressão no PT, CUT, MST, dentre outros e no plano do campo da Reforma Urbana no país nos parece ser expresso na Ideologia Urbana, cujo ocaso da política urbana dos governos petistas constitui-se como sua coroação e ao mesmo tempo temporário desencanto⁸⁹.

A “dança” que expomos entre mestre e discípulo, orientador e orientando, pelo resultado de nossa pesquisa, mostra a contradição dentro do campo entre duas perspectivas, entre dois desdobramentos do processo de consciência, entre ideologia e anti-ideologia, entre senso comum e autonomia histórica, entre habitus e ciência, entre uma perspectiva do campo materialista e uma ideológica. este nos parece do ponto de vista do campo intelectual a principal contradição do campo da Reforma Urbana.

⁸⁹ Dizemos “temporariamente”, pois apesar de escapar ao escopo temporal da pesquisa, atualmente vê-se um retomar da esperança com os instrumentos da Ideologia Urbana, mais uma vez com a volta de mais um governo do petista (agora petista-tucano) com Lula à frente.

5. OS FUNDAMENTOS DA CRÍTICA A IDEOLOGIA URBANA.

Nesse capítulo partirei da definição de “mais valia urbana” a partir do trabalho de Leite (2017; 2019), Deák (1985; 1987; 1992; 1995), Rosdolsky (2001), Marx(1980), Ministério das Cidades (2008) e Jorgensen (2006; 2008). Com isso tentarei esboçar as bases econômicas do que chamo de Ideologia Urbana.

Tomando a ideologia na definição de Marx e Engels (2012), em que esta expressa determinadas relações sociais na forma de idéias, quais são os elementos econômicos da Ideologia Urbana? Que relações as embasam?

A Ideologia Urbana apresenta-se em sua superfície pela crença do inconsciente do campo e senso público (Bourdieu 1989; 2002) e também pelo seu senso comum (Gramsci, 2002) em três elementos principais: 1- Que a Reforma Urbana está para ser feita no Brasil, que junto com as outras “reformas em atraso” (Fernandes, 2006) ainda não se concretizou, tendo os principais autores e debates pautados pela sua conquista em ligação com o “aprofundamento da democracia” (Maricato, 2019). As relações sociais que embasam tal crença nos remetem ao debate sobre a formação social brasileira e o grau de maturidade do capitalismo nacional ao qual me remeto no capítulo 3; 2- A crença no planejamento urbano como possível solucionador da questão do “uso social da terra”, cuja conquista caracterizaria o cerne da definição de Reforma Urbana (Maricato, 2014) ou, dizendo de outro modo, na crença na resolução da questão urbana (Lefebvre,1999; Castells, 2000) no âmbito da emancipação política, ou no “aprofundamento da democracia” (Maricato, 2019) dentro da ordem burguesa e seu aparato jurídico/legislativo. As relações sociais que embasam tal crença estão relacionadas à constituição do campo intelectual da Reforma Urbana no Brasil e seus diversos agentes, ao qual me remeto no capítulo ; e por fim, 3 - A crença de que os dispositivos contidos no Estatuto das Cidades, que regulamenta o exposto na constituição de 1988, quando nos planos diretores, relacionados a penalidades financeiras aos: donos de terra, construtoras, empreiteiras e os diversos agentes da construção urbana em situações especiais envolvendo o: zoneamento urbano, a outorga onerosa, IPTU, parcerias público privadas, dentre outras medidas de punição financeira, limitariam a expansão urbana “predatória”.

Estes instrumentos, teoricamente, recuperariam financeiramente “ganhos indevidos” pela valorização urbana adquiridos por esses agentes, limitando a especulação imobiliária e os interesses privados na expansão urbana o que ainda forneceria recursos para políticas públicas voltadas para o uso social do solo como, por exemplo, a construção de habitações populares e etc.

Chamados de “instrumentos de recuperação de mais valias urbanas” (Leite, 2017), teriam como justificativa de sua necessidade categorias econômicas importantíssimas como: preço da terra, renda da terra, mais valia, preço de produção, valor, dentre outros. Estariam calcados nas relações de propriedade privada em torno da terra urbana e também em determinadas visões de mundo sobre a acumulação capitalista no espaço. A análise do fundamento teórico desses instrumentos no campo da Reforma Urbana no Brasil será o fio condutor deste capítulo. Acredito que mais do que apenas a definição de um instrumento urbanístico, essa questão nos traz todo o sistema de crenças econômicas do campo da Reforma Urbana no Brasil.

5.1. Instrumentos de recuperação de mais valia urbana no Brasil.

Leite (2017) afirma que, apesar do consenso da justificativa desses instrumentos em seu caráter punitivo aos donos de terra e compensativo ao “interesse coletivo” no Brasil, existiriam divergência em relação a como tais operações deveriam ocorrer:

No caso brasileiro, há a tentativa deliberada de se delinear e diferenciar, o que vem sendo chamado de instrumentos tributários e instrumentos urbanísticos. Como instrumentos tributários, destacam-se o Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU)⁹⁰, a Contribuição de Melhoria, o Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis⁹¹ (ITBI), além de benefícios e incentivos fiscais. Já do ponto de vista urbanístico, ganharam destaque, sobretudo após a promulgação do Estatuto da Cidade, os instrumentos da Operação Urbana Consorciada⁹² e da Outorga Onerosa

⁹⁰“O Imposto Predial e Territorial Urbano é – como diz o nome – um imposto cobrado de quem tem um imóvel urbano. Pode ser casa, apartamento, sala comercial ou qualquer outro tipo de propriedade em uma região urbanizada. Ele é um imposto cobrado pelas prefeituras. Cada cidade escolhe os critérios para a cobrança. O valor dele varia conforme a avaliação do imóvel. Todo o dinheiro arrecadado com o IPTU fica no município. E, com isso, ele pode ser usado em obras na cidade. O dono do imóvel é o responsável pelo pagamento do imposto. É em seu nome que está enviado o boleto de pagamento do imposto e, se houver atraso, a multa com a prefeitura é feita no seu nome. O locatário pode fazer o pagamento do IPTU para o dono do imóvel, desde que isso esteja previsto no contrato de aluguel”. Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/ensina/suas-economias/iptu-o-que-e-quem-tem-que-pagar/>> acesso em 01/02/2022 às 12:24.

⁹¹ “O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - é um tributo de competência municipal que deve ser pago sempre que ocorre a compra ou transferência de um imóvel para outro nome. Sem o pagamento desse imposto, não é possível transferir a propriedade para o novo dono”. Disponível em: <<https://myside.com.br/guia-imoveis/itbi#:~:text=O%20Imposto%20sobre%20Transmiss%C3%A3o%20de,propriedade%20para%20o%20novo%20dono.>> acesso em 23/02/2023 às 10:27.

⁹² “Operações urbanas consorciadas são intervenções pontuais realizadas sob a coordenação do Poder Público e envolvendo a iniciativa privada, empresas prestadoras de serviços públicos, moradores e usuários do local, buscando alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental. Nesse instrumento, o Poder Público deve delimitar uma área e elaborar um plano de ocupação, no qual estejam previstos aspectos tais como a implementação de infraestrutura, nova distribuição de usos, densidades permitidas e padrões de acessibilidade. Trata-se, portanto, de um plano urbanístico em escala quase local, através do qual podem ser trabalhados elementos de difícil tratamento nos planos mais genéricos (tais como altura das edificações, relações entre espaço público e privado, reordenamento da estrutura fundiária, etc.)(...)Nessa

do Direito de Construir⁹³. Tal busca por uma clareza no delineamento e na diferenciação dos instrumentos tributários e urbanísticos parece estar centrado na recusa de denotar lhes algum sentido fiscal, o que comprometeria a sua classificação como instrumentos urbanísticos, visto a debilidade da política orçamentária e fiscal dos municípios brasileiros, acentuada após a descentralização federativa promovida pela Constituição de 1988 (Leite, 2017, p. 3)

É possível reparar no relato do autor uma certa tensão no campo em relação ao caráter desses instrumentos na tentativa de afastá-los do caráter meramente arrecadatório, distanciando seu sentido público (Bourdieu, 1989; 2002) dessa característica. De todo modo, segundo Leite (2017) essa diferenciação (entre os dois tipos de instrumentos) estaria calcada na ideia que a valorização imobiliária (“criação de mais valias urbanas”) ocorreria em momentos diferentes e cada instrumento representaria cada momento determinado. No entanto, o que nos interessa nessa discussão é o fundamento desses dispositivos. Sobre isso, o autor aponta:

É precípua, portanto, refletir, antes da natureza jurídica, urbanística, tributária etc. do instrumento, o que se entende por mais-valias fundiárias, incrementos de valor, valorização imerecida etc. Em uma primeira abordagem das expressões torna-se nítido que todas, sem exceção, partem de um aspecto preambular, a saber, o entendimento da teoria da renda e da teoria do valor para a construção de suas narrativas acerca dos temas, ideias e conceitos abordados (Leite, 2017).

Este me parece também ser o cerne da questão, resgatar tal categoria de “mais valia fundiária” ou “mais valia urbana”, do ponto de vista marxista resgatando suas multiplicidades de determinações e como expressão categorial do real (Marx, 2011). Assim, ao definir seu caráter lógico histórico podemos inferir sua participação na construção da

operação, o Poder Público, por sua parte, oferece à iniciativa privada a concessão de aumento do Coeficiente de Aproveitamento ou de modificação dos usos permitidos para o local. Dessa forma, essas regalias podem ser concedidas aos proprietários privados em troca de uma contrapartida, que pode ser financeira ou de outra natureza como a criação de espaços públicos ou de habitação de interesse social”.Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/sp_obras/operacoes_urbanas/index.php?p=37057#:~:text=Opera%C3%A7%C3%B5es%20urbanas%20consorciadas%20s%C3%A3o%20interven%C3%A7%C3%B5es,melhorias%20sociais%20e%20valoriza%C3%A7%C3%A3o%20ambiental.> acesso em 01/02/2022 às 12:24.

⁹³ “A Outorga Onerosa do Direito de Construir, também conhecida como “solo criado”, refere-se à concessão emitida pelo Município para que o proprietário de um imóvel edifique acima do limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário. O [Coeficiente de Aproveitamento Básico](#) é um índice que indica o quanto pode ser construído no lote sem que a edificação implique numa sobrecarga de infra-estrutura para o Poder Público. Tipicamente, esse coeficiente é igual a 1, o que significa que o proprietário pode edificar uma área igual à área do lote que possui. Caso o proprietário deseje edificar uma área maior que a estabelecida pelo coeficiente básico, ele deve dar ao Poder Público uma contrapartida financeira, ou seja, ele deve “comprar” do município o direito de construir uma área maior. Essa área construída, entretanto, deve estar abaixo da estipulada pelo coeficiente de aproveitamento máximo. Portanto, a área máxima a ser outorgada equivale à diferença entre o coeficiente máximo e o coeficiente básico estipulado para a área”.Disponível em: <<https://urbanidades.arq.br/2008/03/06/outorga-onerosa-do-direito-de-construir/>> acesso em 01/02/2022 às 12:24.

ideologia urbana a partir de sua ligação com o processo real, vivo, inclusive questionando se o termo “mais valia” cabe nessa reflexão ou se, pelo contrário, faz parte da construção ideológica em si mesma.

Tratar dessa questão parece para Leite (2017) e Deák (1992) retomar a polêmica sobre as teorias da renda da terra (Ricardo, 1962; Hunt, 2005) e a teoria do valor (Marx, 1980; Rosdolsky, 2001) relacionando-as com o estágio de desenvolvimento capitalista e com seu processo de acumulação a partir do espaço transformado em mercadoria.

Partindo desse debate no Brasil, Leite expõe:

O tema da recuperação de mais-valias fundiárias, especialmente no Brasil, tem por base duas correntes teóricas distintas ainda que, surpreendentemente, o resultado concreto de maior ou menor afiliação a uma determinada corrente não signifique diferenças no entendimento final da questão. Por um lado, há a perspectiva influenciada pela obra de Henry George e suas ideias sobre a taxa da renda da terra e o imposto único. Por outro, há as perspectivas marxistas e suas interpretações sobre a renda como categoria da mais-valia (Leite, 2017, p. 5)

Segundo o autor, apesar de suas diferenças, ambas as perspectivas partem da teoria da renda e da teoria do valor. A renda da terra, expressa nos debates da economia política, pode ser caracterizada como um pagamento de uma classe para outra pelos usos dos dons naturais e indestrutíveis do solo (Leite, 2017; Ricardo, 1962; Hunt, 2005). Ao que parece, nos trabalhos sobre os instrumentos de recuperação de mais valia urbana predomina uma certa abordagem de Marx sobre a teoria da renda. Este teria elaborado sua própria teoria da renda da terra (Leite, 2017) que se distinguiria da teoria da renda diferencial de Ricardo, além de apontar também a existência da renda absoluta.

Leite (2017) aponta como alguns autores brasileiros trataram a questão a partir dessa abordagem marxista. Segundo eles Marx se apoiaria na teoria da renda da terra para explicar o preço da terra, visto que esta possuiria valor de uso e valor de troca, porém não possuiria valor devido a não ser produzida por trabalho humano (Furtado, 1999 apud Leite, 2017). Marx teria examinado essa questão através da expressão do lucro suplementar em renda fundiária, revelando como um valor de uso sem valor poderia garantir ao seu possuidor uma parte da mais valia nesse modo de produção:

Ao abordar a gênese da renda fundiária capitalista, Marx percorre as diferentes formas de renda fundiária para mostrar como a renda nas formas anteriores (renda em trabalho, renda em produto) se identifica com a mais-valia, a forma normal em que se expressa o trabalho excedente não pago. No entanto, quando a renda assume a forma de renda-dinheiro, e quando o arrendatário capitalista torna-se o comandante do processo de produção, a renda deixa de ser a forma normal da mais-valia e do trabalho excedente para reduzir a sobra desse trabalho excedente, a qual aparece

depois de deduzida a parte de que se apropria o explorador capitalista sob a forma de lucro. O lucro, e não mais a renda, é a forma normal da mais-valia. (Furtado, 1999, p.70 apud Leite, 2017, p.7)

A renda da terra nessa concepção seria uma forma particular e específica da mais valia, a que caberia ao proprietário de terra depois de deduzida a parte do explorador capitalista, sendo um sinônimo de renda fundiária. Assim, a forma econômica da propriedade fundiária, seu tipo de apropriação, seria a forma comum de todos os tipos de renda. Nem toda mais valia seria renda fundiária, mas toda renda fundiária seria mais valia e o desenvolvimento social seria a parteira da renda fundiária e não o esforço do proprietário da terra (Furtado, 1999 apud Leite, 2017).

Importante frisar, segundo o autor, que a teoria da renda de Marx e sua interpretação sobre o preço da terra estavam ligadas às condições de produção agrícola em sua época, além do desejo de superar a visão de Ricardo sobre esse tópico. Marx teria então escrito pouco sobre a questão da renda da terra urbana (Leite, 2017). Essa teoria então poderia se apresentar de forma anacrônica para explicar esse fenômeno atualmente, ainda mais que a questão da terra estaria ligada, à época de Marx, a um outro modo de produção, segundo o autor. Voltarei a essa questão mais a frente ao investigar o trabalho de Deák (1992).

Segundo Leite (2017), antes mesmo de entrar na questão de que forma seria o uso da teoria da renda da terra de Marx para a questão urbana, haveria entraves no próprio texto deste autor em relação a possibilidade de recuperação dessa renda fundiária para a “coletividade”:

[...] a propriedade da terra é um meio de extrair parte da mais-valia produzida pelo capital industrial [...] A abolição da propriedade fundiária no sentido em que Ricardo trabalha, isto é, sua conversão como propriedade do estado de modo que a renda seja paga ao estado ao invés do senhorio é o ideal, o desejo no coração que surge das profundezas, a principal essência do capital. O capital não pode abolir a propriedade da terra. Porém, pode convertê-la em renda [que é paga ao estado] que os capitalistas como uma classe apropriam e utilizam para custear os gastos de estado, assim, apropriando os valores de uma forma indireta, que não poderiam ser apropriados diretamente (Marx, 1968, p.1123).

Assim, na verdade, a taxação significaria o extremo oposto: reduziria as perdas dos capitalistas em seu conjunto. No máximo, esses instrumentos seriam responsáveis por uma transferência do mais valor extraído dos(as) trabalhadores(as) para outras frações da classe dominante e não como Furtado (1999) e outros autores defendem, uma certa “recuperação da mais valia” para os expropriados. Voltarei a esse tema quando abordar o trabalho de Rosdolsky (2001) mais à frente.

Por hora já é possível afirmar, a partir da citação acima, que aqueles que embasam a defesa dessa “recuperação de mais valias urbanas” em nome de Marx, desconhecem ou não querem reconhecer, sua crítica de tais taxações como mera transferência intra classe dominante. Mas por que então Marx continua a ser citado como embaixador dessa perspectiva? Qual a necessidade de utilizar o autor contra ele mesmo?

Seria possível, talvez, encerrar a investigação aqui com a demonstração da perda do recurso de autoridade em Marx sobre a característica de transferência de mais valor aos expropriados através dessas medidas. Porém é mister levar a formulação sobre “mais valias urbanas” até seu ponto limítrofe de forma a afastar as imprecisões individuais dos autores na luta intra campo da Reforma Urbana e fugir do argumento fácil - porém plausível- de que o erro consiste em “falta de leitura”.

Assim, podemos fugir das limitações pessoais dos agentes e encontrar a ligação do particular-universal do campo da Reforma Urbana e entender as relações sociais que permitem o uso dessas categorias para a legitimação não apenas da política urbana ,mas para a própria imagem que o campo tem de si.Sua Ideologia. Sigamos, não sem antes comentar sobre a outra vertente - não marxista - por trás desses dispositivos de recuperação de valores urbanos.

Esta pode ser demonstrada a partir da teoria de Henry George (George, 1879/1935 apud Leite, 2017), economista conhecido principalmente por sua proposta de taxaço de renda da terra a partir da instituiço de um imposto único sobre a mesma. Sua teoria parte de dois eixos: 1- um de base ética, de crítica a propriedade privada e os ganhos “imerecidos” relacionados a ela e 2- um de base utilitarista, focada no benefício que um imposto sobre a terra traria e o fim de todos os demais tributos sobre ela.

Segundo Leite (2017) a ideia de George sobre os “ganhos não merecidos” teve influência em muitos trabalhos no Brasil e até mesmo na legislação, com destaque ao próprio Estatuto das Cidades de 2001. Sua teoria é calcada nos trabalhos de Ricardo sobre a renda da terra:

(...)ao se apropriar da teoria de renda diferencial de Ricardo, George argumenta que a renda econômica da terra surge apenas quando há concorrência pelo mesmo espaço. Caso haja terra suficiente para ser explorada e não tenha disputa pelo acesso à mesma porção de terra, não haverá renda. Tal posição defendida por George é a mesma difundida por Ricardo, qual seja, a renda da terra surge apenas e somente pelo cultivo de terras com diferentes fertilidades e porque a taxa de lucro média da economia é determinada pela menor taxa de lucro agrícola. Neste ponto é importante ter clareza que, para Ricardo, a concorrência entre os capitais leva a não permitir taxas de lucros diferentes, de modo que a tendência à queda da taxa de lucro agrícola

transmite-se à taxa geral de lucro, que passa a experimentar também uma tendência declinante (Leite, 2017, p. 10).

Considerando o ponto de vista de Ricardo como uma questão técnica, pois diferentes graus de produtividade exigem mais ou menos quantidade de trabalho, George (George, 1879/1935 apud Leite, 2017) defende que a renda da terra deveria ser taxada na forma de imposto único. Isso garantiria que apenas quem quisesse usar a terra produtivamente pudesse utilizar esse recurso, pois deveria obter rendimentos para lucrar para além do pagamento da taxa. Aqueles que fossem apenas senhores da terra teriam sua renda da terra diminuída por causa do imposto, forçando a seu uso produtivo, a diminuição da terra guardada especulativamente e a utilização marginal desnecessária. Estaria assim decretado o fim de uma classe que viveria às custas do trabalho de outras (Leite, 2017).

Tal interpretação levaria problemas a validade dos instrumentos de “recuperação de mais valia urbana”, independente do debate da validade da teoria da renda para esses instrumentos:

A primeira destas contradições teóricas refere-se ao fato de que George busca combater a especulação com as terras, contudo, incongruentemente, um imposto sobre a renda da terra não poderia ser aplicado sobre terras sem uso simplesmente pelo fato de que estas não geram renda, segundo a conceituação de Ricardo e seguida por George. Ora, se a terra retida para especulação não gera renda e se pela proposta de George haveria um único imposto sobre a renda, como a especulação poderia ser combatida com a instituição de um imposto que não grava aquilo que se busca combater? Ainda que tal imposto fosse implantado e que fosse cobrado dos proprietários das terras sem uso, haveria novamente um ponto de incongruência, visto que tal imposto recairia sobre o patrimônio do proprietário da terra e não sobre a renda, visto a sua inexistência, o que não estaria de acordo com a proposta de se taxar unicamente a renda (Leite, 2017, p. 11)

Para haver renda é preciso ter produção, senão, estar-se-ia a taxar o patrimônio do dono de terras, o que colocaria em xeque os princípios éticos da proposta e seu argumento de garantir o ataque aos “ganhos não merecidos”. Outra incongruência é a crença de George (apud Leite 2017) de que o preço da terra, uma vez estabelecido tal imposto único, tenderia a zero, já que para ele o preço da terra seria somente sua renda capitalizada e o imposto capturaria tudo. Nesse pensamento a renda da terra passa a ser quase que um “condutor” da produção no que tangia ao planejamento e coordenação espacial.

Além de podermos identificar aqui o desejo dos ricardianos da centralização no Estado da questão da terra (com a diferença que ao invés de toda terra ser pública, um imposto que na prática faria isso em relação ao seu preço), essa perspectiva ignora os problemas de renovação do capital fixo e também toda sorte de conflitos, contratos quebrados

e etc derivados de uma mudança tão grande nas condições de produção. Por fim, a teoria de George traz mais um ponto de tensão:

(...)surge quando se coteja os instrumentos de recuperação da mais-valia fundiária, especialmente a Outorga Onerosa do Direito de Construir e a Operação Urbana Consorciada, com a construção teórica geral de sua obra, sobretudo com o entendimento de que não deve haver restrições que dificultem a produção imobiliária, como, contemporaneamente pode ser exemplificado no zoneamento. O que George defende, em última instância, é que a renda da terra constitui um empecilho ao pleno desenvolvimento do capital produtivo. Por isso, toda a sua teoria visa retirar esse empecilho que dificulta o processo de (re)produção do capital. De todo modo, para que a Outorga Onerosa do Direito de Construir e a Operação Urbana Consorciada, por exemplo, tenham aplicabilidade é necessária, no plano regulatório, a definição de coeficientes de aproveitamento básicos e máximos. Furtado et al. (2009) afirmam que a diferença entre o coeficiente básico e o máximo é a renda que será recuperada para a coletividade e a maior ou menor diferença entre estes coeficientes significa maior ou menor intensidade na recuperação da renda fundiária. Para os georgistas, quando se cria barreiras para a produção imobiliária, como o zoneamento que define restrições de densidade, a busca por terrenos será direcionada para zonas mais periféricas e essas novas terras gerarão altos custos sociais concernentes ao fornecimento de infraestrutura (Leite, 2017,p.12).

Ou seja, existe uma tensão no campo em relação aos reais efeitos de instrumentos urbanos como a Outorga Onerosa e a Operação Urbana na visão de retirar as penalizações aos capitalistas urbanos representada pela Teoria de George. Isto entraria em contradição com o próprio fundamento teórico, que tal como Ricardo (Ricardo, 1962; Hunt, 2005), advoga contra qualquer entrave ao capital produtivo. O zoneamento necessário para o implemento dessas medidas acaba por anular seu potencial de “destrave” pela taxaço da renda, o que iria de encontro ao pensamento do autor e seu princípio subjacente.

Assim, os agentes do capital imobiliário que poderiam apoiar o imposto único sobre a renda da terra são levados a rechaçar os instrumentos urbanos de controle dos usos do solo que seriam a contra parte necessárias dessas medidas no que tange a “recuperação de mais valias urbanas”.

Em suma, existem entraves ao entendimento dos fundamentos econômicos desses instrumentos derivada da própria dificuldade de apreensão do campo da Reforma Urbana no Brasil das duas correntes fundamentais do debate de recuperação das mais valias fundiárias: a “marxista” e a “georgista”. Preocupante que boa parte do debate sobre esses instrumentos já seja eivado de imensas imprecisões sobre a natureza destes, mesmo que no plano teórico mais aparente. Isto seria resultado de “falta de leitura qualificada” dos autores citados ou a forma mesmo de aparecer a ideologia urbana?

Para responder a isso devemos passar para um nível mais profundo da questão e ver se a teoria da renda da terra pode mesmo explicar a formação de preços da terra urbana,

base ao qual se avalia e se calcula na prática a possibilidade de recuperação ao coletivo de tais “ganhos indevidos”. Por outro lado, podemos ver se as próprias “confusões” em relação às interpretações das duas vertentes (marxista e georgista), não derivam das próprias perspectivas.

5.2 O preço e a renda da terra.

Deák sintetiza a importância da questão e as dificuldades envolvidas:

O preço do solo é o instrumento de mercado fundamental na organização espacial da produção capitalista em geral e na grande aglomeração urbana em particular. No entanto, sua análise ficou obstruída pela teoria de renda da Economia Política, segundo a qual o preço do solo é uma categoria derivada, sendo apenas a forma ‘capitalizada’ de sua renda. Uma análise crítica da teoria de renda mostra que a própria renda não passa de uma categoria superada relativa ao modo de produção feudal e impropriamente aplicada à análise do capitalismo (Deák, 1987, p. 1)

Para tanto, segundo o autor, é necessário o uso de “categorias novas”, específicas do capitalismo tais como preço do solo, localização e espaço para entender a parte que cabe ao preço da terra na formação dos preços de produção das mercadorias.

Esse não é um problema pequeno. Para Deák (1987) vários autores tais como Lojkine, Alquier, Lipietz, Edel e Broadbent, importante geração que nos anos 70 se debruçaram sobre a temática, não conseguiram resolver o imbróglio justamente por estarem “presos” a teoria da renda. O debate ganha contorno maiores tendo em vista que a questão da renda da terra não abrange apenas os debates sobre o preço da terra - e os ditos instrumentos de recuperação de mais valia fundiária- mas o próprio desenvolvimento do capitalismo através de aspectos consagrados na teoria como a questão urbana, o dito “caos” das cidades, a especulação imobiliária, passando pela formação do preço das mercadorias e até mesmo da queda tendencial da taxa de lucro (Deák, 1987).

Para embasar sua crítica, o autor realiza profundo resgate histórico do contexto de criação da teoria da renda da terra, da qual me valerei dos pontos principais: O contexto das revoluções burguesas na Inglaterra a partir da conclusão de guerras de dinastias nobres no séc. XV, que marcaria a dissolução da ordem feudal naquele território. O período das dinastias Tudor (Deák, 1987) ficaria marcado pelo fortalecimento crescente da burguesia, ao contrário da Europa continental, onde a crise do feudalismo ainda deu sobrevida a monarquias absolutistas em detrimento dos senhores feudais em decadência.

Sobre as características centrais da revolução burguesa na Inglaterra:

A Revolução Inglesa que se desenrola entre a revolta de 1640 e a Restauração (da monarquia, agora sob a tutela do Parlamento) de 1660 tem isso de particular: que a burguesia leva sua luta contra a nobreza sem entrar em aliança com as classes subalternas do campesinato – à diferença, por exemplo, da Revolução Francesa, tida por muito tempo como o próprio modelo de revolução burguesa. A possibilidade de tomar tal curso havia sido aberta à burguesia pelos desenvolvimentos do período Tudor, do qual essa última emergiu suficientemente forte para poder estabelecer sua dominação através da utilização de seus próprios recursos. É bem verdade que ‘homens comuns’ –cultivadores independentes, artesãos, baixo clero, etc.– tomaram parte nas lutas ao lado da burguesia, que no entanto nunca perdeu a direção dos acontecimentos. Sempre que esta foi desafiada pelo movimento dos Levellers (‘Niveladores’, que propunham a igualdade de todos através da abolição da propriedade privada), como em 1647 e 1649, o movimento era imediatamente sufocado e seus dirigentes executados. Assim, a burguesia inglesa era capaz de conduzir os acontecimentos segundo seus próprios desígnios durante todo o desenrolar da revolução (Deák, 1987, p.5).

Tal processo expressa-se no resultado duplo dessa revolução: de um lado a possibilidade de transformação integral de cultivadores livres, servos e campesinato em força de trabalho livre, assalariada. Em contraste, por exemplo, com a Revolução Francesa, que garantiu a sobrevivência do camponês, a revolução inglesa garantiu seu desaparecimento. Do outro lado, importantíssimo para o nosso tema, permitiu uma aliança entre as classes dominantes- antiga e nova- numa espécie de dupla dominação dos senhores de terra e da burguesia (Deák, 1987).

Os duzentos anos que durou essa aliança marca o desenvolvimento da Economia Política, a ciência burguesa em ascensão no período junto com a classe que representava. A vitória final hegemônica da burguesia pelo aumento da participação no sufrágio lhe garantiu a abolição das leis dos cereais em 1846 pelo parlamento, antes controlado pelos donos de terra, num processo maior de conquista do Estado. Esse período marca também a decadência da Economia Política, sua vulgarização com a economia neoclássica utilitária marginalista, representando agora a nova classe dominante no poder. Esse é o contexto de surgimento da teoria da renda da terra (Deák, 1987).

Devido a esse contexto, a Economia Política será marcada por uma visão da sociedade estruturada a partir de três classes: capitalistas, senhores de terra e trabalhadores. A renda da terra aparecendo então como um pagamento feito pelo burguês ao senhor de terra pela utilização das características inalienáveis do solo. Tal fenômeno alçado ao status de categoria econômica representaria a transferência de valores de uma classe para a outra (capitalistas para senhores de terra).

Essa categoria manteve ainda traços herdados dos fisiocratas, ao qual toda riqueza deriva do trabalho na terra (Hunt, 2005):

A gênese do conceito de renda capitalista é complementada pelo fato de que a Economia Política herdou o conceito de renda dos fisiocratas. Assim, tanto o conceito de renda, quanto os pressupostos básicos da teoria de renda, decorrem da maneira pela qual Adam Smith efetua a incorporação da categoria 'renda' em sua teoria do capital. Ora, Smith já negava à terra o atributo de ser 'fonte de toda riqueza', como era tido pelos fisiocratas, atribuindo este ao trabalho, mas conservava a visão – que viria a ser conservada por toda a história da Economia Política – de que a terra é um recurso natural e a noção que daí decorre, a saber, que a renda é um pagamento por uma dádiva da natureza 'monopolizada' por uma classe (Deák, 1987, p. 7).

A mudança efetuada por Smith representa as transformações sociais ocorridas na Inglaterra onde a hegemonia burguesa já estava firmemente ancorada no trabalho assalariado e que se expressava na fortificação da teoria do valor trabalho. Da mesma forma, a existência da classe senhorial trazia uma noção de natureza ainda do período feudal. Para Deák (1987) o conceito de renda da terra, que apesar das diferenças estaria presente em Smith, Ricardo e Marx, manteria nas formulações o mesmo fundamento: a transferência, na forma de pagamento, do excedente do trabalho dos capitalistas aos senhores de terra em troca do uso das “dádivas da natureza” monopolizadas pelos senhores de terra.

Ricardo (1962) utiliza o modelo de três produções agrícolas de trigo com três rendas diferentes que devem ser pagas por três capitalistas diferentes para exemplificar os fundamentos de sua teoria da renda diferenciada. Em suas próprias palavras:

É apenas... porque a terra não é ilimitada em sua quantidade nem uniforme em sua qualidade e porque, com o aumento da população, é preciso usar terra de qualidade inferior, que se paga renda (aluguel) pelo seu uso. Quando, com o progresso da sociedade, se cultivam terras do segundo grau de fertilidade, a terra de primeira qualidade começa imediatamente a dar renda, e o volume dessa renda dependerá da diferença de qualidade das duas terras. Quando se passa a cultivar a terra de terceira categoria, a terra de segunda categoria começa logo a dar renda, que é determinada, como antes, pela diferença de sua capacidade produtiva. Ao mesmo tempo, a renda da terra de primeira categoria aumentará, pois terá sempre de estar acima da renda da segunda, em montante equivalente à diferença entre seus produtos com determinada quantidade de capital e trabalho. Toda vez que a população aumenta, o país é obrigado a recorrer à terra de pior qualidade para poder aumentar a oferta de alimentos, e a renda de toda terra mais fértil aumenta. Suponhamos, então, que as terras – nos 1, 2, e 3 – produzam, com o mesmo emprego de capital e trabalho, um produto líquido de 100, 90 e 80 quartos de cereal... Logo que a população tivesse aumentado, tornando necessário cultivar a terra no 2... a terra no 1 começaria a receber renda; isso porque ou precisaria haver duas taxas de lucro sobre o capital agrícola ou dez quartos... teriam de ser retirados do produto da terra no 1 para outro cultivo. Para quem quer que cultivasse a terra no 1 – seu proprietário ou qualquer outra pessoa – esses dez quartos constituiriam, da mesma forma, renda da terra; isso porque quem estivesse cultivando a terra no 2 conseguiria o mesmo resultado com seu capital quer cultivasse a terra no 1, pagando dez quartos de renda, quer continuasse cultivando a terra no 2, sem pagar renda alguma. Da mesma forma, poder-se-ia mostrar que, quando a terra no 3 começasse a ser cultivada, a renda da terra no 2 teria de ser de dez quartos... enquanto a da terra no 1 subiria para vinte

quartos; isso porque quem estivesse cultivando a terra no 3 teria o mesmo lucro se pagasse vinte quartos pela renda da terra no 1, dez quartos pela renda da terra no 2 ou cultivasse a terra no 3 sem pagar renda alguma (Ricardo, 1962, p. 55-56).

Ou seja, a renda da terra se origina na diferença das capacidades produtivas da terra e do impulso da concorrência a cobrar renda das terras mais férteis e do impulso à cultura de terras menos férteis que não cobriam renda num primeiro momento. O lucro da produção é então “taxado” pela renda da terra, e seu grau de taxamento é dado pela terra menos fértil, que não paga renda. Essa renda vai para o senhor de terras que nada produz.

Outro efeito de longo prazo é a queda das taxas de lucros e a necessidade de ajustar os preços, o que causa aumento do preço bem alimentício principal (na sua teoria “grão”) aumentando os salários e diminuindo os lucros. Como Ricardo (1962) acreditava que as taxas de lucro tenderiam a se equilibrar em todos os setores, o processo levaria a uma estagnação geral da economia. Daí sua defesa da queda das leis dos cereais que protegia os interesses dos senhores de terras inglesas em detrimento do desenvolvimento econômico capitalista que significava para ele a retirada dos entraves ao lucro.

Deák (1987) complementa afirmando que os principais elementos da renda da terra são: 1- ela é um pagamento por uma dívida da natureza; 2- é uma pagamento feito de uma classe para outra que expressa uma determinada transferência; 3- ela pressupõe o equilíbrio da alocação de capitais que permitiria o mesmo retorno marginal em determinado momento para cada um deles; 4- pressupõe a perfeita fluidez de capitais que poderiam se deslocar para outros ramos caso as condições produtivas mudassem de forma instantânea, sem considerar por exemplo as características do capital fixo; 5- a pressuposição de um produto único “grão” que com seu preço unificado expressaria as diferentes produtividades de diversas terras e variáveis rendas; 6- a pressuposição de que a pior terra “não pagaria” renda (Deák, 1987).

O autor segue expondo os limites de cada um desses pressupostos. Sobre a renda como pagamento de alguma “dívida da terra”, Deák (1987) afirma que isso até poderia fazer sentido na Inglaterra do séc. XVIII devido às reminiscências bucólicas da produção feudal baseada na produção de valores de uso. Essa visão não teria qualquer ligação com o processo contemporâneo, já que as aglomerações urbanas seriam construídas historicamente com base em sua localização e não como recurso natural.

Segundo o autor uma visão mais atenta mostraria que na verdade nunca se pagou pela terra enquanto recurso natural mas sim enquanto propriedade privada, revelando mais uma vez seu caráter social, endossado por passagem citada por Marx em O Capital:

Wakefield era um ‘teórico’ e principalmente um advogado da colonização nos anos 1830. Mr. Peel, na Inglaterra um capitalista, desembarcou na Austrália com máquinas e equipamentos no valor de 50 000 libras esterlinas, junto com 3 000 trabalhadores, para montar uma fazenda. No entanto, algumas semanas depois, encontrava-se sem um servidor para lhe amarrar os sapatos... (Capital I:717). Na Austrália, a terra era um recurso natural e até mesmo os despossuídos podiam cultivá-la, pois que isso não implicava em pagamento algum; fato que lhes permitia, precisamente, escapar da condição de assalariamento. –Coitado do Mr. Peel– ironiza Marx, –havia levado os meios de produção à Austrália, mas esqueceu de importar também as relações capitalistas de produção (Marx, 1980, p. 717 apud Deák, 1987, p.14).

Reforça-se assim a centralidade da questão da propriedade privada da terra...nesse sentido, é importante indagar: qual o sentido de “recurso natural” utilizado pelo autor? Estaria Deák (1987) o assimilando a categoria de Valor de Uso (recurso natural) em contraposição a Valor de Troca da terra (localização)? Quais as características da mercadoria terra? Será possível prescindir de seu valor de uso na análise? Retomarei essas questões mais a frente. Continuemos.

Já sobre a questão do fundamento da renda da terra como transferência entre a classe burguesa e a classe senhorial, isso seria um absurdo já que o autor nega a existência social desta última tanto no período dos escritos de Ricardo e Marx como atualmente.

Segundo ele enquanto atrás dos capitalistas é possível ver a relação assalariada que lhe dá existência, atrás dos senhores de terra não haveria nada já que a contradição principal entre senhores feudais e servos, única relação histórica onde a existência do “senhor de terras teria sentido”, já havia sido superada quando da formulação da teoria das três classes da economia política (trabalhadores, capitalistas e senhores de terra) (Deák, 1987).

Mais uma vez ficam perguntas sobre essa afirmação do autor: Não seria a propriedade privada da terra, a relação por de trás dos senhores de terra? Se o senhor da terra não existe mais, não haveria mais o “dono da terra”? Quem são os possuidores da terra hoje no capitalismo, e em especial no Brasil? Todos se confundem, por exemplo, com o capitalista da construção civil, ou outras frações burguesas?

Já sobre o fundamento do equilíbrio de capitais, Deák nos fornece essa passagem:

O primeiro pressuposto auxiliar, específico à teoria de renda diferencial, é, como vimos, o conceito subjacente de equilíbrio. Esse não diz respeito tanto a um estágio específico de evolução da sociedade (a uma época histórica específica) quanto a uma visão sobre a natureza dos processos sociais, de fato, a uma visão do mundo. E na visão do equilíbrio, um processo de transformação é um estágio intermediário, transitório entre duas situações de equilíbrio, invertendo-se a polaridade daquilo que é (o processo) e daquilo que não é (a situação). É precisamente o conceito de equilíbrio que está atrás da posição de Ricardo, que Marx criticava por seu caráter a-histórico. O processo de transformação movido pelo antagonismo, pela negação

interna: aquilo que é, é anulado e substituído por um tempo homogêneo, constituído por uma sucessão de situações, preenchido, portanto, pelo inexistente: pelo nada. Através do pressuposto do equilíbrio, tudo o que se oferece à análise é o nada, deixando o terreno livre para a produção de ideologia (Deák, 1987, p. 14)

Deák se utiliza da crítica de Marx (1980) a visão harmoniosa do capitalismo advindo de Ricardo e Smith sempre que os mesmos se distanciam dos fundamentos da teoria do valor trabalho, que traz em si a questão do conflito entre uma classe que produz o valor e uma classe que se apropria dele, e com isso já criando as bases de uma perspectiva de harmonia do mercado, a dita “mão invisível” que fundamentará as perspectivas neoclássicas (Hunt, 2005).

Já sobre o pressuposto da fluidez de capitais, que seria um desdobramento da questão do equilíbrio, seria mais uma tentativa de substituição do processo real pela “ficção do equilíbrio” (Deák, 1987). Para o autor essa perspectiva do livre transitar do capital entre diversos ramos impede de ver a questão da transformação do capital fixo e capital circulantes- em especial do capital fixo- já que este não pode fluir livremente entre regiões e etc. Por exemplo, ao transferir o capital de uma empresa dificilmente se transferiria a mesma estrutura construída, por exemplo, para uma fábrica de sapatos. Parte do capital ficará lá cristalizado no prédio pelos donos da fábrica em mudança para outras regiões até que seja vendido, destruído, abandonado e etc.

Da mesma forma poderia se pensar isso em termos de estruturas urbanas e a não só a teoria da renda da terra não responderia como a própria teoria econômica não daria a base para a resolução dessa problemática segundo Deák (1987). O que englobaria também o marxismo, incapaz a partir dessa perspectiva de analisar os processos de transformação do uso do solo. Mais a frente retornarei a esse ponto ao esmiuçar a posição marxista sobre a questão.

Para encerrar a crítica às bases da teoria da renda da terra, Deák (1987) questiona a existência de um único produto básico, o “grão”, como fundamento da ideia. Primeiro pela dificuldade de encarar a questão no caso da competição entre usos diferentes, por exemplo entre “grão” e “gado”, o que invalidaria a análise para as próprias condições Inglesas do séc. XVIII quanto mais para as condições urbanas atuais, marcadas segundo o autor pela natureza diferencial dos usos do solo. O quadro completo da crítica a renda da terra é assim resumido por Deák:

No estágio primitivo do capitalismo, a categoria de renda feudal foi transposta para a análise do capitalismo pela Economia Política, junto com o fantasma da classe de senhores de terra, a saber, os proprietários de terra. Membros dessa classe detêm um suposto monopólio de algumas dádivas da natureza – inclusive, da terra – renda

sendo o pagamento pelo uso dos “poderes produtivos” da terra extraído por seus donos aos capitalistas. Tendo sido identificada com essa categoria fictícia, a renda da terra foi então analisada sob o pressuposto do equilíbrio (como na teoria de renda diferencial de Ricardo). Pelo fato deste último, por sua vez, implicar em perfeita fluidez de capitais (permitindo a transição de uma situação de equilíbrio a outra sem custo), a teoria de renda não pode sequer abordar a questão da transformação do uso do solo onde o fato crucial é a rigidez de capitais materializados em processos concretos (individuais) de produção (Deák, 1987, p. 16-17)

Para o autor o único motivo para que esta teoria com deficiências tão evidentes ter sobrevivido era a própria luta de classe que se desenrolava na Europa no período de sua consolidação, cuja a discussão sobre a abolição das leis de terras era pedra angular da luta da burguesia industrial contra os resquícios do ancien regime. De uma só vez a teoria Ricardiana fornecia argumento para o rebaixamento do preço do cereal em vista a derrubar as barreiras protecionistas, a necessidade do taxamento da renda recuperando parte dela para os capitalistas e a denúncia de que a permanência das leis protecionistas levariam não só ao aumento do preço dos gêneros alimentícios, como a estagnação econômica geral do sistema (Deák, 1987).

Em suma Ricardo estaria do “lado vencedor” e isso foi a garantia do sucesso e permanência de sua teoria, e lhe garantiu, segundo o autor, imunidade a crítica de muitos de seus pressupostos, principalmente a de que a renda teria sua origem da “ordem natural” da sociedade. Tanto é que não está no horizonte de Ricardo a abolição da renda da terra, mas apenas sua diminuição e taxaço. Traço dessa crença também encontra-se em sua teoria do lucro como consequência da produção em geral e não como decorrência das relações capitalistas. Por isso, o debate sobre rendas circunscritas a seus níveis e não sobre sua existência é que será herdado pela economia política, inclusive Marx.

5.3. Marx, Rosdolsky e a teoria da renda da terra.

Deák (1987) segue sua crítica agora indagando-se por que tal teoria da renda da terra havia sobrevivido no pensamento de Marx, que tinha percebido a necessidade de criticar a economia política clássica. Parte do problema deve-se a que o terceiro tomo do capital foi deixado deveras incompleto, o que mesmo com a organização e praticamente escrita complementar de Engels não fora suficiente para eliminar a imprecisão como a questão é tratada.

Para o autor, a posição de Marx oscilava entre duas concepções nas mais de 500 páginas do tomo III. Uma que reproduziria a visão de Ricardo, da renda como parte da mais

valia repartida (Deák,1985), com a diferença que para Marx a renda da terra não seria fruto das “capacidade naturais do solo” mas que teria como fundamento a propriedade privada da terra (mais uma vez a questão: “o que está por detrás do senhor de terras”). Essa posição estaria referendada nas seguintes passagens:

With the legal power of these persons [the landlords] to use and misuse certain portions of the globe, nothing is decided. The use of this power depends wholly upon economic conditions, which are independent of their will (Marx, 1954,p. 616 apud Deák, 1985, p.61)

E também:

its amount [of the ground rent] is by no means determined by the actions of its recipient, but is determined rather by the independent development of social labour in which the recipient takes no part (Marx, 1954,p. 638 apud Deák, 1985, p.61)

Ou seja, o senhor de terras se aproveitaria de uma relação econômica que aconteceria independente de sua ação, quando a terra passa a ser subsumida pelo modo de produção capitalista. É o desenvolvimento do trabalho social que permite que a renda ainda exista.

A outra visão representada por Marx, segundo Deák (1985), iria além e apontaria as limitações da teoria da renda, uma crítica que não seria terminada por Marx mas que o mesmo havia deixado várias pistas no terceiro tomo de O Capital, em cartas com Engels e mesmo na mudança do plano de escrita de O Capital (Rosdolsky, 2001).

Para exemplificar parte dessas “incompletas” passagens, Deák cita como Marx define o papel do burguês enquanto classe e como definiria o landlord, indagando-se sobre com que base se defende a existência dessa classe e por consequência da renda da terra. Sobre a burguesia:

I represent the capitalist as a necessary functionary of capitalist production, and indicate at length that he does not only 'deduct' or 'rob', but enforces the production of surplus-value and thus first helps to create what is to be deducted (Marx, 1954,p. 29 apud Deák, 1985, p.61)

Já sobre o senhor de terras:

capitalist mode of production...dissolves the connection between landownership and the land so thoroughly that the landowner may spend his whole life in Constantinople, while his estates lie in Scotland(Marx, 1954,p. 616 apud DEÁK, 1985, p.61)

Ou seja, enquanto o burguês aparece como um “necessário funcionário de capital” em que primeiro auxilia a produção de mais valia para que depois a mesma seja repartida entre as várias frações da classe dominante, o proprietário de terras tem sua ligação com a propriedade da terra dissolvida, primeiro com sua distância física do local e em seguida com sua substituição por outros agentes (Deák, 1985).

Para o autor, o último ataque aos proprietários de terra seria a quebra das leis dos Cereais em 1848. Qual seria então o fundamento de existência dessa classe se as relações sociais que a embasaram já haviam sido solapadas mesmo na época de Marx? Pergunta - se Deák (1985). Já que para a produção capitalista eles seriam “nada”. A conclusão para o autor é bem nítida: não existia mais classe dos senhores de terra e por isso mesmo não haveria mais renda da terra. Marx teria avançado na primeira conclusão, mas não teria conseguido chegar na segunda. Por que?

But why? Because transitions in society are the outcomes of antagonistic processes and take an a priori unforeseeable time. We can now see, as Morton did, from the perspective of a century, that 1849 brought the final blow to the class of landlords in England, but a mere fifteen years after that date it could as well turn out to have been just a setback and to assert the opposite at that time would necessarily have to be a prophecy. And, as we have seen, members of what was in the process of ceasing to exist as a class were able to grant themselves compensations and continued to show 'amazing vitality', and deeply rooted social habits, ideology and notion of privilege associated with the landlord class took another fifty years or so to die out. And also, of course, the capitalist farmer still had to pay for the use of land, the same as any capitalist had to do so, to build a factory, or a labourer, to build a house - this being (as distinct from rent) i.e., that land be alienable, a private property, a necessary condition for capitalist production - and that the amount of money paid for the use of land was not rent any longer was further obscured by the survival of the practice of leasing which, even if ever more in decline, extends into contemporary Great Britain (Deák, 1985, p.63).

O autor colocará a explicação nas complicações históricas de uma transição. Que o velho ainda sobrevive em vários aspectos como culturalmente e ideologicamente, decorrente da morte lenta dos agentes históricos. Por isso que a relação da compra da terra, ou do aluguel, para atividades produtivas pela burguesia, mesmo que com sua base social modificada ainda apareceu por muito tempo para os agentes com uma renda da terra. Essa transição havia dificultado o entendimento de Marx sobre a questão (Deák, 1985). Esses resquícios históricos, tal como a classe dos senhores de terra, já haviam desaparecido ao fim do séc. XIX, segundo o autor.

Não é que “não haveria mais senhorios de terra” mas que a sua existência não implicaria na existência de uma classe (o que seria classe para Deák?) ou mesmo que a renda da terra fosse uma categoria relevante de análise. Para Deák (1985) Marx havia notado tal

contradição a ponto de em parte dos Grundrisse ter considerado a renda da terra apenas como custo de produção, expressando o acesso dos capitalistas ao uso da terra pela via monetária. Esse processo de mudança de perspectiva em Marx teria se acelerado a partir da crise econômica de 1865 o que o teria feito planejar novos escritos sobre o assunto que nunca foram materializados.

Além disso, Marx não teria vivenciado vários processos importantes de fim do séc XIX no início do séc XX expressos nos trabalhos publicados sobre o imperialismo de Hobson (1902), Hilferding (1910) e Lenin (1916). Isso teria levado Engels a escrever em 1895 essas palavras:

The enormously expanded banks, especially in Germany under all sorts of bureaucratic names, more and more the holders of mortgages; with their shares the actual higher ownership of landed property is transferred to the stock exchange, and this is even more true when farms fall in the creditors' hands. (...) the time can be foreseen when England's and France's land will also be in the hands of the stock exchange (Engels, 1895, p. 909 apud Deák, 1985, p. 66).

Ou seja, os bancos haviam se tornado os “novos donos de terra” através da entrada do dinheiro nas relações de compra imobiliária representado por hipotecas e pelo mercado financeiro. A teoria da renda da terra não combinaria com o desenvolvimento capitalista avançado em processo, o que já despontava na época de Marx, mas que o mesmo não quis/não teve condições de perceber. Apesar disso, sua inquietação sobre a questão o fez mudar o roteiro de escrita de O capital. É mister investigar mais a fundo, no conjunto da obra de Marx, o que ele achava da questão da terra e como relacioná-la com a lógica da mercadoria e o desenvolvimento capitalista.

A primeira coisa a ressaltar é qual o papel da questão da terra na obra de Marx, principalmente em O Capital. A terra foi importante no pensamento econômico pré Smith e manteve sua importância também durante a consolidação da Economia Política (Hunt, 2005). Os fisiocratas como escola econômica representam bem essa marca tal como, obviamente, a teoria da renda da terra de Ricardo. No primeiro caso, ressalta-se a produção de riqueza focada na terra a partir da produção agrícola como meio de produção mais fundamental, ao qual os outros setores apenas repartiriam o que lá fosse produzido.

Tal importância é ressaltada por famosa passagem de William Petty (Marx, 1980), que aponta o trabalho enquanto “pai” e a terra enquanto “mãe” da produção, mostrando que mesmo nos primórdios da teoria do valor a terra tem importância fundamental como meio de

produção central. Primevo na história dos homens e mulheres na mediação com a natureza e ainda hoje estrutura fundamental dessa relação.

Por que então em sua obra mais importante Marx ao invés de começar pela mercadoria, como célula fundamental da sociedade, não começou falando da terra? Seguindo a tradição de boa parte do pensamento econômico anterior ao seu trabalho? A questão é profunda pois relaciona-se com os fundamentos do método materialista dialético e por consequência do que é determinante na questão dos fundamentos econômicos da Ideologia Urbana e do que é secundário.

Sobre a importância disso no campo da Reforma Urbana no Brasil, ela vai direto no seu objeto de estudo e de reivindicação pois abarca a questão do uso social do solo e do monopólio sobre o mesmo, base de toda a questão teórica aparente do campo (Maricato, 2014). É possível que a análise sobre a questão da terra no campo da Reforma Urbana no Brasil, seja parte constitutiva da ideologia urbana, ofuscando aquilo que teoricamente deveria elucidar, cuja crença nos instrumentos de recuperação de mais valia urbana seria apenas a camada mais aparente? Vejamos mais de perto.

Sobre o por quê Marx não inicia sua exposição em O Capital pela renda da terra:

O que distingue o plano inicial, antes de mais nada, é a consideração da economia burguesa como um ‘todo orgânico’, é o ponto de vista da totalidade ou, como disse Lukács, o “predomínio multifacético e determinante do todo sobre as partes”. (Como isso está distante do método da economia burguesa, que estabelece uma vinculação exterior entre os fenômenos econômicos!) No mesmo capítulo da Introdução, Marx diz que seria “impraticável e errôneo” considerar “as categorias econômicas na ordem em que elas foram historicamente determinantes”. “A ordem em que se sucedem está determinada pelas relações que existem entre elas na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente a inversa da que parece ser sua ordem natural ou da que corresponde à sua ordem de sucessão no curso do desenvolvimento histórico. Isso deve ser levado em conta porque oferece elementos decisivos para o plano [do nosso estudo]. Parece ser mais natural, por exemplo, começar pela renda da terra, a propriedade fundiária, pois ela está ligada à terra, fonte de toda produção e de toda existência, a primeira forma de produção de todas as sociedades mais ou menos estáveis: a agricultura. Entretanto, nada seria mais equivocado.” Pois, ‘em todas as formas de sociedade, uma determinada produção e as relações que ela engendra conferem a todas as outras produções e relações seu lugar e sua importância’. No modo de produção capitalista, a agricultura se converte cada vez mais em um ramo da indústria, e como tal submete-se ao capital (Rosdolsky, 2001, p.40-41).

O capital como potência econômica, predomina sobre a totalidade da sociedade burguesa. Assim, ele seria ao mesmo tempo ponto de partida e ponto de chegada da pesquisa, devendo ser estudado antes mesmo da questão da terra (Marx, 1980 apud Rosdolsky 2001). Sem querer repetir o que já disse na introdução sobre o método materialista dialético, vale a pena pontuar algumas coisas sobre a referida passagem em relação ao nosso tema.

Primeiro, a questão da totalidade. Não há sentido discutir qualquer categoria na sociedade burguesa que não leve em conta o todo orgânico do Capital, e sua determinação sobre todas as particularidades. Da mesma forma, o particular é o universal determinado dentro da sociedade burguesa, e esse universal é o Capital. A renda da terra apenas pode ser debatida dentro dessa relação, não por uma digressão teórica de um autor mas por que isso expressa o processo do real onde a totalidade das principais esferas de produção e reprodução da vida estão subsumidas a ordem vigente. Nesse sentido, Deák (1987;1995) tem razão ao reivindicar que a categoria de renda da terra apenas pode ser utilizada se tiver ligação com o modo de produção atual.

Segundo, a agricultura no capitalismo já aparece subjugada a forma mercadoria da produção capitalista, essa forma é a condição para o amadurecimento do capital, como mostrarei à frente. Ao contrário que Deák afirma, Marx já considera a renda da terra como produto do modo de produção capitalista e não como resquício de uma sociedade passada, pelo contrário, ela é produto do capital se deparando com uma condição do ancien regime (esta mesmo já bastante modificada pelo definhamento do modo de produção feudal), o que é bastante diferente, como veremos. Apontarei também que essas afirmações do Marx são também eivadas de contradições e dúvidas que o próprio autor expõe mas que me parecem não contradizer seu edifício teórico-histórico nem deixam abertura para qualquer “resposta incompleta” como afirma Deák (1987;1995).

Por fim, essas afirmações de Marx nos colocam a tarefa de investigar o modo de produção capitalista para encarar a questão da terra, o que acredito pode ser melhor conseguido à luz das leis da acumulação. Porém, devido a forma que julguei mais adequada à exposição do meu objeto, iniciamos com a renda da terra, como ponto conector com os dispositivos de “recuperação de mais valia urbana” e com a ideologia urbana. Como a exposição difere do processo de pesquisa (Silva, 2012), temos ainda que resgatar outras determinações dessa relação antes de adentrarmos na acumulação. Uma vez feito esse movimento poderemos realizar o caminho inverso partindo da acumulação para a ideologia urbana.

Ao falarmos sobre a questão da terra no capitalismo nos deparamos com a própria forma que a economia política burguesa até Marx havia visto a questão das classes sociais (capitalistas, senhores de terras e trabalhadores). Cada uma como “fatores de produção”, mostradas muitas vezes sem a distinção de suas especificidades históricas, pois as coloca não apenas como três formas de rendimento: salários, renda da terra e lucros. Mas como fontes autônomas e cooperantes de formação do valor (Rosdolsky, 2001). Nessa fórmula trinitária

estaria desenvolvida toda a mistificação do modo de produção capitalista, pois misturaria definições históricas distintas e nos levaria a pensar erroneamente, por exemplo, que o salário seria o único elemento que derivaria do trabalho. Da mesma forma a renda da terra derivaria da terra e os lucros, do engenho do burguês.

Nada mais enganoso, pois essas formas de distribuição da riqueza derivam da categoria mais concreta, ou seja, do Capital e são tão fruto do desenvolvimento natural do “trabalho” e da “terra” quanto um computador deriva do “minério”. Há porém um núcleo de verdade em tal divisão por que elas representam a forma como o produto do trabalho é distribuído entre essas diversas classes. Essa distribuição por sua vez expressa a distribuição dos meios de produção. As relações de distribuição são o reverso da moeda das relações de produção da sociedade burguesa (Marx, 1980 apud Rosdolsky, 2001). São sua expressão necessária mesmo que muitas vezes apareçam como negação delas mesmas.

Essas relações de produção têm por sua vez sua base na luta de classes, ora aberta, ora velada (Marx, 2011). Tal encadeamento de determinações é tão fundamental no pensamento marxiano que o plano inicial de exposição de O Capital seguiria com a apresentação de cada uma dessas classes (Rosdolsky,2001). O plano foi alterado justamente pelo avançar do entendimento de Marx sobre o regime capitalista, expressão do amadurecimento das categorias da crítica da economia política. O Capital deve ser o início e o fim da análise. Nada impede porém que entre esse caminho se parta das relações de produção para a relações de distribuição e vice-versa.

Isso é fundamental para nossa análise pois se o capitalismo é marcado pela busca incessante pela valorização do valor através da exploração do trabalho assalariado em sua produção de mais valia, ressaltando assim mais evidentemente a função econômica das duas classes fundamentais de seu modo de produção⁹⁴: burguesia e proletariado. O primeiro como seu funcionário, verdadeiro “capital incorporado” (Marx,1980), o segundo como o único produtor de valor. Tal processo é menos evidente quando se fala do proprietário de terras. Qual sua função e necessidade econômica?

Já sabemos que para Ricardo e Marx, bem como outros economistas, o senhor de terras aparece como uma “excrescência inútil” (Marx, 1980), destinado a se apropriar de parte do mais valor sem nada contribuir do ponto de vista da *produção* do valor. Essa afirmação,

⁹⁴ “Segundo o desenvolvimento que fizemos até aqui, torna-se supérfluo comprovar novamente de que modo a relação entre capital e trabalho assalariado determina o caráter do modo de produção. Como tais, os principais agentes deste modo de produção, o capitalista e o assalariado, são apenas encarnações, personificações, do capital e do trabalho assalariado, expressando caracteres sociais que o processo social de produção estampa nos indivíduos; são produtos dessas relações de produção.”(MARX, 1980, t II, p.148 apud ROSDOLSKY, 2011, p.486). Voltarei a essas passagens quando discutirmos o “sujeito oculto” da reforma urbana.

segundo Rosdolsky (2001) não é ,diferente do que afirma Deák (1987;1995), um erro teórico da análise do capitalismo - considerar um proprietário de terra como categoria explicativa - mas sim a “expressão teórica necessária do modo de produção capitalista que exprime sua *diferença específica*” (Rosdolsky, 2001, p. 44). Porém:

O fato de o latifundiário não ser “um agente necessário da produção capitalista” **não permite concluir que ele seja desnecessário para a existência desse modo de produção, ou que o modo de produção capitalista pudesse ter surgido e se desenvolvido sem que existisse a propriedade da terra.** Ao contrário. Se a terra estivesse livre, “à disposição de qualquer um, faltaria um elemento fundamental para a formação do capital. Esse meio essencial de produção — com exceção do homem e de seu próprio trabalho, único meio originar de produção — não poderia ter sido apropriado, e desse modo o trabalhador não seria forçado a se converter em trabalhador assalariado. A produtividade do trabalho [...] no sentido capitalista, ou seja, a 'produção' de trabalho alheio não pago, tornar-se-ia impossível. Desse ponto de vista, “a propriedade privada da terra [...] — a propriedade privada da terra por parte de uns, o que implica a não-propriedade por parte de outros — é o fundamento do modo capitalista de produção”. O capital não pode existir sem a. propriedade da terra (“a qual inclui como antítese”); por isso, a transformação das condições de trabalho em capital pressupõe “que os produtores diretos sejam expropriados da terra”, ou seja, pressupõe “uma determinada forma de propriedade da terra”(Rosdolsky, 2001, p. 40⁹⁵.grifos meus).

Ou seja, o capital em seu caráter móvel necessita de uma antítese imóvel para existir. A cristalização de uma relação social de propriedade privada da terra, pressuposto para a produção de uma força de trabalho “livre como pássaros" (Marx,1980), por sua vez pressuposto para o desenvolvimento do capital. Não é uma relação pré capitalista que sobrevive,mas justamente a relação própria da terra em relação ao capital.

Porém, essa relação se depara no início de seu desenvolvimento com formas de propriedade que não correspondem às suas necessidades. Mas ao subordinar a agricultura ao capital, cria a forma correspondente (Rosdolsky, 2001). Uma forma onde a terra assume sua característica puramente econômica ao livrar-se de todos os adereços sociais e culturais, por exemplo as obrigações servis oferecidas para o senhor, resumindo-se a forma monetária: renda da terra⁹⁶.

⁹⁵ Citações de Marx entre aspas:(Marx, ,t II, 1980,p.148; 38); (MARX, t III, 1980,p.935).

⁹⁶ É importante lembrar que esse processo do ponto de vista histórico não foi linear. A entrada da lógica da mercadoria por si só não é o motor principal de derrocada do sistema feudal e consolidação do capitalismo. Pelo contrário ele convive perfeitamente com a dominação feudal. No plano político isso é expresso pela aliança da nobreza absolutista com os grandes mercadores manufatureiros e com o comércio monopolista colonial.A via realmente revolucionária foi simbolizada pelo pequeno proprietário burguês no campo que começa a utilizar trabalho assalariado no uso arrendado das terras a disposição no mercado monetário de terras disponível já no séc XVI(MARX,1980). Estes “burgueses pequenos” no campo inglês estão longe dos centros de poder o que os leva a entrar em choque com a ordem existente sendo a mola principal das revoluções burguesas entre os séculos XVI e XVII, levando a outro patamar o processo da mercantilização da terra e subjugando os proprietários clássicos de terra ao capital mesmo que em alguns casos(como o inglês, mas não no francês) se permita a manutenção de sua existência anacrônica enquanto “nobreza”. O rico debate sobre a transição entre feudalismo e

Não apenas um pagamento em dinheiro (no lugar dos valores de uso oferecidos ao senhor pelo servo do feudo), mas valor de troca subsumido a produção capitalista que inicia-se não por acaso no campo, na exploração assalariada do antigo trabalho camponês pela burguesia no campo.

Não é uma simples substituição. É a própria instauração da lógica do capital na relação com a terra. Salta os olhos que Deák (1987;1995) não percebe o processo que vai do pagamento da renda em dinheiro rumo a dominação da relação burguesa no campo através do trabalho assalariado (Marx,1980) deva contraditoriamente manter a figura do proprietário de terras:

Mas não pode impedir que, junto aos capitalistas propriamente ditos, continue a existir uma classe particular de proprietários monopolistas dos meios de produção, “força exterior e entrave” que “o capital investido na terra [...] encontra”. Essa classe pode ter êxito em arrancar do capitalista uma parte da mais-valia criada pelos trabalhadores. É certo que “a propriedade privada de objetos naturais” não é “uma fonte da qual brote valor, já que o valor é igual a tempo de trabalho objetivado, nem tampouco é uma fonte da qual brote mais-valia [...]. **Mas essa propriedade é uma fonte de renda [...], uma imposição de receber trabalho não pago, trabalho gratuito [...].”** O latifundiário possui “na propriedade do solo (condição para a renda absoluta) e na diversidade natural dos tipos de solo (condição para a renda diferencial) um título que lhe permite embolsar uma parte desse mais-trabalho ou dessa mais-valia que ele não contribui nem para dirigir nem para criar”. “Por isso, em casos de conflito” acrescenta Marx, “o capitalista considera o latifundiário como uma mera excrescência, um parasita da produção capitalista”(Rosdolsky, 2001, p. 45⁹⁷.grifos meus).

Por que então a burguesia não levou essa batalha até o fim e por meio da força impôs a plena dominância do capital sobre a terra sem depender de tais “parasitas”?

Primeiro, o fato de o proprietário de terras não participar diretamente da produção de valor e ganhar dividendos pela posse da propriedade não é em qualidade um fenômeno estranho ao capitalismo. Basta ver o próprio burguês e a exploração da força de trabalho.

Segundo, e talvez mais importante: do ponto de vista sistêmico, o que interessa é que a propriedade da terra não seja coletiva (Marx, 1980). Podendo assim, confrontar-se com a classe trabalhadora como meio de produção ao qual a mesma não possui, a impelindo para

capitalismo que condena a visão da mercadoria como motor principal da queda do feudalismo pode ser encontrado no livro “A transição do feudalismo ao capitalismo”(SWEEZY e outros, 2004) numa coletânea de debates sobre a questão envolvendo vários autores como Maurice Dobb, Rodney Hilton, Paull Sweezy, Kohachiro Takahashi, Christopher Hill, Erick Hobsbawm, dentre outros. Infelizmente não poderei me aprofundar nesse debate aqui, para o objetivo do trabalho importa seu ponto de chegada, que é a submissão da propriedade de terra, e de suas classes sociais, ao capital e a acumulação capitalista.

⁹⁷ Citações de Marx entre aspas:(Marx, t III, 1980, p.811);(Marx,t II, 1980,p.36-37; 325-326).

a venda de sua força de trabalho. Isso se completaria segundo Marx quando a terra se tornasse propriedade do Estado, sendo este o único arrecadador da renda da terra. Porém:

“Por isso, o burguês radical [...] é capaz de caminhar teoricamente até negar a propriedade privada da terra, à qual pode querer transformar, sob a forma de propriedade estatal, em propriedade comum da classe burguesa, do capital. Na prática, porém, falta-lhe coragem para isso, já que o ataque a uma forma de propriedade — uma forma de propriedade privada das condições de trabalho — poderia ser muito perigoso para a outra forma”(Marx, 1980, TEORIAS, t II, p.38-39 apud Rosdolsky, 2001, p. 486)

A questão da terra no capitalismo está ligada com os pilares que fundamentam o capital, o que leva a uma questão central para o campo da Reforma Urbana muitas vezes esquecida nas centenas de páginas pesquisadas: não é possível mudar sua natureza sem mudar junto a lógica de produção sistêmica. O capital exige a propriedade privada da terra, exige que a questão da “função social da terra” (Maricato, 2014) não seja jamais alcançada. Ou melhor: o social da função, não é a garantia da coletividade no acesso à terra, em especial aos trabalhadores das periferias urbanas e do campo que foram expropriados, mas sim o social do capital, a reprodução deste, a vida deste, que depende da oferta regular de trabalhadores que possuam apenas sua força de trabalho e sua prole para acumulação de capital.

O que aparenta ingenuidade de alguns autores(as) do campo me parece ser uma das características da Ideologia Urbana: tratar a questão urbana apartada do capitalismo numa aceitação passiva da lógica do sistema que impede inclusive que o objetivo da função social da terra seja alcançado. As categorias são tratadas como conceito, que por sua vez perdem toda substância, rebaixadas a palavras de ordem utilizadas no texto com uma base teórica tão efêmera quanto a aparente indignação que se sobressai ao exigir terra para os despossuídos sem se comprometer com a análise concreta da realidade que possibilitaria a elucidação da questão. Isso expressará debilidades organizativas preocupantes para enfrentar a questão coletivamente⁹⁸, como mostrarei em outros capítulos.

O segundo ponto levantado na passagem remete ao caráter político social da economia. Existe uma necessidade de não ameaçar uma forma de propriedade com o risco de afetar a legitimidade das outras, inclusive a da propriedade de outros meios de produção e do próprio capital em suas formas corpóreas. A existência da classe de proprietários de terra

⁹⁸ Que se expressam por exemplo no aparente paradoxo enfrentado pelo campo de que apesar do Brasil possuir umas das legislações urbanísticas mais avançadas do mundo, isso não se materializar no avanço do uso social da terra...Na falta de uma análise concreta sobre a questão, a pauta da reivindicação e organização acaba por ter como horizonte principal a melhoria das “políticas públicas urbanísticas”, que de tempos em tempo até se consolida juridicamente, mas não se efetiva, prendendo o campo num looping de organização e frustração.

demonstra com sua existência que o pensamento marxiano não pode se rebaixar aos economicismos que lhe são imputados, que é preciso falar em economia como categoria da totalidade e não como nos querem fazer crer, em especial a economia neoclássica que a reduz a administração de recursos escassos. Em suma: a luta de classe tem força econômica.

Aquilo que aparece de forma mais direta nas disputas salariais também vale para a luta política e a necessidade da classe dominante de evitar revoltas na classe trabalhadora que questionem o modo de produção. Inclusive com ações preventivas, de tolerância à existência de uma classe, que do ponto de vista diretamente produtivo, não aparenta ter nada a acrescentar, mas que é fundamental para existência do sistema pela sua ação negativa: apenas o é pois nega a posse da terra de outrem.

Por fim, considerando esses pressupostos baseados nos escritos de Marx e Rosdolsky, não parece sensato seguir o caminho proposto por Deák (1987;1995) e Leite (2011). Apesar da importância dos seus escritos no que tange a ir aos fundamentos da questão sobre os “instrumentos de recuperação urbana” e sua necessária ligação com a questão da renda da terra e do funcionamento do capitalismo, suas respostas de como avançar na questão são errôneas, em minha opinião.

Não se apropriam realmente dos escritos de Marx sobre a questão, tratando apenas parcialmente das citações utilizadas pelo autor que abordam o tema. E mais importante: perdem a relação das categorias marxistas com a totalidade e tratam a renda da terra e o proprietário de terras erroneamente como algo que se origina no feudalismo, quando na verdade ambos são frutos do próprio movimento do capital, mantendo apenas na aparência a ligação com o regime servil.

Se por um lado sua crítica nos lembra que a maior parte do campo passa à margem dos problemas que apontam, o que é positivo para o problema da ideologia urbana, por outro lado fornecem uma resposta errônea as indagações sobre a relação entre as proposições do campo e a lógica capitalista do espaço, contribuindo também para o fortalecimento de tal ideologia.

É preciso então seguir as suas indagações, mas desconsiderando suas respostas, retornando a base marxiana: qual a ligação entre as proposições taxativas do campo da Reforma Urbana e a lógica do capital? Como são formados os preços da terra? Qual o impacto real dessas proposições de “recuperação de mais valia urbana” das lutas e da legislação urbanística?

5.4. Do abstrato ao processo concreto de formação do preço da terra.

A questão de fundo que se coloca é a seguinte: como pode surgir valor a partir de produtos da natureza? (Rosdolsky, 2001) E mais, como podem ter valor de troca? A moderna renda tem uma característica interessante: é um produto do capital que faz surgir um valor “diferente de si mesmo, de sua própria produção” (Rosdolsky, 2001, p. 46). É um valor, mas no sentido metafórico, pois não pode ser baseado na quantidade de trabalho contida dentro daquele bem, já que o mesmo é produto da natureza:

“O valor da terra é o preço que se paga pela renda capitalizada dessa terra. Portanto, devem-se supor aqui desenvolvimentos muito mais transcendentais que aqueles que poderiam surgir *prima facie* da mera contemplação da mercadoria e de seu valor, lembra o caso do capital fictício que se joga na Bolsa, e que de fato é tão-somente a compra e venda de títulos [...], e que não pode ser compreendido a partir do conceito simples de capital produtivo”(Marx, 1980, TEORIAS, v III, p.106-107 apud Rosdolsky, 2001, p. 487-488. Grifos meus).

E também:

“Na expressão ‘valor do trabalho’, o conceito de valor não só se perdeu, mas se transformou em seu contrário. Uma expressão imaginária, como, por exemplo, valor da terra. **Essas expressões imaginárias, no entanto, surgem das relações de produção.** São categorias que buscam expressar as formas em que se manifestam relações essenciais”(Marx, 1980, p.562 apud Rosdolsky, 2001, p. 488. Grifos meus).

Essas passagens ressaltam a força do método materialista que não se baseia em impor ao real sua lógica, mas pelo contrário retira a lógica do real. Na troca entre duas mercadorias o valor de troca é a forma do valor, uma relação social, que se expressa numa determinada quantidade de trabalho médio socialmente necessário(Marx,1980). Além disso, pressupõe uma equivalência entre as duas mercadorias para efetivação da troca e cujo dinheiro é a forma universal de expressão do valor.

Porém, na troca para a compra da terra não pode haver essa equivalência *stricto sensu*, pois a equivalência não pode ser medida pela troca em si já que do lado da terra não há trabalho, e mesmo que haja, na forma de benfeitoria, esta é paga pela quantidade de trabalho que representa, mas o terreno continua a ser avaliado em separado sobre outro fundamento⁹⁹. É uma expressão “imaginária” pois nesse caso o valor é determinado pelo

⁹⁹ Demonstrei isso ainda incipientemente em minha dissertação de mestrado: “O Trem e a Comunidade: contradições do conflito entre a comunidade Aldacir Barbosa e o Governo do Ceará em torno da construção do VLT”.(OLIVEIRA,2018). Nela critiquei o fato de que as famílias que haviam de ser removidas pela intervenção em torno da construção do módulo de passageiros para a copa do mundo recebiam o valor de suas benfeitorias, mas que estas representavam um valor pífio em relação ao valor do terreno. Este porém não era pago em sua

preço, algo que aparentemente vai contra a teoria do valor. Contraditoriamente, no entanto, a válida, pois é amparada pela relação social real que nessa categoria (valor) encontra sua justa expressão. Me explico.

O valor é uma relação social, não algo intrínseco à mercadoria, mas pelo contrário só se revela na relação de uma mercadoria com outra¹⁰⁰. No caso da terra, essa relação social se expressa em preço antes mesmo de se expressar em valor. Continua sendo uma média social, mas não uma média de trabalhos abstratos solidificados nas mercadorias que se equivalem, mas uma média de preços do solo. Nesse caso, o importante é que exista uma relação de equivalência e não o que se mede nela.

Por isso a necessidade de estudar a questão da terra pelo prisma do capital, reforçando por que o Marx começa a exposição de seu principal trabalho pelo todo lógico histórico do capital para só então se debruçar sobre a questão da terra.

Como nosso trabalho começa pela ponta contrária, a questão da terra como um dos fundamentos econômicos da ideologia urbana, somos forçados a fazer o caminho inverso, mas sem perder de vista esse todo orgânico. Do ponto de vista histórico a intervenção capitalista na produção agrícola tem ligação direta com a consolidação do trabalho assalariado.

Esse é o motor que força as transformações no campo, que cria a forma mesma da renda da terra e que transforma a antiga elite agrária em proprietária de terras de um lado e expropria o camponês da terra do outro. O deixa como opção de sobrevivência a bandidagem, a mendicância ou o trabalho assalariado (Marx,1980). Além do mais, forma o exército industrial de reserva condição fundamental da acumulação.

E mais:

Também a passagem da propriedade da terra ao trabalho assalariado não é só um processo histórico, mas também dialético: “O capital, como criador da renda da terra”, prosseguem os *Grundrisse*, “recria a produção de trabalho assalariado, seu fundamento universal.” O capital surge na circulação e reduz o trabalho a trabalho assalariado; constitui-se dessa forma e se desenvolve como uma totalidade, tendo a propriedade da terra como sua condição e ao mesmo tempo como sua antítese. Com isso, ele estabelece o trabalho assalariado como seu fundamento universal (Rosdolsky, 2001, p.47-48)¹⁰¹.

totalidade, o que representaria a área nobre em que essas comunidades estavam localizadas, mas um valor muito abaixo disso pela não posse de documento de propriedade da terra.

¹⁰⁰ Mercadorias não se levam sozinhas ao mercado, é sempre bom lembrar. Apenas numa sociedade fetichizada do trabalho abstrato é possível fazer tal afirmação sem que ela seja falsa. É uma inversão real. Os atributos do trabalhador aparecem como da mercadoria(ou os de todos os trabalhos concretos no caráter abstrato do dinheiro). O social aparece como atributo de coisas e as os seres humanos se coisificam.

¹⁰¹ Citações de Marx entre aspas:(Marx, , t III, 1980,p.935).

Temos então a conexão entre o capital e a questão da terra a partir da categoria de renda da terra. Explica-se a necessidade contínua da classe dos proprietários de terra, aparentemente anacrônicos. E também nos permite traçar o fio condutor que liga, do ponto de vista da classe trabalhadora, sua relação com a terra, por exemplo, a impossibilidade de moradia própria para o conjunto da classe. Este é um dos elos que ligam a acumulação capitalista com a questão urbana tão essencial para a existência do campo da Reforma Urbana, mas que aparece muito pouco nas formulações consagradas desse campo.

Será preciso então, para o que nos cabe nos limites deste capítulo, demonstrar se no processo concreto de formação de preços da terra existe a produção dessa lógica histórica que expus..

Para servir de guia para nossa pequena introdução sobre o tema e esclarecer mais uma faceta das bases econômicas da ideologia urbana, nos guiaremos por material do Ministério das Cidades de 2008. Mediado pela Secretaria das Cidades e pela Universidade Federal de Santa Catarina, constitui-se num curso à distância em 12 aulas, reprisando e ampliando o curso dado com o mesmo caráter em 2006 (Ministérios das Cidades, 2008).

Importante notar que esse curso foi dado após a saída de Olívio Dutra (PT) da direção do ministério em 2005 como mediação para a manutenção da governabilidade do Governo Lula que passou o comando para Márcio Fortes de Almeida do PP (Partido Progressista) do “centrão”, gerando uma crise no campo, como comentado no capítulo 2. Apesar disso, o material didático online em que me baseio parece ter mantido muitas características do senso comum e do senso público do campo, inclusive com suas análises sobre a função social da terra e os dispositivos de recuperação de mais valia urbana.

Isso fica claro na apresentação do livro assinada a época pelo próprio ministro Márcio Fortes:

O Curso a distância “Acesso à terra urbanizada: implementação de Planos Diretores e regularização fundiária plena”, fruto da parceria do Ministério das Cidades com a Universidade Federal de Santa Catarina, faz parte de uma das ações prioritárias do Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, de apoiar os municípios e estados na implementação do Estatuto da Cidade. Nosso desafio é fortalecer a construção da política nacional de desenvolvimento urbano e de acesso à terra urbanizada para todos, rompendo com o quadro de exclusão social e degradação das nossas cidades. Para a execução dessa política, é fundamental ampliar as ações de capacitação em planejamento e gestão urbana e mobilizar entes públicos e a sociedade civil para esta missão. **O Ministério das Cidades busca, desta forma, estimular os municípios e os cidadãos a construírem novas práticas de planejamento e gestão democrática. Convidamos, portanto, a todos os alunos deste Curso a serem agentes multiplicadores, disseminando uma nova cultura urbana mais democrática, incluyente, redistributiva e sustentável para**

os municípios brasileiros - Marcio Fortes de Almeida Ministro de Estado das Cidades (Ministérios das Cidades, 2008, p.2, grifos meus)

No plano econômico, o material didático, mesmo que com forte influência neoclássica¹⁰² na explicação do sentido da formação de preços da terra (Hunt, 2005), mostra um quadro realístico desse processo que acaba por fugir às bases ideológicas dessa corrente de pensamento. Como estamos munidos de nossa exposição anterior sobre a terra e o capital, creio podermos enfrentar sem medo essa contradição em busca do processo concreto em que são formados os preços da terra, parte fundamental do entendimento ideológico sobre a questão. Nos focaremos na aula 2 do material didático intitulado: “O mercado imobiliário e a formação dos preços do solo” escrito por Pedro Jorgensen¹⁰³, importante nome consagrado do campo da Reforma Urbana no Brasil.

O texto começa contextualizando sobre os caracteres gerais que orientam a transformações das cidades: o desenvolvimento econômico e o crescimento demográfico. A partir dessas duas determinações incorporam-se novas áreas no espaço urbano (Jorgensen, 2008). Aprofundando a definição desses dois fatores:

Desenvolvimento econômico implica maior demanda de terrenos centrais para a construção de escritórios e lojas; de terrenos adequadamente urbanizados e próximos a comércios e serviços para a construção de moradias; e de terrenos estrategicamente localizados, geralmente ao longo das rotas terrestres, marítimas e aéreas de acesso à cidade, para a construção de fábricas, garagens e armazéns. E implica, por outro lado, novos empregos, e com eles a atração de mão-de-obra imigrante, que por sua vez demandará terras ou casas acabadas para morar ao alcance de suas possibilidades. Combinado ao desenvolvimento econômico, o crescimento demográfico vegetativo e migratório empurra para cima o valor dos aluguéis e o preço da terra. Quanto mais “bem localizado” o imóvel, mais alto o seu preço – independentemente do custo de construção – e maior sua probabilidade de valorização. Nessas circunstâncias, as pessoas que têm maior capacidade de pagamento geralmente optam por adquirir um imóvel. Em países com desenvolvimento relativamente fraco do mercado de capitais, a propriedade imóvel tende a ser considerada a maneira mais segura de progresso patrimonial em longo prazo (Jorgensen, 2008.p.53).

Quem diz desenvolvimento diz acumulação. Existe uma ligação entre a localização e o preço, como se essa variável fosse para além da questão do “o que é construído” em sua definição. Atenção nesse ponto: já havíamos visto como o preço é

¹⁰² Como apontado por Hunt (2008) essa corrente caracteriza-se pela perspectiva do valor utilidade em detrimento da teoria do valor do trabalho. Ela coloca o fundamento da formação dos preços na subjetividade dos agentes da troca, no seu desejo pela troca que se expressaria unilateralmente nos movimentos de oferta e de procura. De origem liberal e subjetivista, acaba por ignorar a contradição entre capital e trabalho nesses fenômenos, apagando a dimensão da luta de classes e ressaltando apenas os “consumidores individuais”(Hunt, 2008).

¹⁰³ Pedro Jorgensen Jr., arquiteto e urbanista pela FAU-UFRJ, Mestre em Engenharia de Transportes pelo PET/COPPE-UFRJ, especializado em Políticas do Solo Urbano pelo Lincoln Institute of Land Policy.

determinante no que tange ao valor da terra. Tal importância deste fator levou autores como Deák (1987;1995) a fundamentar toda sua análise dos preços da terra neste elemento.

Segundo, em países com baixo desenvolvimento de mercado de capitais – como o Brasil – o imóvel tem um status de progressão social e econômica de vida, o que atrai aqueles com condições de comprá-lo. E as pessoas que não têm poupança e/ou capacidade de endividamento, como a imensa maioria da massa trabalhadora? Segundo o autor, pode passar a vida inteira pagando aluguel, pagando ao seu proprietário uma renda para ter o direito de usá-la (Jorgensen, 2008). Mais uma vez, somente uma pequena parte deste aluguel corresponde ao custo da benfeitoria, sendo a maior parte cobrada pelo direito ao uso do imóvel, renda que o proprietário embolsa e que está, em geral, sempre em busca de aumentá-la.

Pouco sobra ao trabalhador depois de deduzidas de seu salário além das despesas básicas (alimentação, vestuário, transporte e etc), o aluguel. Muitas vezes é simplesmente impossível para grande parte desse contingente sequer pagar tal valor, o que os motiva a fazer todo tipo de ocupação “irregular” do solo. Seja ocupando terrenos públicos subutilizados ou privados, os trabalhadores tendem a fazer valer à força a tão propagada “função social da terra”¹⁰⁴. Uma vez adquirido este bem, o trabalhador tende a dedicar boa parte do seu salário à construção e reparos incessantes na sua moradia e de seus familiares durante toda sua vida (Jorgensen, 2008).

O proprietário que recebe renda, por sua vez, reparte-a de forma compulsória através de imposto com o Governo, sobre a forma de IPTU – cuja principal base de cálculo, não por acaso agora sabemos, é o preço da terra em questão¹⁰⁵. Segundo Jorgensen (2008) quando há pouco imposto sobre a terra, os preços da mesma ficam maiores, o que geraria maior concentração de riqueza privada e maior pressão pela concentração dos gastos públicos naquela área, aumentando assim a desigualdade urbana. Além do mais:

¹⁰⁴ Em 2014 apresentei monografia intitulada: “A gênese da comunidade Aldacir Barbosa: expropriações, espaço urbano e consciência”, onde recomponho a saga de criação, consolidação e crise da comunidade Aldacir Barbosa em Fortaleza/CE, criada em meados dos anos 1960 à beira dos trilhos da antiga REFESA(companhia férrea). Através de uma série de entrevistas semiestruturadas com os moradores mais antigos da localidade exponho a lógica do processo urbano a partir de uma experiência concreta de ocupação irregular do solo (Oliveira, 2014).

¹⁰⁵ Importante lembrar que o imposto também é predial, ou seja incide sobre as benfeitorias mas em menor escala. Mesmo assim alguns autores têm lutado pela exclusividade de incidência do imposto apenas no terreno o que permitiria um melhor aproveitamento do solo já que beneficiaria os proprietários quanto maior a área construída naquele solo. Por outro lado, também desestimularia terrenos ociosos(no Estatuto das Cidades existe a ferramenta do impostos progressivo em terras ociosas seguindo esse preceito). Pelas limitações do espaço do meu trabalho vou focar apenas na determinação principal do valor do terreno. Quem quiser aprofundar sobre essa temática pode visitar o interessante portal “Caos Planejado”, em especial a matéria: “É preciso substituir o IPTU por um imposto sobre o valor da terra” disponível em: <<https://caosplanejado.com/e-preciso-substituir-o-iptu-por-um-imposto-sobre-o-valor-da-terra/>>. Acesso em 15/04/2022 às 20:37)

Somente uma parte da demanda por produtos imobiliários acabados – moradia, principalmente – é satisfeita pelos construtores e incorporadores, que só operam acima de parâmetros mínimos de rentabilidade, determinados, em última instância, pelas taxas de juros bancários. Essa rentabilidade mínima se defronta, nos países da América Latina, com três fatores restritivos principais: 1- altas taxas de juros; 2- baixa capacidade de pagamento e acesso ao crédito por parte da população de baixa renda e 3- preços da terra inflacionados pelas expectativas e comportamentos especulativos dos proprietários de terrenos (alto preço) (Jorgensen, 2008, p. 54).

O lucro é o motor do processo. A rentabilidade mínima é pressionada por um lado pelos juros bancários e pela demanda por moradia e de outro, ligada diretamente ao nível de renda e crédito da população de baixa renda e pela especulação imobiliária. Mesmo nas condições de baixo poder de compra do salário dos trabalhadores da América Latina, forma-se um robusto mercado imobiliário em que se delineiam disputas pelo fundo público e privado na construção do solo urbano. Os principais agentes que se beneficiam, a incorporadora, a construtora e os bancos, constantemente se confundem em suas funções e se metamorfoseiam uns nos outros na busca pelo maior ganho.

A terra para o trabalhador sempre encarece mesmo que os outros produtos de subsistência possam encontrar períodos de baixas em seus preços (Jorgensen, 2008). Isso aumenta as dificuldades para poder trocar de moradia ou se mudar de bairro. Instalar-se na terra e permanecer nela assume-se como uma necessidade imperiosa para o trabalhador e sua família, as ocupações irregulares multiplicam-se de acordo com o aumento demográfico motivado pela acumulação.

O processo não cessa. Mesmo dentro das comunidades se desenvolve um mercado de bens imobiliários precários que convive em paralelo com as leis urbanísticas e a economia estatal sem se confundir com eles (Oliveira, 2018). De um lado a cidade real, do outro a imaginária. Várias décadas de políticas habitacionais na América Latina não tiveram êxito em resolver o problema do crescimento desenfreado desses assentamentos distantes da idealista legislação (Jorgensen, 2008). Segundo o autor, isso está associado tanto aos custos de produção da moradia quanto à tendência de alta nos preços do solo que desvia para o bolso dos proprietários milhões em dinheiros de política subsidiária à moradia¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Perceba que para o autor é um problema principalmente de concentração de renda. Como dissemos, o texto tem uma marca forte da escola neoclássica no que tange ao peso da lei da oferta e da procura na sociedade e a teoria das rendas (Hunt, 2008). Mais a frente ao relacionar acumulação com o processo da habitação popular mostrarei os limites dessa visão que escapam ao entendimento de como funciona o capitalismo. Não há nenhuma maneira do problema habitacional ser resolvido para a classe trabalhadora enquanto vigorarem as leis de acumulação capitalista, não apenas pela busca incessante do lucro mas pela necessidade de um “excesso” de trabalhadores, o chamado exército industrial de reserva, necessidade imperiosa da acumulação. Por hora, sigamos com o autor.

Além do fator da localização e do seu grande peso no preço do solo é preciso acrescentar também a grau de escassez, a expectativa para usos mais rentáveis daquele solo pelos proprietários e os limites de uso e edificabilidade legal da legislação municipal naquela área (Jorgensen, 2008). O autor afirma que o solo urbano é um “bem escasso” no ponto de vista econômico, baseado em vantagens relativas de localização. Para exemplificar isso utiliza da seguinte metáfora:

Na ópera, os mais abastados costumam pagar caro pela exclusividade dos camarotes. Os acomodados, por sua vez, preferem os assentos mais centrais e próximos ao palco, onde podem, também, se sentir entre os “seus”. Há quem prefira pagar um pouco menos para ficar relativamente próximo ao palco, porém no alto e lateralmente, para poder apreciar o trabalho da orquestra. Quem não pode, ou não está disposto, a pagar mais, deve se contentar em desfrutar o espetáculo sentado nas galerias distantes. Quem chega atrasado só consegue ingresso, muito mais caro, com o cambista. E em teatros com pouco zelo pela segurança, os retardatários podem dar um “jeitinho” de assistir ao espetáculo em pé, nos corredores – vale dizer, em situação de risco (Jorgensen, 2008, p.56)¹⁰⁷

Seria um vasto leilão social onde aqueles que podem pagar mais têm prioridade na compra do solo mais adequado ao seu uso, tanto dentro quanto fora da legislação urbanística vigente. Os potenciais usos comerciais desse solo também podem influenciar no resultado final já que mesmo terrenos em centro comerciais podem valer tanto quanto terrenos em áreas de luxo de acordo com essa potencialidade. O caso do shopping centers leva essa tendência a outro nível quando sua simples presença pode provocar o aparecimento de um novo pólo de centralidade ao atrair eles próprios condomínios residenciais, outros comércios e etc (Jorgensen, 2008).

Já a terra periférica barata próxima a essas novas centralidades permite aos primeiros compradores delas e/ou seus locadores altíssimos ganhos, o que pressiona o Estado a prover serviços de infraestruturas nesses áreas retroalimentando os ganhos e o processo, alterando as centralidades da cidade e o próprio mapa de padrão de preços da região. E mais:

¹⁰⁷ Concordemos com o autor que há correspondência dessa metáfora com a compra mercantil do solo que segue as leis monetárias, por outro lado estender isso a toda complexidade da questão do solo urbano é um desvio neoclássico. Justamente porque falta aí a questão da luta urbana pelo uso do solo representada, por exemplo, pelas ocupações/favelas situadas nos corações “nobres” de grandes cidades constantemente ameaçadas pelos interesses privados em busca de transformar aquele lugar em mercadoria e expulsar aqueles trabalhadores que persistem (Oliveira, 2014). Como estamos interessados na lógica mercantil stricto sensu mesma do fenômeno, vou seguir no pensamento do autor, mas não devemos esquecer que a lógica mercantil, mesmo a do solo, também depende da luta de classes, principalmente em bens salários (como a moradia) que são diretamente suscetíveis ao desdobramento dessa luta.

A competição dos serviços comerciais e financeiros (às vezes incluídas as famílias de altos rendimentos) pelas localizações centrais mais importantes determina a intensificação do uso do solo escasso disponível, que se manifesta como verticalização das edificações (com o superfracionamento jurídico do solo). A redução da área útil com encarecimento unitário do solo natural implica aumento de densidade de ocupação e corresponde ao encarecimento relativo do solo construído. O escasseamento dos terrenos mais bem localizados torna o solo o insumo de maior incidência no preço dos novos empreendimentos, empurrando a demanda solvável para a área de influência de centralidades secundárias e a demanda não solvável para outras zonas, periféricas à cidade urbanizada (no caso dos países latino-americanos), onde geralmente faltam infra-estruturas e serviços (Jorgensen, 2008, p. 57).

A competição mercantil-capitalista desenvolve de forma desigual e combinada as determinações sobre o preço do solo e expressa através deste a relação social vigente. Ora o preço do solo redesenha o mapa da cidade, ora o mapa da cidade resenha o preço do solo sempre de acordo com os interesses privados de valorização¹⁰⁸. Resta-nos aprofundarmos nas partes concretas constitutivas do espaço urbano e como elas influenciam/expressam na/a constituição do preço da terra.

5.5 Modelos de desenho urbano, valorização e desvalorização do preço da terra

A partir de características como: distância do centro urbano, custo de transporte, quantidade e uso do solo, que são demandadas as determinações da produção imobiliária, segundo Jorgensen (2008). A economia urbana criou modelos baseados na renda ofertada pelos diversos agentes aos proprietários da terra urbana. Mesmo que o autor use de uma forma da simplificação¹⁰⁹ da ação dos “agentes”, auxilia-nos a ter uma aproximação da questão.

O modelo abaixo é baseado em três categorias de uso do solo urbano: agrícola, residencial e comercial numa espécie de disputa em meio a uma escassa oferta da terra urbana:

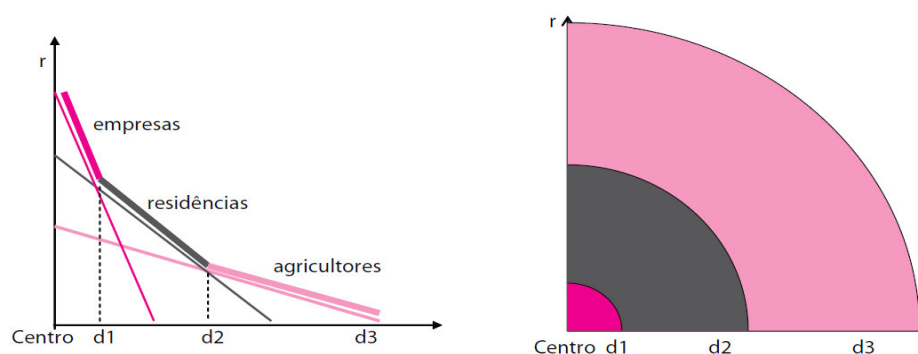
Sendo a renda ofertada pelo solo (aluguel) o resíduo do rendimento dos agentes depois de descontadas as despesas de transporte e demais gastos essenciais à sua atividade, resultam três curvas de oferta de renda (aluguel) que se interceptam,

¹⁰⁸ Completaria dizendo que também de acordo com as lutas de classe, mas estas quando motivadas pela ação da classe trabalhadora tendem a questionar a própria lógica mercantil num primeiro momento (com o simples ocupar do solo sem o pagamento deste). Porém, mesmo estas acabam se amoldando a determinação dos preços do solo se o sistema capitalista não é superado como demonstrei na minha já referida dissertação, seja pela expropriação do solo onde estão suas moradias, sejam pela permanência das relações mercantis no comércio local da moradia dentro da própria favela, dentre outros motivos (Oliveira, 2014).

¹⁰⁹ No caso do método materialista histórico a análise baseada na renda oculta a determinação da produção de valor. O caso clássico são as “pizzas gráficas” que separam a população em renda. Estas formas de exposição das divisões econômicas têm forte apelo ao pensamento neoclássico cuja sua base pode ser traçada até Smith e sua “teoria das três rendas” ainda na economia clássica (Hunt, 2008). Porém, tal como no caso das “pizzas” é possível utilizar essas formas gráficas ideológicas como aproximação do fenômeno real, nada mais.

formando uma curva de renda de mercado (“curva-envelope”) tal que os “lances” mais altos exercem o seu “poder de preempção” na ocupação das distintas regiões-distância ao centro urbano (fig. 3a). A estrutura espacial resultante desse continuum urbano-rural ideal monocêntrico e homogêneo sob todos os demais aspectos se apresenta como uma sucessão de círculos concêntricos de uso comercial, residencial e agrícola (fig. 3b) (Jorgensen, 2008, p. 57-58):

Gráfico 1 – Estrutura espacial urbano-rural



Figuras 3a e 3b – Fonte: ABRAMO 2001

Fonte: Jorgensen (2008,p.57-58.)

Nesse modelo-tipo-ideal, a conformação das cidades conforme os “lances pelas uso social do solo”, o espaço para o mercado (empresas) encontra-se no meio, seguido de um círculo residencial e um círculo agrário representando uma primeira aproximação geral do movimento deste fluxo. Seria possível colocar outras determinações e outras divisões espaciais que comporiam novas centralidades coexistindo por exemplo numa cidade ao invés de um círculo único para todo o território.

Jorgensen (2008) argumenta que com o aprofundamento das pesquisas apareceram novos modelos para explicar, por exemplo, a concentração de pobres nos centros comerciais das cidades e de ricos em áreas afastadas do centro comercial¹¹⁰. Nos países centrais a tendência a esse afastamento da elite do coração urbano se daria devido à gasolina barata e ao automóvel, além de pelo desejo ao conforto e maior espaço de moradia, enquanto a centralidade de morada dos trabalhadores estaria ligada a sua preferência pela diminuição do custo e do tempo de transporte em detrimento da quantidade de espaço.

¹¹⁰ No decorrer das secções deste capítulo veremos a formação dessa lógica espacial do urbano do ponto de vista do capital a partir dos trabalhos de Lefebvre, que porém não se aprofundam no processo de formação dos preços e que por isso ficaram para adiante.

Já nos países de “terceiro mundo” a marca da incompletude da Reforma Urbana reapresenta-se, na visão de Jorgensen (2008), nesses lugares:

a precariedade dos sistemas de transporte e a distribuição espacial marcadamente desigual das infra-estruturas levaram os ricos e a classe média – que valorizam mais o tempo e a acessibilidade, respectivamente – para as localizações mais centrais, restando aos pobres se instalarem na periferia, apesar do elevado custo-tempo de viagem aos locais de trabalho (Jorgensen, 2008, p.58-59)

Soma-se a isso fatores ligados a outras demandas, como por exemplo a valorização de ambientes arborizados, o racismo que faz não querer permanecer em bairros com alta presença de pretos e pretas etc. elementos que, segundo Jorgensen (2008), nem sempre são levados em conta pelas correntes econômicas. O que acaba por aumentar a complexidade da conversão desses fatores em preços apesar de, o sabemos, o mercado sempre encontrar uma forma monetária adequada.

Já pelo lado da oferta soma-se o comportamento dos próprios proprietários de terra que são movidos também pela permanente expectativa de valorização dos seus terrenos em relação ao patamar atual, controlando o nível de escassez de acordo com sua ganância especulativa. Assim:

O preço da terra está dado, pois, pelas vantagens relativas da localização, em um ambiente de escassez, para usos potenciais. Um terreno ocupado por uma residência vale por seu uso potencial no mercado – que não é um resultado instantâneo. A pretensão dos proprietários de dar aos terrenos urbanos seu maior e melhor uso está na raiz de alguns dos mais relevantes problemas do planejamento e do financiamento das cidades, como a retenção especulativa e o custo das desapropriações para fins de utilidade pública – que, como manda a Constituição, devem ser pagas não pelo valor de uso efetivo do terreno, mas pelo valor de mercado, isto é, por seu “valor de expectativa” (Jorgensen, 2008, p. 59).

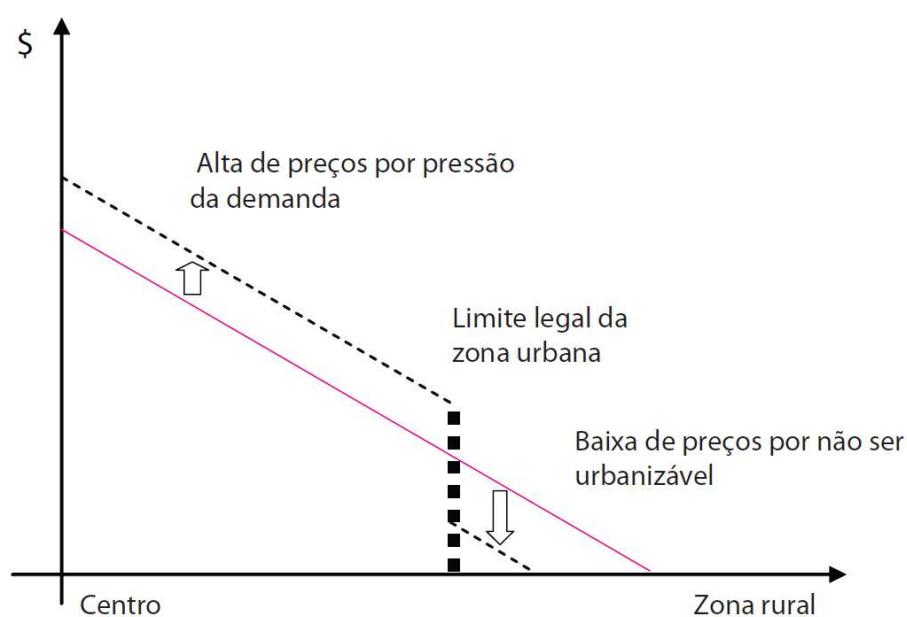
Veja que o uso especificado é o uso para a troca, visando já um possível ganho futuro, o que a Constituição, de acordo com a ordem burguesa, assegura. Quais seriam as outras determinações da legislação sobre o preço? De início estas atuam diretamente no dito “mapa de escassez” da terra urbana, expressando o próprio funcionamento do mercado de terras (Jorgensen, 2008).

Como vimos anteriormente, elas limitam de forma absoluta ou através de cobranças de taxas (“recuperação de mais valias urbanas”) o uso e a edificabilidade impactando na demanda por localizações ao entorno das centralidades primária e secundária urbana, influenciando por fim no próprio preço da terra, sempre de forma contraditória. Por exemplo, as ZEIS (Zonas de Especial Interesse Social), dispositivo do Estatuto das Cidades

que divide a cidade em zonas com diferentes funções sociais de uso do solo, ao garantir cotas obrigatórias para habitações populares na construção de empreendimentos, acaba por afetar o preço da terra pela manutenção de moradias populares em áreas, muitas vezes, de alto potencial valorativo.

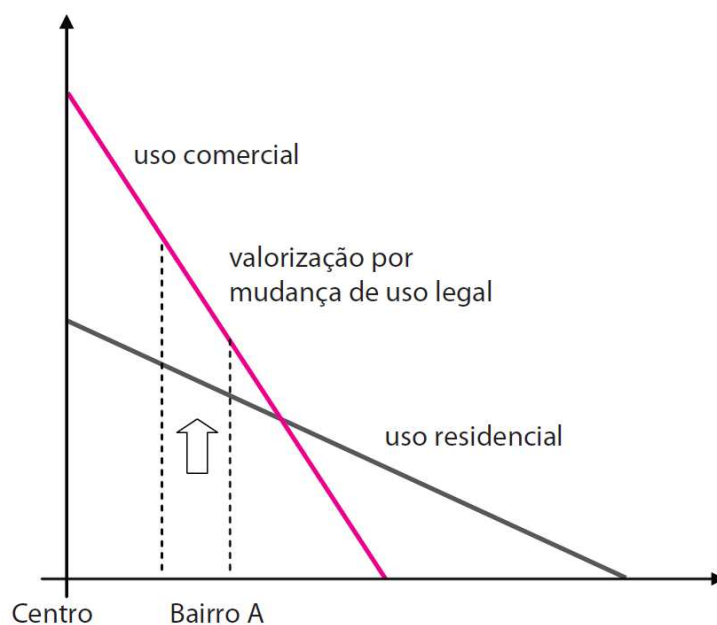
Já a delimitação e definição do “o que é” Zona Urbana, se por um lado diminui os custos de um aumento desmesurado da estrutura necessária para sua expansão, por outro lado aumenta os preços dentro de seus limites (Jorgensen, 2008). Já a passagem de áreas “rurais” para áreas urbanas na legislação gera fortes vetores de valorização do preço tal como a mudança, dentro do perímetro “urbano”, do tipo de Zona Urbana que aquela localidade faz parte. O autor usa de mais dois gráficos para expressar essas tendências:

Gráfico 2 – Relação entre Zona Urbana e Preço



Fonte: Jorgensen (2008)

Gráfico 3 – Valorização por tipo de uso (comercial/residencial)



Fonte: Jorgensen (2008)

E completa:

Os direitos de uso e edificabilidade são, pois, assim como o IPTU, elementos de que dispõe o governo urbano para atuar no mercado de solo de modo a satisfazer o que hoje chamamos de função social da propriedade. A prerrogativa de fixar esses direitos pode e deve ser uma forma de a municipalidade recuperar, ao menos em parte, os custos da urbanização que dá à propriedade o seu valor (Jorgensen, 2008, p. 61).

Já problematizamos a ideologia por detrás deste termo “função social da terra” no capítulo 4; por hora, basta lembrar que a função social da maioria da propriedade da terra sob o capitalismo só pode ser aquela que a reproduz. Vimos também há algumas secções a necessidade do capitalismo de manter uma classe de proprietários da terra mesmo que de forma parasitária ao próprio capital. O ocultamento dessas determinações através dos ditos mecanismos de “recuperação de mais valia urbana” transmite uma sensação de compensação pela aparente arbitrariedade de existências e da concentração de riqueza pelo mercado imobiliário.

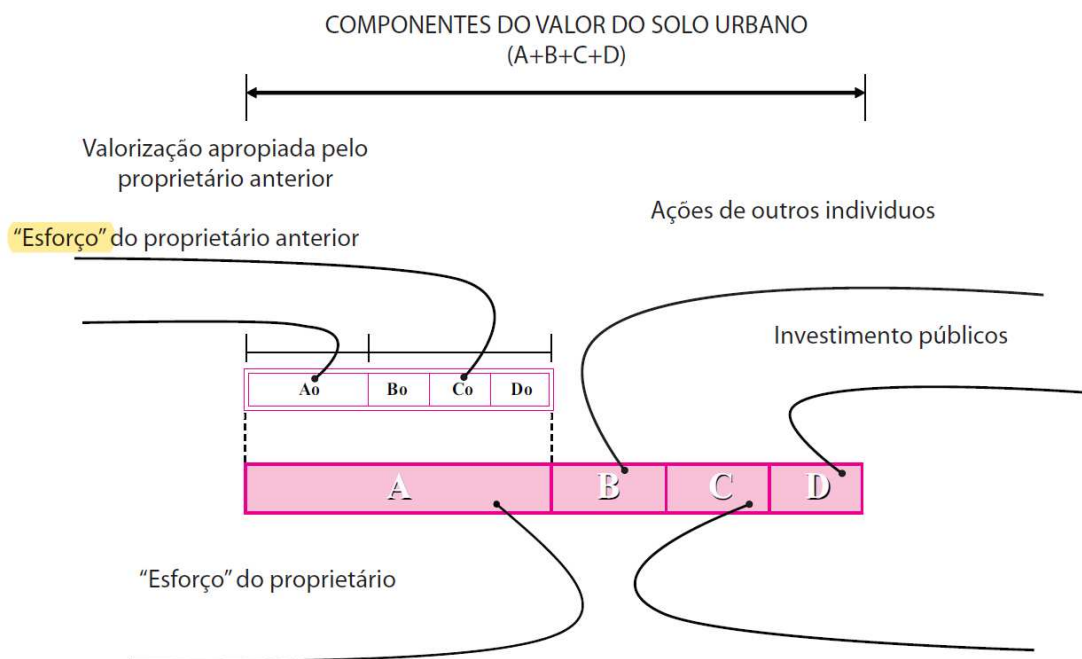
Soma-se a isso o quiprocó da definição econômica do valor dos terrenos que, como vimos a partir da perspectiva marxista, contraditoriamente é definido pelo preço. No texto de Jorgensen (2008) é nítido a confusão entre valor e preço que são usados como sinônimos. Na falta do referencial marxista o pensamento neoclássico toma a frente da análise pois é o campo por excelência da análise a partir do preço, sem determinação do valor. Em seu lugar a vontade dos agentes em adquirir determinado valor de uso.

Porém, tal como a análise neoclássica, parece patinar nas verdadeiras determinações do fenômeno e acaba por propor “taxações” sobre os preços como única forma de compensar a desigualdade entre os trabalhadores e as demais classes que disputam o solo urbano. Será a economia neoclássica o fundamento teórico da ideologia da “recuperação de mais-valia urbana”? Parece ser a conclusão que desponta no horizonte. Mas sigamos na montagem do quadro total. Assim continua o autor:

Um proprietário geralmente busca adquirir um terreno a outro proprietário pagando um preço equivalente à renda capitalizada do uso atual, na expectativa de vendê-lo a um preço equivalente à renda capitalizada do uso futuro – **assim ganhando com a valorização não antecipada pelo vendedor**. Dado, porém, que o solo não é criado pelo trabalho humano, esta operação é a mesma que se realiza desde que o terreno entrou no mercado pelas mãos de seu proprietário original, que o obteve gratuitamente por conquista, grilagem ou cessão para fins de colonização. Independentemente, portanto, de que cada proprietário só visualize como valorização a diferença entre o preço de compra e o preço de venda, a totalidade do preço da terra urbana é pura valorização propiciada por fatores alheios à sua ação tal como representado na figura(..) (Jorgensen, 2008, p. 61. Grifos meus).

A seguir reproduzo a figura citada pelo autor:

Gráfico 4 – “O preço do solo é 100% mais valia”



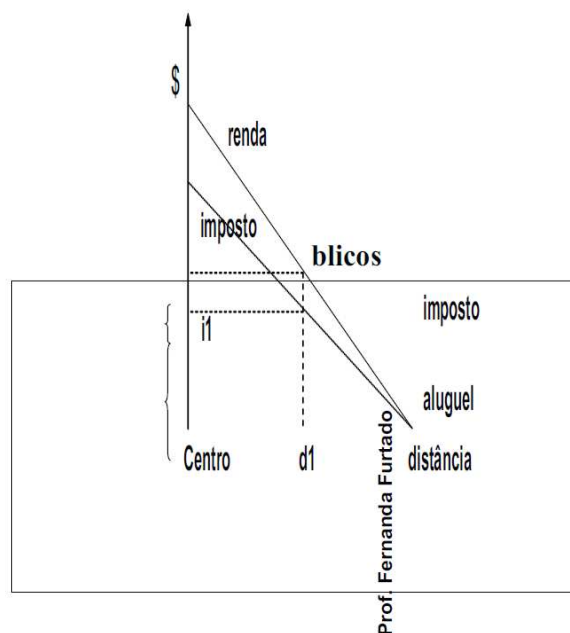
Fonte: Jorgensen (2008)

Vê-se pela citação um indício de comprovação empírica da teoria de Marx (Marx, 1980) sobre o valor do terreno ser determinado pelo seu preço, sendo o preço¹¹¹ total da terra urbana o produto de incrementos alheios às capacidades do solo em si, incluindo aí os incrementos futuros. Segundo Jorgensen (2008) a capacidade de se extrair a máxima renda devido a "escassez do solo urbano" o obriga a arcar integralmente com o pagamento do imposto sobre a terra (por exemplo, o IPTU ou outros), diferente de impostos de produtos industriais que tendem a ser repartidos entre produtores e consumidores. Isso geraria um interessante paradoxo:

Embora o locatário geralmente não se dê conta, o proprietário sabe que, quanto mais alto o imposto, mais baixo terá de ser o aluguel, uma vez que a soma de ambos esgota a capacidade de pagamento do inquilino. Por essa mesma razão, o imposto sobre a terra não tem como encarecer ainda mais o aluguel do imóvel. Ele é pago pelo proprietário (ainda que desembolsado pelo inquilino) com parte da renda do solo. A figura(...) introduz o conceito de curva de renda (aluguel) ofertada por um agente econômico qualquer, aqui acompanhada de um imposto com alíquota espacialmente diferenciada, mostrando como a renda de um metro quadrado de terreno localizado à distância d_1 do centro da cidade se reparte em aluguel e imposto (Jorgensen, 2008, p. 62)

¹¹¹ Como já aponte a confusão entre valor e preço contida no texto do autor devido a sua forte influência neoclássica, toda vez que o mesmo citar “valor” iremos encarar como sinônimo de preço.

Gráfico 5 – “A renda é dividida entre imposto e aluguel”



Fonte: Jorgensen (2008)

Algumas coisas chamam atenção nessas afirmações por Jorgensen. Primeiro, o fato de ele aproximar o aluguel com os ganhos no mercado de capital da terra como ativo. O aluguel está para o proprietário do terreno como os juros no mercado de ações para o investidor¹¹².

Segundo, é que toda essa sobreposição de determinações e variabilidades é da natureza da “ruidosa esfera da circulação” (Marx, 1980), lugar por excelência de manifestação da forma preço, representando as dificuldades de entender esse processo pelo prisma clássico da determinação do valor sobre o preço.

Terceiro, parece errôneo que o preço do imposto não possa ser passado para o inquilino/comprador/investidor da terra, afinal o mesmo autor afirmou anteriormente que o preço da terra sempre está a subir. É uma afirmação que parece fazer sentido para um mercado de livre concorrência, no qual o menor preço arrebataria o consumidor. Mas para um modo já monopolista de produção capitalista, inclusive no que tange à propriedade da terra,

¹¹² Falta espaço neste trabalho para aprofundar essa questão já que apesar das ações na bolsa terem também autonomia relativa em relação aos valores reais das empresas que representam, elas ainda estão ligadas com essa base material de valor, o que se confirma nas crises cíclicas e periódicas e seu impacto no mercado financeiro. Coisa que difere na propriedade da terra, como já exposto anteriormente na análise de Marx. Persiste no entanto a aproximação em relação ao objeto ter preço sem ter valor.

não me parece que essa interpretação se mostraria válida. Talvez afirmar que o lucro da venda diminuiria conforme o aumento do imposto fosse mais correto¹¹³.

Sobre isso o autor sintetiza que tudo o que o proprietário deixaria de pagar ao governo através dos impostos e recuperações se converteria em renda. Por meio do imposto o Estado pode se tornar ou abdicar de ser o “sócio silencioso” das movimentações financeiras em torno da renda em prol da “coletividade” (Jorgensen, 2008).

Vemos aqui o retorno da concepção Ricardiana (Hunt, 2005; Marx, 2010) da renda da terra como componente parasitário que deveria ser deslocado para outros ramos da produção, só que aqui com um viés “popular” de apelo à “coletividade”, fazendo alusão provavelmente ao aumento do orçamento para intervenções públicas de cunho popular: moradia popular, ZEIS, urbanização, criação de praças e etc, conseguidas através dos mecanismos de “Recuperação de mais valia urbana”.

Não vou me repetir sobre a crítica a essa concepção que expus nas secções anteriores, apenas ressaltar seu componente ideológico, pois desvia a questão da própria existência da propriedade privada da terra e a necessidade política de uma classe de proprietários para uma “divisão da renda da terra”, punindo os “excessos” e mantendo o fundamento social da problemática. Isso pode ser ressaltado na afirmação abaixo do autor que inclusive lembra o que Marx(1980) crítica do “sonho ricardiano” de estatização de toda terra:

Teoricamente, todo o valor do solo pode converter-se em fonte de financiamento da cidade. Embora excepcional, é ilustrativo o exemplo de Hong-Kong, onde, por determinação do governo britânico, toda a terra foi estatizada, aplicando-se as rendas obtidas ao financiamento da infraestrutura e dos serviços urbanos. Além das pesadas obrigações de urbanização impostas aos empreendedores, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e demais países industrializados taxam significativamente a terra urbana, com o que cobrem, por exemplo, parte significativa do custo do ensino fundamental (Jorgensen, 2008, p.63).

Ressalta-se a crença que essa “recuperação de mais valias urbanas” direcionaria para os mais pobres os recursos conseguidos nessas taxações, cuja crítica por Leite (2017) e seu embuste, já foi exposta. De toda forma parece ficar cada vez mais nítida as limitações ideológicas contidas na defesa do campo dessas “recuperações” mesmo quando se trata da questão concreta da formação dos preços do solo urbano. Se por um lado endossa a análise

¹¹³ De alguma forma esse debate lembrou-me muito o embate de Marx contra o Sr Weston na I internacional sobre qual era o impacto da elevação dos salários no preço das mercadorias. Enquanto Weston afirmava que o aumento dos salários aumentaria o preço das mercadorias, Marx o refuta afirmando que os aumentos do salário diminuem o lucro dos capitalista pois se passasse totalmente para o preço não encontrariam como vendê-las e que essa afirmação era parte da ideologia burguesa de controle do trabalho. Mas não sei se a comparação é assertiva...

marxista da formação dos preços para além da determinação quantitativa do valor, por outro esquece as limitações impostas pela ligação com a lógica social capitalista e a divisão de classes.

O valor é antes de tudo uma relação social (Marx,1980). Na massa das mercadorias seu valor pode ser medido por uma determinada quantidade de trabalho socialmente média. Apesar das variações da esfera da circulação, os preços seguem serpenteando ao redor dessa determinação. Ao se trocar duas ou mais mercadorias se revela a característica de ambas serem produzidas por trabalho humano e por isso podem ser comparáveis. Mais do que revelar algo intrínseco ao próprio objeto, a troca expressa de forma concreta/abstrata o trabalho humano social comum.

Se na nossa sociedade o trabalho humano é ocultado pelo brilho anímico da mercadoria não é pela troca em si, e nem pela pura existência da mercadoria. Mas por que a produção e a troca estão subsumidas ao capital, que levou até o limite o desenvolvimento da troca mercantil, do mercado mundial, da forma fetichista do dinheiro e da alienação do trabalhador. Uma produção fetichizada só pode parir uma troca fetichizada. Uma vez superada essa produção a troca mesma não terá por que existir e nem a mercadoria.

Se hoje essa relação social se expressa em quantidade de trabalhos socialmente médios que por sua vez determina em última instância os preços, como ocorreria com a mercadoria terra? Já que a mesma não teria essa determinação quantitativa do valor encontrando seu sentido de forma invertida: o preço determinando o valor. Quais são os impactos concretos no mercado de terra dessa característica? Sigamos recompondo o processo de formação de preços do solo a partir da cartilha de Jorgensen e do Ministério das Cidades (2008).

Começando pela variação do preço da terra por fatores exógenos o autor define:

Por valorização entende-se o aumento de preços imobiliários acima da inflação. Para saber se um imóvel, ou uma área urbana, se valorizou, é necessário compará-los em termos de preços constantes, isto é, descontado o efeito da inflação (...)O resultado dessa operação pode nos levar a concluir que um imóvel, ou uma área da cidade, se desvalorizou. A desvalorização de uma área urbana por um período relativamente prolongado caracteriza um processo de deterioração – geralmente uma espiral de caráter físico (má conservação dos imóveis e do ambiente público), social (predominância de grupos sociais empobrecidos), fiscal (baixa arrecadação) e urbanístico (poucos investimentos públicos) (Jorgensen, 2008, p.63).

O termo valoração aqui é usado como variação de preço, mas como a variação de preço se identifica com o valor mesmo da terra não há prejuízo em seguir esse uso¹¹⁴. Veja que apesar de haver elementos de criação do valor através do trabalho na variação do preço/valor da terra como o estado das construções e as intervenções urbanísticas, o caráter social desponta também¹¹⁵. Mesmo a influência de trabalhos é medida pela categoria de localização que de forma geral tem um peso maior do que as intervenções de trabalho isoladas.

Compõe também esse todo a “obsolescência programada” cada vez mais presente ao “processo de criação de novos desejos” (Jorgensen, 2008) ligada à indústria de produtos imobiliários. Tudo isso deve ser levado em conta num certo período de tempo para medir o grau de variação dos preços.

Nesse sentido, o processo de valorização ou desvalorização acontece a partir de “focos” (Jorgensen, 2008). Ao espaço clássico da “praça central” (com a tríade possível: governo, culto, mercado) como foco clássico, passa-se ao cruzamento de grandes avenidas e por zonas de amenidades (praias e parques) e por fim mais recentemente a dita criação de “novas centralidades”. De forma que numa cidade monocêntrica ideal os preços seguiram uma tendência baseada na sequência: centro-periferia-zona agrícola. Já nas cidades mais modernas, segundo o autor, as várias centralidades fariam com que o mapa de preços fosse uma sobreposição de várias dessas tendências sobrepostas.

Isso forma “cones de valorização” já que:

Dado que o preço da terra é estabelecido pela disposição da demanda de pagar pelas melhores localizações e que esta é formada de um “pacote” de vantagens objetivas e subjetivas, a valorização dos terrenos urbanos apresenta uma clara tendência a se manifestar como agrupamento dos usos mais valorizados em determinadas áreas urbanas, geralmente com a forma de setores circulares formados a partir dos centros das cidades (também chamados de “cones de valorização”) (Jorgensen, 2008, p.65)

Agrupamentos dos usos mais valorizados. Uma certa média social pautada pelo maior retorno possível por determinado valor de uso mercantilizado. Percebemos aqui que mesmo com a ausência da determinação quantitativa do valor, permanece o caráter da relação social mercantil e da maximização do lucro na troca pela terra.

¹¹⁴ Errôneo na análise de outras mercadorias que podem ter variação de preços sem necessariamente de valor.

¹¹⁵ Aqui especificada pela presença de “bairro de má fama” como dizia Engels (2008), demonstrando além de um fator de deterioração do preço da terra, o que fortifica a tentativa de remoções dessas favelas, a própria lógica mesma da divisão de classes do espaço urbano.

Um movimento sempre crescente da demanda, por um lado, e a oferta sempre escassa do outro, num pseudo crescimento econômico sustentado, resultaria numa valorização contínua da terra urbana (Jorgensen,2008). Duas tendências complementam o quadro: estrutural e cíclica. A estrutural está ligada ao processo de urbanização da região: no início um alto processo de valorização e após um pico histórico, uma queda até próximo de zero. A tendência à valorização negativa pode ser barrada (ou não) por investimentos públicos e/ou privados, chamado de “reabilitação urbana” ou novas normas que potencializam usos mais rentáveis, chamado de “renovação urbana”.

Já o caráter cíclico tem a ver com as conjunturas econômicas ligadas diretamente à indústria da construção civil. A junção dos vetores estruturais e cíclicos resulta numa certa tendência dos preços em determinado tempo/lugar. T tamanha complexidade transformou o campo da avaliação de imóveis um campo da engenharia com diversos métodos. Seguindo a exposição do autor, veremos dois deles: o comparativo e o residual dedutivo.

O método comparativo e o método residual dedutivo, segundo Jorgensen (2008), são usados de acordo com as circunstâncias da avaliação de um determinado terreno. Adicionaria que também de acordo com a natureza a intenção maximizadora dos agentes econômicos envolvidos. O primeiro método é baseado em tratamento estatístico de dados sobre os preços obtidos naquela região, extraindo disso um preço médio de venda. Já o segundo, o residual:

(...)“espelha” o processo vivo pelo qual os empreendedores imobiliários estabelecem o máximo preço que se dispõem a pagar pelos terrenos urbanos[...] **Uma vantagem adicional do método residual para fins da discussão sobre o mercado e a formação dos preços é permitir a decomposição analítica das receitas, custos e ganhos envolvidos em um empreendimento imobiliário entre os três agentes privados que tipicamente dele participam – o incorporador¹¹⁶, o construtor¹¹⁷**¹¹⁸

¹¹⁶ “A incorporadora, por sua vez, é a empresa que articula o negócio imobiliário. Por isso, na área imobiliária o termo “incorporação” é usado para identificar atividades de formalização do registro imobiliário, assim como sua integração, a partir da matrícula mãe, sendo esta geralmente a matrícula original do terreno.“A incorporação imobiliária é regida pela Lei Federal nº 4.591/64, que é a mesma norma que dispõe sobre a criação e funcionamento de condomínios. É ela quem prevê como obrigação dos proprietários, promitentes, cessionários e/ou da própria incorporadora, por exemplo, a realização da minuta de convenção do condomínio e as deliberações em assembleias(...)Além disso, as atividades da incorporadora, (...) são: estudar a viabilidade de um projeto, indicar se o empreendimento deverá ser multifamiliar ou misto, coordenar o projeto (construtivo e arquitetônico) que definirá as áreas comuns e as individuais, fazer o registro da incorporação no Cartório de Registro de Imóveis, obter os devidos alvarás e licenças e comercializar as unidades (após o registro)”. Retirado de: “Entenda a diferença entre construtora, empreiteira e incorporadora” disponível em: <<https://imoveis.estadao.com.br/noticias/aprenda-a-diferenca-entre-construtora-empreiteira-e-incorporadora/>>. Acesso em 15/03/2023 às 20:39)

¹¹⁷ “A construtora é a empresa responsável pela execução física de um edifício. Ela é encarregada por contratar a mão-de-obra, adquirir máquinas, equipamentos e toda a tecnologia construtiva. Sua responsabilidade principal é com a qualidade física da obra, garantindo que o edifício não tenha problemas físicos, como rachaduras, infiltrações, irregularidades ou imperfeições. Sua função também é garantir o cumprimento dos prazos

e o proprietário do terreno (ainda que sejam, muitas vezes, o mesmo agente) –, **além do governo**, que interfere na equação potencial do mercado com sua prerrogativa de definir os usos e quantidades de bens imobiliários permitidos no lote e as obrigações que incidem sobre o empreendimento – dotações de áreas para finalidades públicas, urbanização, potencial construtivo oneroso, etc. O residual é, portanto, o melhor método para se calcular o valor das obrigações imputadas aos empreendimentos em benefício da coletividade (Jorgensen, 2008, p. 65. grifos meus).

É possível a esse método expressar essas determinações, pois ele funciona deduzindo do VGV (Valor Geral de Vendas) o total as despesas para construir e vender no mercado (inclusive as “remunerações”¹¹⁹ do construtor e do capital incorporador). O que resta é o teto máximo que um determinado incorporador se disporia a pagar pelo terreno. Segundo Jorgensen (2008), o retorno bruto do processo geralmente fica repartido entre 50 – 50 a 40 – 60 entre incorporador e proprietário da terra. Isso em mercados com condições mais estabilizadas.

Por outro lado, em mercados mais valorizados e mais instáveis, o retorno do incorporador corresponde à taxa de retorno esperado sobre os valores gerais de venda, ligada ao próprio retorno da economia, e o resíduo para o proprietário do solo (Jorgensen, 2008). A impressão que fica dessa “dança” entre incorporador e dono da terra é que há uma disputa de interesse entre os dois, inclusive numa escolha estratégica do método de cálculo.

Às vezes no texto parece até que enquanto o incorporador está mais interessado no método comparativo, pois isso maximiza seus ganhos na hora de vender os lotes, pois baseados nas médias dos empreendimentos da região e na especulação do mercado e não nos custos, ele calcularia o valor do terreno do proprietário pelo método dedutivo, mais ligado aos custos de produção dos lotes. Como parece que os ganhos do construtor já estão resguardados, o fundo restante é disputado pelo incorporador e o dono do terreno.

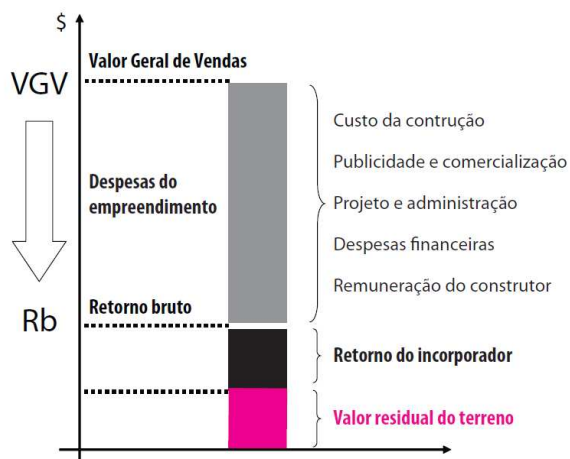
estipulados no cronograma construtivo”.Retirado de: “Entenda a diferença entre construtora, empreiteira e incorporadora” disponível em: <<https://imoveis.estadao.com.br/noticias/aprenda-a-diferenca-entre-construtora-empreiteira-e-incorporadora/>>. Acesso em 15/03/2023 às 20:39)

¹¹⁸ “Já a empreiteira, assim como a construtora, participa na execução da obra, mas é contratada pela própria construtora para realizar apenas determinada parte da construção e, por isso, geralmente a empreiteira não possui um engenheiro ou arquiteto, pois segue o planejamento da construtora encarregada. A construtora e a empreiteira podem parecer semelhantes, mas as construtoras são obrigadas por lei a possuírem registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), tendo em seu corpo técnico profissionais de engenharia também devidamente registrados no CREA. Assim, elas são autorizadas a executarem obras de construção civil próprias ou de terceiros, enquanto as empreiteiras realizam apenas serviços auxiliares de construção civil”. Retirado de: “Entenda a diferença entre construtora, empreiteira e incorporadora” disponível em: <<https://imoveis.estadao.com.br/noticias/aprenda-a-diferenca-entre-construtora-empreiteira-e-incorporadora/>>. Acesso em 15/03/2023 às 20:39)

¹¹⁹ Aqui vemos os termos neoclássicos (Hunt, 2018). Onde deveria estar “lucro” entra a palavra “remuneração”, como se esta fosse da mesma natureza da remuneração do trabalhador.

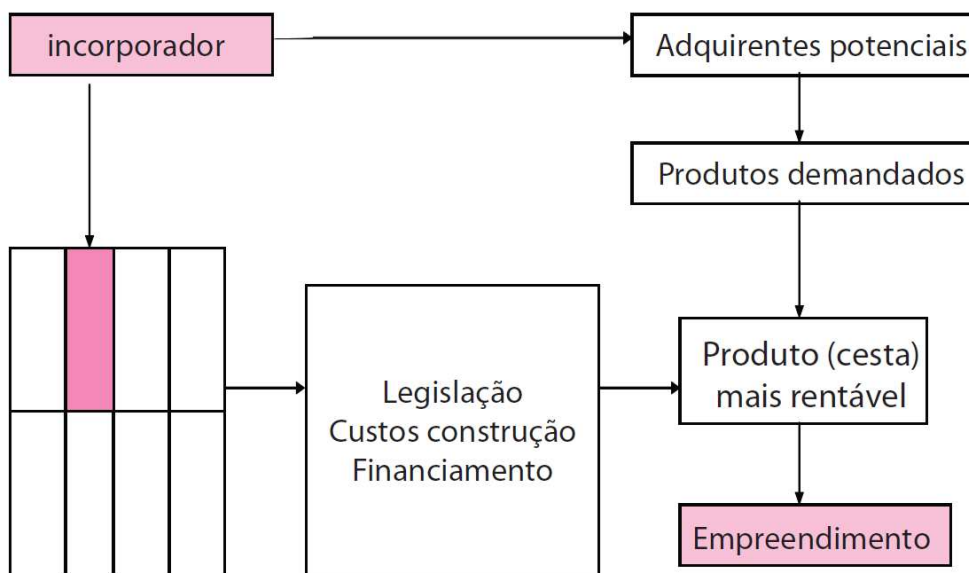
Para exemplificar como o VGV é repartido o autor o representa em alguns gráficos que analisaremos:

Gráfico 6 – Repartição do Valor Geral de Vendas



Fonte: Jorgensen (2008)

Gráfico 7 – Movimento do Incorporadores



Fonte: Jorgensen (2008).

Sobre esta repartição, esse movimento de compra/venda/construção e a intenção de maximização dos ganhos (lucro) nesses empreendimentos, Jorgensen revela algo interessante:

Tenhamos em conta que o produto mais rentável – identificado na linguagem da economia urbana como maior e melhor uso – não é necessariamente aquele que gera a maior receita total (VGV), mas aquele no qual o resultado da subtração valor geral de vendas menos preço de construção é máximo. Ou seja, dentre as diversas “cestas” de produtos (apartamentos de dois e três quartos, por exemplo, de frente e de fundos, andar alto e andar baixo) que a norma urbanística permite construir em um dado terreno, o incorporador deverá optar por aquela que lhe proporciona o maior retorno bruto, pois assim estará maximizando simultaneamente o lucro imobiliário e o valor residual do terreno. Portanto, onde às vezes se diz “a terra vale pelo que nela se pode construir”, o correto é ouvir “a terra vale por aquilo que nela se pode construir e vender no mercado com o maior retorno possível” (Jorgensen, 2008, p.66).

A cesta mais rentável não necessariamente é a mais cara. O autor não parece tirar as conclusões mais profundas sobre isso. Isso significa que para manter a maximização, características de qualidade das cestas podem ser sacrificadas (como visto em várias experiências do MCMV). Isso também explica os interesses dos agentes de maximização em cestas populares (como o MCMV novamente) desde que esses garantam níveis maiores de ganhos. Por outro lado, também favorece qualquer ilegalidade desde que ela garanta o aumento dos ganhos.

Para qualquer estudioso da lógica capitalista, isso não é surpresa. Mas vimos como a perspectiva teórica econômica do campo da Reforma Urbana oscila entre uma apreensão deficiente do marxismo, que o considera ultrapassado para a questão da análise da renda da terra, mas que mantém o termo “mais valia” no que tange a uma possível recuperação de ganhos “indevidos” urbanos (mais valia urbana), e uma perspectiva Ricardiana de enfraquecer a classe proprietária da terra através da captura da renda da terra pelo imposto. Isso gera um paradoxo de crença do campo na legislação urbana, mesmo que aqui e acolá o campo se depare na prática com as barreiras impostas pela acumulação capitalista que são estruturais e que não podem ser combatidas apenas no plano legislativo.

A análise clássica desse fenômeno veremos com mais profundidade a partir dos trabalhos de Villaça (2005) no capítulo 4. Mas importante demarcar aqui a base econômica dessa crença. Um certo flerte com o pensamento neoclássico que vai reduzir as divisões estruturais de classe a diferenças individuais de renda, circunscrevendo ao plano da taxa individual e da escolha racional entre as “cestas” mais favoráveis o problema estrutural da renda da terra.

A influência neoclássica se mantém nas habilidades necessárias ao incorporador para fechar o melhor negócio possível. Na figura clássica do consumidor que tem a consciência de todos os preços:

O dado crítico na montagem do empreendimento (fig. 6) é, pois, a fixação do preço dos produtos (baseado no preço de venda do metro quadrado construído na localização em questão). Dado que ele contém a cota-parte do preço do solo, sua determinação **supõe o conhecimento mais perfeito possível, por um lado, dos preços vigentes** na área (aplicação do método comparativo) e, por outro, do interesse dos diversos segmentos da demanda por aquela localização e suas respectivas capacidades de endividamento (Jorgensen, 2008, p. 67. Grifos meus).

A contradição entre incorporador e proprietário do terreno reforça essa narrativa neoclássica do conhecimento dos preços vigentes para a garantia de uma troca justa e como arma de maximização. Na citação abaixo além de especificar esse processo o autor também nos revela o impacto da definição do preço de um imóvel nos demais preços da região:

Há que considerar também que o valor residual é o preço mais provável, não necessariamente o preço de transação do terreno. Se o empreendedor tem informações sobre as aspirações da demanda que não são do conhecimento do proprietário do solo, **poderá conseguir comprar o terreno por um preço menor do que o valor que obterá como resíduo das vendas** do seu empreendimento, embolsando uma parte da renda (capitalizada como preço) da terra. Sabedores do resultado desse primeiro empreendimento, os proprietários dos lotes próximos tenderão a aumentar seus “preços de oferta”, levando os preços de transação a um novo “patamar de equilíbrio”. É essa instabilidade inerente ao processo de geração dos preços que o método comparativo de avaliação busca contornar, por meio do tratamento estatístico dos dados da pesquisa empírica dos terrenos já transacionados no mercado ao longo de um período de tempo (Jorgensen, 2008, p.67).

Veja a confirmação do que disse sobre a oposição entre os métodos comparativos e residual, o incorporador ao saber as tendências dos preços de mercado usa isso como vantagem em cima do proprietário ao mesmo tempo antecipando e pautando o novo preço de equilíbrio, causado pelo aumento dos terrenos em volta para acompanhar o novo preço de oferta da região. Deve-se imaginar o jogo desleal entre os agentes imobiliários pelo aumento dos ganhos mesmo que às custas da perda do outro.

Tal processo, mesmo motivado pelos interesses egoístas dos agentes, antes de negar a análise marxista sobre a renda da terra e a necessidade da propriedade desta (Marx,1980; Rosdolsky, 2001), a confirma. Como no caso da renda da terra é o preço que determina o valor, nada mais coerente do que deduzido os trabalhos envolvidos na construção sobre a terra, o preço que resta ser o seu valor (método dedutivo). Da mesma forma, através das médias dos preços da terra da região também é possível encontrar o que equivale uma

parcela particular, pois são médias baseadas também na dedução dos trabalhos dos preços gerais dos empreendimentos (método comparativo).

É preciso lembrar que a própria categoria do valor não é uma expressão direta do trabalho humano, mas sim trabalho humano abstrato médio (Marx, 1980; Rosdolsky, 2001), socialmente necessário sempre de acordo com o ramo em questão. Ele encontra na forma preço e na figura do equivalente geral dinheiro uma forma perfeita para se expressar, pois consegue capturar seu caráter variável e abstrato. O fato de o preço determinar o valor não muda o caráter social da categoria valor e é o que permite que objeto sem trabalho humano (a terra) possa ter preço.

Como descobri-lo no processo concreto onde mesmo seu caráter abstrato é oculto por não ter a substância abstrata do trabalho? Deduzindo os trabalhos abstratos do empreendimento, o que sobra é a substância social para além do trabalho, o próprio preço da terra. Por isso mesmo: seu valor é antes de tudo uma relação social, e no caso da renda da terra um valor socialmente determinado por seu preço. Se mantém o caráter social do valor mas expande seu caráter absoluto quantitativo para além da quantidade de trabalho humanamente abstrato.

Esse efeito aparentemente misterioso de boa parte dos membros do campo da Reforma Urbana é atribuído à localização dos empreendimentos. A ideologia não necessariamente é mentira, mas pode ser, digamos, “meia verdade”. É verdade que novas cenas de valorização podem alterar o valor da terra sem a criação de um átomo a mais de trabalho abstrato, mas isso é natural do processo. Pois o reino do preço é onde reina circulação. Esfera ruidosa que está à mercê de todos os caprichos neoclássicos do desejo, do roubo, da liberdade e igualdade burguesas. Se tal localização se valoriza pelos caprichos do interesse privado e do governo na construção do espaço urbano em busca de valorização, isso não “cria” a realidade do “preço-localização”, ao contrário, expressa a própria existência concreta da categoria valor no que tange a terra.

Essa não é uma questão secundária, do tipo “o ovo ou a galinha nasceu primeiro”. A tendência, que penso ser a do próprio campo, a tomar essa realidade da esfera da circulação como determinante último da questão da terra no Brasil (e no mundo!), e não como algo ligado a própria acumulação capitalista leva a tratar a desigualdade do acesso à terra de forma neoclássica. Nessa perspectiva, qualquer coisa que tenha raiz social estrutural é vista como uma “externalidade” às trocas (Hunt, 2005)¹²⁰. A versão mais conservadora dessa doutrina

¹²⁰ É o que chamo de “lógica do supermercado”. Do ponto de vista do supermercado, se eu compro um molho de tomate por 3 reais não existe diferença se um bilionário compra o mesmo bem pelo mesmo preço. Somos iguais

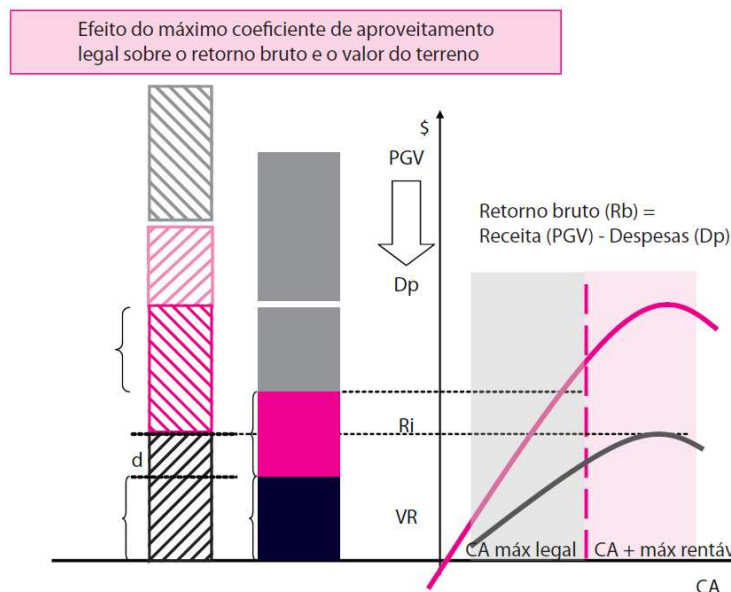
apenas vai ignorar tais questões. A versão mais “progressista”, social liberal, advogará mitigações do ponto de vista do mercado. Como taxações sobre essas “externalidades” mas sem ir ao fundamento da questão.

Os instrumentos urbanísticos de recuperação de mais valias urbanas que apresentamos a algumas secções atrás me parece seguir esse raciocínio neoclássico. Para exemplificar, vejamos como Jorgensen (2008) propõe deter o crescimento informal de lotes de terra (e por consequência a própria ocupação informal do solo).

Para iniciar seu argumento o autor nos apresenta mais um gráfico que relaciona o máximo de ganho de um lote a partir da legislação vigente urbanística:

perante o mercado. O fato de eu ganhar um salário mínimo o que limita minhas compras e a quantidade de molhos de tomate que eu posso comprar durante um mês, enquanto o bilionário pode querer comprar todo o estoque de molhos de tomate do supermercado, para o pensamento neoclássico é uma externalidade. Não tem nada a ver com a troca e por isso não tem nenhuma raiz estrutural. Do ponto de vista da troca o que pode ser feito é, por exemplo, uma taxa sobre a fortuna do bilionário que poderia assim ser revertido em política social (isso para as correntes mais progressistas neoclássicas). Se criou uma taxa, mas não se questionou a existência dos bilionários. Ao fazer isso se normatiza o sistema capitalista mesmo com boas intenções de combater suas discrepâncias. Assim me parece a lógica dos instrumentos urbanísticos de recuperação.

Gráfico 8 – Três componentes de venda



Fonte: Jorgensen (2008)

O gráfico expõe a relação entre os três componentes do empreendimento do ponto de vista da venda, o valor residual do terreno, o ganho do incorporador e a maximização do retorno dos investimentos. Sobre isso ele diz:

Para a cesta de produtos mais rentáveis (“melhor uso” permitido pela norma) e considerando-se como essencialmente linear a variação do VGV, do retorno bruto e do valor residual em relação ao coeficiente de aproveitamento (construção em altura), a quantidade ótima a ser produzida no terreno (do ponto de vista do incorporador e do proprietário) é aquela que maximiza o retorno bruto. Acima dessa quantidade, tendem a se manifestar os efeitos combinados do aumento dos custos de construção, da redução da área de vendas e da queda do preço que paga a demanda pelo metro quadrado construído (devido à percepção de menor qualidade do produto – menos espaços comuns, maior densidade, menor “exclusividade”, etc.)(Jorgensen, 2008, p. 67-68)

A legislação urbanística coloca um limite para esse coeficiente de aproveitamento máximo de rentabilidade fazendo com que o “empreendedor” não consiga produzir toda a quantidade que a “demanda” absorveria, pois:

Este ótimo do proprietário do terreno e do incorporador não é, porém, necessariamente, o ótimo da sociedade, que estabelece, por meio da Lei de Uso e Ocupação do Solo, um coeficiente máximo legal de aproveitamento do terreno, tendo em vista a proteção das qualidades do ambiente urbano, a mais importante delas a capacidade das infra-estruturas (Jorgensen, 2008, p. 68).

Esse termo “ótimo” usado pelo autor na citação nos remete ao “ótimo” do economista Pareto (Hunt, 2005). Isso significa que as mercadorias estão sendo trocadas por um valor que maximiza o prazer de ambos os possuidores de mercadoria em se desfazer de seu bem. Nem precisamos dizer que esta é mais uma influência neoclássica. O importante frisar é a crença no autor que é possível por meio da troca o alcance de uma harmonia entre os diferentes agentes. Mesmo quando a legislação vai de encontro a maximização dos ganhos, ela já expressaria esse “ótimo”:

(..)as normas reguladoras da edificabilidade dos terrenos urbanos não têm efeito sobre os preços do solo para coeficientes de aproveitamento situados além do coeficiente ótimo dos empreendimentos mais rentáveis. Ou seja, em nada afetam os preços do solo as normas que concedem coeficientes de aproveitamento de terreno maiores do que aqueles que o mercado está interessado em comprar, nas condições em que o empreendedor está interessado em construir e vender (rentabilidade mínima) (Jorgensen, 2008, p.69)

Porém, no próprio discurso do autor essa “harmonia” não parece se sustentar muito, pois seguindo a linha ricardiana as recuperações de mais valia urbanas (como a outorga onerosa) acabam recaindo para o proprietário da terra, já que não se pode transferir as obrigações legais da terra para o preço do produto que o tornaria invendável. Essas obrigações também não podem encarecer o preço do produto imobiliário pois ele já é o teto que a demanda pode querer pagar para aquela localização. A curva do retorno bruto no gráfico já expressa esse processo. Para sintetizar:

Imaginemos que um proprietário e um empreendedor cheguem, cada um pela via de seu próprio estudo de mercado, à conclusão de que um terreno alcança um valor residual de 500 mil. O empreendedor sabe, porém, que, pelo Plano Diretor recém aprovado, parte da edificabilidade necessária para obter o valor residual de 500 mil terá de ser adquirida à prefeitura, como Outorga Onerosa do Direito de Construir, pelo preço de 100 mil. Quanto pagaria, pois, esse empreendedor pelo terreno? Obviamente, um máximo de 400 mil. Quanto pagariam os demais empreendedores por terrenos vizinhos nas mesmas condições? Qual o valor de mercado provável desses terrenos depois de instituída e consolidada a Outorga Onerosa? (Jorgensen, 2008. p.70)

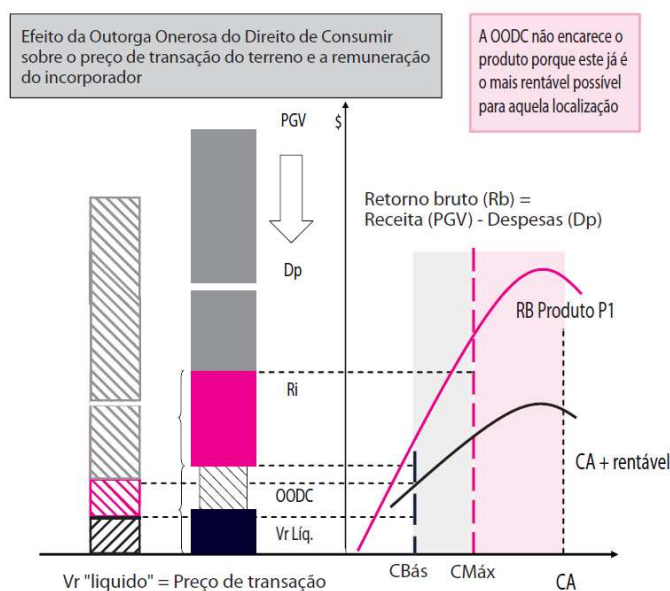
Todo esse processo gera um efeito contraditório com essas obrigações urbanísticas para além do que dissemos anteriormente sobre o destino desses recursos e a limitações de análise ricardianas: o uso da melhoria obrigatória pública para afetar o preço do imóvel. De forma que tudo que o incorporador gasta para garantir o retorno bruto sustentando seu preço de venda máximo é tratado como investimento (Jorgensen, 2008). Já o que ele gasta

em obras públicas ao redor do empreendimento que não sirvam diretamente para aumentar o preço é obrigação urbanística.

O paradoxo é que segundo Jorgensen (2008) não é incomum que o incorporador adicione melhorias que ele fez, por exemplo, num parque público da região, no “pacote” de vendas de forma a capitalizar esse gasto (o que além de contraditório é cínico, já que quem acaba pagando essas obrigações é o proprietário da terra). Além da dificuldade de se entender todas esses termos e esse jogo da visão do campo da Reforma Urbana a partir do trabalho de Jorgensen (2008), que muitas vezes complexifica desnecessariamente com jargões neoclássico a clássica disputa dos lucros imobiliários por agente interessados principalmente nos ganhos, o que fica dessa passagem é mais um limitação dos instrumentos de recuperação urbana que não tem como garantir nem mesmo que as melhorias em equipamentos públicos não se transformam em retornos financeiros¹²¹.

O gráfico que expressa esse processo fica então assim:

Gráfico 9 – Rentabilidade do incorporador



Aula 02

Fonte: Jorgensen (2008)

Perceba como a obrigação urbanística comprime o valor residual do terreno sem afetar o preço do empreendimento e ganho do incorporador (apenas seu teto). Assim o preço

¹²¹ Cuja taxaço busca recuperar para a “coletividade” tais ganhos indevidos...

máximo que o incorporador pagará pela gleba é valor geral de vendas menos as despesas de urbanização e seu lucro. Isso se expressa num “lote médio” que expressa diferentes cestas em tamanho e localização dentro da gleba (Jorgensen,2008).

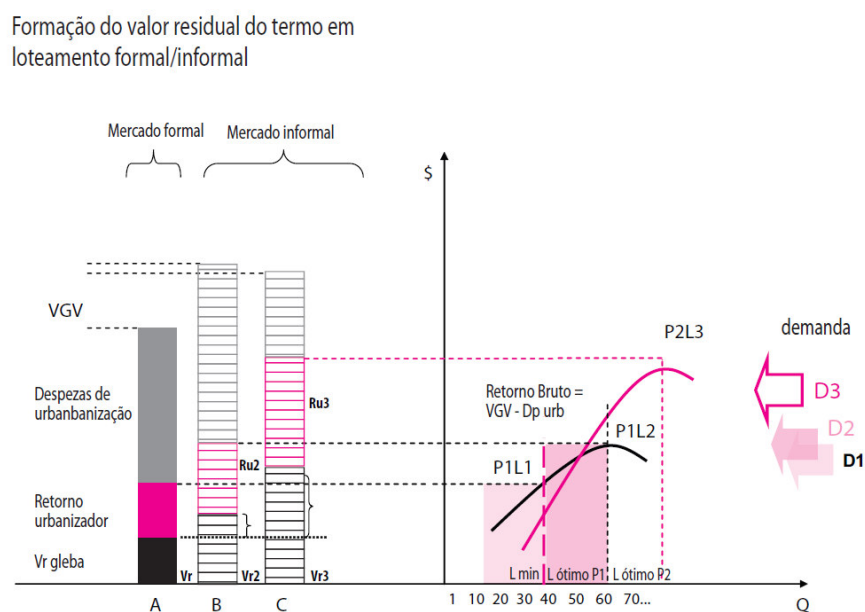
Já que a terra é irreproduzível, a cada subdivisão da gleba, para um mesmo padrão de urbanização, gera-se um preço diferente a ser posto nas influências da demanda gerando um determinado preço final. Apesar de apontar isso, o autor em seu modelo considera como uma variação linear para simplificar a exposição. Por isso, em seu modelo consideramos um “lote padrão”. Em síntese é expresso no Gráfico 10:

Como expresso na figura 9, o urbanizador deverá optar pelo produto padrão de urbanização + tamanho de lote (P1L1) que maximize o retorno bruto, no marco das normas urbanísticas que estabelecem o padrão mínimo de urbanização e o tamanho mínimo do lote (opção A). No diagrama, o lote mínimo legal ($L_{mín}$) impede que o urbanizador realize o máximo potencial de mercado da gleba (opção B), assim determinando o valor residual $V_r < V_r$ ótimo, sendo V_r o preço mais provável da transação (Jorgensen, 2008, p.71).

E se o incorporador quiser aproveitar todo o teto possível de ganho? Isso significa que ele passa para o processo informal/ilegal do comércio das glebas. Interessante ver como o autor descreve o movimento de escolha ou não de ultrapassagem dessa “barreira”, mais uma vez a influência neoclássica é incisiva:

Suponhamos, no entanto, que o proprietário deste terreno tenha sido procurado por um urbanizador oportunista, dizendo-se intermediário de uma demanda D_2 que, por desinformação ou simples premência, estaria disposta a pagar o mesmo preço por lotes de tamanho inferior ao permitido pela norma (ou seja, um preço mais caro por metro quadrado de solo). Assim se configuraria um empreendimento com um produto P1L2 (mesmo padrão de urbanização e lote menor que o mínimo legal), gerando um valor residual da gleba $V_{r2} > V_r$ (fig. 9, B). O proprietário, neste caso, conclui que o aumento do preço da gleba não compensa o risco de se envolver num empreendimento irregular (Jorgensen, 2008, p.71-72)

Gráfico 10 – Formação do Valor Residual do Termo em loteamento formal/informal



Fonte: Jorgensen (2008, p.71-72)

Abstraindo a ficção neoclássica da troca injusta baseada no desconhecimento/enganação sobre os preços resta que uma das formas de conseguir o teto é que a demanda compre lotes de menores condições pelo preço de um padrão. Mas nesse exemplo o “honesto” proprietário do terreno não aceita a venda mesmo com uma margem maior. É um aumento diminuto para o risco...? Porém, da mesma forma neoclássica que o “imbróglio” tem início, ele se resolve:

O urbanizador pirata informa, então, que também é intermediário de uma demanda D3 – ainda mais premida pela necessidade – que, convencida de que o governo executará em breve um grande programa de urbanização de assentamentos irregulares, se dispõe a pagar um preço algo mais baixo por lotes bem menores do que o mínimo legal (provavelmente um metro quadrado ainda mais caro, portanto) e um padrão de urbanização bastante inferior ao estabelecido pela norma – e sem cumprimento das obrigações legais de doação de terrenos para escola e posto de saúde. Assim se configuraria um empreendimento com um produto P2L3 (padrão muito inferior, lote menor que o legal e sem cumprir obrigações), gerando, apesar da redução do valor geral de vendas, um valor residual da gleba $Vr3 \gg V_r$, sendo este o máximo que o urbanizador pirata pode oferecer (fig. 9, C) (Jorgensen, 2008.p 71).

Considerando os problemas de formação de preços como problemas de oferta e demanda, a conclusão a que chega o autor é que o proprietário tende a se convencer a fechar o negócio ilegal. O incorporador “pirata” garante seu alto retorno. Mesmo que haja

inadimplência por parte dos compradores dos lotes, as altas parcelas iniciais garantem os ganhos nas margens de risco. Os que adquiram os imóveis ficariam a esperar pelas intervenções que lhe foram prometidas a serem executadas pelo governo. A este ficaria o "prejuízo" pois a valorização do imóvel por tais intervenções já fora embolsada pelo vendedor da gleba.

Daí que Jorgensen (2008) chega uma síntese de como resolver o problema das glebas informais no Brasil: "Para deter o crescimento do mercado informal, é preciso ou uma redução significativa do preço da terra urbanizada ou um aumento mais que proporcional dos rendimentos das camadas mais pobres da população" (Jorgensen, 2008, p.72). Precisamos por fim tirar as lições dessa perspectiva e de nosso caminho até aqui a guisa da conclusão desta seção.

Por tudo que acompanhamos da análise que Jorgensen e o Ministério das Cidades fizeram à época, é bastante convincente o mapeamento da aparência do movimento da formação dos preços do mercado imobiliário. O método residual e o comparativo, cada um ao seu modo, demonstram o caráter social do valor de uma mercadoria determinante até do que sua determinação quantitativa do trabalho contido nela.

O impacto nos preços finais para o consumidor a partir do caminho formal ou informal em relação a maximização dos ganhos dos agentes também é convincente. Além do mais, como já dito, esse movimento é perfeitamente coerente quanto à análise do Marx da determinação do valor pelo preço da mercadoria terra e todas as singularidades da esfera da circulação.

Também se evidencia o objetivo do lucro como principal mobilização dos agentes imobiliários. Porém, a não identificação completa com o processo concreto de produção da pobreza, sua ligação com o funcionamento real do sistema capitalista, cujo não compromisso com a teoria marxista da renda é apenas uma decorrência, impede de explicar os verdadeiros motivos da desigualdade de acesso à terra e moradia no Brasil.

Não me parece que a solução para esse problema seja uma questão de consumo ou de taxações. Isso é uma influência neoclássica da análise do autor e do ministério das cidades da época, que nós nessa análise da produção das idéias do campo, do senso comum do campo, da ideologia do campo da Reforma Urbana no Brasil apenas iniciamos a recuperar os traços gerais. A baixa renda da massa trabalhadora não se explica por ela mesma, antes é decorrência de uma situação estrutural da luta de classes.

É a própria acumulação capitalista que separa de um lado os produtores e do outro lado a terra (e por consequência a moradia). As medidas mitigadoras de tais "recuperações de

mais valia urbana”, por ficarem no âmbito do consumo, da aparência das relações de troca¹²² não parecem poder cumprir o que prometem.

O agravante é que parece que o próprio campo de uma forma geral endossa essas perspectivas, mesmo quando as determinações estruturais de manutenção da “governabilidade” limitam mesmo o caráter já limitado dessas perspectivas¹²³. Ainda mais, parece haver também a falta de uma análise mais profunda sobre a natureza do Estado de poder levar essas medidas à frente mesmo que elas conseguissem realizar o que prometeram. Isso tudo leva o campo a uma perspectiva econômica que reduz os agentes a “consumidores”. Ora, todo o problema de um consumidor é sua renda. Mas a renda é produto da produção e não da circulação (Marx, 1980).

A ideologia urbana está fadada então a nunca cumprir o que promete. Circunscrito a um plano legal baseado no consumo, abstrai os agentes concretos e não percebe, ou não quer perceber, quando esses mesmos princípios são subjugados pela esfera mercantil que o embasou. Coligada com o ciclo histórico político no país, o projeto democrático popular, contribui com sua forma original ao pacto social entre trabalhadores e a classe dominante, convencendo-se e convencendo a massa que seus problemas de acesso a terra e a moradia podem ser conseguidas pelo tortuoso caminho das instituições e da formulação de leis de taxamento ou subsídio aos “consumidores” da terra.

Quando muito, denuncia que esses instrumentos não são nem mesmo cumpridos na prática em sua totalidade, apesar de serem muito avançados, para logo depois endossá-los (Maricato, 2000) e apontar que o problema é a própria democracia no país. Esta não estaria completa reafirmando o coro da incompletude do capitalismo brasileiro e todas as consequências dessa visão para a análise da formação social brasileira e a superação de seus entraves.

5.6 Acumulação capitalista e teoria da população

Foi apresentado na seção anterior parte do fundamento econômico da crítica ao elemento de “compensação” dos ditos instrumentos “recuperadores de mais valia”. Estes além

¹²² E vimos que não é a toa, afinal nessa mercadoria especial, a terra, o preço determina seu valor o que com certeza direciona a análise para a armadilha da perspectiva da troca, e não da produção, como é o cerne da teoria neoclássica. Daí também que é previsível a aproximação da ideologia do campo com essa perspectiva econômica. Porém, entender a motivação não exige das consequência de tais postura para resolver o acesso desigual à terra e a moradia e daí todo o edifício ideológico do campo.

¹²³ Cujo exemplo máximo foi a perda da direção do Ministério das Cidades para o PP, como explicado no capítulo 3.

de uso incompleto do termo “mais valia”, pois o dinheiro que paga o imposto pode ter origem diversa do que o da exploração da força de trabalho, são elementos constituintes da Ideologia Urbana. Isto por que são apresentados como: limitadores da especulação imobiliária, inibidores de investimentos privados no espaço urbano e redistribuidores de renda e moradia aos trabalhadores urbanos.

Vimos a falácia de tal processo, ou melhor, a forma ideológica de aparecer o fundamento social da posse privada da terra e da formação de preços dessa mercadoria. Os custos de impostos são repassados ao vendedor da terra ou a outros agentes que não o burguês incorporador. Os recursos acumulados pelo Estado não contam com garantias de direcionamento para a classe trabalhadora. Por fim, mesmo as obrigações urbanísticas impostas às intervenções privadas urbanas, como construção de praças, habitações populares e etc., são habilmente transformadas em focos de valorização para o empreendimento.

O fundamento econômico dessa crença é o pensamento neoclássico, absorvido pelo campo, que considera os sujeitos urbanos como consumidores com mais ou menos renda. Com isso se perde o fundamento econômico da diferença entre proprietários de terra, incorporadoras e o trabalhador urbano. Esta secção se propõe a complementar esta crítica apresentada aprofundando-a, agora, do ponto de vista da acumulação capitalista e da teoria da população em Marx (1980).

Este caminho é necessário, uma vez que a percepção deficiente do problema urbano que percorre a Ideologia Urbana reside, entre outros fatores trabalhados nestes escritos, na não identificação da relação entre a problemática urbana e o capitalismo. A ligação entre o sistema social vigente e a questão urbana se dá através da acumulação, que pauta a reprodução da população trabalhadora gerando um descompasso estrutural entre esta e a oferta de moradias. Deve-se explicar esta relação.

Se tomarmos como verdade que vivemos numa sociedade capitalista, cujo objeto social é a valorização incessante do Capital através dos ciclos da taxa de lucro, o fator mais importante dessa influência na vida da classe trabalhadora é a composição do capital (Marx, 1980). Esta por sua vez é formada pela composição valor (ou meios de produção) e pela composição técnica do capital (ou montante de trabalho vivo, movido por sujeitos vivos: trabalhadores). Chama-se composição orgânica de capital a relação entre esses dois fatores. O crescimento do capital implica necessariamente aumento de sua parte viva, parte variável ou capital variável.

Isso significa que são criados meios de subsistência e reprodução dos trabalhadores junto ao crescimento do capital. Ou seja, acumulação de capital significa multiplicação do proletariado¹²⁴:

As circunstâncias mais ou menos favoráveis em que os assalariados se mantêm e se multiplicam em nada modificam, no entanto, o caráter básico da produção capitalista. Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste polo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital (Marx, 1980, p.188)

Não só. O próprio mecanismo também aumenta a massa de assalariados que por necessitarem vender sua força de trabalho estão em perpétua dependência dos capitais personificados, os capitalistas. E mais, apenas podem cumprir seu desígnio enquanto são vendáveis, enquanto houver lugar para a extração de mais valia¹²⁵ a partir de sua força de trabalho. Nessa circunstância um aumento salarial pode no máximo diminuir o trabalho não pago apropriado pelo capitalista, não podendo de forma alguma ameaçar a acumulação capitalista, pois quem diz trabalho assalariado, diz mais valia, independentemente dos valores expressos em salário e lucro. Fenômeno conhecido pela economia política burguesa: “Mesmo com lucros diminuídos os capitais continuam a aumentar: crescem até mesmo mais depressa do que antes. (...) Um grande capital, mesmo com lucros menores, geralmente cresce mais depressa do que um capital pequeno com lucros grandes” (Smith, 1776. P 189 apud Marx, 1980, p 192).

Isto é importante por que vai direto contra a teoria da população de Malthus que hoje está impregnada também no senso comum. Nessa concepção os salários aumentam ou diminuem conforme o aumento ou a diminuição da população. Os meios de produção aparecem como escassos e separados de seus produtores. Assim, por exemplo, se existe fome

¹²⁴ Por proletariado entende-se aquela parcela dos trabalhadores que produzem mais valia, os produtivos, assalariados que produzem e valorizam capital (Marx, 1980). Sabemos que nem todos os trabalhadores se enquadram nessa categoria, mesmo assim a centralidade do capital na sociedade tende a universalizar sua situação para o conjunto das classes populares.

¹²⁵ Por mais valia entende-se o quanto de trabalho não pago apropriado pelo capitalista no processo de produção. Ele se contrapõe ao quanto de trabalho necessário ou valor da força de trabalho expresso em dinheiro na forma salário (Marx, 1980).

é por que há população de mais. Esta é a origem de proposições malthusianas de controle populacional que atribuem a reprodução ampliada da classe trabalhadora como desvio moral. Estes devem ser inclusive diretamente exterminados se seu crescimento ameaçar a credence econômica da “riqueza limitada”. Daí o caráter anticientífico dessa proposição e seu apoio moderno a iniciativas fascistas de extermínio populacional. Nada mais irreal conforme aponta Marx:

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da população”, redonda simplesmente nisso: a relação entre capital, acumulação e taxa de salário não é nada mais que a relação entre o trabalho não-pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional. Não é, portanto, de modo algum uma relação de duas grandezas independentes entre si, por um lado a grandeza do capital, por outro o tamanho da população trabalhadora, mas é, em última instância, muito mais a relação entre o trabalho não-pago e o trabalho pago, da mesma população trabalhadora. Se cresce a quantidade de trabalho não-pago fornecido pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista de modo suficientemente rápido para só com um acréscimo extraordinário de trabalho pago poder transformar-se em capital, então o salário sobe e, permanecendo tudo mais constante, o trabalho não-pago diminui proporcionalmente. Mas, assim que essa diminuição atinge o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é oferecido na quantidade normal, então ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação se desacelera e o movimento ascendente do salário sofre um contragolpe. A elevação do preço do trabalho permanece, portanto, confinada em limites que não só deixam intocados os fundamentos do sistema capitalista, mas também asseguram sua reprodução em escala crescente. A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. (Marx, 1980, p. 193)

Em suma o capital expande e retrai sua necessidade de trabalho nos estreitos limites de sua valorização, mas sempre mantendo as condições de exploração. Se existe uma necessidade de maior exploração e é preciso mobilizar mais trabalhadores, o salário cresce; mas esse aumento logo é limitado pelas necessidades de valorização. Diminui-se a demanda e o salário cai, reiniciando o ciclo. Mas aqui o acento não está na quantidade de população disponível, mas sim na necessidade do capital de mobilizar capital variável de acordo com suas necessidades. A coisa pauta o humano numa sociedade onde a criatura (o capital) domina seu criador (a humanidade). O dito excesso populacional, é na verdade excesso de capital.

Um outro processo em complemento com esse, altera ainda mais o descompasso. Com o desenvolvimento da acumulação capitalista e da concorrência, a composição orgânica do capital se altera. Os meios de produção tendem a crescer na proporção em relação ao

trabalho vivo, mobilizando massas maiores de matérias primas. A imagem do senso comum¹²⁶ disso é a inserção de novas máquinas no processo produtivo, que custam enormes somas de valor, mais que potencializam o trabalho dos trabalhadores. Estes conseguem com elas produzir mais mercadorias na mesma jornada de trabalho do que antes. Assim, proporcionalmente o capital variável diminui enquanto o capital constante cresce. Mesmo que mais trabalhadores sejam mobilizados para operar uma maior quantidade de máquinas, este aumento nunca vai ser proporcional ao que o capital gastou com máquinas caso fosse empregado totalmente no pagamento de novos trabalhadores.

Este processo reproduz em escala cada vez mais ampliada o capital, permitindo historicamente o surgimento do crédito e da esfera financeira, que irá agir retroativamente nesse processo ampliando ainda mais tal capacidade. Os capitais aumentam em volumes colossais ao mesmo tempo que se centralizam cada vez mais em poucas mãos. De forma de que, se por um lado em proporção ao seu tamanho os novos capitais mobilizam cada vez menos trabalhadores, por outro os velhos capitais, ao se transfigurarem em busca do aumento de produtividade, repelem cada vez mais trabalhadores que antes eram ligados a eles. A conta não pode fechar:

Esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente — e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões — uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (Marx, 1980, p.199).

Veja o crescimento relativo, que pode até diminuir devido à queda proporcional do capital variável, mas o crescimento absoluto não. E não por um desvio moral pecaminoso dos trabalhadores, mas pelas próprias necessidades da acumulação. Isso se dá em ritmos diferentes em diferentes ramos de capital, e suas taxas diferenciadas de composição orgânica, o que simboliza os violentos movimentos de atração e repulsão de trabalhador ao mercado de trabalho. Isso faz com que Marx afirme que quanto mais a classe trabalhadora produz riquezas sobre o capital, mais ela se torna supérflua para o mesmo. Com isso já se mostra a falácia de toda a ideologia do desenvolvimentismo econômico, no qual desenvolvimento industrial é

¹²⁶ Diz-se imagem do senso comum pois não apenas máquina causam o aumento da produtividade como também avanços na organização técnica do trabalho (veja por exemplo o impacto da esteira rolante no fordismo ou do sistema kan ban no toyotismo), mudanças culturais (o impacto produtivo da “sociedade de massa”), intervenções urbanas, descoberta de novas matérias primas, dentre outros.

visto sempre como crescimentos de benesses para as massas. O campo da Reforma Urbana tem sua própria faceta disso em sua crença no Estado e no processo democrático cujo o outdoor aparece quase sempre relacionado à construção de casa pelo setor capitalista da construção civil.

Esse processo de expansão e retração que nos tempos de Marx orbitava em 10 anos, mas que no século XX variou para baixo, necessita:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. Com a acumulação e o desenvolvimento da força produtiva do trabalho que a acompanha, cresce a súbita força de expansão do capital(...) Em todos esses casos, grandes massas humanas precisam estar disponíveis para serem subitamente lançadas nos pontos decisivos, sem quebra da escala de produção em outras esferas (Marx, 1980, p 200-201).

Malthus vê esse processo invertido devido sua lente conservadora, vendo o resultado do processo, o dito “excedente populacional” como sua causa. Transforma a produção e descarte em massa de trabalhadores conforme as necessidades produtivas em característica moral desviada da massa que não pensaria em outra coisa a não ser viver em devassidão e na lascívia reprodutiva. Nesse sentido, o crescimento natural da população não é suficiente para o capital; para garantir sua liberdade ele precisa de um exército industrial independente dessa barreira natural. De forma que o aumento de capital variável representa mais trabalho, mas não mais trabalhadores empregados. A oferta de trabalho cresce quanto mais a produtividade cresce, mas não a demanda de trabalhadores ocupados.

Esse exército industrial de reserva tem ainda a função de pressionar aqueles que estão empregados:

O exército industrial de reserva pressiona durante os períodos de estagnação e prosperidade média o exército ativo de trabalhadores e contém suas pretensões durante o período de superprodução e paroxismo. A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital (Marx, 1980, p. 205).

Assim, ele atua pressionando para baixo os salários dos ocupados e garantindo que os mesmos vão aceitar piores condições de trabalho pelo medo do desemprego. O capital cuida assim para que seus processos de valorização não sejam acompanhados

proporcionalmente pela mesma demanda de trabalho, garantindo aí um ganho maior de riqueza. Intervindo também por meios coercitivos toda vez que essa benesse é atingida, por exemplo retirando as garantias de manutenção do emprego e direitos que “protejam” de alguma forma a classe trabalhadores dessas variações de demanda.

Não apenas disponibilização de massa trabalhadora, mas disponibilização de gerações novas de trabalhadores. Por isso o desemprego elevado conforme se cresce a faixa etária e também o rápido desgaste de “braços” jovens que se desgastam cada vez mais rápido conforme o ciclo. A essa necessidade a superpopulação relativa também provém, através de casamentos precoces que tem relação direta com as condições de vida que a classe trabalhadora é obrigada a viver. Assim:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.* Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui. Compreende-se a insanidade da sabedoria econômica, que prega aos trabalhadores que ajustem seu número às necessidades de valorização do capital. O mecanismo da produção e acumulação capitalista ajusta constantemente esse número a essas necessidades de valorização. A primeira palavra desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva; a última palavra, a miséria de camadas sempre crescente do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do pauperismo (Marx, 1980, p. 209).

Dessa forma, riqueza e miséria constituem-se os dois pólos do capitalismo. Acumulação de riqueza de um lado e pauperismo pelo outro. E por mais que o salário aumente em alguns momentos do ciclo, a tendência geral é de aumento da escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral da classe trabalhadora (Marx, 1980), não por um traço natural, mas por um grilhão social atado a milhões homens e mulheres pela coisificação capitalista. Uma massa que deve viver constantemente ameaçada pela risco da fome, da violência e em tempos de imperialismo, da guerra. Que se torna relativamente supérflua quanto mais avança a acumulação¹²⁷.

¹²⁷ Eu e minha família vivemos isso na pele. Fomos removidos através das obras da copa do mundo de nosso território onde morávamos desde os anos 1960, a favela Aldacir Barbosa, cuja origem foi exposta em minha monografia (Oliveira, 2014) e cujo processo de nossa remoção e de milhares de moradores foi objeto de dissertação de mestrado (Oliveira, 2018). No período (2010-2014) vivíamos um alto grau de acumulação

Por que esse debate interessa ao tema da Ideologia Urbana? Por que o aumento populacional é o fundamento da questão urbana. Os trabalhadores precisam além de comer, vestir e outras coisas mais, morar. Como a tendência do capitalismo é produção de miséria e reexpropriação¹²⁸ permanente dos trabalhadores, a simples existência da acumulação capitalista significará um obstáculo não apenas para se ter uma habitação, mas para todo um conjunto de requisitos de Habitat (Lefebvre, 1999) ou valores de uso ligados à relação com o território em que se vive. O famoso, e pouco compreendido, Direito à Cidade.

Os bairros populares ou favelas são decorrência direta do aumento do exército industrial de reserva e suas mazelas, da miséria causadas pela acumulação. A Ideologia Urbana vê os moradores desses territórios, que muitas vezes os intelectuais da Reforma Urbana afirmam representar, como expostos na seção passada: como consumidores despossuídos de renda para adquirir mercadorias urbanas como habitação, transporte público e etc. Isso favorece a interpretação que políticas públicas que garantam o acesso desses bens poderão resolver a espoliação urbana dessas populações.

Acabam caindo no mesmo erro da economia neoclássica que vê apenas consumidores sem classe e atributos para além do que carregam no bolso. O desconhecimento da teoria marxista sobre a acumulação capitalista, agravada pelo uso fragmentado e/ou deturpado dessa teoria (como o “mais valia” de: “instrumentos de recuperação de mais valia urbana”), além de atestado de desconhecimento científico, impede de realmente ir à raiz da questão. Junta-se, por exemplo, desenvolvimentismo com conquista de direitos ou legislação com direito urbano real. Mais grave: achar que pelo Estado será possível resolver a questão urbana, sendo que ele defende os interesses da acumulação, que por sua vez cria a espoliação urbana.

Não se afirma aqui que não deve mediar com a realidade imediata da vida sobre o capital, e da luta por direitos ainda no reino da luta democrática. Mas como intelectual do Campo da Reforma Urbana, ignorar essa relação ajuda a superestimar saídas parciais que não se cumprem nem no que se propõe, como o Plano Diretor (Villaça, 2005). Sabemos que isso não é necessariamente desvio moral de caráter individual, mas uma expressão do ciclo de lutas Democrático e Popular que ao abdicar do horizonte socialista, perdeu também a única forma de propor e construir (junto da luta imediata por direitos) a verdadeira forma de superar a crise urbana: a superação do capitalismo. Este é então mais um elemento da Ideologia Urbana: o uso deturpado ou insuficiente da teoria marxista.

capitalista derivada dos investimentos para garantir a estrutura de recebimento dos mega eventos no Brasil.

¹²⁸ O que se verá na próxima seção

Em nenhum dos consagrados da Reforma Urbana que se estudou para este trabalho foi encontrado um debate que articulasse a acumulação capitalista com a problemática urbana, o que se não explica o ocaso da pauta da Reforma Urbana nos governos petistas, que reivindicam o maior protagonismo da história na luta pelos direitos urbanos¹²⁹, pelo menos ajuda a entender os limites de suas análises sobre os verdadeiros motivos do crepúsculo da luta pela Reforma Urbana no Brasil e sua necessária Ideologia Urbana.

Admite-se, porém, que este trabalho não tem a pretensão de, como uma pesquisa bibliográfica que é – apenas do campo intelectual da Reforma Urbana –, apontar os descaminhos dessa reforma em nossa formação social e responder se ela é ainda possível. Isto promete-se realizar num exercício futuro. Pode-se, porém, dividir velhas verdades (Gramsci, 2002) expressas na teoria de Lefebvre, pensador que consegue, a nosso ver, conjugar a reflexão sobre a industrialização capitalista na definição do que é Urbano. E com isso, traz um exemplo de contribuição anti-ideológica para a temática.

5.7 O urbano de Lefebvre: um exercício anti-ideológico

Recompor o urbano no capitalismo contemporâneo passa pelas formas e modos de produção anteriores que contribuíram para o ponto que chegamos. Iremos então resgatar tal trajetória através dos escritos de Lefebvre (1991,1999,2001) mas também com aportes Marx(1980), Fontes (2010) e Engels (2008). Isso é importante pois parece que no senso comum do Campo da Reforma Urbana no Brasil o Urbano virou sinônimo de cidade perdendo seu caráter de relação social e assumindo apenas uma representação visual de um território. Resgatar o que consideramos como bases mais corretas do conceito pode ser uma contribuição para a superação da Ideologia Urbana cuja essa aparente¹³⁰ imprecisão é sua parte constitutiva.

5.7.1. *As metamorfoses da Cidade.*

Lefebvre (2001) considera uma linha histórica que parte de um ponto de predominância da natureza e termina na dominação completa do urbano, da subsunção da

¹²⁹ E que não por acaso os confundem apenas com a pauta da moradia.

¹³⁰ Fala-se aparente por que vimos na seção passada que deturpar ou esquecer as contribuições do marxismo para os debates urbanos é o verdadeiro fundamento desse fenômeno que se manifesta como “desconhecimento” das categorias ou seu uso apartado dos fundamentos epistemológicos que os embasaram tais como “mais valias urbanas”.

natureza a construção espacial da humanidade. No início dessa linha se encontra a Cidade Política, contemporânea aos modos de produção asiáticos e ao modo de produção escravagista, em seguida temos a Cidade Comercial que alcança seu ápice no modo de produção feudal, a Cidade industrial que marca o início do modo de produção capitalista através da revolução industrial. Por fim após de um processo de implosão-explosão o Urbano em sua forma completa, cujo desenrolar do processo marcaria nossos dias atuais.

Tal análise não parte de um ponto de vista determinista, ou que encare datas fixas de transformação de um modelo de cidade para outro. Muito menos que as determinações de cada fase desapareciam totalmente na passagem de uma para outra, basta ver como a Cidade Política vai chegar quase que totalmente intacta nas regiões orientais no séc XVIII devido ao prolongamento que o modo de produção asiático conquistou mesmo com uma Europa já predominantemente burguesa. É uma de capturar as determinações gerais de cada período no intuito de identificar o que mudou na construção do espaço na história da humanidade e o que faz com que hoje, por exemplo, certos extratos sociais tenham mais influencia na construção urbana do que outros. Como nos diz o autor:

Esse esquema apresenta um aspecto da história, um recorte do tempo até certo ponto abstrato e arbitrário, dando lugar a operações (periodizações) entre outras, não implicando em nenhum privilégio absoluto, mas numa igual necessidade relativa em relação a outros recortes. (Lefebvre, 1999. p. 20.)

Por fim, ressalta-se que esta análise está ligada ao desenvolvimento urbano Europeu /Ocidental apesar de fazermos alusão também ao processo asiático. As considerações sobre como este panorama geral afetou o Brasil estão implícitas no resgate da história da constituição do campo intelectual da Reforma Urbana no Brasil no capítulo 3.

5.7.2 O momento Político.

Ao contrário do que pensa o senso comum, que as formas agrárias engendraram as formas urbanas, na verdade tais processos estiveram lado a lado. Pode-se dizer ainda quem sem os centros urbanos o próprio campo não teria encontrado condições de desenvolver suas especificidades. A Cidade Política pode ser identificada com as cidades no antigo Egito onde se encontravam os escribas, sacerdotes, onde estava concentrado o poder político do Faraó e do mando da organização da produção na sociedade, no caso as margens do Rio Nilo. Pode ser identificado também com a pólis grega, lugar do exercício do poder dos patrícios e do

comércio de escravos, lugar dos grandes debates entre os cidadãos, da ágora, de onde partiam as decisões para os vastos territórios agrários que tais cidades dominavam. Por fim, podemos ver seus traços fundamentais na Cidade Imperial Chinesa, lugar de morada do Imperador e de sua casta nobre, dos servos do Palácio Imperial, onde eram planejadas as questões de produção do arroz nos ciclos fluviais dos rios que banhavam a China.

Eram lugares de decisão política, a materialização ainda incipiente da divisão social do trabalho entre quem planejava e quem executava, entre campo e cidade, apesar de estes estarem mais próximos do que o são hoje. Eram pontos urbanos no mar de vida agrária concentrando as riquezas da sociedade. Eram principalmente lugares de encontro (Lefebvre, 2001). O mercado já existia, mas não era mais importante do que a ágora, lugar de encontros dos patrícios, a praça. Nem mais importante que a morada sagrada do Faraó ou do Imperador Chinês. O valor de uso da cidade ainda era preponderante em relação a seu valor de troca.

Como tal Cidade encontrou sua ruína se sua utilidade social ainda era preponderante em relação ao mercantil? Só é possível responder isso entendendo a própria ruína do modo de produção escravista que deriva de suas próprias contradições internas. Tal modo de produção era baseado na relação entre os senhores e os escravos, classes fundamentais da época. Aos escravos cabia a produção da riqueza da sociedade que era apropriada pelos senhores que dedicavam suas vidas a administração política e legitimação ideológica de tal sociedade. Nos diz Aristóteles sobre a escravidão:

Quem pode usar o seu espírito para prever é naturalmente um comandante e naturalmente um senhor, e quem pode usar o seu corpo para prover é comandado e naturalmente escravo; o senhor e o escravo tem o mesmo interesse. (ARISTÓTELES, 2008, p. 1¹³¹)

Estavam ligados a terra os escravos, pois nela trabalhavam para gerar a riqueza, por isso o Império Romano necessitava de constante expansão de seus domínios. Além disso, eram comuns os prêmios de guerra serem pagos às tropas em forma de propriedades agrárias. Mesmo assim esse vasto império tinha como centro Roma que concentrava as riquezas como também os problemas, chegando a um ponto da impossibilidade de exteriorizar suas contradições a outras regiões:

(...) As lutas internas só poderiam devastá-la por dentro, sem abri-la para outra

¹³¹ Aristóteles e a Escravidão. Disponível em: [http://projetophronesis.com/2008/12/23HYPERLINK "http://projetophronesis.com/2008/12/23/aristoteles-e-a-escravidao//aristoteles-e-a-escravidao/",](http://projetophronesis.com/2008/12/23HYPERLINK%20http://projetophronesis.com/2008/12/23/aristoteles-e-a-escravidao//aristoteles-e-a-escravidao/) acesso dia 28/05/2023 às 17hrs)

realidade prática. As revoltas dos escravos eram vencidas antecipadamente, embora legítimas. Por quê? Por que a dominação da cidade política sobre o campo circundante estava assegurada de saída, implicada na relação “cidade-campo”. O emprego dos escravos nos trabalhos agrícolas (nos grandes domínios: os latifúndios) dependia da cidade que assim utilizava seus meios de produção e as condições de seu poder. Esta relação obrigava essa cidade antiga não somente a atingir seu limite, sob todos os pontos de vista, mas a sofrer o contra golpe destruidor, poder-se-ia dizer autodestruidor, das lutas que ela sustentava e continha. As contradições da cidade antiga eram mais destrutivas que criadoras de uma superação (Lefebvre, 2001. p. 42.)

A estrutura urbana não é mero reflexo das relações sociais, ao contrário, produzida em última instância por estas também as influi no sentido de delimitar certo campo de possibilidades, no caso da cidade antiga, de seu próprio limite de suportar os conflitos latentes a ela. Assim o império romano foi se destruindo o que coincidiu com as invasões bárbaras que devastaram as cidades romanas, girando o fluxo de poder para o campo, para os feudos que passaram a pautar a cidade, invertendo a relação anterior.

5.7.3. O momento Comercial.

A deterioração do Império Romano não necessariamente deixou outro sistema em seu lugar (Lefebvre, 2001). Formaram-se a nobreza feudal a partir das tribos que conquistaram o território romano e posteriormente reinos que congregavam vários feudos. E a cidade? Ela persistiu e com aquele fator que era subjugado nas cidades gregas e romanas, como o lugar do comércio. Seus habitantes, os pequenos comerciantes, antes relegados ao segundo plano em relação à centralidade da *Ágora*, agora as erguiam nos lugares mais inóspitos acompanhando as rotas comerciais. No entanto, cidade estava ainda preponderantemente submetida ao campo, as suas necessidades, a sua religião, ao poderio político do feudo.

A praça do mercado era o coração da cidade comercial, o valor de troca pela primeira vez chegava perto de dominar o espaço urbano. Nesse sentido era o avanço do urbano em direção a ponto máximo ao qual apenas se aproximaria nos tempos atuais (Lefebvre, 1991). Mas como todas as cidades que congregam no seu solo a materialização da riqueza, os produtos, as obras e os prazeres, ela continuava com o caráter de abrigo. E se tornou um magneto social.

A dissolução do modo de produção feudal fazia com que alguns servos fugissem dos feudos, porém estes estavam ligados à terra da mesma forma que o Senhor Feudal. O lugar seguro era a cidade comercial, mas esta cobrava um preço. Através dela o comércio- e

os comerciantes-foram com o tempo semeando o trabalho assalariado nas corporações de ofícios. Assim esse tempo marca o começo da mudança da centralidade da propriedade imobiliária (terras, feudos, títulos) para a mobiliária (mercadorias, manufatura, dinheiro). E ainda:

(...) O sistema urbano não poderia se fechar sobre si mesmo, por que representava a quebra (a abertura) do sistema feudal. No decorrer desse processo, a cidade engendra alguma coisa diferente e superior a si mesmo: no plano econômico- a indústria; no plano social- a propriedade mobiliária (não sem concessões às formas feudais de propriedade e de organização); enfim, no plano político- O Estado. Tal foi na Europa, o resultado histórico da primeira grande luta das classes e formas sociais: cidade contra campo, burguesia contra feudalidade, propriedade mobiliária e privada contra a propriedade fundiária e comunitária (Lefebvre, 2001. p. 43.)

O Estado, em sua forma absolutista, resolve a contradição que levou a implosão da cidade antiga através da rivalidade entre Cidades Estado. O faz a distribuindo no território do nascente estado nacional. O comércio pode florescer e junto da praça de trocas aparece à prefeitura e a Igreja. Este lugar consiste no trunfo do sistema feudal, ao mesmo tempo em que simboliza sua queda e dissolução. Já existe aqui Capital, mas não capitalismo, existe trabalhadores e comerciantes, mas não burgueses e proletariados. Importante nos determos um pouco mais nessa transição do mando do campo para a cidade e de principalmente da ida dos antigos servos às cidades:

Num determinado momento, no ocidente europeu, tem lugar um acontecimento (...). O peso da cidade no conjunto social torna-se tal que o próprio conjunto desequilibra-se (...). Desde então a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbana no oceano camponês; ela não aparece mais para si mesma como paradoxo, monstro, inferno ou paraíso oposto á natureza aldeã ou camponesa. Ela entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro- não é nada mais- que a “circunvizinhança” da cidade, seu horizonte, seu limite. **As pessoas da aldeia? Segundo sua própria maneira de ver, deixam de trabalhar para os senhores territoriais. Produzem para a Cidade, para o mercado urbano. E, se sabem que os mercadores de trigo ou madeira os exploram, encontram, porém no mercado o caminho da liberdade** (Lefebvre, 1999. p. 23, grifo nosso).

Não apenas. É preciso entender não somente o lado do processo pontos de vista de atração dos servos (que viriam a ser a futura classe trabalhadora) para as cidades, mas também o processo que engendrou a expulsão dos mesmos do campo e de suas propriedades comunais. Isso nos interessa, pois a luta por moradia da classe trabalhadora atualmente não seria uma luta pelo imobiliário¹³² E não foi justamente o que estes servos perderam e o que essas populações hoje em dia lutam para não perder? Não seria este processo a gênese de alguns

¹³² A ponto hoje em dia, muitas vezes, reduzir-se o direito a cidade apenas a posse da moradia.

dos dramas urbanos contemporâneos? Para ajudar na resposta vamos a exposição do que Marx(1980)chama de “pecado original da acumulação primitiva”.

5.7.4. O momento da transição: a acumulação primitiva

A acumulação primitiva que nada mais é do que o conjunto de transformações históricas que permitiram o surgimento de uma classe despojada de tudo menos de sua força de trabalho (Marx, 1980). Para, além disso, nesse relato esta contida o aprofundamento da contradição entre campo/cidade, a mudança do trato dados aos mendigos, bem como o surgimento do lumpem proletário e início das imigrações em massa dos camponeses do *anciem* regime. Não custa lembrar que estas observações se restringem ao caso clássico da Inglaterra do sec. XV ao XVII. Este processo marca o que podemos chamar de expropriação primária da classe trabalhadora (Fontes, 2010).

Ocorrem várias mudanças que paulatinamente expropriarão o camponês de seu meio de trabalho e subsistência fundamental: a terra. Primeiramente as grandes extensões de terra voltadas para o cultivo cíclico de varias culturas de alimentos foram paulatinamente modificadas para criação de pastagens voltadas a criação de rebanhos que precisavam de menos camponeses. A isso foi acompanhada toda uma revolução na forma de tratar o solo bem como de produção de alimentos em áreas menores de cultivo o que possibilitou a expulsão de camponeses sem prejuízo no abastecimento de alimentos.

Restou aos camponeses livres, a área comum de cultivo. Entre as grandes propriedades existiam bosques, florestas e áreas voltadas para a agricultura de subsistência, também eram locais onde os nobres se dedicavam a caça. Foram então baixados decretos em que estas terras eram de propriedade do Estado e que os camponeses não podiam mais colher lenha, plantar, criar animais. Essas leis, porém chegaram depois que a nobreza já haviam começado a expulsar os camponesas através da força. A ligação dos senhores com os servos e a terra, aquelas obrigações que ao menos os protegia da fome e misérias absolutas foram substituídas pelo roubo e a rapina e a impessoalidade característica do novo regime que surgia.

Havia dois movimentos ali: um de aumento do interesse da Nobreza em retirar tudo o possível dos territórios camponeses para o consumo de mercadorias e a necessidade de mão de obra livre para manufatura incipiente nos grandes centros urbanos, tudo isso emergindo das contradições da dissolução das instituições feudais e pelo rearranjo da luta de classes.

Os camponeses resistiram. Arrancados de suas terras e não acostumados à vida

nos grandes centros, alguns simplesmente se negaram a jogar as novas regras do jogo virando toda sorte de vagabundos, indigentes e ladrões. Estes foram o que tiveram sorte, boa parte morreu às vezes nas próprias viagens às cidades. Mas mesmo para aqueles não tardou a aparecer legislações a fim de punir quem não quisesse “trabalhar”. Açoites, chicotadas, prisões, serviços forçado nas igrejas, decapitação de mãos e etc. (Marx, 1980). Isto já era uma prova da incapacidade do sistema resolver suas contradições já que o numero de emigrantes era bem maior que a oferta de empregos.

Paralelamente nas cidades acentuava-se o processo de dissolução das corporações de ofícios. Eles eram corporações de artesões, às vezes familiares, onde o conhecimento era passado dos mais experientes para os menos experientes que no futuro se tornariam os novos mestres artesãos. Os instrumentos de trabalho eram da própria corporação e o artesão conhecia o processo de forma total. Com o aumento dos lucros dos comerciantes e procurando diminuir a dependência que tinha das corporações de ofícios, eles começaram a comprar os instrumentos, alugar pequenos galpões e contratar pessoas para trabalhar por salário. Não era necessário conhecer o processo inteiro já que havia um grau maior de divisão do trabalho, exigência da produção manufatureira. As corporações de ofício não conseguiram disputar com esse germe das indústrias e se agudizou nas cidades o trabalho livre assalariado:

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias: de um lado possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõe a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, por que não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc. nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. [... Trata-se do] do processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro os produtores diretos em trabalhadores assalariados (Marx apud Neto e Braz, 2006, p 96).

É preciso ressaltar duas coisas sobre esta expropriação primária:1. Estas expropriações (tanto o do camponês quanto o do artesão) foram feitas de forma a propiciar uma maior dependência do mercado, criando uma “liberdade” em relação aos meios de produção que se configurou como dependência da venda da força de trabalho para sobreviver; 2. O Estado¹³³ esteve presente em todos os momentos seja como regulador da expropriação promovida pelos senhores ou na punição aqueles que não se adequavam a “ordem”, igualando

¹³³ Mesmo que com resquícos absolutistas logo aniquilados pela burguesia com revoluções políticas como a francesa

os diferentes na regulamentação e proteção da venda e compra da força de trabalho.

Estes processos ocorrem antes e simultaneamente ao processo de extração de mais valia dos trabalhadores e sem o primeiro o segundo não seria possível em escala cada vez maior. Não se pode esquecer que nesse processo de acumulação primitiva também está o germe do exército de mão de obra de reserva que será vital para a manutenção da baixa dos salários como viu-se na seção passada, com todas as consequências populacionais apontadas.

Aqui encontramos o ponto de tensão entre a Cidade Comercial e a Cidade Industrial, além disso, nossa pesquisa chega até as classes em contradição. Se na Cidade Antiga escravos e senhores marcavam os lugares principais, nesse ponto de tensão temos o início da passagem de trabalhadores para proletários e do surgimento da burguesia industrial o que só foi possível através de uma expropriação primária que liberou as forças produtivas para o desenvolvimento do Capital.

5.7.5 O momento Industrial

Ao contrário do que pensa o senso comum as primeiras indústrias não surgiram na Cidade. Elas surgem primeiro no campo, devido a proximidade de matérias primas (carvão, minério, as plantações de algodão para fiar e etc) .Ela alcança a cidade comercial também para ficar próxima “dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão de obra, mantida a baixo preço” (Lefebvre, 1999. p. 25). Ou como explica Engels (2008) :

(...) O grande estabelecimento indústria demanda muitos operários, que trabalham em conjunto numa mesa edificação; eles devem morar próximos e juntos- e por isso onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila. Os operários têm necessidades cuja satisfação depende de outras pessoas, que correm à vila: artesãos, alfaiates, sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros. Os habitantes da vila, especialmente a geração mais jovem, habituam-se ao trabalho fabril, familiarizam-se com ele e quando a primeira fábrica, como é compreensível, já não os pode empregar a todos, os salários caem e, em consequência, novas indústrias ali se estabelecem. Assim, da vila nasce uma pequena cidade e da pequena, uma grande cidade. Quanto maior é a cidade, maiores são as vantagens que ela oferece. Surgem ferrovias, os canais e as estradas; a possibilidade de escolha dos trabalhadores experientes torna-se cada vez maior; em função da concorrência travada entre empreiteiros da construção civil e fabricantes de máquinas, podem-se ali criar novos estabelecimentos a preço menor quem em outra região mais distante, para a qual teria de se transportar madeiras, máquinas, pedreiros e operários industriais; dispõe-se de um mercado, de uma Bolsa onde ocorrem os compradores; há relações diretas com os mercados que fornecem as matérias-primas ou adquirem os produtos acabados. Daí o crescimento extraordinariamente rápido das grandes cidades industriais (...) e toda fábrica nova construída no campo traz em si o embrião de uma cidade industrial. (Engels, 2008. p.64)

Esta fabulosa passagem fornece muitas pistas sobre este momento Industrial da

Cidade. O conjunto de relações que a criam e que passam também a serem influenciadas por ela, alcança um nível de grandeza nunca antes visto pela humanidade. Ela tenta subjugar as relações tradicionais que marcaram as formas citadinas anteriores à livre concorrência e por isso é alvo de resistência por parte do momento Político e do momento Comercial através dos corporativismos, por exemplo as corporações de comércio. A manufatura elevada em mais alto grau vai desmantelar as relações tradicionais elevando a divisão do trabalho e a impessoalidade da produção a níveis nunca antes vistos, partilhando o processo de produção. Mesmo a pequena burguesia que já engatinhava no processo manufatureiro não vai conseguir competir com o preço dos produtos industriais. Mesmo assim tal cidade vai elevar o poder comercial dos lugares em que se impõe numa proporção tão absurda quanto o aumento da população destas cidades.

“Concentração” é a marca do início do processo e precede a “explosão” que este marco causará não só na cidade mas em toda a sociedade. A cidade industrial marcará o início da destruição do caráter de totalidade orgânica do espaço urbano, fundamental em formas anteriores como a da cidade comercial. Que dependia dessa totalidade, dessa pessoalidade nas transações. Até por que a pequena burguesia se utilizou disso para sobreviver às resistências da Cidade Política, quando era vista com desconfiança.

A livre concorrência industrial traz a impessoalidade e a irônica dissolução da urbanidade (tal totalidade) pelo Urbano (tal totalidade submetida às exigências da indústria e do livre mercado). Está posta a “crise da cidade” ou a “problemática urbana” (Lefebvre, 1991, 1999) que nos acompanha até os dias atuais. O valor de troca da cidade entra em conflito direto com seu valor de uso ao qual apesar de nunca poder-se desvencilhar totalmente vai paulatinamente destruindo-o e reconstruindo-o em caricaturas grotescas.

A pequena burguesia empobrece incapaz de concorrer com a verdadeira burguesia que se auto proclama a nova detentora das riquezas industriais e de fato o é. O que sobra para aquela é o que sempre fez de melhor: comerciar, salvo alguns postos no Estado dados como compensação por ter deixado o mercado vivo por séculos até que a grande indústria aparecesse. Ao lado da alta burguesia aparece uma classe tão pobre quanto rica a outro o é: o proletariado. Derivada dos processos de expropriação no campo é livre como nenhuma das classes pobres antes o foi, a ponto de morrerem aos montes na Londres Industrial do séc. XIX por fome e frio. Como diz Engels:

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se

preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia(Engels, 2008. p.69)

E sobre a “liberdade” do proletariado continua:

(...) O escravo, pelo menos, tinha assegurada sua existência graças ao interesse do senhor; o servo da gleba, pelo menos, dispunha de um pequeno pedaço de terra, do qual vivia; ambos tinham garantida pelo menos, a sobrevivência pura e simples; mas o proletariado está abandonado a si mesmo e, ao mesmo tempo, está impossibilitado de empregar sua força de modo a valer-se dela para viver (...) no meio desse turbilhão, ou ele procura salvar sua humanidade- e só pode fazê-lo rebelando-se contra a burguesia, contra a classe que o explora tão impiedosamente e depois o abandona à sua sorte, contra a classe que busca obrigá-lo a permanecer nessa situação indigna de um homem- ou ele renuncia à luta contra as condições em que vive, considerando-se inútil, e procura, na medida do possível, aproveitar-se dos momentos favoráveis.(Engels, 2008. p.155-156).

Isso ao mesmo tempo em que tal construção urbana torna-se também força produtiva, tal como a ciência, abrindo pela primeira vez na história a possibilidade de bonança para todos pela enorme produção industrial. Porém, ela traz à tona a apropriação da riqueza pela burguesia, o que degrada a vida do proletariado nos grandes centros. Surgem as periferias, lugares onde tais trabalhadores moram e com elas o problema da habitação. Mas qual seria esse problema habitacional? E quais foram as estratégias de classe que as criaram e principalmente as que a combateram?

Os relatos que Engels faz da Cidade Industrial de Londres são de um teor tão cru que espanta leitores acostumados com a imagem civilizada que se criou dessa cidade que há época era a capital das riquezas mundiais. As condições dos operários ingleses¹³⁴ se revelam brutais já na extensa jornada de trabalho e nos danos físicos que a labuta nas péssimas condições de trabalho os impunha. O autor aprofunda-se e vai além do chão de fábrica investigando a vida domiciliar desses operários, seus bairros, seus costumes, seus vícios, em suma seu habitat¹³⁵. Durante esse processo o autor revela os verdadeiros responsáveis pela condição desumana em que essas pessoas se reproduzem e por fim coloca à tona todo um plano urbanístico para mantê-los na mesma condição:

Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas,

¹³⁴ Na maior parte imigrante irlandesa

¹³⁵ Que deixou já nesse período de ser Habitat(Lefebvre, 1999)

embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. Na Inglaterra esses bairros de “má fama” se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se *cottages* e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias- onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa para outra, são usados para secar roupa (Engels, 2008. p.70).

Engels segue citando os casos mais graves que estes, especificando bairros onde famílias se espremiavam em cubículos, onde há diversas mortes por fome e devido aos péssimos problemas de moradia. A todos esses casos a polícia da época (e hoje seria diferente?) se recusa em seus inquéritos a reconhecer as verdadeiras causas das mortes para evitar a culpa declarada da burguesia pelo ocorrido. Em contrapartida os burgueses, donos dos imóveis, cobravam quantias exorbitantes que consumiam grande quantia do salário dos operários o que os colocava numa situação de a maioria deles não saber no amanhecer onde dormiria a noite.

A Cidade Industrial repagina o déficit habitacional das classes pobres de forma nunca antes vista, inaugura a miséria nas ruas lotadas de mendigos e desabrigados sem condições de pagar aluguel, tudo isso servindo a manutenção do exército industrial de reserva, pois se uma parte dos trabalhadores não tinha onde morar era por que boa parte deles não encontrava emprego.

Este estado de coisas é tal que Engels fala em “assassinato social”. Ora se um indivíduo causa um ferimento mortal a outro é considerado homicídio, da mesma forma se pratica um “assassinato social” quando se coloca toda uma classe social em tamanha degradação que acabava por roubar-lhe a saúde e lhe tirar a vida:

(...) é imensamente revoltante o modo como a sociedade moderna trata a imensa massa dos pobres. Ela os atrai para as grandes cidades, onde respiram uma atmosfera muito pior que em sua terra natal. Põe-nos em bairros cuja construção torna a circulação do ar muito mais difícil que em qualquer outro local. Impede-os de usar os meios adequados para se manterem limpos: à água corrente só é instalada contra pagamento e os cursos de água poluída não podem ser utilizadas para a higiene; compele-os a jogar na rua todos os detritos e imundices, toda a água servida e até mesmo os excrementos mais nauseabundos, para os quais não há outra forma de escoamento (...). Se, em geral, a população das cidades já é demasiado densa, são os pobres os mais amontoados em espaços exíguos. Não contente com atmosfera envenenada das ruas, encerra-os em habitações de um único cômodo, de tal modo que o que respiram à noite é ainda mais sufocante.(...) Submete-os às mais

violentas emoções, ás mais bruscas oscilações entre medo e esperança e persegue-os como a uma caça, não lhes concedendo nunca um pouco de paz e de tranquilidade. Priva-os de todos os prazeres, exceto do sexo e da bebida - mas por que diariamente só faz trabalhar até o esgotamento de suas forças físicas e morais, esses dois únicos prazeres permitidos são degradados pelos piores excessos e se os pobres resistirem a tudo isso sobrevém uma crise que os transforma em desempregados e lhes retira o mínimo que até então a sociedade lhes destinara. (Engels, 2008. p.137-138).

Pode-se pensar que estamos fugindo da questão central que toca o nosso objeto de estudo que seria o do campo da Ideologia Urbana e de seu campo intelectual, insistindo nos males que a grande indústria e sua progenitora, a burguesia impuseram aos trabalhadores na sua ânsia de lucro. Com isso queremos apenas demonstrar o impacto na produção teórica desse campo quando esses pressupostos são ignorados. Por exemplo um dos elementares entendimentos da questão urbana:

Uma sociedade não pode existir sem crise de habitação, quando a grande massa de trabalhadores só dispõe exclusivamente de seu salário, quando crises industriais violentas e cíclicas determinam, de um lado, a existência de um grande exército de reserva e desempregados e, de outro lado, joga momentaneamente na rua a grande massa de trabalhadores; quando estes são empilhados nas grandes cidades, e isto num ritmo mais rápido que a construção de habitações nas condições atuais (Engels, apud Lefebvre 2001. p.118).

Isto é fortificado quando se sabe que a nossa sociedade poderia facilmente oferecer alimentos e uma boa moradia a todos com nosso nível produtivo, o que é impedido por nossas relações de produção. Por outro lado à incapacidade de se resolver o problema de habitação não deixaria a burguesia assustada? Tanto Engels como Lefebvre admitem também que esta concentração que simboliza a grande Cidade (ou a Cidade Industrial) foi necessária também para abrir o caminho da consciência em si para o proletariado, para que este fervilhasse suas ideias de contestação e encontrasse força no sofrimento mutuo, mas principalmente encontrou na cidade o palco para sua revolução. A classe dominante percebeu muito cedo isso e fez questão de direcionar o impulso destrutivo e partificador da grande indústria contra o proletariado cujo o exemplo clássico é o o processo de reestruturação urbana de Paris:

Depois de 1848, solidamente assentada sobre a cidade (Paris), a burguesia francesa possui aí meios de ação, bancos do Estado, e não apenas residências. Ora, ela se vê cercada pela classe operária. Os camponeses afluem, instalam-se ao redor das “barreiras”, das portas, na periferia imediata. Antigos operários (nas profissões artesanais) e novos proletários penetram até o próprio âmago da cidade; moram em pardieiros, mas também em casas alugadas onde pessoas abastadas ocupam os andares inferiores e operários, os andares superiores. Nessa “desordem”, os operários ameaçam os novos ricos, perigo que se torna evidente nas jornadas de junho de 1848 e que a comuna confirmará. Elabora-se então *uma estratégia de*

classe que visa ao remanejamento da cidade, sem relação com sua realidade, com sua vida própria. É entre 1848 e Haussmann que a vida de Paris atinge sua maior intensidade: não a “vida parisiense”, mas a vida urbana da capital. Ela entra então para a literatura, para a poesia, com uma potência e dimensões gigantescas. Mais tarde isso acabará. A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade. **No transcorre do séc. XIX, a democracia de origem camponesa, cuja ideologia animou os revolucionários, poderia ter se transformado em democracia urbana. Esse foi e é ainda para a história um dos sentidos da Comuna. Como a democracia urbana ameaçava os privilégios da nova classe dominante, esta impediu que essa democracia nascesse. Como? Expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a “urbanidade”.** (Lefebvre, 1991. p. 15, grifo nosso).

Três grandes momentos constituem essa investida da burguesia contra o proletariado na luta pela construção do Espaço Urbano. No primeiro momento Haussmann, ministro do Estado Bonapartista inicia uma Reforma Urbana que vai substituir as ruas tortuosas e estreitas de Paris, de onde o povo fazia barricadas nas manifestações, pelas grandes avenidas. Entre elas os *boulevards*, imensos corredores que por trás da beleza de seus jardins escondia a intenção de “pentear Paris com as metralhadoras” (Lefebvre, 1991). Com a intenção de conter futuros protestos. Por isso quando a Comuna de Paris acontece em 1871, os operários retornam ao centro urbano da cidade a fim de reivindicar a urbanidade perdida.

Num segundo momento se sobrepõe o *habitat* ao *habitar* (Lefebvre, 1991). O *habitar* refere-se à vida na urbanidade, pois a morada não é só uma casa, mas as relações urbanas de onde se encontra. No exemplo de Paris o habitar dos operários estava ligado ao centro urbano, lugar dos grandes acontecimentos, das revoluções, dos direcionamentos da Cidade, era participar de “uma vida social, de uma comunidade” (Lefebvre, 1991). O *habitat* aparece como uma tentativa de isolar tal função da Cidade, sua origem e razão de ser. Assim se criam os subúrbios em Paris, distantes do centro urbano, respondendo ao impulso industrial da chegada da massa de camponeses para o trabalho nas fábricas:

A consciência social vai deixar pouco a pouco de se referir à produção para se centralizar em torno da quotidianidade, do consumo. Com a “suburbanização” principia um processo, que descentraliza a Cidade. Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas a partir de um setor do *habitat*, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar. (Lefebvre, 1991. p. 17-18).

Assim têm início certo pensamento urbanístico voltado contra a Cidade. Uma contradição gritante. E não só os proletários vão para os conjuntos suburbanos como um aparte da burguesia também, através dos pavilhões. De toda forma um subúrbio dependente

da cidade, um urbano desurbanizado ou uma urbanização desurbanizada (Lefebvre, 1991). Reflexo desse movimento é esvaziamento do centro da Cidade para dar lugar aos escritórios. Têm-se então o terceiro momento.

Essa suburbanização segue a lei da especulação imobiliária. O que era um problema habitacional vira uma catástrofe, pois o que está em jogo é a construção da maior quantidade de habitações em menos tempo para gerar mais lucros. Instaura-se uma oposição entre os pavilhões, morada dos ricos e os conjuntos, moradas dos pobres. Na morada dos ricos se vive o imaginário do habitat e na morada dos pobres a lógica do habitat (Lefebvre, 1991). Todos externalizados da Cidade, mas com clara vantagem dos primeiros.

A terceira República parisiense começa a ela mesma construir os conjuntos no que sobra da especulação imobiliária em torno dos pavilhões. O Estado se mostra um perfeito seguidor da lógica do habitat, suas construções não deixam nem ao mesmo o café, a praça o bar. Quando a destruição da urbanidade chega a níveis exorbitantes lentamente esses espaços reaparecem nos projetos, mas com uma forma caricatural grotesca, apenas resquícios da vida urbana:

(...) Convém apenas ressaltar que a consciência da cidade e da realidade urbana se esfuma tanto nuns como noutros, até desaparecer. A destruição prática e teórica (ideológica) da cidade não pode aliás ser feita sem deixar um vazio enorme. Sem contar os problemas administrativos e outros cada vez mais difíceis de serem resolvidos. Para a análise crítica, o vazio importa menos que a situação conflitante caracterizada pelo fim da cidade e pela ampliação da sociedade urbana, mutilada, deteriorada, porém real. Os subúrbios são urbanos, numa morfologia dissociada, império da separação e da cisão entre os elementos daquilo que foi criado como unidade e simultaneidade (Lefebvre, 1991. p. 21).

Estes períodos de forma geral se repetem no contexto da problemática urbana segundo o autor, afinal o capitalismo saiu vencedor das convulsões do séc. XIX e importou o padrão europeu e ocidental para o resto do mundo nas primeiras décadas do sec. XX.

5.7.6 O momento urbano.

A delimitação da totalidade Cidade já não mais pode ser usada por nós como parâmetro. Temos uma cidade mundial. O Urbano se fez um deus, sim justamente esse desenvolvimento anti-cidade, anti-encontro, batalha para saber o que é primordial: valor de troca ou de uso, ao qual a primeira sai vitoriosa.

Urbano que se nutre da Indústria, a cada dia parece se descolar mais e realizar tais

transformações espaciais mesmo em lugares onde o impulso de construção espacial passou longe da determinação das fábricas. Porém, há um veículo para o Urbano, uma base de suporte, que ao se espalhar leva-o: o tecido urbano:

Esta metáfora não é muito clara. Mais do que um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de redes de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras. Se se puser os fenômenos em perspectiva a partir dos campos e das antigas estruturas agrárias, pode-se analisar um movimento geral de concentração: da população nos burgos e nas cidades pequenas ou grandes - da propriedade e da exploração - da organização dos transportes e das trocas comerciais, etc. O que resulta ao mesmo tempo nos despovoamento e na “descamponização” das aldeias que permanecem rurais perdendo aquilo que constituía a antiga vida camponesa: artesanato, pequenos comércio local. Os antigos “gêneros de vida” caem no folclore. Se se analisar o fenômeno a partir das cidades, observa-se a ampliação não apenas das periferias fortemente povoadas, como das redes (bancárias, comerciais, industriais) e de habitação (residências secundárias, espaços e locais de lazer) (Lefebvre, 1991. p. 11).

O tecido urbano ao se espelhar na direção do rural carrega consigo “sistemas de objetos” e “sistemas de valores” (Lefebvre, 1991). Aos primeiros correspondem a água encanada, a eletricidade, o gás, as redes de comunicação, a fibra ótica (nota) e etc., que por sua vez trazem o carro, a TV, o computador, a internet, os utensílios de plástico, o mobiliário “moderno”, os serviços, o telemarketing, o shopping e etc. Ao segundo sistema corresponde “os lazes ao modo urbano(danças, canções), os costumes, a rápida adoção de modas que vem da cidade. E também as preocupações com segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade” (Lefebvre, 1991. p. 12).

Qual seria lugar privilegiado desse modo de viver? Segundo Lefebvre a rua. Mas não somente pela afirmação, mas a contradição que ela carrega, um direcionamento se a favor ou contra ela.

A favor:

Não se trata simplesmente de um lugar de passagem e circulação. A invasão dos automóveis e a pressão dessa indústria, isto é do lobby do automóvel, fazem dele um objeto piloto, do estacionamento uma obsessão, da circulação um objeto prioritário, destruidores de toda vida social e urbana (...) a rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. (...) nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. (...) Nela joga-se, nela aprende-se. A rua é desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; ai se encontram, arrancados de seus lugares fixos (...). **Uma tal apropriação mostra que o uso ou valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao acontecimento revolucionário, ele geralmente acontece na rua. Isso também não mostra que sua desordem engendra outra ordem?** (Lefebvre, 1999. p. 30, grifo

nosso).

Contra a rua:

Lugar de encontro? Talvez, mas quais encontros? Superficiais. Na rua, caminha-se lado a lado, não se encontra. É o “se” que prevalece. A rua não permite a constituição de um grupo, de um “sujeito”, mas se povoa de um amontado de seres em busca. De quê? O mundo da mercadoria desenvolve-se na rua. A mercadoria que não pode confinar-se nos lugares especializados, os mercados (praças.), invadiu a cidade inteira. Na antiguidade as ruas eram apenas anexos dos lugares privilegiados: o templo, o estádio, a ágora, o jardim. Mais tarde, na idade média, o artesanato ocupava as ruas. O artesão era, ao mesmo tempo, produtor e vendedor. Em seguida, os mercadores, que eram exclusivamente mercadores tronam-se mestres. A rua? Uma vitrina, um desfile entre as lojas. A mercadoria, tornada espetáculo (provocante, atraente), transforma as pessoas em espetáculo umas para as outras. Nela mais que noutros lugares, a troca e o valor de troca prevalecem sobre o uso, até reduzida a um resíduo (...) a rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo. A velocidade da circulação de pedestres, ainda é tolerada, é aí determinada e demarcada pela possibilidade de perceber as vitrinas, de comprar os objetos expostos. O tempo torna-se tempo mercadoria (...). A rua regula o tempo além do tempo de trabalho, ela o submete ao mesmo sistema, o do rendimento e do lucro. **Ela não é mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo** (Lefebvre, 1999. p. 30-31, grifo nosso).

Este modo de vida se propaga e a cidade urbana como nunca assume a faceta também de força produtiva sendo determinada e determinando uma campo de possibilidade para as ações dentro do tecido. E o centro urbano onde se encontra nessa fase? Ele se descentraliza, se espalha. Estes não morrem, mas, viram centros de consumo, renascem como centros comerciais. Se instaura a “crise da cidade”, que nada mais é do que a expressão das crises da sociedade capitalista no espaço, mas que ao mesmo tempo afeta e delimita estas primeira. E as classes, sujeitos dessa construção:

Num tal processo intervêm ativamente, voluntariamente, classes ou frações de classes dirigentes, que possuem o capital (os meios de produção) e que geram não apenas o emprego econômico do capital e os investimentos produtivos, como também a sociedade inteira, com o emprego de uma parte das riquezas produzidas na cultura, na arte, no conhecimento, na ideologia. Ao lado, ou antes, (diante dos grupos sociais dominantes classes e frações de classes), existe a classe operária: o proletariado, ele mesmo dividido em camadas, em grupos parciais, em tendências diversas, segundo os ramos da indústria, as tradições locais e nacionais (Lefebvre, 1991. p. 14)

O Urbano aparece como síntese e também superação dos períodos anteriores, elevando as potencialidades produtivas ao máximo ao mesmo tempo em que também os problemas urbanos. Mas como isto estaria relacionado com a reprodução da classe trabalhadora? Se com Engels vimos que a problemática da habitação é uma parte menor do

problema total, qual seria a ligação entre o processo de expansão urbana e luta dos trabalhadores por moradia? Por que mesmo com quase dois séculos da égide da Cidade Industrial os processos parecem repetir-se? Reeditando periodicamente o déficit habitacional?

Fontes (2010) coloca os problemas em torno do conceito de *expropriações* que segundo ela estariam no amago da reprodução capitalista em época de hegemonia do capital financeiro. Em seu livro *Brasil e o Capital-Imperialismo*, Virgínia Fontes (2010) desmistifica uma ideia muito comum sobre o incipiente mercado financeiro do século XX, a de que o dinheiro se valoriza baseado na especulação financeira. Em outras palavras o sistema financeiro aparece como um engodo de leis financeiras que se bem seguidas pelos investidores gera lucros praticamente do nada.

A especulação existe. Não atoa muitas crises se iniciam por não haver uma conexão entre o que é especulado o que existe de concreto em mercadorias. Mas a especulação corresponde a uma parte do sistema financeiro. O sistema financeiro tem como função distanciar os agentes produtivos da posse do Capital gerando uma autonomização nunca antes vista no processo de produção. Processo iniciado pela mudança do papel dos bancos na chamada fase imperialista do Capital. Para entendermos essa nova configuração que desembocará diretamente na questão do papel das expropriações hoje, utilizaremos um esquema utilizado pela autora :

D(capital-portador-de-juros, ou dinheiro nas mãos de detentores de grandes massas monetárias, bancos ou outros) é convertido em capital através de empréstimos (ou outras formas de aplicação) para à

d (dinheiro nas mãos de quem vai extrair sobretrabalho, capitalista funcionante, quer seja ou não proprietário dos meios de produção) à

M- Processo de produção, realizado através da compra da força de trabalho e de meios de produção, quando o dinheiro **d** se mobiliza durante o processo de produção à

d'- Após o processo produtivo ocorre à venda das novas mercadorias produzidas e reconversão em dinheiro, com um lucro (‘)à

D'- Pagamento de juros ou remuneração ao capital-portador-de-juros ou capital monetário (‘), como parcela do lucro gerado no processo produtivo. (FONTES, 2010. p. 25)

O banqueiro empresta capital financeiro a juros para o empresário capitalista que por sua vez utiliza esse dinheiro para comprar maquinas e força de trabalho para que no processo de produção haja a produção de mais valor. Em seguida dispondo das mercadorias o capitalista funcionante as realiza, ou seja, as vende, adquirindo mais dinheiro que tinha ao

início do processo, disto ele tira uma parte do valor para si e outra para pagar os juros do banco que vai emprestar para outros capitalistas reiniciando o processo.

Ao contrário do que pensa o senso comum, o lucro não se realiza através de simples transações financeiras, ele ao contrario é parte da mais valia retirada do trabalhador. O importante é reparar que por detrás de todo o espetáculo do sistema financeiro existe um base concreta de novas industrias , novos mercados, nova compra de maquinas e força de trabalho. O capitalismo não pode sobreviver apenas em suas construções abstratas. Mesmo em época de reestruturação produtiva, de deslocamento da força de trabalho da produção para o setor de serviços isto é ainda válido, pois pouco importa em que setor (produção, circulação, distribuição) o trabalhador esteja desde que o ciclo de compra e venda de mercadorias se realize.

Assim sobre a questão do que poderia ser o gatilho para que o avanço do Urbano continue a afetar a classe trabalhadora em sua luta pela construção do espaço, é preciso considerar um fator crucial. A compra e venda de força de trabalho não é uma condição por si só suficiente para o processo de produção de mais valor, é preciso reproduzir constantemente uma classe trabalhadora despojada de tudo que a permita ter um grau maior (mesmo que tímido) de autonomia em relação ao mercado, em relação à condição de encontrar somente na venda de sua força de trabalho sua subsistência. E como essa reprodução se realiza? A partir das expropriações.

Em épocas de crise esse processo cotidiano se mostra mais abertamente: o corte de gastos sociais, a privatização de aparelhos públicos, o ataque às aposentadorias, não respondem apenas a uma necessidade de desviar estes recursos para “salvar” o mercado, mas, também, para expropriando direitos adquiridos pelas populações pobres esta fique mais a mercê do mercado e tenha que pagar por recursos que antes estavam acessíveis gratuitamente. Isto deixa a classe trabalhadora a mercê de condições pauperizadas de trabalho e de condições degradantes de vida e também de intensas migrações urbanas.

A lógica de acumulação capitalista se alimenta destas expropriações dentre elas a expropriação imobiliária que marca o surgimento de novas favelas/subúrbios matéria central do campo Intelectual da Reforma Urbana. Em contexto de países situados na periferia do sistema essa tendencia geral apresenta especificidades:

(...) os países ditos subdesenvolvidos caracterizam-se atualmente por conhecerem simultaneamente a era rural, a era industrial, a era urbana. Eles acumulam os problemas, sem por isso acumularem as riquezas. Pode-se dizer também que esses momentos correspondem à triplicidade que se reencontra, acentuada diferentemente, em toda prática social: necessidade-trabalho-fruição. À necessidade corresponderia o

período agrário, produção limitada, submetida a “natureza”, atravessado por catástrofes e fome, domínio da escassez. Ao trabalho, corresponderia o período industrial, produtivo até fetichizar a produtividade, devastando a natureza, inclusive aquela que vive no “ser humano”. A sociedade urbana corresponderia à fruição? Não basta afirmar é preciso demonstrar (Lefebvre, 1999. p. 40).

Será preciso, no entanto, uma pesquisa empírica e comparativa do processo de desenvolvimento urbano de países centrais e periféricos para comprovar realmente em que termo específico a lógica urbana afeta nossas formações sociais, e em que sentido uma Reforma Urbana Burguesa pode por aqui ainda se realizar.

Procuramos nesse capítulo oferecer um dos vários caminhos teóricos que julgamos capazes de realizar uma análise anti-ideológica das contradições aos quais se depara o Campo Intelectual da Reforma Urbana no Brasil. Em síntese, cinco elementos parecem ser úteis para nossa reflexibilidade no campo se consideramos que ainda vivemos no capitalismo e que o mesmo afeta diretamente a questão urbana. Eles compõem a própria definição do que é o conceito de Urbano para além de uma identificação com a imagem de cidade.

São eles: 1- que a história da luta de classes se inscreveu no espaço privilegiado da Cidade ao mesmo tempo em que por ela foi determinado, 2- que a história da cidade é a história do desenvolvimento do urbano e de sua posterior externalização para além dos limites dela pelo tecido urbano e seus sistemas, 3- que na cidade industrial têm-se consolidado de forma nunca antes vista a problemática urbana e conseqüente problemática da habitação, 4- que essa problemática urbana não pode ser explicada apenas por ela mesma, mas que tem como causa/sujeito as disputas de classe da sociedade, 5- que o movimento que reedita essa problemática está ligada a acumulação capitalista através de expropriações, no nosso caso específico expropriação do habitar da classe trabalhadora, o que nos fornece uma pista sobre os processos de gêneses dos subúrbios/favelas.

6 CONCLUSÃO

Depois de um longo caminho é possível sintetizar as conclusões em que chegamos. A Ideologia urbana é ela mesmo uma esfinge. Como na fábula do deserto, se você não a decifra, é devorado. Isso porque as consequências de sua assimilação têm relação com todo um campo de produção de sentido e de combate da espoliação urbana que afligem os trabalhadores brasileiros e aqueles que dedicaram a vida a entender teórica e praticamente essas questões.

Em seu primeiro elemento fundante a Ideologia Urbana se revelou na crença de que a Revolução Urbana no Brasil ainda não foi realizada. Junto com outros movimentos sociais em torno da Estratégia Democrática e Popular, como o da Reforma Agrária, enxerga o atraso do capitalismo brasileiro como um impeditivo da realização de seus objetivos. Tudo aqui ainda está para ser inventado, parafraseando a metáfora de Marilena Chauí sobre a democracia brasileira. Vimos que essa concepção está ligada a um certo momento da estratégia da classe trabalhadora brasileira que enxerga o capitalismo brasileiro não como a forma desigual e combinada em seu desenvolvimento periférico, mas como um atraso estrutural que pode ser combatido através da mobilização a partir do Estado.

Independentemente se a Reforma Urbana ainda pode ou não se realizar em solo brasileiro, pesquisa que escapou do escopo de nosso trabalho, a esperança de sua realização levou o campo da Reforma Urbana no Brasil e seu respectivo Campo Intelectual paulatinamente para a luta institucional, através do aprofundamento da democracia.

A luta deu resultado. Conseguiu-se diversos marcos regulatórios em busca do cumprimento da função social da terra, seja na inclusão constitucional de emenda popular sobre a Reforma Urbana em 1988, na criação do Estatuto das Cidades em 2001 ou na criação do Ministério das Cidades em 2003. Os ganhos reais, porém, ficaram muito aquém dos institucionais, gerando um paradoxo no discurso reproduzido pelo campo em que, ao mesmo tempo que reconhece a quase completa derrota da pauta no Brasil, não se avança a apontar outra forma de luta pela Reforma Urbana que não seja o aprofundamento da mesma luta institucional. Isso se mostrou como um dos fundamentos do “dissabor” apontado no discurso de consagrados da Reforma Urbana no Brasil como Maricato em sua denúncia desse movimento contraditório, em especial nos governos petistas.

Isso nos leva à segunda característica da Ideologia Urbana que é a crença na resolução de sua pauta via o Planejamento Urbano. A crença no caminho democrático não permite ver os interesses que pautam a execução desses planos no âmbito do Estado que até

permite que pontos importantes da legislação sejam aprovados, temos uma das melhores legislações urbanas do mundo segundo Maricato, mas sem a vinculação com os recursos financeiros. Além disso, mesmo a legislação brasileira criou várias barreiras para sua própria realização, o que se expressa na espera por longos treze anos do marco regulatório constitucional (Estatuto das Cidades). Ainda assim o mesmo está à mercê das decisões das câmaras municipais, símbolos no Brasil do domínio clientelista ligado à propriedade da terra.

Assim, os planos diretores, marco alto desse processo, assumem caráter altamente generalista e pouco executável pois, não dispõe de meios nem para punir as administrações municipais que não cumprirem seus desígnios, nem para pautar o zoneamento urbano, verdadeiro foco dos interesses privados, pois esse processo foge de sua alçada. Para se legitimar nessas circunstâncias a Ideologia Urbana apela para a participação das massas nesses processos. Em geral porém, elas não se sentem atraídas por que os planos geralmente não vão ao encontro de suas reais aspirações. Embaraçados com esses entraves resta a Ideologia Urbana se voltar então aos ditos instrumentos de recuperação de mais valia urbana contidos no Estatuto das Cidades.

Estes aparecem como forma de frear a especulação urbana e compensar aqueles trabalhadores que de alguma forma tenho sido expropriados de seu habitar urbano, devido a intervenções que lhe privem de seu direito à cidade. Vimos no trabalho que nem esses recursos são dirigidos pelo Estado a essas pessoas, nem o custo do imposto fica com as incorporadoras ou a construção civil, pois são repassados para o comparador do imóvel ou para o dono da terra. Mesmo as contrapartidas sociais de implementação de grandes imóveis em áreas estratégicas da cidade não se tornam ônus para as incorporadoras, pois através de diversos caminhos esses “custos” são redirecionados para a valorização do empreendimento. Por exemplo, quando o poder público solicita que se construa uma praça ou outro equipamento público próximo a intervenção, este reverte-se pelas leis de formação de preço em valorização do empreendimento, sendo geralmente recuperados para os capitalistas da construção civil.

As leis são muito bem intencionadas, mas as determinantes sociais da propriedade privada da terra e da valorização do capital não apenas os impedem de se realizar, mas influenciam mesmo na proposição das leis como o caso do instrumento do Plano Diretor, proposto pela própria burguesia no processo constituinte de 1988. Todo esse embaraço leva o membro do Campo Intelectual da Reforma Urbana a internalizar a contradição externa da realidade como contradição interna expressa no discurso ambíguo de admitir que os

instrumentos institucionais da Reforma Urbana em sua maioria não funcionam, mas que se deve sempre insistir em defendê-los e participar de seus processos decisórios.

Aponta-se assim outra base para o dissabor do relato de intelectuais consagrados do Campo da Reforma Urbana no Brasil: a contradição entre o limite dos ganhos institucionais e a crença nesses caminhos. Já sobre quais seriam as raízes sociais que embasavam esse inconsciente coletivo, as encontramos na formação social brasileira, na passagem gradual de um combate direto pelas conquistas dos direitos urbanos no início do século XX, indo em direção a luta pelas reformas de base na década de 1960 e foco no planejamento estatal, chegando até o apassivamento e amoldamento da luta a governabilidade no ciclo da redemocratização.

Ressalta-se que a problemática não foi à luta por direitos, momento necessário para qualquer ação de transformação social, mas porque o Campo Intelectual da Reforma Urbana também compartilhou, no plano de suas verdades grupais, a estratégia Democrática e Popular que animou a classe trabalhadora simbolizadas em suas organizações principais: o Partido dos Trabalhadores (PT), Central Única do Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra(MST).

Nessa estratégia o caminho institucional ganha protagonismo, tendo a manutenção dos governos conquistados como mais importante do que a realização da pauta daqueles que se diz representar, como atestamos no desmonte do Ministério das Cidades. Na entrega de sua direção pelo PT a um a um partido do “centrão” como moeda de troca para salvar a imagem do presidente e do governo em meio a um escândalo de corrupção. No plano do campo intelectual isso se expressou na manutenção da defesa desses governos e do caminho democrático, mesmo com momentos de denúncia ao que foi feito.

Para entender como essas determinações se traduziam em forma de produção teórica e cultura do campo foi em muita importância a mobilização dos conceitos escolhidos. O senso comum em Gramsci nos ensinou como é possível que um grupo continue fortificando suas crenças mesmo que elas contradigam a realidade objetiva, pois basta ela ser a verdade para aquele grupo para ser considerada como um dogma. Com o conceito de inconsciente cultural vimos o efeito de refração dessas determinações que geram uma impressão de pretensa autonomia de seus praticantes que não além de não enxergarem as disposições incorporadas dessas “verdades consagradas” ainda lutam para defendê-las como se fossem realmente suas, no fenômeno conhecido como violência simbólica.

Por fim, o conceito de Ideologia nos ajudou a desvendar a quem serve essa violência simbólica que limita a capacidade de atuação do campo. A classe dominante,

detentora do monopólio da terra e do capital se beneficia duplamente pelo abandono dos intelectuais do campo dos conceitos marxistas de entendimento da propriedade privada, da teoria da renda, da formação de preços dos solos, da lei da acumulação capitalista e de um conceito de urbano ligado a luta de classes. Presa nos limites da luta democrática pela Reforma Urbana não podem ir para além dela também no plano teórico. Salvo algumas exceções, como vimos nos trabalhos de crítica arrasadora de Villaça, mas ao custo, muitas vezes, desta crítica ser desidratada e transformada em seu oposto.

Nesse sentido o processo de perseguição a perspectiva marxista na academia de forma geral e nos programas de pós graduação (salvo honrosas exceções), fato vivenciado pelo próprio pesquisador que vos fala, não ajuda no entendimento dos problemas sociais e em especial a própria questão urbana no Brasil, incompreensível sem as determinações estruturais apontadas por essa perspectiva. Esperamos que esse estudo sirva para reafirmar a força do método materialista histórico e dialético na sociologia apesar de sabermos que não se trata apenas de mérito, mas de poder no campo intelectual sociológico.

Também esperamos que ele contribuía com a flexibilidade dentro do campo intelectual da Reforma Urbana em busca de superar esse sentimento de dissabor a partir do conhecer de sua própria história e das raízes da derrota que enfrentamos no campo desse importante pauta de reivindicação.

Já para o campo marxista, acreditamos que essa tese ajude a reafirmar a importância de sua crítica a teoria da renda da terra. Essa teoria não foi sepultada e sempre se rerepresenta quando se discute o problema urbano e tenta-se questionar os privilégios dos detentores do monopólio da terra e das incorporadoras e dos capitalistas do ramo da construção civil. Da mesma forma a crítica marxista a perspectiva neoclássica da economia, que retorna não apenas na defesa burguesa da propriedade da terra, mas que foi absorvida pelo próprio campo da reforma urbana como exposto no trabalho, ainda mostra força no que tange a mostrar os interesses de classe por trás dos embates teóricos.

Em relação aos limites de nosso estudo eles são tão grandes quanto a vastidão do tema de pesquisa somada as dificuldades que tivemos na feitura da tese em relação ao impacto da pandemia de Covid 22 e a necessidade de conjugar o trabalho com a escrita quando a bolsa terminou. Isso por que apesar de conseguirmos extensão do prazo de defesa ela não foi estendida a duração da bolsa, mostrando mais uma faceta da precariedade do trabalho de pesquisa no Brasil.

A primeira limitação é sobre a quantidade de autores consagrado do campo da Reforma Urbana no Brasil. Apesar de termos convicção que abordamos os embates e

perspectivas principais do debate, nomes de peso ainda ficaram de fora, seja por que ficaram de fora dos critérios metodológicos escolhidos, seja por falta de tempo hábil para fazer um estudo aprofundado. Pensamos em abordá-los em próximos trabalhos enriquecendo cada vez mais os elementos da Ideologia Urbana.

Outro limite foi não podermos aprofundar sobre a viabilidade ou não da Reforma Urbana no Brasil. Isso demandaria um estudo ainda mais aprofundado da formação social brasileira e uma reflexão igualmente densa sobre a realização dessas reformas nos países centrais a luz de uma comparação sócio-histórico. Tal reflexão, pensamos, merece um trabalho exclusivo, muito provavelmente em um pós doutorado.

Acreditamos, finalmente, que a principal função dessa tese foi revelar a forma social que o campo da Reforma Urbana no Brasil contribuiu no pacto social realizado através das organizações criadas pela classe trabalhadora brasileira, no que chamamos de ciclo democrático e popular. Tal contribuição apesar de seus avanços trouxe ao fim mais obstáculos para a resolução dos problemas urbanos que afetam a classe trabalhadora.

Enquanto não se superarem esses entraves à flexibilidade do campo, enquanto não recuperamos nossa autonomia histórica, o que é um processo prático que deve se voltar contra as estruturas sociais que mantêm a Ideologia Urbana viva, mesmo depois de tantas derrotas, estaremos condenados a um drama parecido com o personagem mitológico Sísifo. Este era obrigado a levar uma pedra ladeira a cima e sempre que estava próximo de empurrá-la para outro lado via rolar de volta ao início da subida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro. **A regulação urbana e o regime urbano**: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. Porto Alegre: FEE, 1995.
- ALVES, Eduardo. **Análise crítica do Plano Diretor e da reforma do Aparelho do Estado**. Disponível em: < http://www.insrolux.org/Aextos/13_revistaurutaguall.htm> .Acesso em: 15 mar. 2008.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23. Disponível em: < <http://firgoa.usc.es/drupal/node/3040>>. Acesso em: 27 nov. 2007.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- ARAÚJO, A.M. **Fortaleza, metrópole regional**: trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: UECE, 2010.
- ARAÚJO, E. R. **A mobilidade como objeto sociológico**. Disponível em: < <http://www.uminho.pt>>. Acesso em: 14 ago. 2016
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ARRIGHI, G.A. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1997.
- AZEVEDO, A. **O cortiço**. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- BALDEZ, Miguel Lanzellotti. **A luta pela terra urbana**. In: RIBEIRO, L. C. Q.;2023.
- BALDRUSIS, Nelson. Instrumentos urbanísticos e o acesso a terra urbana em Diadema: o caso da AEIS. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 3, p. 49-59, out./dez. 2003. Disponível em: <http://www.antac.org.br/ambienteconstruido/pdf/>
- BALL, Michael. O desenvolvimento do capitalismo na provisão de habitação. **Rev. Espaço & Debates**, São Paulo, n. 36, p. 11-34, 1992.
- BANDEIRA, M.; MELO, C.; ANDRADE, A. T. **O ano vermelho**: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BARBOSA, Marisa G. **A fetichização da cidadania no contexto da prevalência do princípio de focalizado**. Disponível em: http://www2.uel.br/grupo_pesquisa/gepal/segundogepal/MARISA%20G.%20BARBOSA.pdf. Acesso em: 10 nov.2008.
- BASSUL, José Roberto A constitucionalização da questão urbana. In: **Senado Federal. Estudos Legislativos, v. 4 – Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois**. Estado e Economia em Vinte Anos de Mudanças, (s.d.). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras->

publicacoes/volume-iv-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-estado-e-economia-em-vinte-anos-de-mudancas/politica-urbana-agricola-e-fundiaria-a-constitucionalizacao-da-questao-urbana

BASSUL, José Roberto. **Estatuto da Cidade. Quem ganhou? Quem perdeu?** Dissertação de mestrado -Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BASSUL, José Roberto. **Estatuto da cidade. Quem ganhou? Quem perdeu?** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BASSUL, José Roberto. **Reforma urbana e estatuto da cidade.** Disponível em: http://Avwww.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250716120020084000088Ing=es&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2006.

BATTAUS, D. M. A.; OLIVEIRA, E. A. O Direito à Cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 97, p. 81-106, 2016.

BENEVOLO, Leonardo. **História de la arquitectura moderna.** Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

BERNAL, Cleide. **A metrópole emergente. A ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza.** Fortaleza: UFC/Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base.** 6. ed. Sao Paulo: Brasiliense,1986.

Bianchi, A. G. (1996). O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso. **Plural**, 3, 82-101.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In:

BONDUKI, Nabil, ANDRADE, Carlos R.; ROSSETTO, Rossella. **Arquitetura & Habitação Social em São Paulo 1989-1992.** Catálogo de exposição montada na II Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BONDUKI, Nabil (org.). **A luta pela reforma urbana no Brasil : Do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo.** São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.

BONDUKI, Nabil. **Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia.** Rio de Janeiro: Fase, 1991.

BONDUKI, Nabil. **Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana.** São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

BONDUKI, Nabil. **Habitat: As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 1996a.

BONDUKI, Nabil. O papel do legislativo na formulação da política urbana: conflitos e interesses na tramitação da lei de responsabilidade territorial na Câmara dos Deputados. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana (org). **O urbano e o regional no Brasil**

contemporâneo: mutações, tensões e desafios. Salvador: EDFBa, 2007b.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998a.

BONI, V.; QUARESMA, S, J. **Aprendendo a Entrevistar:** como fazer entrevistas nas Ciências Sociais. 2005. Disponível em: <file:///G:/1386353091.pdf>. Acesso em: 26 set. de 2017.

BORIN, J. et al. **A crise brasileira e o governo FHC**. Sao Paulo: Xama, 1997.

BORJA, J. & CASTELLS, M. **Local and global**. Londres, Earthscan, 1997.

BORON, Atilio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOSCHI, Renato Raul; VALLADARES, Licia. Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos. In: BOSCHI, Renato Raul(Org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOTEGA, Leonardo. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Espaço Plural**, Paraná, n. 17, p. 66-72, Ano VIII. 2º semestre de 2007.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado:** cursos no college de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Problemas do Estruturalismo**. Cópia mimeografada. 2002.

BRASIL. Banco Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação**. Série Desenvolvimento Brasileiro.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei 10.257/2001**- Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: [s.n], 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei 11.124/2005** - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília: [s.n], 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei 775/83**. Dispõe sobre os objetivos e a promoção do desenvolvimento urbano e dá outras providências. Dossiê digitalizado. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=141B38484D10A38DAC8C1F3D67DB687C.proposicoesWebExterno2?codteor=1168941&filenome=Dossie+-PL+775/1983>

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Plano**

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Plano**

Diretor Participativo/ coordenação geral de Raquel Rolnik, Benny Schasberg e Otilie Macedo Pinheiro – Brasília: Ministério das Cidades, 2006.

BRASIL. Um novo estatuto para as cidades brasileiras. In: OSÓRIO, Leticia Marques (org.). **Estatuto da Cidade e reforma urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

BRASIL. Banco Nacional de Habitação. **Imposto Territorial Urbano Progressivo**. Rio de Janeiro, 1977, 33 p.

BRASIL. Banco Nacional de Habitação. **Uso do Solo Urbano**. Projeto para legislação tributária. Rio de Janeiro, 1977, 33 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: [s.n], 1988.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei 4.380/1964 (b). **Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social**, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/>

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei 2.006/1964 (a)**. Institui sistema para promover a construção de habitações de interesse social. BNH. Dossiê digitalizado. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=52941C92C3D7DEADF3B3C309D1F9F641.proposicoesWebExterno1?codteor=1195898&filenome=Dossie+-PL+2006/1964>

BRASIL..Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Relatório Final do Grupo de Trabalho de Reestruturação do SFH**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 1986.

BRUNO, Lucia. **O que é autonomia operaria**. 3. ed. SAo Paulo: Brasiliense, 1990.

BURNETT, Frederico Lago. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos planos diretores participativos**. São Paulo: Annablume, 2011.

BURAWOY, Michel. **O marxismo encontra**. Tradução Fernando Rogério Jardim. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

CAIAFA, J. Comunicação e diferença nas cidades. **Revista Lugar Comum**. São Paulo, v. 1, n. 18, p. 91-102, 2002.

CAIAFA, J. Transporte coletivo nos Estados Unidos e a aventura própria de Nova York. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 27, p. 188-205, 2001.

CALDAS, Maria Fernandes. **Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil [manuscrito]** / Maria Fernandes Caldas. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

CAMARGO et alli. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

CAMPOS FILHO, Candido M. Comentário sobre o Projeto de Lei Federal regulador do desenvolvimento urbano. *Rev. Espaço & Debates*, São Paulo, n. 18, 1986.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. Fato e opinião: os resultados do Ministério das Cidades estão ligados a falta de recursos? *Rev. Arquitetura e Urbanismo*. Disponível em: < <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/156/artigo44402-2.asp> >. Acesso em: 20 jun. 2008.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, v. 13, n. 2, p. 1-18, 2011b.

CANO, W. Prefácio. *In*: BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

CANO, W. Prefácio. *In*: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. **Desenvolvimento regional no Brasil - Políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília, DF: Ipea, 2017. p. 11-19.

CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011a.

CARDOSO, A. L. (Org.) **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003. p. 71-92.

CARDOSO, Adauto Lucio. A cidade e seu estatuto: uma avaliação urbanística do Estatuto da Cidade. *In*: RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do estatuto da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2003.

CARDOSO, F. H. et alli. Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação. *Cadernos Cebrap*, no 14. São Paulo: Cebrap, 1973.

CARLOS, E. Movimentos Sociais e Instituições Participativas. *RBCS*, Vitória, v. 30, n. 88, p. 83-98, 2015.

CARNEIRO, Dionísio Dias Carneiro. Crise e esperança: 1974 – 1980. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva(Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica**. São Paulo: Campus, 1990.

CARRIELO FILHO, Orlando. **Reforma urbana ou revolução social?** uma discussão sobre os limites e o papel das propostas de reforma da cidade brasileira, 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 1999.

CARTA ao povo brasileiro em defesa da reforma urbana e contra a corrupção. Disponível em: http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=206 .Acesso em: 31 jul. 2008.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos**. 16. ed. México: Siglo Veinteuno, 2004.

CEARÁ. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO . **Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da implementação do Veículo Leve sobre Trilhos: ramal Parangaba-Mucuripe**. Fortaleza: SEMACE, 2011.

CEDRO, M. (2006). A administração municipal do prefeito Juscelino Kubitschek: estética e planejamento da cidade de BeloHorizonte na década de 1940. **Oculum Ensaios**, (5), 80–91. Recuperado de <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/390>

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2003.

CINTRA, Antônio Octávio. Planejando as cidades: política ou não política. in CINTRA, Antônio Octávio, HADDAD, Paulo Roberto (org.) **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Cap. 3, pp. 167-253.

CIRIZA, A. A propósito de Jean Jacques Rousseau: contrato, educação e subjetividade. In: BORON, A (Org.). **Filosofia Política Moderna: de Hobbes a Marx**. Buenos Aires/São Paulo: Clacso Livros 2000. p. 81-112.

CLAUSEWITZ, V. K. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CODATO, A. Metodologia para identificação de elites: três exemplos. In: PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: UFPR, 2015.p 15-28.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO Renato. **Marxismo como ciência social**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

COGGIOLA, Osvaldo. A esquerda e o governo FHC In: BIANCHI, A., BORIN, J. etal. **A crise brasileira e o governo FHC**. Sao Paulo: Xama, 1997b.

COSTA, Fábio Custódio. **A ociosidade imobiliária e o processo de implementação do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios: o caso dos imóveis não utilizados nos distritos centrais de São Paulo**. Dissertação de mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

DANTAS, Gladimiro. A cidade esquecida no plano diretor. In: **ARTIGOS ONG Cidade**. Disponível

em:http://Avww.ongcidade.org/site/php/noticias/noticias.php?area=artigos&completa&id_noticia=900. Acesso em: 19 fev. 2008.

DAVIS, Michael. **Planeta favela**. SÃO Paulo: Boitempo, 2006.

de 31 de julho de 2014. São Paulo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, janeiro de 2015.

DEÁK, C. Acumulação travada no Brasil / e a crise dos anos 80. **Espaço e Debates**[S.l.], n. 32, p. 32-46, 1992.

DEÁK, C. **Rent Theory and the price of urban land: spatial organization in a capitalist economy**. Dissertation [doctor]. Philosophy at the University of Cambridge, 1985. 288f.

DEÁK, C., & SCHIFFER, S. T. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo:

EDUSP, 1995.

DEÁK, C. Uma interpretação histórica da teoria da renda. **Revista de desenvolvimento urbano e regional**, n.2, 1987.

DEBIAGGI, Moema C. et. al. **Política urbana: a produção e o consumo da cidade**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

DIAS, Edmundo Fernandes. Democrático e popular? **Rev. Outubro**, n. 8, 2003. Disponível em: < www.revistaoutubro.com.br/edicoes/08/out8_02.pdf >. Acesso em: 12 abr. 2008.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE SILVA, Felipe; BRASILEIRO, Alice. **Favela, um bairro**. São Paulo: Pro Editores, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

FERNANDES, D. **Por um trilho: memórias de resistência**. Fortaleza: Benfeitoria, 2016.

FERNANDES, Edésio (org.). **Direito urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. **A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003

FLORESTAN, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

FERRARI, T. **A Fabricação da Cidade**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FILGUEIRAS, Luiz. Governo Lula: **contradições e impasses da política econômica**. Disponível em: < http://www.nec.ufba.br/artigos/Artigos/Congressos_e_Eventos/2004%20-%20IX%20ENCONTRO%20DE%20ECONOMIA%20POLITICA%20-%20Governo%20Lula%20-%20ContradivC3%A7%C3%BS5es%20E%20Impasses%20da%20Pol%MC3%ADtica%20Econ%C3%B4mica.pdf >. Acesso em: 14 abr. 2008c.

FILGUEIRAS, Luiz. **Neoliberalismo e crise na América Latina: o caso do Brasil**.

Disponível em: < www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/filgueiras.doc >. Acesso em: 14 abr. 2008a.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FIX, M. A fórmula mágica da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. In:

- SCHICCHI, M.C.; BENFATTI, D. (Org.). **Urbanismo: dossiê São Paulo** — Rio de Janeiro. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004. p.185-198.
- FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS(FGV). **Reformas de Base**. in: **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6355>. Acesso dia 09/06/2024 às 02:00hrs
- FÓRUM NACIONAL DA REFORMA URBANA (FNUR). **Sugestões de Emendas ao Estatuto da Cidade**. Documento encaminhado à CDUI/CD, 1999.
- FURTADO, F. **Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas na América Latina: debilidade na implementação, ambiguidades na interpretação**. São Paulo, FAUUSp, 1999 (dout.).
- GANDRA MARTINS, Ives. **Um projeto confiscatório**. Disponível em: <www.files.ethz.ch/isn/108811/um-projeto-confiscatorio-ives-gandra-da-silva-martins>
- GASPARI, Elio **As ilusões armadas. A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- GASPARI, Elio **O sacerdote e o feiticeiro. A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. **As ilusões armadas. A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- GENARI, E. **Dicas para uma análise de conjuntura** [S. l.; s.n.]; 2017. Cópia mimeografada.
- GENARI, E. **O que o povo vê em Bolsonaro? Notas de uma reflexão necessária!** 2018. Disponível em: <<http://sinasefepa.org/index.php/comunicacao/noticias/93-ultimas-noticias/2344-o-que-o-povo-ve-em-bolsonaro-notas-de-uma-reflexao-necessaria>>. Acesso em: 27 set. 2019.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. **Reivindicações populares urbanas**. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- GOMES, I. M. M. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. **Revista da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação - E-compós**, Brasília, v. 8, [n. 1], 2007. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/126/126>>. Acesso em: 20 abr.

2019.

GOMES, P. Notas sobre a mediação entre o erudito e o popular. **Revista História**. São Paulo, n.125-126, p. 05-80, 1992.

GONDIM, L. M. P. Movimentos Sociais Urbanos, a Questão da Organização e Democracia Interna. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS**, 12., 1998, São Pedro. **Anais....**São Paulo...: ANPOCS, 2012. p. 34-52

GONDIM, Linda Maria Pontes (Org.). **Pesquisa em Ciências Sociais**: o projeto de dissertação de mestrado. Fortaleza: Editora UFC, 1999.

GONH, M. G. **Teoria sobre os Movimentos Sociais**: o debate contemporâneo. 2011.

Disponível em:

<http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2356&Itemid=171>. Acesso em: 27 set. 2017.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 1 - 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vols. 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1929-35] 2002.

GRAMSCI, Antonio .In.: COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2021.

GUIMARÃES, M. C. R. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Revista de Serviço Social**, São Paulo, v. 1, n. 124, p. 721-745, 2015.

HADDAD, Paulo Roberto (org.). **Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2008.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Rev. Espaço & Debates**, São Paulo, n. 6, jun./set. 1982.

HEGEL, G.W.F. **Introdução à história da filosofia**. São Paulo: Hemus,1986.

HEGEL, G.W.F. **A fenomenologia do espírito**. Vol I. Petrópolis: Vozes, 1999. H

HEGEL, G.W.F. **A fenomenologia do espírito**. Vol II. Petrópolis: Vozes, 2001.

HEGEL, G.W.F. **Textos Escolhidos**. Roland Corbisier (org.). 2a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HEREDA, Jorge et al. O impacto das AEIS no mercado imobiliário de Diadema. In: **Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social**. *Revista Pólis*, São Paulo, no 29, 1997.

HILFERING, R. O Capital financeiro. [S.l.]: **Nova Cultural**: col. Economistas, São Paulo, 1910.

HOBSON, Jhon Atkinson. **Estudio del imperialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica (2ª ed). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HUNTER, F. **Community Power Structure**: A Study of Decision Makers. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1953.

IACOVINI, V. **Plano sem plano (PDF_FOR) e projeto sem plano (VLT Parangaba/Mucuripe**: descaminhos da política urbana em Fortaleza, CE. 2013. 2008 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. 209 p.

IASI, M. L. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr, 2017.

IASI, M. L. **Senso Comum e Conservadorismo**: o PT entra o senso comum e a desconstrução da consciência .Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2013/04/25/senso-comum-e-conservadorismo-o-pt-e-a-desconstrucao-da-consciencia/> >. Acesso em: 30 jan. 2017.

IASI, M. L. **As Metamorfoses da Consciência de Classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, M. L. **Reflexão sobre o Processo de Consciência**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr, 1985.

IASI, Mauro. **Pode ser a gota d'água: enfrentar a direita avançando a luta socialista**. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/pode-ser-a-gota-dagua-enfrentar-a-direita-avancando-a-luta-socialista/> / >. Acesso em: 30 jan. 2017

IASI, Mauro. **Senso Comum e Conservadorismo**: o PT entra o senso comum e a desconstrução da consciência .Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2013/04/25/senso-comum-e-conservadorismo-o-pt-e-a-desconstrucao-da-consciencia/> >. Acesso em: 30 jan. 2017

IMPACTOS Copa do Mundo em Fortaleza part. 1. **ESPN**. São Paulo, 20 set 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ghwly9v58iE>> Acesso em: 20 ago. 2015.

IMPACTOS Copa do Mundo em Fortaleza part. 2. **ESPN**. São Paulo, 20 set 2011. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=y3mxMMU6Jd0> > Acesso em: 20 ago. 2015.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Moradia**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2000.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. Seminário de Política Urbana: Quitandinha+

50. **Revista Arquitetura**, Rio de Janeiro, 2014.

JACKSON, Luiz; BLANCO, Alejandro. Três críticos latino-americanos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 47, p. 138-169, Apr. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222018000100138&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/15174522-020004705>.

JACOBI, P. R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Editora Ática, 1993b.

JORGENSEN, P. O Mercado Imobiliário e a Formação dos Preços do Solo. In: CARVALHO, C. S.; GOUVÊA, D.; BALBIM, R. **Acesso à Terra Urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena**. Florianópolis, UFSC: Brasília: Ministério das Cidades, 2008. p. 53-74.

JORGENSEN, P. **Recuperação de mais-valias Fundiárias Urbana no Brasil: questões e oportunidades**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Curso de PET/COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

KONDER, L. **Marxismo e Alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOWARICK, L. **Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise de literatura**. 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_03.htm>. Acesso em: 26 set 2015.

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KOWARICK, Lúcio. **Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LAHIRE, Bernard. **Elementos para uma teoria da criação literária**: o caso de Franz Kafka. *Sociologias*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018, 20 (47), p. 48-72.

LAHORGUE, Mario Leal. **A esquerda no poder: Porto Alegre e o Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24516.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2008.

LAKATOS, Imre. "O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica". In: **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979.

LEAL, Suely. **Fetichismo da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife — Brasil**. Recife: Editora do Autor, 2000

LEFEBVRE, H. **A Cidade do Capital**. São Paulo: DP & A, 2001.

- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFÉBVRE, H. **Le droit à la vi/le**. Paris, Anthropos, 1968.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal/Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LEFEBVRE, H. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEME, M.C. **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo, Fupam/ Studio Nabel, 1999
- LEMOS, T. C. A propósito da produção do território: Sociologia urbana e relações de poder na estruturação do território como representação política e científica. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 13, n. 1, p. 51-70, 2012.
- LENIN, V. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- LENIN, V. I. Situação revolucionária, in: **A questão do Partido**, Kairós, São Paulo, 1978.
- LENIN, V. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec. 1983.
- LENIN. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LEITE, H.R.S. A outorga onerosa do direito de construir entre a dimensão urbanística e a dimensão arrecadatória: caso de São Paulo. Dissertação– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo 2019.
- LEITE, H.R.S. **Instrumentos de recuperação de mais-valia fundiária urbana: considerações teóricas**. Monografia– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 277pg. São Paulo 2017.
- LOUREIRO, I. **A revolução alemã (1918-1923)**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- LOWY, M. **Ideologia e ciência social**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Introdução à uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 1998.
- MAIA, Ercília. **Comunidade Aldaci Barbosa em Fortaleza: organização, luta e resistência pelo direito de morar**. 2016. f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016. 135 p.
- MANTEGA, Guido. A Crise Econômica e Suas Consequências Sobre o Emprego e a Renda no País. In: **Observatório da Cidadania**. Uruguai: Instituto del Tercer Mundo; Rio de Janeiro: IBASE, no 3, 1999.

- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Polis/Vozes, 1984.
- MANTEGA, Guido. Determinantes e Evolução das Desigualdades no Brasil. In: **Observatório da Cidadania**. Uruguai: Instituto del Tercer Mundo; Rio de Janeiro: Ibase, no 2, 1998.
- MARICATO, E. **A política habitacional do regime militar**. Petrópolis,
- MARICATO, E. **Enfrentando desafios**. São Paulo, FAUUSP (T; Livre-Docência), 1997.
- MARICATO, E. **Habitação e as políticas fundiária, urbana ambiental** Brasília,
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo, Hucitec, 1996,
- MARICATO, Erminia (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- MARICATO, Ermínia. A construção histórica do projeto da reforma urbana. In: BURNETT, Frederico Lago. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos planos diretores participativos**. São Paulo: Annablume, 2011
- MARICATO, Ermínia. **A política de habitação e de desenvolvimento urbano da prefeitura de São Paulo 1989/1992**. Tese de livre docência - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. **Revista Carta Maior**, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.agenciartamajor.com.br/templates/colunaMostar.cfm?coluna_id=7140> Acesso em 07/04/2019.
- MARICATO, Ermínia. Reforma urbana: limites e possibilidades uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, Luiz César de Queirós; SANTOS JÚNIOR, Orlando dos. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- MARICATO, Ermínia. Um balanço. **Revista Carta Maior**, São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/colunaImprimir.cfm?cm_conteudo_idioma_id=20892. Acesso em 07/04/2019.
- MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único, desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000a. p.75-103.
- MARICATO, Erminia. **A cidade é um grande negócio**. Disponível em: <http://Avww2.fpa.org.br/porta1/modules/news/article.php?storyid=321>>. Acesso em 14 jan. 2008e.

MARICATO, Erminia. **A reforma urbana, 33 anos depois.** In: GUIMARAES, Gongalo (Coord.). *More Human Settlements: assentamentos mais humanos.* Rio de Janeiro: Federacao Nacional dos Arquitetos, Reptoarte, 1996b.

MARICATO, Ermínia. **A terra urbana na Constituinte.** *Jornal Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 ago. 1987.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, Erminia. **Cidades: realizagées do governo Lula, 2006.** Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 23 jan. 2008d.

MARICATO, Ermínia. FERREIRA, João Sette Whitaker. Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? In: OSÓRIO, Letícia (org.). **Estatuto da Cidade e reforma urbana.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no brasil.** Petrópolis: Vozes, 2014

MARICATO, Erminia. **O Ministério das Cidades e a política urbana no Brasil.** Disponível em: <<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/156/artigo44395-4.asp>> Acesso em: 17 jun. 2008b.

MARICATO, Erminia. **O que esperar dos planos diretores?** Rede Planos Diretores, Outubro 2005. Disponível em: <<http://listas.cidades.gov.br/pipermail/redeplanodiretor/2005-October/000159.html>>. Acesso em: 31 out. 2007b.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2019. Acesso em: 14 jun. 2024

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar.** *Do milagre brasileiro à crise econômica.* Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, Erminia. **Questão fundiária no Brasil e o Ministério das Cidades.** nov. 2005. Disponível em <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/>>. Acesso em: 15 marg. 2008c.

MARICATO, Erminia. Reforma urbana: limites e possibilidades, uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise.** Rio de Janeiro: Civilizacéo Brasileira, 1997b.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. In: BARSOTTI, Paulo; PERICAS, Luiz Bernardo. **América Latina, história, ideias e revolução.** São Paulo: Xama, 1998.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Abril, 1982.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005

- MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, t I e III.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-46)**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/ Ed UFRJ, 2011.
- MARX, K. **Teorias da mais-volta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 3 v
- MATTOS, Carlos A. de. Financiarización, valorización inmobiliaria del capital y mercantilización de la metamorfosis urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 42, p. 24-52, Aug. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-5222016000200024&lng=en&nrm=iso>. Access on 06 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004202>.
- Masson, M. A. C. (2021). Campo e hegemonia: proximidades entre Bourdieu e Gramsci e a análise dos processos educacionais. **APRENDER - Caderno De Filosofia E Psicologia Da Educação**, (26), 247-265. <https://doi.org/10.22481/aprender.i26.7734>
- MELO JÚNIOR, J. A. C. de C. O conceito de experiência histórica em Edward Thompson. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: . Acesso em: 15 jun. 2015.
- MEYER, V. Ernesto Martins, Érico Csaczkas Sachs. In: _____. **Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010. p. 15 – 20. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Polop-Uma-trajetoria-de-lutas.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 017.modelo econômico. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2008b.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Acesso à Terra Urbanizada - Implementação de Planos Diretores e regularização fundiária plena**. Universidade Federal de Santa Catarina/Secretaria de Educação à Distância, Florianópolis, 2008. Disponível em:<<https://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/252/titulo/acesso-a-terra-urbanizada>>. Acesso em: 15/03/2022.
- MOTA, Juliana Costa. **Uma análise da criação e da atuação do Serfhau**. In: XII Encontro Nacional da Anpur, 2007, Belém. Anais...
- MOVIMENTO DE DEFESA DOS DIREITOS DO FAVELADO. **Constituinte e Constituição: como pensa o favelado**. São Bernardo: MDDF, 1987.
- NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez,

2011.

OLIVEIRA, C. **E agora PT?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. 4. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1984.

OLIVEIRA, F. **Entrevista dada à Revista Vintém**. São Paulo, Editora Hedra, ano 2, n. 3, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003a.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o urbano no Brasil**. Rev. Espaço & Debates, São Paulo, n. 6, jun./set. 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. Os protagonistas do drama: Estado e sociedade no Brasil. In: LARANJEIRA, Sônia (Org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. SÃO Paulo: Hucitec, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT? In: SADER, Emir. **E agora PT?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: CEBRAP, 1971.

OLIVEIRA, J. **A gênese da comunidade Aldacir Barbosa**: expropriação, espaço urbano e consciência. 2014. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. 72 p.

OLIVEIRA, J. **O Trem e a Comunidade**: contradições do conflito entre a comunidade Aldacir Barbosa e o Governo do Ceará em torno da construção do VLT. 2018. 175f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018. 175p.

OLIVEIRA, J. **Metodologia e individualismo nos clássicos da Sociologia**. [S.l: s.n.], 2016. Cópia mimeografada.

OLIVEIRA, J. A revolução que “não deu certo”: senso comum e o impacto de 1917 no Brasil. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v13, n 24, p. 267-298, jan-jun, 2017.

OTA, Nilton Ken. Intelectuais à prova das barricadas: Félix Guattari e a subjetivação militante de 68. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 47, p. 74-107, Apr. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222018000100074&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/15174522-020004703>.

OURIQUES, Nildo Domingos. **Plano real**: estabilização monetária e estratégia recolonizadora. In: BIANCHI, A.; BORIN, J. et al. A crise brasileira e o governo. São Paulo: Xamã, 1997.

PALMEIRA, Moacir. Memorial do candidato. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 371-

409, Aug. 2014. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132014000200371&lng=en&nrm=iso>. access
on 06 Apr. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132014000200007>.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária**. Estud. av. vol.3 no.7 São Paulo Sept./Dec. 1989. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006. Acesso em 12-07- 2019.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária**. Estud. av., São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, Dec. 1989. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Apr. 2021.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000300006>.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Resoluções do XIV Congresso**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/340>. 2010. Acesso dia 09/06/2024 às 03:00hrs

PASSIANI, Enio. Figuras do intelectual: gênese e devir. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 47, p. 16-47, Apr. 2018. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222018000100016&lng=en&nrm=iso>. access
on 06 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/15174522-020004701>.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil – Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEQUENO, R. **Políticas habitacionais, favelização, e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileira: transformações e tendências**. [S.l: s.n.], 2010. Cópia mimeografada.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: UFPR, 2015.

PIREZ, Pedro. Buenos Aires: la orientación neoliberal de la urbanización metropolitana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 42, p. 90-118, Aug. 2016. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000200090&lng=en&nrm=iso. Access
on 06 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004204>.

POCHMANN, M. **O Mito da Classe Média**. Rio de Janeiro: Boitempo Nacional, 2014.

POLLY, Ruy; DOMINGUES, Sérgio. **A “Carta ao povo brasileiro”**: a favor das elites ou dos trabalhadores? Disponível em: < http://www.espacoacademico.com.br/050/50pol_polly.htm >. Acesso em: 19 jun.2008.

POPPER, Karl. **Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro/Brasília, **Tempo**

Brasileiro/Ed.UNB, 1978, p.13-34. (Cap. 1 – A Lógica das Ciências Sociais).

PONTES, Heloísa. Círculos de intelectuais e experiência social. **Anais do XX encontro da ANPOCS**. São Paulo, 1996.

PORTAS, N. "Tendências do urbanismo na Europa". **Revista aculum**. Campinas, FAUPUC, n. 8, 1998.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

RAMON, Fernando. **La ideologia urbanística**. Madrid: Alberto Corazon, 1974.

REED, J. **Dez dias que abalaram o mundo**. Lisboa: Avante, 1967.

Reforma Urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, no 2, p. 31-50, nov.,2009.

REICH, W. **Materialismo dialético e psicanálise**. Lisboa: Biblioteca das Ciências

REIS FILHO, D. A. **A Revolução Russa, 1917-1921**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

REZENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia**. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 1982.

RIBEIRO, Luis Cesar Queiroz; SANTOS JR. Orlando Alves dos. **Cidade: reforma urbana — desigualdades e exclusão**. Disponível em:<http://Avww2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=934>. Acesso em:05 mar. 2008.

RIBEIRO, Luiz César de Queirós. O Estatuto da Cidade e a questão urbana brasileira. In: RIBEIRO, L. C. Q; CARDOSO, A. L. (org.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2003.

RIBEIRO, Luiz César de Queirós; CARDOSO, Adauto L. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, ano 14, no 37, 1994.

RIBEIRO, Luiz César de Queirós; SANTOS JÚNIOR, Orlando dos. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Metamorfoses da Ordem Urbana da Metrópole Brasileira: o caso do Rio de Janeiro. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 42, p. 120-160, Aug. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000200120&lng=en&nrm=iso>. Access on 06 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004205>.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 42, p. 198-230, Aug. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000200198&lng=en&nrm=iso>. access

on 06 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004207>.

RICARDO David. **The Principles of Political Economy and Taxation**. Londres: Dent; 1962;

RODRIGUES, L.P.D.; MOREIRA, V. S. Habitação e políticas públicas: o que se tem pesquisado a respeito? **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Viçosa, v. 8, n. 2, p. 167-180, 2016.

ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. Ensaio. Políticas sociais – acompanhamento e análise. **Revista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, v. 12, fev., 2006.

ROLNIK, Raquel. **Entrevista concedida a Jose Roberto Bassul em 2003**. In: BASSUL, José Roberto. O Estatuto da Cidade. Quem ganhou? Quem perdeu? Dissertação de mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

ROLNIK, Raquel. O que a aprovação do Estatuto da Cidade representa para o planejamento e a gestão das cidades no Brasil? (enquete). In: **Cadernos de Urbanismo**, Secretaria Municipal de Urbanismo, no 4, p. 16, Rio de Janeiro, 2001.

ROLNIK, Raquel. Outorga onerosa e transferência do direito de construir. In: OSÓRIO, Letícia Marques (org.) **Estatuto da Cidade e reforma urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

ROLNIK, Raquel. **Regulação urbanística e exclusão territorial**. *Revista Pólis*, São Paulo, no 32, 1999.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de**

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares; colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. Impactos da aplicação de novos instrumentos urbanísticos em cidades do estado de São Paulo. **Rev. bras. est. urbanos regionais**, ano 1, n. 2. 1999.

ROLNIK, Raquel. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, Luiz César de Queirós; SANTOS JÚNIOR, Orlando dos. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx** Trad. port. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.

RUIVO, M. P.; FRANCISCO, J. Transformações urbanas em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 263-277, 2015.

SACHS, E. Qual a herança da Revolução Russa?. In: STOTZ, E.; WARTH, S. (orgs.).

Conquistas e Impasses do Socialismo. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Victor Meyer, 2011. p. 115 – 181. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Conquistas-eimpasses-do-socialismo.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALAZAR, N. B. **Keywords of Mobility.** São Paulo: [s.n.], 2010.

SANDRONI, Paulo . **Captura de Mais Valias Urbanas em São Paulo através do binômio Solo Criado/Outorga Onerosa:** análise do impacto do coeficiente de aproveitamento básico como instrumento do Plano Diretor de 2002. Disponível em: http://sandroni.com.br/?page_id=301. Acesso em 13/09/2020.

SANDRONI, Paulo .**São Paulo, Plano Diretor Estratégico.** Cartilha de formação, Câmara Municipal, 3ª ed. revisada. Crea/Gabinete do vereador Nabil Bonduki, jul., 2004.

SANDRONI, Paulo. Plusvalias urbanas en Brasil: creación, recuperación y apropiación en la ciudad de São Paulo. In: SMOLKA, Martim; FURTADO, Fernanda (editores). **Recuperación de plusvalias en America Latina.** Santiago (Chile): LILP/Eurelibros, 2001

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira.** Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2007.

SANTOS, A. R. Revitalização para quem? Política urbana e Gentrificação no Centro de Santos. **Cad. Metrop.,** São Paulo, v. 16, n. 32, p. 582-607, 2014.

SANTOS, Carlos Nelson. **Movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SÃO PAULO (cidade). **Cingapura:** o Encontro de São Paulo com a cidadania. São Paulo: Secretaria Municipalde Habitação, 1996.

SÃO PAULO (cidade). **Cortiços em São Paulo:** frente e verso. São Paulo: Secretaria Municipal de Planejamento,1986.

SÃO PAULO (cidade). **GeoSampa.** São Paulo: Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>

SÃO PAULO (cidade). **Gestão das operações urbanas na cidade de São Paulo.** São Paulo: SP Urbanismo, dez.,2016. Disponível em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/OUCs_

SÃO PAULO (cidade). **Infocidades.** São Paulo: Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. Disponível em:<<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?sub=notas&cat=15>>,

SÃO PAULO (cidade). **Monitoramento e Avaliação da implementação do PDE**. São Paulo: Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. Disponível em:

<<http://monitoramentopde.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>>

SÃO PAULO (cidade). **Normas Complementares ao Plano Diretor Estratégico**, Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras e Lei de Parcelamento Uso de Ocupação do Solo. Lei 13.885 de 25 de agosto de 2004.

SÃO PAULO (cidade). **Outorga Onerosa**. São Paulo: Secretaria de Urbanismo e Licenciamento e Fundurb. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/participacao_social/fundos/fundurb/index.php?p=202443>

SÃO PAULO (cidade). **PDE 10 anos**: Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Imprensa Oficial, 2012.

SÃO PAULO (cidade). **Plano Diretor ao alcance de todos**. São Paulo: Secretaria Municipal de Planejamento, 1991.

SÃO PAULO (cidade). **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – 2002-2012**. São Paulo: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (org.), 2004.

SÃO PAULO (cidade). **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**. Estratégias Ilustradas. Lei 16.050

SÃO PAULO (cidade). **Plano Diretor Estratégico**. Lei 13.430 de 13 de setembro de 2002.

SÃO PAULO (cidade). **Plano Diretor Estratégico**. Lei 16.050 de 31 de julho de 2014.

SÃO PAULO (cidade). **Plano Habitacional do Município de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São

SÃO PAULO (cidade). **Projeto de Lei** : Plano Diretor do Município de São Paulo. São Paulo: Suplemento do Diário Oficial do Município de São Paulo, 27/02/1991b.

SÃO PAULO (cidade). **SP 2040: a cidade que queremos**. São Paulo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento

São Paulo, Cedesp, 1999.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética: precedido por questões de método**.

Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira; apresentação da edição brasileira, Gerd Bornheim. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

SCHIFFER, Sueli R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.

SCHIFFER, Sueli R. **A ilusão do Plano Diretor**. São Paulo: mimeo, 2004.

SHIMBO, Lúcia. **Habitação social de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

- SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**. 3. ed. SAo Paulo: Duas Cidades, 1998.
- SERRAN, Joao Ricardo. **O IAB e a política habitacional**. SÃO Paulo: Schema,1976.
- SILVA, L. **O estilo literário de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2012
- SILVA, J. B. Reestruturação produtiva e reconfiguração da área central de Fortaleza. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 75-88, 2015.
- SILVA, José Borzachiello. **Os Incomodados Não se retiram**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.
- SILVA, Maria Amélia da. (org.). Urbanização de Favelas: duas experiências em construção. **Revista Pólis**, São Paulo, no 15,1994.
- SILVA, Maria Amélia da. Reforma Urbana e o Direito à Cidade. São Paulo: **Revista Pólis**, São Paulo, no 1,1991.
- SINGER, Paul. O Plano Diretor de Sao Paulo, 1989-1992, a política do espaço urbano. In: MAGALHAES, Maria Cristina Rios (Org.). **Na sombra da cidade**. São Paulo: Escuta, 1995.
- SMITH, R. **Propriedade da terra e transição**. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade, uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.
- SOUZA, Maria Adelia A. O II PND e a política urbana brasileira: Uma contradição evidente. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Fupam/Edusp,1999.
- SUTTI, Weber. O ministério as Cidades e o ciclo de planos diretores do século XXI *in*: **A luta pela reforma urbana no Brasil : Do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo / organizado por Nabil Bonduki**. - São Paulo : Instituto Casa da Cidade, 2018.
- SWEEZY, Paul Marlor et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- TANAKA, Rodrigo Minoru. **ZEIS de vazios em São Paulo 2002-2014: produção habitacional, transformações e permanências do estoque de terras**. Dissertação de mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- TEIXEIRA, I. M. R. O conceito de território e seu emprego nos estudos sobre migrações: contribuições geográficas para a sociologia. **Revista Dialogus**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 243-260, 2008.
- TEIXEIRA, Rafaela; SANTOS, Deribaldo. A particularidade como elo de mediação para a

esfera estética: uma síntese. In. MAGALHÃES, Belmira; MORAES, Andréa Pereira; MOREIRA, Luciano. **Estética e crítica literária: reflexões acerca do pensamento estético em Lukács e Marx**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

TERRA DE DIREITOS, 2005, p.1 Disponível:

<https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/mudanca-na-pasta-das-cidades-gera-protestos-e-desconfianca/590#>. Acesso em 12/06/2024 às 16:14

TONUCCI, J. B. M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço**, São Paulo, V. 2, n. 1, p. 41-51, 2013.

TRINDADE, S.C.C. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. **Revista Mercator**, Fortaleza, V. 14, n. 4, p. 93-106, 2015.

VAINER, Carlos. **Patria, empresa e mercadoria**, notas sobre a estratégia discursiva do planejamento urbano estratégico. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos;

VILARIÑO, Maria do Carmo. **Operação urbana: a inadequação do instrumento para a promoção de áreas em declínio**. Tese de doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. **As ilusões do plano diretor**. . São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf. Acesso em: 14 jun. 2005.

VILLACA, F. **Efeitos do espaço sobre o social na metropole brasileira**. 1997, Anais.. Recife: Ufpr, 1997. . Acesso em: 13 jun. 2024.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flavio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

VILLAÇA, Flavio. **Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje**. SEMINARIO “CIDADES BRASILEIRAS — DESEJOS E POSSIBILIDADES”, 2. 2000. Campo Grande: agosto de 2000. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/campo_gde.pdf>, Acesso em: 22 mar. 2006.

VILLAÇA, Flavio. **Plano Diretor anos 90**. SEMINARIO LATINO-AMERICANO DE PLANEJAMENTO URBANO, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, maio de 1993. Disponível em: < www.flaviovillaca.arq.br/pdf/pd_anos90.pdf >. Acesso em: 13 abr. 2007.

VILLAÇA, Flavio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

VIOTTO, Aline; TAVOLARI, Bianca. As disputas pela interpretação constitucional do plano diretor. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, no 14, jun., 2016. Disponível em:

<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/22950/16492>>

VIOTTO, Aline; TAVOLARI, Bianca. **As disputas pela interpretação constitucional do plano diretor**. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, no 14, jun., 2016.

WEBER, M. **Ciência e política. Duas vocações**. 16. ed. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2000.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo, 2000,v 1.

WEBER, M. **A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais**. São Paulo: Ática, 1989.

WILDERODE, Daniel Julien van. Operações Interligadas: engessando a perna de pau. In: Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. **Revista Pólis**, São Paulo, no 29, 1997.

WILLIAMS, E. Capitalismo e escravidão. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura. **Revista USP**. São Paulo, n.65, p. 210-224, 2005

WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1969.

ZIZEK, Slavoj. **As Portas da Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2008.